

Cristine Jaques Ribeiro
Tiago de Garcia Nunes
(Orgs.)



DÍÁLOGOS DA CIDADE

Deslocamentos entre o rural e o urbano



Deslocar é poder encontrar outros modos de existir na cidade, modos heterogêneos, modos teimosos e intempestivos, modos que escancaram a negação do acesso aos direitos sociais e humanos. Mas, como se deslocar dentro da cidade formal? Como se deslocar dentro da cidade legal? O regular e o legal existem mais que o irregular e o ilegal? Essas perguntas orientam a problematização de temáticas que compõem a cidade, cujo objetivo é também deslocar para epistemes críticas que denunciem a continuidade do colonialismo e da colonialidade. Concordamos que a ciência poderá impedir processos de transformação social ou poderá contribuir para que os processos de transformação aconteçam por meio da denúncia das diversas desigualdades, sejam elas territoriais, sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais. Nessa linha conflitual, entre produção e reprodução do conhecimento, Diálogos da cidade vem se propondo a instigar processos críticos e analíticos de como as populações, as/os usuárias das políticas e as/os agentes dos direitos sociais vêm sendo tratadas e tratados por gestões públicas e privadas, conselhos de direitos e políticas públicas sociais. Quando destacamos os deslocamentos entre o rural e o urbano, afirmamos que partimos da problematização da questão agrária, como questão central. Sendo assim, todos os temas de estudo e de pesquisa têm sua origem na análise do início da implantação da propriedade privada, instituída pelo colonialismo e mantida no discurso da colonialidade, até os dias atuais e que tem, na financeirização da terra e na especulação imobiliária, sua permanência que é fortalecida diante do discurso de modernidade. A implantação da propriedade privada, reafirma a tradição escravocrata e, sendo assim, os temas que envolvem a vida são temas decorrentes desse processo histórico demarcado pelo sistema patriarcal e racista. Portanto, o conjunto de capítulos apresenta as dimensões raça, gênero, sexualidade e classe como orientadores da escrita coletiva.



DIÁLOGOS DA CIDADE

DIÁLOGOS DA CIDADE

DESLOCAMENTOS ENTRE O RURAL E O URBANO

Organizadores

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago de Garcia Nunes



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhualgal 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D537 Diálogos da cidade: deslocamentos entre o rural e o urbano [recurso eletrônico] /
Cristine Jaques Ribeiro e Tiago de Garcia Nunes (orgs.). Cachoeirinha : Fi,
2023.

323p.

ISBN 978-65-85725-51-4

DOI 10.22350/9786585725514

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ciências sociais – Rural – Urbano – Estudos. I. Ribeiro, Cristine Jaques. II.
Nunes, Tiago de Garcia.

CDU 304/308

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

9

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago de Garcia Nunes

1

21

OS VAZIOS URBANOS E OS INSTRUMENTOS JURÍDICO-URBANÍSTICOS INDUTORES DE FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE: PERSPECTIVAS E OBSTÁCULOS

Sabrine Tams Gasperin

Tiago de Garcia Nunes

2

48

A CIDADE E OS DESLOCAMENTOS COLETIVOS: O CASO DE RIO GRANDE E PELOTAS

Cristine Jaques Ribeiro

Aline de Mesquita Duarte

Marlon Antônio Macedo Meireles

3

76

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM OLHAR INTERSECCIONAL ACERCA DA MENSTRUACÃO

Yasmin Oliveira Costa

Gabriela de Lima Ribeiro

Cristine Jaques Ribeiro

4

96

REFLEXÕES SOBRE FAZER CIDADES PARA A DIFERENÇA

Tuize Silva Rovere

Mariana Barbosa de Souza

5

113

CARTOGRAFIA SOCIAL COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS: REVISÃO DE ESCOPO

Bruno Nicanor Mello da Silva

Fátima Giovana Tessmer Santin

6

130

CIGANOS: MODOS DE VIVER FRENTE AO ANTICIGANISMO

Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa

7

161

SER "TRANS" NA COLONIALIDADE: CORPOS QUE RESISTEM

Camila de Freitas Moraes

Paula Alquati

Cristine Jaques Ribeiro

8

176

'(DES)ENCONTROS NA CIDADE: CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DA PÓLIS

Nino Rafael Medeiros Kruger

Paula Mello Oliveira Alquati

9

196

VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS DE MULHERES RURAIS EM ARROIO GRANDE

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo

10

221

BRAVA GENTE – VIVER A PÁTRIA LIVRE, PRODUZIR PELO BRASIL

Larissa Padilha de Brito

Elora Oliveira de Oliveira

11

256

SEGURANÇA ALIMENTAR: UM CONCEITO AINDA EM DISPUTA

Diego Pereira Viégas

12

281

A RESISTÊNCIA DAS COOPERATIVAS POPULARES DO RS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TEMPOS DE COVID-19

Tiago de Garcia Nunes

Carlos Eduardo Arns,

Mariana Ferreira Alves

Monik dos Santos Correa

Thaís Vitória Darwish de Paula

13

296

A NARRATIVA DE UMA LUTA: RELATO DA CONSTRUÇÃO DO COMSEA DE PELOTAS

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago de Garcia Nunes

Eliana Gomes Bender

BIOGRAFIA DAS AUTORAS E DOS AUTORES

317

APRESENTAÇÃO

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago de Garcia Nunes

A proposta do livro é apresentar pesquisas vinculadas ao GEP - Grupo de Estudos e Pesquisa Questão agrária, urbana e ambiental/ Observatório dos conflitos da cidade vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas/RS. O resultado da produção coletiva apresenta os temas que transversalizam a temática do direito à cidade e que dialogam com as realidades pulsantes nos deslocamentos entre o rural e o urbano. Trata-se de deslocamentos interseccionados a partir das vidas que ocupam a cidade e das políticas públicas sociais. A organização dos capítulos foi construída por conexões, encontros e potências.

Pensar em estudos e pesquisas que se deslocam é provocar a desconstrução como a descolonização de padrões impostos sobre as populações que vivem constantemente sob a ameaça do Estado de morte, como bem lembra Mbembe (2018), mas que constroem brechas para continuar existindo. Deslocar é poder encontrar outros modos de existir na cidade, modos heterogêneos, modos teimosos e intempestivos, modos que escancaram a negação do acesso aos direitos sociais e humanos. Mas, como se deslocar dentro da cidade formal? Como se deslocar dentro da cidade legal? O regular e o legal existem mais que o irregular e o ilegal? Essas perguntas orientam a problematização de temáticas que compõem a cidade, cujo objetivo é

também deslocar para epistemes críticas que denunciem a continuidade do colonialismo e da colonialidade.

Concordamos que a ciência poderá impedir processos de transformação social ou poderá contribuir para que os processos de transformação aconteçam por meio da denúncia das diversas desigualdades, sejam elas territoriais, sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais. Nessa linha conflitual, entre produção e reprodução do conhecimento, *Diálogos da cidade* vem se propondo a instigar processos críticos e analíticos de como as populações, as/os usuárias das políticas e as/os agentes dos direitos sociais vêm sendo tratadas e tratados por gestões públicas e privadas, conselhos de direitos e políticas públicas sociais.

Quando destacamos os deslocamentos entre o rural e o urbano, afirmamos que partimos da problematização da questão agrária, como questão central. Sendo assim, todos os temas de estudo e de pesquisa têm sua origem na análise do início da implantação da propriedade privada, instituída pelo colonialismo e mantida no discurso da colonialidade, até os dias atuais e que tem, na financeirização da terra e na especulação imobiliária, sua permanência que é fortalecida diante do discurso de modernidade. A implantação da propriedade privada, reafirma a tradição escravocrata e, sendo assim, os temas que envolvem a vida são temas decorrentes desse processo histórico demarcado pelo sistema patriarcal e racista. Portanto, o conjunto de capítulos apresenta as dimensões raça, gênero, sexualidade e classe como orientadores da escrita coletiva.

Pensar a cidade é problematizar que tipo de ordenamento urbanístico se impõe no dia a dia de quem ocupa a cidade? O planejamento urbano acolhe a heterogeneidade? Existem processos de

participação democrática para que as vidas possam decidir como vão viver? É possível garantir o direito à cidade se ainda vivemos relações sociais racistas, machistas, lgbtfóbicas? Ou vivemos processos constantes de expulsões? - como bem afirma Sassen (2016). Pressupomos que há um tipo de racionalidade que constrói a cidade, demarcando fronteiras que estabelecem lugares e autorizam quem deve ou não existir.

Considerando que os textos, aqui presentes, buscam defender os direitos humanos, questionamos também o conceito inicial de humano, eurocentrado, que se mantém no imaginário social construído, como padrão de referência para todas as existências, ou seja, humano é ser homem, branco, hétero e cisgênero. Humano, na própria declaração, relaciona-se com o direito do homem, negando os outros modos de existir e de ocupar a cidade. Portanto, permanece uma estrutura legal que é racista, misógina e elitista, incapaz de considerar igual, na dimensão do direito, os desiguais. No entanto, é na própria declaração dos direitos humanos, que se encontra a ferramenta para o enfrentamento do Estado soberano necropolítico. Essa perspectiva contraditória é também objeto de análise.

O livro “Diálogos da cidade: deslocamentos entre o rural e o urbano”, coloca-se como espaço de discussão que não pretende defender códigos de verdade sobre a cidade e sobre suas intersecções temáticas, mas deseja romper com os códigos que limitam a diferença, códigos morais normativos, que tentam submeter corpos na tentativa de disciplinamento e de controle para que a cidade se mantenha como um único pensamento hegemônico.

Partimos do pressuposto de que a cidade está, constantemente, sendo construída para impedir a construção de outros vínculos,

vínculos capazes de descolonizar as relações, descolonizar os discursos, descolonizar as construções arquitetônicas e as políticas públicas. Acreditamos que um tipo de ordenamento tenta adestrar o espaço e a vida. No entanto, também pressupomos que, mesmo com a imposição de uma mente colonizadora sobre a cidade, existem, por outro lado, mentes contracolonizadoras, ou seja, forças coletivas que criam brechas de resistências para denominar outras falas e lutas. Portanto, no decorrer dos capítulos, encontraremos deslocamentos entre o rural e o urbano que denunciam a racionalidade colonial a partir de pesquisas que evidenciam os modos de existência das populações heterogêneas.

Sabrine Tams Gasperin e Tiago de Garcia Nunes apresentam o resultado da pesquisa de mestrado sobre os vazios urbanos e os instrumentos indutores de função social da propriedade e da cidade por meio de estudo de caso sobre o centro da cidade do Rio de Janeiro. Assim, o objetivo geral do trabalho é a avaliação da manutenção dos vazios urbanos centrais na cidade do Rio de Janeiro e a aplicação dos mecanismos disponíveis na legislação federal e municipal ao Poder Público Municipal para indução da função social da propriedade urbana como meios de tutela do direito à moradia no Município do Rio de Janeiro. O estudo pretendeu ser de cunho exploratório e de abordagem qualitativa. Os dados levantados entre os atores entrevistados permitiram desenhar quadros de análise, demonstrando as possibilidades e perspectivas de ocupação para uso de áreas centrais.

Cristine Jaques Ribeiro, Aline de Mesquita Duarte e Marlon Antônio Macedo Meireles apresentam a pesquisa realizada junto às duas cidades da região sul do Estado do Rio Grande do Sul, Pelotas e Rio Grande, cujo problema de pesquisa tratou do ordenamento urbanístico e dos diferentes modos de ocupar a cidade. A questão que se coloca é

problematizar se a cidade acolhe os diferentes modos de existência. O estudo percorre o método qualitativo mediante pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação de campo. O objeto de análise é a realidade por que passam as populações que vivem em situação de posse, no trabalho informal e em situação de rua. Problematizar se existe uma política urbana que reconheça a importância de garantir o direito à cidade é o que propõe tal estudo.

Yasmin Oliveira Costa, Gabriela de Lima Ribeiro e Cristine Jaques Ribeiro propõem a reflexão sobre os desafios e possibilidades da menstruação sob uma perspectiva de justiça social, procurando promover uma abordagem crítica e política do menstruar. Utilizaram como referencial teórico autoras/es e artigos que trabalham com feminismo decolonial, sendo estes selecionados por meio de busca no banco de dados do Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e do Google Acadêmico. Tendo em vista que os discursos ocidentais sobre menstruar reforçam hierarquias de poder presentes na nossa sociedade - o machismo, a branquitude, o capitalismo, a religião -, o corpo é construído mediante processos contínuos e permanentes, por investimentos e intervenções cotidianas desses mecanismos. Falar sobre uma nova definição de menstruação que considere não só uma, mas inúmeras multiplicidades humanas é resistir, reagir, mas também intervir em nossos próprios corpos para inscrever neles nossas próprias marcas e códigos identitários a fim de estabelecer uma tentativa de escapar ou confundir normas estabelecidas e, assim, participar ativamente da construção de si.

Tuize Silva Rovere e Mariana Barbosa de Souza discutem que o conceito de cidade está em constante disputa e pode ser preenchido de acordo com as diferentes demandas que se apresentam na vivência

cotidiana do espaço urbano. Mas quem faz a cidade? São os urbanistas, os planejadores urbanos? O mercado imobiliário? As necessidades do capital? O Estado? As pessoas? Pode-se dizer que a cidade deveria existir na complexidade de resposta a todas essas demandas, mas apenas algumas delas vêm sendo consideradas no fazer-cidade normativo, que obedece ao capital e desdobra-se nas soluções para sua (re)produção e circulação. Sendo um conceito em disputa, para cada realidade vivenciada e para cada modo de existência, cabe uma interpretação sobre o que é a cidade. Grupos diferentes produzem cidades diferentes. Homens, mulheres, populações racializadas, diferentes faixas etárias, população LGBTQIAPN+ vivenciam a cidade de acordo com suas próprias realidades. Mas não é a todos eles que a cidade vem respondendo.

Bruno Nicanor Mello da Silva e Fátima Giovana Tessmer Santin apresentam a cartografia como prática de representação do espaço geográfico enfatizando que ela foi utilizada, ao longo da história, por poderosas estruturas político-econômicas-militares que conquistaram territórios ao redor do mundo. Há algumas décadas, a sociedade civil organizada e os grupos excluídos das decisões políticas do Estado passaram a incorporar esse instrumento e contestar os mapeamentos hegemonicamente estabelecidos, inaugurando outras representações, minuciosas e aprofundadas, compreensões sobre os mesmos espaços que evidenciam que mapas são instrumentos políticos. O presente escrito é uma revisão de literatura sobre quilombolas, recortada para estudos, envolvendo cartografia social com essas populações. Teve como objetivo pesquisar processos de ambientalização das lutas sociais motivados por contribuições do povo quilombola e pelo movimento da cartografia social. Foi possível verificar que, nos últimos anos,

diferentes grupos foram se apropriando do conhecimento cartográfico, o qual tem se mostrado útil para evidenciar conflitos e injustiças socioambientais.

Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa apresenta a pesquisa de dissertação que tentou trazer luz ao debate do ciganismo/anticiganismo. Durante a pesquisa, o autor acompanhou uma família de ciganos que mora em Pelotas/RS, propondo-se a descobrir se os ciganos sofrem com estigmas e de que maneira esses estigmas são produzidos, se há relação do estigma com a história cigana. Para isso, buscou a história para entender a questão e de que maneira eles vivem hoje. Os ciganos têm um modo de viver muito diferente dos brasileiros - como eles chamam os não ciganos e, por isso, acabam por sofrer vários estigmas.

Camila de Freitas Moraes, Paula Alquati e Cristine Jaques Ribeiro propõem-se a discutir o tema da transfobia, como uma violência que se funda na colonialidade, sobretudo na América Latina. Do ponto de vista teórico-crítico, foram trazidos à baila autores decoloniais os quais, em suas análises, afirmam que tal violência se dá sistematicamente pela via das violações de direitos, em face dos efeitos dos processos de escravização, do capitalismo e do patriarcalismo como elos que se enlaçam no intuito de tornar algumas vidas mais precárias que outras. Conclui-se, então, que os corpos trans, nessa ótica, são matáveis e disciplinarmente puníveis pela compulsória do gênero e da sexualidade, por serem sujeitos em desacordo com as ontologias coloniais. Afirma-se, também, que a violência transfóbica realiza-se na medida em que esses sujeitos exercem resistência à matriz hegemônica de poder.

Nino Rafael Medeiros Kruger e Paula Mello Oliveira Alquati problematizam as bases de produção e reprodução do pensamento sobre

a ideologizada Cidade Moderna, refletindo sobre a razão por meio da qual foi edificada uma trama complexa de violências, exclusões e mortes. Para tanto, são revisitados escritos de autores críticos contemporâneos e clássicos que desenvolveram reflexões sobre o tema, na intenção de se repensar e ressignificar a produção teórica acerca da cidade. Partem do entendimento de que é, a partir da *pólis*, que a cidade se estrutura como espaço onde, em cada período histórico, configura-se uma trama de dominação, que se manifesta de forma brutal e gera as condições para a sujeição, opressão, exclusão e expropriação - características marcantes das cidades contemporâneas.

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo apresenta as reflexões sobre agroecologia que circundam sua tese de doutoramento que versou sobre os sentidos produzidos pelas mulheres que atuam na feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande -RS. Para compreender os engendramentos sociais do referido contexto, acessa o pensamento decolonial como possibilidade; primeiro, no sentido de compreender as amarras estabelecidas pelo sistema colonial/capitalista/moderno e, segundo, com o propósito de contribuir para a desconstrução da hegemonia na compreensão da questão social, de forma especial na América Latina. Avança para a problematização do projeto de civismo eurocentrado, constituído pela via do poder, saber, ser e do gênero. É nesse cenário que as relações agrícolas brasileiras fundam-se na perspectiva global e visam atender às demandas do mercado internacional, tendo em vista a industrialização da agricultura. A agroecologia se coloca como um modo de vida que envolve a prática agrícola atuando nas dimensões, científica, sociopolítica, cultural, alimentar, ambiental e econômica, portanto, constitui-se um dispositivo de resistência às opressões mencionadas. Na perspectiva de

lançar-se às descobertas da produção de sentidos pelas mulheres sobre agroecologia, buscou-se estabelecer processos de aproximação por meio da observação e dos diálogos em entrevistas semiestruturadas, visitas às feiras e aos lotes. Nesse sentido, considera-se que a agroecologia se trata de um movimento molecular capaz de propor linhas de fuga aos desafios à prática agroecológica e à pluralidade expressada em cada família e território.

Larissa Padilha de Brito e Elora Oliveira de Oliveira discutem que o Brasil carrega a herança escravocrata e latifundiária, fruto de um processo histórico concentrado na desigualdade e exploração de um povo. Sendo um dos países com maior concentração de terras do mundo, é necessário debater o acesso a uma alimentação saudável e seus enlaces no desenvolvimento da sociedade brasileira, considerando a influência do latifúndio na mesa do trabalhador e na divisão social de terras no nosso país, o que interfere diretamente no sistema agroalimentar brasileiro. Portanto, com revisão bibliográfica dos temas abordados, debatem a questão alimentar brasileira sob o paradigma mercadológico e sob a perspectiva do agricultor, trazendo como resposta a ausência marcada do alimento na mesa do trabalhador. No sentido inverso ao da lógica imposta pelo grande Capital, estão os movimentos sociais que defendem, a partir da sua prática cotidiana, não só outras possibilidades de se relacionar com os bens naturais mas também outras formas de relações pessoais. Essa perspectiva anuncia a luta não somente pela defesa da vida como também pela defesa de um povo soberano em sua alimentação, bem como a autonomia política e de organização societária.

Diego Pereira Viégas apresenta acepção limitada do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAM) empregada no setor agrícola,

o que impacta as políticas públicas promovidas, consubstanciando-se um verdadeiro desafio para os estudos que se proponham a realizar abordagens transdisciplinares. O estudo aborda a evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) desde sua origem após a Primeira Guerra Mundial até sua consolidação como política pública no Brasil. Destaca-se a disputa entre as perspectivas ambiental, social e econômica na construção do conceito, com foco no setor agrícola. O agronegócio tem priorizado uma visão restritiva da SAN, negligenciando aspectos sociais e ambientais em prol de interesses econômicos. Isso representa uma ameaça para a efetividade da política de SAN e prejudica esforços de abordagem transversal. Uma abordagem mais abrangente é essencial para garantir a segurança alimentar de forma sustentável e inclusiva.

Tiago de Garcia Nunes, Carlos Eduardo Arns, Mariana Ferreira Alves, Monik dos Santos Correa e Thaís Vitória Darwish de Paula problematizam as barreiras de concretização do PNAE no RS, com ênfase na resistência da Agricultura Familiar e Camponesa, na perspectiva da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN em um contexto não pandêmico. Contudo, a condição pandêmica deflagrou um oportunismo do poder público (tanto na esfera estadual quanto federal) no sentido de descaracterizar o programa, aproveitando-se da situação excepcional para realizar aquisições da iniciativa privada sem respeito às diretrizes definidas pelo PNAE. Tal circunstância sujeitou a pesquisa a um novo desenho, pois novos obstáculos somaram-se aos obstáculos já existentes no início dos estudos. O estudo se caracterizou como uma pesquisa-ação, descritiva e de natureza qualitativa apoiada na análise documental e observação participante nas atividades dos movimentos sociais envolvidos na

execução do PNAE, especialmente nas rodadas de negociação entre os movimentos e o poder público. Conclui-se que, frente ao oportunismo do poder público nacional e local com o intuito de descaracterizar a política pública durante o período da Covid-19 para desfavorecer a agricultura camponesa, a estratégia de resistência e mobilização das cooperativas populares na garantia de políticas sociais foi determinante para garanti-la. São demonstradas algumas estratégias organizativas empregadas pelos movimentos populares e suas cooperativas nesse período, assim como alguns resultados práticos desses esforços.

Cristine Jaques Ribeiro, Tiago de Garcia Nunes e Eliana Gomes Bender apresentam um relato da formação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA no Município de Pelotas / RS, desde o seu surgimento até sua efetivação. Destacam sua rearticulação em 2013 pelo Grupo de Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental do PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, com lançamento em 2015 de uma carta política no Seminário “Terra, água e alimento” e a formação em 2018 do Fórum de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em defesa da urgência de uma política municipal de produção, comercialização e consumo de alimentos. O COMSEA foi instituído em 30 de agosto de 2018 (lei municipal 6.623/2018). Resultaram dessas lutas e conquistas a Comissão de Mapeamento em 2020, o Grupo de Trabalho Doação de alimentos e a Lei 6.980 / 2021, que instituiu a política municipal de agroecologia e produção orgânica em Pelotas/RS.

Quando começamos a construir as produções, "Diálogos da Cidade", desejávamos transformá-las em instrumento de denúncia dos processos que tentam invisibilizar, não só no dizível no indizível, os modos de existir dos povos. Entendemos que estamos conseguindo, pois

essa é a quarta obra coletiva do GEP, desde 2017, que reúne estudos e pesquisas, como instrumentos para fortalecer as vozes que já ecoam, desde a colonização, gritos contra o Estado de morte, Estado imperial e Estado institucionalizado, nas configurações históricas do Brasil e da América Latina, que ressoam nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. São temas emergentes que escancaram a hegemonia das forças de exclusão, das forças de exploração, das forças de discriminação, das forças de periferização, das forças de remoção e das forças de opressão, que partem dos marcos racializados para condenar e negar o pulsar dos diferentes modos de viver. Assim, agradecemos, nesta quarta obra coletiva, a colaboração do CNP para que esse conjunto de estudos e pesquisas sejam viabilizados e multiplicados no território brasileiro.

1

OS VAZIOS URBANOS E OS INSTRUMENTOS JURÍDICO-URBANÍSTICOS INDUTORES DE FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE: PERSPECTIVAS E OBSTÁCULOS

Sabrine Tams Gasperin

Tiago de Garcia Nunes

INTRODUÇÃO

O espaço urbano do Rio de Janeiro é local de exposição e acirramento de inúmeras contradições e disparidades desde seu “descobrimento”, abrindo caminho para um cotidiano efervescente e de grandes disputas. Desse modo, apresenta-se como um interessante objeto de estudo por sua capacidade e riqueza em termos culturais, políticos, de criação e evolução social.

A pesquisa exploratória delineada teve sua origem marcada pela curiosidade de ser compreendida, social e juridicamente, a manutenção de vazios urbanos em uma cidade com grande carência habitacional como o Rio de Janeiro e, concomitantemente, a falta de efetividade do instrumento do IPTU Progressivo, partindo-se do pressuposto de que sua aplicação seria de extrema importância e de que contribuiria para a diminuição das desigualdades de modo a controlar a função social da propriedade urbana e abrir espaço para uso habitacional para as populações de baixa renda.

Acontece que os próprios atores entrevistados, das diversas instituições como também dos movimentos sociais urbanos, conforme será relatado no decorrer do trabalho, não colocam muitas expectativas

nesse instrumento. Ou seja, a hipótese inicial não foi confirmada, e o campo - aberto como postura metodológica - foi dando os contornos a essa pesquisa e mostrando a importância não só de outros instrumentos jurídico-urbanísticos mais efetivos (concessão de uso e locação social), mas também de outras disputas e entraves colocados nesse território, contexto em que a área central da cidade do Rio de Janeiro revelou-se como determinante, pois é núcleo de intervenções políticas e sociais há mais de 300 anos.

O estudo pretende ser de cunho exploratório e de abordagem qualitativa, de modo que a pesquisa se realizou a partir de revisão bibliográfica, legislativa e de estudo de caso. Este último foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas, com questionamentos direcionados aos movimentos sociais de luta pela moradia (CMP e MTST), assim como aos atores do Executivo, Legislativo Municipal, Ministério Público, Defensoria e Procuradoria da cidade objeto da análise. Do material coletado, foi realizada análise de conteúdo de modo a contrastar as informações entre si e a discussão colocada pelos referenciais teóricos, bem como dos fatores que dificultam e dos que facilitam o sucesso desses instrumentos legais.

O centro da cidade é um lugar estratégico e privilegiado, pois é dotado de grande infraestrutura urbana. É um ponto de grande mobilidade, vasta possibilidade de acesso à cultura e ao lazer, maior oferta de emprego, equipamentos públicos de fácil acesso, como postos de saúde, hospitais, escolas e universidades. É também lugar onde funciona toda a máquina pública. Nele, tem-se a concentração das sedes dos três poderes, tanto o Executivo (Subprefeituras, Secretarias, etc), quanto o Legislativo (Assembleia Legislativa, Câmara Municipal) e o Judiciário (TJ, JF, JT, TRF, TRE, TRT), além dos órgãos de controle, como

o Ministério Público e os órgãos de acesso à justiça, como as defensorias públicas (DPE e DPU), entre outras inúmeras instituições.

Nesse sentido, é importante reforçar que uma parte da inspiração do capítulo de política urbana na Constituição Federal de 1988 veio da possibilidade de utilização de imóveis vazios “em centros urbanos antigos para moradia social. Nessas áreas ditas “deterioradas” está a única alternativa de os pobres vivenciarem o “direito à cidade”, pois, de um modo geral, eles são expulsos dela “(MARICATO, 2015, p. 62)

Para Ermínia Maricato, “trata-se de um patrimônio social já amortizado por décadas de investimento público e privado. A disputa irá definir quem vai se apropriar desse ativo urbano e com que finalidade”. Essa afirmação refere-se ao centro da Cidade de São Paulo, porém pode ser facilmente transportada para análise da área central do Rio de Janeiro ou para qualquer outra área central urbana em nosso país.

Desse modo, como foi visto, sabe-se que há uma produção normativa intensa direcionada a essa zona, assim como há um certo foco na área para o desenvolvimento urbano¹, mas a pergunta que ainda carece de resposta é: para quem? Além disso, quais são os aspectos da estrutura social que impedem igualitário desenvolvimento urbano e amplo acesso à moradia?

Os diversos atores das instituições públicas entrevistados para a pesquisa de mestrado que originou este trabalho, quando questionados sobre a existência de vazios urbanos no centro da cidade ou sobre o possível cadastro de imóveis ociosos afirmaram que não havia qualquer sistematização. Com isso, também não souberem dizer exatamente, em

¹ Retrofit, construção de centros comerciais, empresariais, apartamentos para a classe média, shoppings populares, etc.

números exatos, a quantidade de imóveis vazios passíveis de utilização. Assim, afirmam, dentro do contexto das políticas descritas, que há o objetivo de mapeamento dos imóveis sem uso da área e unificação dos cadastros municipais (secretária de receita, finanças, habitação, urbanismo, defesa civil, etc. Igualmente, quando questionados sobre definição ou classificação dos vazios urbanos também não souberam elaborar suficientemente uma resposta quanto ao número de imóveis subutilizados, não edificadas e não utilizados, mesmo quando informados sobre a existência dessa classificação pelo Estatuto da Cidade. Houve algumas tentativas de elaboração, mas todas bem diferentes umas das outras e vagas. O que pode se denotar é que não há um debate interno - muito menos público - sobre a questão de modo a definir um padrão de atuação pelo executivo municipal.

É preciso compreender a complexidade dos diversos conceitos e significações dos vazios urbanos, especialmente os de áreas centrais para, assim, abrir espaço para a discussão das possibilidades de resolução do problema a curto, médio e longo prazo. Nem sempre a resposta será simples e única; talvez a aplicação de diversos instrumentos seja necessária em uma mesma área definida pela sua realidade complexa (natureza jurídica, urbanística, social).

É razoável também pensar que nem todos os imóveis ou terrenos ociosos necessariamente devem ter uma destinação de uso habitacional; há apenas o indicativo na legislação municipal e federal pertinente. Esses locais podem servir tanto para moradia quanto para a consolidação de áreas verdes, instalação de equipamentos públicos de saúde, assistência social, cultura, educação, etc. Contudo, em razão da indicação legal e também da preocupação com a calamitosa situação do acesso à moradia digna e central no Rio de Janeiro, optou-se por

trabalhar com seu uso direcionado à habitação com a sugestão de mecanismos que propiciem maior agilidade na resolução do problema e que possibilitem, de maneira imediata, o acesso à terra e à cidade a todos e todas.

Há uma questão que diversas vezes foi levantada pelos atores quando justificavam o porquê do abandono da área central. Não foram poucos os relatos de que os lotes eram demasiadamente pequenos para atração de possíveis investimentos privados, o que segundo foi relatado pelo integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) entrevistado. Relatou também que, em razão do tamanho reduzido dessas áreas, diminuía consideravelmente a capacidade de mobilização e repercussão política para intervenção nesses imóveis, visto que as políticas de tensionamento e conquista da moradia se dá essencialmente no campo político, isto é, depende da amplitude que a ocupação ganha socialmente.

Além disso, foi narrada outras tantas vezes a restrição em relação ao alto custo de manutenção de imóveis tombados e preservados pela legislação do patrimônio histórico e cultural, pois as casas e edifícios da área central são predominantemente antigas, muitas vezes em ruínas, as quais demandam grande investimento para recuperação e manutenção.

Outro fator que também foi apontado como entrave seria o alto custo no que tange ao pagamento do imposto dos imóveis, eis que, na área, há uma predominância de prédios que estão inscritos no município como de uso “comercial” e há uma diferença significativa no valor do IPTU de imóveis para uso residencial para outros com foco no comércio. Conforme dados apresentados pelo Procurador do Município do Rio de Janeiro, é quase o dobro do valor. Já a Defensora Pública

entrevistada relatou um caso em que tiveram que pleitear a mudança de uso de um dos imóveis com ocupação consolidada e posterior ação judicial para revisão da dívida, pois os moradores não tinham como arcar com o montante acumulado de débitos.

Realidade igualmente conflitante é a de que existem grandes áreas (desmembradas em vários lotes/unidades) que são de propriedade de uma única empresa ou ordem religiosa. Grande parte desses imóveis são alugados para comerciantes locais que ficam submetidos a custos exorbitantes de aluguel, assim como ficam à revelia de uma decisão de venda da área total, o que inviabiliza a manutenção dos residentes e comerciantes locais nessas situações de transações imobiliárias.

Aliás, é importante ressaltar que, de maneira geral, foi relatado que a estimativa é de que o maior número de imóveis no centro seriam de propriedade privada se formos contabilizá-los em unidades habitacionais (“números de porta”), contudo, quando se fala em metros quadrados, em extensão, grande parte da área central efetivamente é de propriedade pública. Ou seja, de fato, o maior proprietário, em termos de área, é o próprio Estado - União, estados e municípios. De forma exemplificada, o Procurador do Município relatou:

Você tem muitos imóveis públicos por conta que o Rio de Janeiro foi capital da república, então você tem muitas repartições públicas, muitas áreas militares no centro do rio. E a gente foi estado da Guanabara e foi capital da república uma época. [...] Então você tem menos imóveis públicos, mas em área eles representam muito. Em termos de unidades, você tem muito mais unidades privadas, mas em termos de área, eu digo pra você que isso é muito próximo, um 40 e 60 por cento aí. [...] E você tem muitos imóveis no centro do Rio vinculados à Igreja, também tem isso, e isso tem um reflexo porque igreja é imune a IPTU, então você tem Convento de Santo Antônio, aqui na Praça da Carioca, que é enorme, você tem o Mosteiro de São Bento. A própria

Rua da Carioca, essas lojas que estão ali há muitos anos a maioria pertence à ordem religiosa, porque era muito comum. Tem a Santa Casa de Misericórdia. A cultura portuguesa tinha muito disso de quando a pessoa não tinham herdeiros, quando a pessoa era muito devota ou quando ela não tinha herdeiros deixava tudo pra Igreja, ou ela tendo herdeiros ela fazia um legado de uma parte dos bens dela pra Igreja ou pra Santa Casa de Misericórdia. A Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro ela tem mais de 500 imóveis. De legados de pessoas que deixavam ao falecer pra Santa Casa. A Igreja até de uns tempos pra cá começou a negociar alguns imóveis deles e vender pra iniciativa privada, porque eles valem muito e com esse dinheiro ela constrói áreas muito grandes, templos maiores em áreas mais afastadas do centro. (informação verbal, agosto/2017)

O estudo realizado pela pesquisadora Andréa Borde, com outra abordagem e escopo, chegou à conclusão semelhante:

Enfocando mais especificamente os vazios urbanos das áreas centrais e suas franjas é importante destacar que, mesmo sem uso efetivo, esses terrenos sofrem valorização do mercado, e que o maior proprietário de terrenos vazios valorizados na área central do Rio de Janeiro é o Estado, seja o governo federal, estadual, ou municipal. Embora exista um grande número de terrenos vazios particulares, pertencentes a grandes empresas, como é o caso da Companhia do Metropolitano, ou mesmo às ordens religiosas, os mais valorizados pertencem ao Estado. Em outras palavras, da mesma forma que o Estado desempenha um papel fundamental na formação e manutenção desses vazios urbanos, poderia, também, contribuir para coibir a formação de novos vazios e equacionar de forma mais justa as situações de vazio urbano existentes (BORDE, 2004, p. 6)

Essa informação, a partir dos atores e das leituras realizadas sobre a área, mudou de certa maneira a pesquisa, trazendo a possibilidade de “reinserção” também dos vazios públicos e das ordens religiosas, o que não era objetivo da investigação inicial. Assim, é preciso pensar em saídas para o problema da manutenção de vazios urbanos,

especialmente em relação aos imóveis da União que se destinam prioritariamente à habitação social, conforme a lei.

Para a intervenção na propriedade privada, há a indicação legal do uso da utilização compulsória, IPTU Progressivo, Desapropriação, sucessivamente e a arrecadação de imóveis, mas, como já foi visto, são instrumentos de resposta a longo prazo que demandam um investimento público bastante grande, em termos de estrutura (material e técnica) e financeira. Isso em contar com o fato de os obstáculos em razão desses mecanismos agirem diretamente em um assunto muito caro: propriedade exclusivista plena.

Ao mesmo tempo, é importante refletir sobre as seguintes questões: quais seriam as respostas de soluções para imóveis público ou os isentos de pagamentos de IPTU, no caso das ordens religiosas? Como induzi-los ao uso? Em relação aos imóveis com imunidade tributária, proprietários de grandes áreas de terra edificada com isenções, como intervir?

Os dados levantados por meio das informações verbais trazidas à tona pelos atores corroboram o que dispõe BORDE (2010):

Se as intervenções urbanas estão entre os fatores que caracterizam a formação dos vazios da área central, a situação fundiária e jurídica é o fator mais fortemente relacionado à sua permanência. Fatores econômicos, morfológicos e simbólicos, entre outros, estão presentes tanto no processo de esvaziamento como na permanência dessas situações de vazio urbano. É importante, no entanto, destacar a desestabilização gerada por dois fatores ligados à morfologia urbana que se destacam entre os demais na área central: a dificuldade que os estreitos lotes do tecido colonial, localizados em área de preservação, oferecem às transformações de uso; e a relação de proximidade que se estabelece no tecido urbano entre as inúmeras situações de vazio urbano. Essas situações representam, por vezes,

obstáculos quase intransponíveis face aos obstáculos que impõem à sua transformação.

Os atores do Executivo Municipal narraram à autora a dificuldade de tornar atrativo o Centro para o mercado imobiliário, em razão das restrições de espaço, embaraços cartorais dos imóveis, confusão da legislação urbanística para a localidade, entre outros fatores.

Outros elementos bastante ressaltados que dificultam a intervenção no Centro é o zoneamento (e a consequente regionalização restritiva dos usos na cidade), concentração do patrimônio em grande parte por empresas (financeiras, grupos de investidores, etc) além do dado de que, em média, apenas 15% do Centro é destinado ao uso residencial, conforme o que é narrado pelo Procurador do Município.

Uma pequena análise feita pelo arquiteto Henrique Fonseca, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade sobre as restrições para ocupação da área central sintetiza algumas conclusões com as quais também corroboramos em relação à situação fundiária, como falta de habitação (e seu incentivo) e arcabouço legislativo muito complexo e disperso no que diz respeito à área central.

A realidade é muito mais complicada do que prevê a legislação. O maior problema hoje que eu vejo é com imóveis próprios públicos e das ordens religiosas e arquidiocese, a Santa Casa tem muito imóvel. Tem imóveis que não foram registrados, de 200 anos atrás, não estão em cartório por que são anteriores a isso tudo. E essas ordens não tinham que se encaixar, aí ficaram lá, são donas de boa parte do centro do Rio de Janeiro. Eles tem muita propriedade, então tem muito com poucas organizações, poucas instituições, que tem muitas propriedades aqui no Rio de Janeiro. E por ter muito, diminui o interesse que elas tem em estar funcionando, se ela tem 10 e 6 ocupados, então não estão correndo atrás. Fecha pra ninguém invadir e acabou o problema. Deixa lá, daqui a pouco a gente pode vender ou não. A

gente compra outro, aí alguém morre, doa, tem gente que recebe doação até hoje. Eu acho que esse é um dos principais problemas, eu digo que tem três questões do centro. A situação fundiária, falta de habitação e legislação. A legislação do centro urbanístico é muito complexa. O centro foi campo de testes de legislação, passou por Plano Agache, antes Pereira Passos, então essas legislações foram se somando. Isso desestimula a empreender no centro. (informação verbal, agosto/2017)

Um dos atores que participa do *GT para revitalização do Centro e da Lapa* no Rio de Janeiro mencionou que a Igreja fez parte das discussões da equipe, assim como o SEBRAE. Já a sociedade civil organizada, movimentos sociais e associações de bairros (etc) não estão participando da elaboração da política, ação que vai impactar substancialmente suas vidas e as de toda a coletividade.

Vale lembrar que o referido grupo de trabalho foi criado em fevereiro de 2017, e o seu relatório final foi apresentado em abril do mesmo ano. Esse detalhe pode parecer insignificante, mas nada na política é por acaso. Então fica o questionamento: como sugerir uma política pública dessa magnitude em menos de dois meses de estudos e de sistematização? Há como elaborar um plano de intervenção sério em uma realidade tão complexa em tão pouco tempo? Quais os motivos pelos quais esse decreto foi publicado logo como primeira ação de governo?

De outro modo, algumas outras impressões podem ser levantadas. Nas narrativas, ficou evidenciado que o foco de intervenção é a requalificação da área central com controle público da zona (ordenação, limpeza, consertos, aumento da segurança pública etc), incremento de órgãos públicos e incentivo à iniciativa privada por meio de benefícios fiscais e legais.

Muitas vezes, foi mencionada a preocupação com a construção habitacional na área, mas, quando se discorria a execução factual das políticas, sempre se voltava à necessidade de arrecadação e de incentivos às empresas. Nesse sentido, também focavam apenas em instrumentos fiscais e jurídicos, como arrecadação de imóveis e isenções fiscais, sem haver qualquer movimento no sentido de viabilizar mecanismos que permitam o desenvolvimento urbano democrático e que viabilizem acesso à moradia à população de baixa renda.

Outro ponto é o alto custo das iniciativas propostas, em contraposição ao discurso recorrente de ausência de recursos. Frente a essa “falta de verba”, parte-se para incentivos privados que visem ao financiamento das políticas.

Os incentivos geralmente são direcionados ao empresariado e ao setor da construção civil. Nesse sentido, mesmo na hipótese de se viabilizar e reativar o centro para uso habitacional, percebe-se que o interesse está voltado para a classe média, ou seja, vislumbra-se que a habitação de interesse social não seria construída de nenhum modo para as classes mais desfavorecidas (a exemplo, faixa 1 do MCMV).

Relevante também foi o fato de que, de um modo geral, relatou-se o empecilho que a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro representa frente à necessidade de aprovação da legislação urbanística. Entre alguns técnicos da Prefeitura, isso foi relatado no sentido de que as “facilitações” e “benefícios” a serem oferecidos à iniciativa privada para o desenvolvimento urbano estariam travadas por conta dos embates políticos na Casa Legislativa Municipal.

Outro fator que ficou evidenciado é a ausência de comunicação entre os entes públicos (sem fazer aqui juízo de mérito quanto à transparência pública, diálogo e abertura com a população), o

Ministério Público que atua de um lado mapeando a cidade no combate às drogas e ao tráfico, o Executivo Municipal fazendo levantamentos com o objetivo de arrecadar e fazer limpeza social, a Defensoria atuando em defesa das pessoas sem acesso à justiça e às ocupações, a Câmara de Vereadores na atualidade presa entre suas disputas internas de força política, sem haver qualquer estudo mais significativo e comunicação com outros órgãos.

Nesse contexto, é importante ter claro que o silenciamento quanto à manutenção de vazios urbanos não está restrita a apenas uma questão de governo; por óbvio a negligência governamental entre gestões (quatro em quatro anos), a instabilidade advinda da troca, prejudica sobremaneira esse processo, inclusive afetando a possibilidade da implementação de políticas públicas concretas, substanciais a longo prazo, ou seja, que abram espaço para o desenvolvimento de políticas de Estado que contribuam para a democratização do acesso à terra e à cidade.

A desconsideração quanto ao planejamento urbano sistemático, integrado e democrático está relacionado à exclusão. Relaciona-se também com desenvolvimento seletivo e com um perfil segregacionista. O Centro, que tanto mencionamos como espaço infraestruturado e com potenciais enormes para habitação, está sendo pensado para quem? O silêncio e o “vazio” de informações que tanto são mencionados neste trabalho não diz respeito ao desenvolvimento urbano, mas, sim, ao seu foco, à sua direção.

Contudo, é imprescindível atentar-se para o fato de que o silêncio e a negligência não são, de maneira alguma, impensadas e/ou aleatórias. O espaço urbano está, sim, sendo construído. O desenvolvimento é pauta para qualquer uma das gestões que já se passaram na Cidade do Rio de

Janeiro e no Brasil como um todo. Agora, a questão que fica, mais uma vez, é a seguinte: investimento e política pública para quem?

A própria subsecretária de urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro relatou que, de acordo com uma pesquisa realizada pelo PROURB/UFRJ, na I e II Regiões Administrativas (Centro e Zona Portuária), há a capacidade de viabilizar cerca de 150 mil unidades habitacionais. Pelo que foi narrado na referida pesquisa, foi feito um levantamento de metragem quadrada dessas áreas que não estão ocupadas mas que são imóveis privados ou públicos das várias esferas, estadual, federal, municipal. Conforme informado, não há avaliação quanto ao mérito da titularidade mas apenas sobre a existência de imóveis ociosos (informação verbal, agosto/2017).

Como apontado, foi definido um potencial médio construtivo que poderia ser construído no local, então chegaram a uma tipologia que poderia ser aplicada como no Minha Casa Minha Vida e chegaram ao número relatado de unidades que caberiam na área (informação verbal, agosto/2017).

Esses dados narrados evidenciam, ainda mais, a importância de se identificar os possíveis obstáculos da ocupação do Centro da cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que houve algumas tentativas frustradas de acesso aos dados oficiais da referida pesquisa, por isso não podemos afirmar com exatidão a metodologia e as fontes utilizadas para chegar a esse quantitativo, mas, de qualquer maneira, servem como um indicativo de potencial e corrobora a importância da área que justifica a existência dessa investigação.

Além disso, a subsecretária destacou que os trabalhos da secretaria estão sendo desenvolvidos sob o novo paradigma de desenvolvimento urbano que é orientado pelo transporte (DOT), que objetiva adensar as

áreas do entorno do sistema de transportes da cidade. Nesse sentido, afirmou que estão tendo que refazer toda legislação de uso e de ocupação do solo, o código de obras, a lei de parcelamento urbano e a lei de licenciamento e fiscalização a partir dessa nova orientação.

Dentro de todo o contexto apresentado, é preciso sistematizar objetivamente as principais questões levantadas como impedimentos para ocupação residencial da área central do Rio de Janeiro, as quais restam aqui denominadas como entraves extrínsecos: a) reduzida dimensão dos terrenos; b) imóveis embaraçados; c) desinteresse do mercado imobiliário residencial; d) alto índice de inadimplência; e) alto custo de manutenção (imóveis tombados, preservados, etc); f) burocracia (Legislação dispersa e intrincada); g) ausência de comunicação entre os entes (municípios, estados e União); h) cultura (Lei Zoneamento que proibia o uso residencial no centro); i) Imóveis abandonados (aumento da insegurança pública, usuários de drogas, etc).

Além dessas questões, existem os fatores que designamos como entraves intrínsecos, os quais se configuram tanto pela história patrimonialista no país e a nociva concentração das propriedade quanto pelas relações entre os interesses privados de grandes empresas que se sobrepõem aos interesses universais públicos e sociais.

Para trazer materialidade à compreensão da forma de funcionamento desse mecanismo², é interessante observar a fala do atual Presidente do SINDUSCON-Rio (Sindicato da Indústria Construção Civil) e também vice-presidente da FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), que, quando foi entrevistado para esta pesquisa, deixou transparecer, em toda sua narrativa, uma naturalidade

² Mecanismo que parece etéreo, pouco palpável, mas que em verdade está concretamente instituído nas diversas estruturas da sociedade.

no que tange a sua inserção nas instituições públicas, bem como sua capacidade de induzir a elaboração de políticas públicas.

Quando relatava a estrutura do sindicato patronal da indústria da construção civil do Estado do Rio de Janeiro, mencionou que uma das estratégias de atuação é fazer a representação da classe empresarial em todas as instâncias públicas, especialmente nos diversos conselhos e comissões existentes.

Menciona entidades locais às quais tem acesso (COMPUR - Conselho Municipal de Política Urbana, CONSEMAC - Conselho Municipal de Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, SESI - Serviço Social da Indústria, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); em nível federal: a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (reúne todos os sindicatos e entidades do Brasil inteiro da parte da construção), CAIXA - Caixa Econômica Federal, CNI - Confederação Nacional da Indústria, Conselho Contribuinte. Menciona sua ligação necessária com concessionárias de serviços, como a Light (energia elétrica), CEDAE - Companhia Estadual de Água e Esgoto (informação verbal, agosto/2017).

É interessante notar que a organização administrativa do SINDUSCON dá-se a partir de uma diretoria, conselhos e comissões técnicas, organizadas nas seguintes áreas: CDRH - Comissão de Desenvolvimento de Recursos Humanos; CHS - Comissão de Habitação Social; CMI - Comissão do Mercado Imobiliário; COMARC - Comissão de Meio Ambiente e Relações com Concessionárias; COMAT - Comissão de Materiais, Tecnologia, Produtividade e Qualidade; COP - Comissão de Obras Públicas; CPRT - Comissão de Política e Relações do Trabalho e CRI - Comissão de Revitalização de Imóveis.

Essas comissões se reúnem mensalmente para pensar intervenções para o desenvolvimento do setor a partir dessas áreas de interesse. Assim, deve ser ressaltado que a “Habitação Social” e a “Revitalização de Imóveis”³ estão entre as principais questões e frentes de atuação para o Sindicato, organizadas tecnicamente a partir de estudos constantes e de estratégias de indução de produção legislativa.

Sobre isso, é importante mencionar que o Sindicato também tem dentro de sua estrutura uma “Assessoria Legislativa” que é responsável pelo acompanhamento constante dos projetos legislativos relacionados à Construção Civil. Segundo consta em seu sítio virtual, a assessoria *“analisa publicações via internet, selecionando projetos legislativos em tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e na Assembléia Legislativa do Estado, que possam vir a interferir nos sistemas e práticas construtivas, encaminhando-os às diversas Comissões Técnicas para análise”*. Nesses espaços, são produzidas eventuais sugestões que possam ser oferecidas às casas legislativas.

Em documento físico de divulgação disponibilizado para esta pesquisa, o Sindicato informa que a contrapartida da instituição às empresas afiliadas é a representação institucional junto ao Poder Público Municipal, Estadual e Federal, pleiteando também mudanças na legislação de modo a defender os interesses do setor.

Em entrevista, foi indagado sobre as frentes de atuação do sindicato, destacando que essencialmente as ações visam *“proporcionar aos construtores uma série de avanços nas suas tratativas com os agentes*

³ De esta forma puede decirse que los procesos de renovación urbana van a articularse directa o indirectamente, siempre con la acción y los intereses del Estado. Y aquí empieza el problema en cierto sentido, a saber, que esa intervención del Estado no va a ser neutra socialmente, sino que esa intervención va a estar determinada por los conflictos políticos y los grupos de intereses que van a subyacer esta acción del Estado.(CASTELLS, 1979, p. 229)

públicos e privados, diz respeito à questão de financiamentos habitacionais, programas, à questão de licenciamentos. Isso tudo é muito importante para nós. E nós temos um relacionamento muito grande com todos os setores, prefeitura, estado e Governo Federal, para poder ter essa aproximação”.

Pela voz do presidente, fica evidenciado que o sindicato patronal se sente muito próximo da administração pública, e isso é destoante quando comparado à inserção e acessibilidade dos movimentos sociais e, até mesmo, à população e aos órgãos públicos.

Também é importante notar a disparidade de estrutura técnica e da capacidade de intervenção do sindicato, em relação ao cidadão e aos movimentos sociais, visto que tem uma atuação diversificada e significativa por ter uma estrutura administrativa e técnica vigilante na “fiscalização” de propostas legislativas contrárias aos seus interesses e, ao mesmo tempo, focada na produção legal de normas que os beneficiam.

Diferentemente é a capacidade de qualquer cidadão intervir na luta pelos seus direitos e interesses, assim como a capacidade de intervenção dos movimentos sociais urbanos organizados, que carecem de uma estrutura financeira e, muitas vezes, técnica para uma melhor intervenção. Conforme foi relatado por Marcelo Edmundo da Central de Movimentos Populares, são inúmeras as situações que em os projetos sociais travam por questões de suporte técnico frente à ausência de uma assistência pública e gratuita. Muitas vezes, as ações esbarram na necessidade de um parecer de engenharia, urbanístico, jurídico, etc.

É imprescindível perceber o contraste acima relatado. Não há como negar que há uma “disparidade de armas” existente entre a capacidade de intervenção do setor da construção civil, o cidadão comum e os

movimentos sociais. É uma vulnerabilidade técnica, jurídica e econômica latente, mas forte e impactante.

Por fim, o Presidente do Sindicato da Construção Civil relata os avanços que o setor conquistou com o Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente quando aumentou a faixa de renda para 9 mil reais (faixa 3), bem como narra que o Sindicato sempre almejou a criação do Ministério das Cidades, demonstrando participação tanto na criação do próprio Ministério quanto na instauração das políticas de interesse social.

Tecendo alguns elogios aos governos Lula e Dilma no que tange ao combate à pobreza, Maricato (2015) aduz que, apesar desses avanços, as cidades ficaram fora da agenda política nacional e que o Ministério das Cidades, de cuja criação participou em 2003, foi entregue ao partido mais conservador e corrupto, que representa os interesses da construção, o Partido Progressista (PP), de Paulo Maluf (p. 106). Sobre essa relação estreita entre a construção civil e o Estado, a autora expõe:

Penso que nesse sentido é fundamental considerar o fato de que o Partido dos Trabalhadores e os partidos de esquerda, ao consolidarem a coalizão política que sustentou o governo, entregaram a questão das cidades, sobretudo, às forças da burguesia nacional atrasada que representam o setor imobiliário e o setor da construção civil; ou seja, as grandes empreiteiras de obras públicas. Este é um capital muito importante na história do país e está presente em toda América Latina e em todo o mundo. Eles assumiram o comando das cidades, sobretudo a partir do grande programa de moradia lançado na segunda metade do segundo governo Lula. (MARICATO, 2015, p. 104)

De outro modo, o que precisa ficar evidenciado é que o cumprimento da função social da propriedade não pode ser visto como

satisfatório pela mera edificação ou parcelamento do solo. Igualmente não pode ser definido pelo mero cumprimento de normas procedimentais do Plano Diretor. A sua interpretação precisa ser ressignificada, de modo a incorporar de fato valores e princípios que estão compostos em sua existência.

Essencialmente as políticas analisadas voltam-se para questões como preservação do patrimônio cultural, requalificação da área central e, até mesmo, como foi visto, arrecadação fiscal. A questão da habitação social é pouco trazida no debate público institucional sobre a função social da propriedade e, muito menos executadas, distanciando-se, assim, do direcionamento dado pela legislação federal e municipal que indica o uso de imóveis ociosos para fins sociais, mais especificamente à moradia social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade do Rio de Janeiro, quais são as condições e elementos que contribuem para a ausência de políticas efetivas de democratização da terra urbana, especialmente em seu território central? Essa é uma das questões que permeou esta pesquisa e que, de uma maneira geral, a partir desta investigação, foram levantadas algumas pistas sobre a possível resposta. Outro fator colocado era alcançar dado oficial público que estipule de fato quantos imóveis estão em estado de abandono ou de ociosidade no Centro da cidade; Há um controle público sobre o uso da propriedade e o cumprimento da função social de modo a coibir a manutenção de vazios urbanos?

Nesse sentido, foi observada a incapacidade de os agentes públicos formularem uma noção para os vazios urbanos, bem como de

implementarem uma política direcionada a esse fenômeno sem compreendê-lo social e conceitualmente? Conforme entrevistas realizadas, pode-se depreender que não há um consenso e uma unificação sobre a noção de imóvel ocioso pelas Instituições Públicas.

Como pode se perceber pelas análises feitas, o Estatuto da Cidade, entre outras normativas, também expõe um direcionamento bastante restritivo sobre a noção de vazio urbano. O único artigo em que consta uma tentativa de definição apenas menciona que se considera subutilizado o imóvel cujo aproveitamento seja inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente. Assim, fica o questionamento: aproveitamento em que termos? Índice construtivo? Uso? Moradia? Comércio? Quais atividades se configuram como proveitosas e representam o eficiente cumprimento da função social da propriedade?

Diante de todo material coletado, pode-se vislumbrar que as políticas públicas e as ações do Executivo Municipal, como responsável pelo ordenamento urbano e garantia da função social da propriedade e cidade, têm como objetivo primordial a arrecadação fiscal e a segurança pública, muito antes da preocupação de reduzir o déficit habitacional. Afora isso, os objetivos econômicos oriundos de investimentos de grandes empresas e desenvolvimento do turismo na região, são atrativo para terceiros, não para quem habita ou vivencia o centro da cidade.

É bom lembrar que a simples arrecadação ou desapropriação trazendo os imóveis para o patrimônio público municipal, muitas vezes, não é a solução pois, no decorrer de todo este trabalho, ficou claro que uma grande parcela de imóveis ociosos são os “próprios públicos”. Ou seja, de que adianta o investimento em um procedimento caro e custoso

(tempo, estrutura, etc) para manutenção do imóvel em sua situação precária e sem qualquer fim ou uso?

Além disso, devem ser ressaltados outros dois fatores que se configuram como entraves: a ausência de comunicação entre os entes federais, estaduais e municipais, assim como a estrutura municipal diminuta, no que diz respeito à organização técnica e financeira.

Outra questão levantada é o arcaísmo da elite que atua no mercado de terras, comprando imóveis e participando do poder público (comissões, conselhos, etc) de modo a controlar o uso da terra e direcionamento das políticas. O enfrentamento a essa lógica e a melhor compreensão de como funcionam esses mecanismos nos dias atuais é de fundamental importância para a ciência social no sentido de dar respostas à população de modo a contribuir para transformação do espaço urbano e da cidade em um local mais justo e igualitário.

O poderio patrimonial estatal e religioso no Centro da cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma das questões principais a ser investigada em outra oportunidade de pesquisa. Já tivemos acesso a estudos sobre a origem da formação desse aglomerado de patrimônio, entretanto nada foi visto sobre os fundamentos da manutenção dessa situação em detrimento da população e dos fins sociais a que estão submetidas.

A pesquisa teve início com uma preocupação elementar: a manutenção de imóveis privados na área central sem cumprimento da função social da propriedade em situação de ociosidade. Agora, ao fim, a atenção está voltada especialmente não só às grandes áreas de propriedade do próprio Estado, ordens religiosas mas também às grandes empresas de investimento imobiliário. Todas as três instituições relatadas mostram-se intocáveis. Os dois primeiros têm

imunidade tributária, ou seja, quem compele o Estado e a Igreja a dar utilidade social ao seu extenso, injusto e obsoleto patrimônio secular?

Os atores sociais demonstraram, em geral, descrédito em qualquer política do Estado, mesmo em relação aos instrumentos urbanísticos que surgiram a partir das lutas dos movimentos urbanos organizados. Isso ocorre porque, em grande parte das oportunidades, esses mecanismos são apropriados pelo Poder Público de modo a fazer uso com fins diferentes dos objetivos que lhes deram origem. Compreende-se que o Executivo Municipal, na contemporaneidade e historicamente, utiliza os instrumentos como modo de controle e limpeza social, assim como também os utiliza para privilegiar as camadas elitizadas da população.

Se pensarmos no sistema político brasileiro, como no início deste trabalho discutimos, a representação da população está submetida a um mecanismo (democracia representativa, presidencialismo de coalizão, lógica de produção capitalista) que insere grupos econômicos de variados setores. Aqui, no caso, interessa-nos especialmente a construção civil e os grandes proprietários de terras urbanas (financeiras/igreja). Assim, cabe questionar: quem direciona o uso do solo? Quem elabora o arcabouço de normas internas e externas? Para quem?

Esse não é um dado que retiramos apenas da observação dos atores aqui ouvidos, mas estão também corroborados por diversas pesquisas aqui trazidas (BORDE, MARICATO, CASTELLS, HARVEY) que demonstram, com precisão, essa forma de intervenção e de comando nessa injusta e desigual lógica urbana que se perpetua há mais de 500 anos em nosso país.

Uma das questões levantadas durante essa pesquisa foi: fala-se tanto em negligência do poder público quanto ao ordenamento urbano, etc, mas o que se viu em verdade foi uma disparidade sobre quem recebe o “desenvolvimento”. A omissão está no foco da política. Uma questão que é sempre levantada caiu por terra, “não há planejamento urbano”, logo a questão deve ser substituída por “para quem é feito o planejamento e o consequente desenvolvimento territorial?”. O silêncio não reside na ausência de mecanismos e na execução de políticas públicas, mas, sim, na desconsideração de uma extensão muito grande da população que não recebe qualquer demonstração de interesse, o que constitui, assim, a exclusão.

Apesar de todos os obstáculos a priori identificados por meio da pesquisa empírica, muitas informações foram coletadas no sentido de se vislumbrar alguma perspectiva dentro da restrita ação por parte do Estado para o uso efetivo e democrático das propriedades (e da cidade).

Nesse sentido, é imprescindível trazer à tona os instrumentos sugeridos por Marcelo Edmundo, da Central de Movimentos Populares, que reafirmou a relevância da existência de uma assistência técnica gratuita (Lei 11.888/08), como também de ser viabilizada a locação social e cessões de uso. Reforçou que a existência de um banco de terras para controle do preço da terra e uso do solo é determinante, Igualmente sugeriu que é fundamental a discussão quanto a instituição da propriedade coletiva no país.

Desse modo, pela análise realizada e pelas questões levantadas, podemos apontar que o uso de imóveis da União que já tem sua destinação direcionada ao uso habitacional social é uma das prioridades de intervenção. Inclusive tal política de viabilizar a ocupação dos imóveis públicos federais para moradia social pode vir de proposta do

executivo municipal por meio de comunicação institucional que viabilize essas ações por meio de convênio, entre outros instrumentos jurídicos disponíveis.

Como foi visto, a possibilidade de cessão de imóveis públicos da União, que constituem um grande conjunto do universo de imóveis ociosos no Centro, é sobremaneira relevante. Inclusive, como foi muito relatado, a locação social é um instrumento muito interessante, pois extrapola os marcos da propriedade privada que é demasiadamente limitante e individualiza socialmente as pessoas. Assim, a locação e a respectiva concessão de uso são possibilidades além da simples titulação, pois podem proporcionar uma gestão coletiva do uso.

Importa dizer que todos os instrumentos listados foram instituídos legalmente a partir de muitas lutas sociais e de embates políticos. Entretanto, desde o princípio, sua utilização é marcada pela deturpação e manipulação, sendo empregados com grande distanciamento dos princípios que os compõem essencialmente, conferidos por lei: pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante gestão democrática, participação popular, ordenação e controle do uso do solo, de forma a coibir a retenção especulativa de imóvel urbano e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização (Art. 2º, Lei 10.257/2001).

Assim, uma perspectiva que se avista é a de que a conquista dos espaços urbanos pelos pobres se dá no campo da disputa política por meio da organização coletiva socialmente estabelecida. Os tensionamentos no poder instituído e na ordem pública pelas ocupações e movimentos sociais contribuem sobremaneira na tentativa de democratização da terra.

Como um limitador da pesquisa, pode ser apontada a ausência de dados empíricos sobre a intervenção das ordens religiosas e do mercado financeiro na contemporaneidade, haja vista os relatos de grandes transações imobiliárias entre a igreja e empresas investidoras (a exemplo, a Opportunity, que atua com investimentos imobiliários em todo território nacional), bem como da Santa Casa que ainda é uma grande proprietária, pois ela permanece atuante no mercado imobiliário.

Assim, é importante dizer que, a priori, seriam ouvidos apenas representantes da construção civil, entretanto o campo e o material coletado foram mostrando que, na realidade, além desse setor, existem outros que o compõem e que têm interesse e influência sobre a composição do espaço urbano do Centro do Rio de Janeiro.

Na hipótese de se vislumbrarem inúmeros imóveis de propriedade privada sendo vendidos ao mercado financeiro-imobiliário, igualmente há evidências de que muitos imóveis públicos estão sendo cedidos a empresas privadas de grande porte para exploração econômica. Assim, essas interrogações abrem um campo para novas investigações a serem realizadas em momento apropriado.

Por fim, é importante reforçar que não é pretensão deste trabalho exaurir o tema, muito menos todas as possibilidades de sua abordagem. Nesse sentido, entende-se que “o produto de uma pesquisa deve ser encarado de forma provisória e aproximativa” (MINAYO, 2001). Por isso, encara-se esta pesquisa como uma das possíveis versões da realidade estudada.

REFERÊNCIAS

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas.**

Orientador: SEGRE, Roberto. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Vazios Projetuais da área urbana central do Rio de Janeiro: o avesso dos projetos urbanos?** . I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ENANPARQ: arquitetura, cidade, paisagem e território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro. 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010.

BRASIL. **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos : Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.** – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Lei n.10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acessado em: 20 de dezembro de 2016.

CASTELLS, Manuel. **La Intervencion Administrativa en Los Centros Urbanos de Las Grandes Ciudades.** PAPERS: Revista de Sociologia, n. 11, p. 227-250, 1979. Disponível em: <<http://papers.uab.cat/article/view/v11-castells/pdf-es>>. Acessado em: 16 de setembro de 2017.

FURTADO, Fernanda; TEIXEIRA, Tatiana. **Reinserção de Vazios Urbanos: diretrizes para a política urbana Municipal, a partir do caso de Juiz de Fora/MG.** I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ENANPARQ: arquitetura, cidade, paisagem e território: percursos e prospectivas. Rio de Janeiro. 29 de novembro a 03 de dezembro de 2010. Disponível: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/195/195-351-1-SP.pdf> Acessado em: 21 de fevereiro de 2017.

HARVEY, David. **Social Justice and the City.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, Celso Santos e ROSSBACH, Ana Claudia. **Estatuto da Cidade Comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades, 2010.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NACIONES UNIDAS. Consejo de derechos humanos. Asamblea Geral. **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a um nível de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto**. 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/A.HRC.22.46_sp.pdf>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2017.

ROLNIK, Raquel. **Relatório temático sobre o impacto da financeirização no direito à moradia**. A/67/286, 2012. Disponível em: < <http://direitoamoradia.org/?p=16787&>> Acessado em: 11 de fevereiro de 2017.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann. Síntese, Desafios e Recomendações. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTADON, Daniel Todtmann (orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 201

2

A CIDADE E OS DESLOCAMENTOS COLETIVOS: O CASO DE RIO GRANDE E PELOTAS

Cristine Jaques Ribeiro

Aline de Mesquita Duarte

Marlon Antônio Macedo Meireles

INTRODUÇÃO

Pensar a cidade é problematizar a origem de seu próprio conceito e os sentidos que são produzidos em seu cotidiano. Desnaturalizar o conceito de cidade é colocá-lo no cenário colonial que se arrasta. Para tanto, antes importa afirmar que a questão agrária é a questão que tornou a terra propriedade privada desde o império. Consequentemente, a terra, assim como a cidade, no sistema capitalista, tornaram-se ativos financeiros que inviabilizam a permanência dos modos de existência. A racionalidade construída sobre a defesa da propriedade privada consolidou-se em diferentes contextos históricos que ainda estão sólidos nos discursos e nas políticas urbanas.

Pensar a cidade é reconhecer os diferentes modos de sua ocupação, é reconhecer que um planejamento urbanístico deve acolher sua heterogeneidade vivida e que é composto por facetas que negam a existência. Se perguntarmos quem faz parte da cidade, a resposta será a seguinte: as forças que coordenam e mantêm a especulação imobiliária e a financeirização da terra, ou seja, o complexo imobiliário mundial, que ordena o cotidiano do solo urbano, por exemplo. Sem- teto, sem-emprego e moradores em situação de rua não são os alvos do Estado para manutenção da existência.

A dinâmica para manter a cidade, como privilégio para alguns, fundamenta-se na negação da construção de uma política urbana, política capaz de acolher os diferentes modos de ocupar e existir na cidade. Baseia-se em uma política que reconheça a interseccionalidade da existência, quando identifica que as dimensões, raça, classe, gênero e sexualidade interferem na garantia da universalidade, na garantia do acesso aos programas sociais que são a materialização de políticas públicas, oriundas dos direitos sociais que constam na Constituição Brasileira de 1988.

David Harvey ajuda-nos a ampliar o conceito de cidade:

A cidade pode ser julgada e entendida apenas em relação àquilo que eu, você, nós e (para que não esqueçamos) “eles” desejamos. Se a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada. O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe, é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. (2023, p. 1)

Sendo assim, para abrirmos brechas coletivas, brechas de resistência na cidade, as populações que a ocupam decidem continuar a denunciar uma política pública inexistente nas suas pulsões heterogêneas. E como o fazem? Transitam no espaço urbano manifestando por meio de seus corpos a violência do Estado. No que se refere à população de rua, é possível a relacionarmos com a precariedade de acesso à água no espaço público. Será que a população que vive em situação de rua tem acesso à água potável? Tem acesso às refeições nutricionalmente adequadas? Tem acesso a aquecimento, com

cobertas, durante as estações frias? Pensamos também em outro grupo, a população que vive do trabalho informal. Além das demais categorias classificadas pelo IBGE, surge uma nova, “Desalentados”⁴. As trabalhadoras e trabalhadores informais, conseguem garantir renda suficiente para alimentação da família e demais subsistência? Essas problematizações seguem, quando relacionamos as populações empobrecidas que vivem em situação de posse.

Historicamente, sabemos que as populações que ocupam a terra e os imóveis urbanos são consideradas pelo imaginário social, como populações invasoras. Perguntamos, se a ideia de propriedade privada foi construída com a lei de terras, lei colonial de 1850. Nesse sentido, podemos afirmar que quem a habitava antes não necessitava de título regular de propriedade, certo? Então, a racionalidade colonial criou mecanismos de negação do acesso à terra para os povos indígenas e para a população escravizada e conseqüentemente, no percurso histórico, para as demais populações empobrecidas. Sendo assim, a regularização fundiária apresenta a lógica de impedimento de acesso à terra. Porém, a Constituição brasileira afirma que a não função social da terra é cabível para ocupação de terra e de imóveis que não geram trabalho, educação, alimentação, lazer, moradia, etc, conforme o Art. 12: À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e

⁴ “Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não o encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles os seguintes: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso ou não ter experiência profissional ou qualificação.” Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.”⁵

Relacionando com a teimosia do existir, nesses grupos dos “Sem”, estão os Sem Terra que, conseqüentemente, tornaram-se, no espaço urbano, sem-teto, sem-emprego, sem alimento, já que muitas e muitos vivem em situação de rua. As contribuições de Fanon não deixam dúvidas em relação àquilo que ele chamou de “Os Condenados da Terra”, o que o colonialismo e colonialidade construíram em sua trajetória:

(...) para o colonizador, o colonizado é a encarnação do mal(...) O que nos mostra ela? A multiplicação dos deixados à margem do crescimento, tanto no Sul quanto no Norte, e também a renovação incessante da humilhação e do esmagamento subjetivo de todos aqueles que essa modernidade designa despidoradamente, diante da globalização, como os “sem”: sem-pátria, sem-território, e também sem-teto, sem-documentos, sem-direito a um espaço de palavra. (FANON, 2005, p. 20).

Com essa perspectiva dos “Sem”, o presente capítulo, objetiva apresentar a realidade de duas cidades, da metade da região sul, do Estado do Rio Grande do Sul, Pelotas e Rio Grande, que, durante o processo de pesquisa, por meio da Pesquisa Documental e Bibliográfica, bem como da observação do cotidiano da cidade, será possível apresentar alguns dados produzidos junto ao Projeto de Pesquisa, intitulado: O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O planejamento urbanístico em questão, vinculado ao GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório dos Conflitos da Cidade, do PPG em Política Social e Direitos Humanos/UCPel.

⁵ Disponível em: <https://brasil.justia.com/nacionais/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-de-1988/titulo-vii/capitulo-iii/#:~:text=Art%20184%20Compete%20%C3%A0%20Uni%C3%A3o,a%20partir%20do%20segundo%20ano>

1. A CIDADE E O UNIVERSO AO SEU REDOR

A cidade de Rio Grande fica localizada na metade sul gaúcha. Sua economia é baseada no setor naval, pesqueiro e no turismo. No último Censo de 2010 (IBGE), foi registrado que o índice de desenvolvimento humano-IDH, era de 0,744. Em 2019, a cidade de Rio Grande contava com 211.009 pessoas, enquanto, em 2020, o município registrou 211.965 habitantes. Em 2017, conforme o IBGE, o salário médio mensal era de 3,5 salários mínimos. Isso significa, na proporção, 23,6% das pessoas ocupadas em relação à população total. Já em 2018, segundo o IBGE, o salário médio mensal da população de Rio Grande apresentou um leve aumento de 3,6 salários mínimos, porém, na proporção das pessoas ocupadas em relação à população total, ficou estagnado nos mesmos 23,6%. De acordo com a pesquisa do IBGE (2020), nos últimos anos, diversas pessoas, quando não perderam seus empregos, tiveram cargas horárias reduzidas. A pesquisa ainda diz que a informalidade representa a soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira e empregador sem CNPJ. O órgão ainda afirma que trabalho informal é tudo aquilo que é exercido sem a regulamentação legal.

Relacionando a discussão acima com a realidade dos trabalhadores da pesca, a situação do pescador de Rio Grande que precisa pôr o barco na água para pescar, do agente de turismo que precisa de pessoas indo até os pontos turísticos do município, do sorveteiro, do pipoqueiro que precisam de clientes, verifica-se que sua situação complexificou-se durante a pandemia da Covid-19, especialmente em seu maior pico, quando as ruas estiveram quase vazias. Um exemplo disso foi que, durante o isolamento social, os grandes empresários aperfeiçoaram seus sites para que os clientes pudessem comprar diretamente de casa

(NA PANDEMIA, 2020), enquanto o pequeno comerciante, padeceu devido às regras desiguais de subsistência e geração de renda (BBC, 2020).

A realidade de empobrecimento “escancarada” durante a pandemia demandou a garantia de auxílio emergencial. O DATAFOLHA (2020) apurou que 61% dos entrevistados no Brasil que receberam, pelo menos, uma parcela do Auxílio Emergencial, dizem ter perdido a renda. Essa perda de rendimento deu-se por conta da pandemia. Sendo assim, o sistema capitalista aproveitou a oportunidade para diminuir a mão de obra dos trabalhadores já que o número de vendedores, por exemplo, podia ser facilmente substituído por uma, duas pessoas ou até por um programa de computador. Não é à toa que, anos após o início da Covid-19, mais precisamente no ano de 2023, tivemos uma enorme enxurrada de notícias, aplicativos com a temática da inteligência artificial (TOH, 2023). Isso também abre a discussão: até quando a mão de obra humana será válida? No Rio Grande do Sul, existem pesquisas para, em um futuro ainda não próximo, os motoristas de ônibus serão trocados por inteligência artificial (ROCCA, 2023). Portanto, o capitalismo sempre se reinventa e substitui seres por máquinas, visando apenas ao lucro, o que gera a precarização no trabalho, mais desemprego e mais gente precisando trabalhar sem estabilidade e carteira assinada.

Cabe também salientar que no Brasil, nos últimos anos, houve um aumento considerável na desigualdade social, devido à pandemia e de políticas neoliberais do governo Bolsonaro. Mesmo que essas políticas tenham ficado para trás e que a pandemia de Covid-19 aos poucos tenha sido superada, os reflexos da crise social que tivemos no Brasil permanece, já que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2022 a população em situação de rua superou

as 281 mil pessoas. Isso representa 38% a mais do que em 2019. Ainda segundo o IPEA, esses dados mostram que a população em situação de rua é muito maior do que a população geral em proporção, já que, entre 2012 e 2022, o crescimento foi de 211% e, conforme os dados de IBGE, o aumento populacional brasileiro foi de 11% entre 2011 e 2021 (IPEA, 2020).

Segundo os dados do Censo/2010- IBGE, no município de Rio Grande, 66.646 domicílios particulares estavam ocupados; 1.422 domicílios particulares eram ocupados em aglomerados “considerados subnormais”; 195.857 pessoas eram residentes em domicílios particulares ocupados; 4.884 pessoas eram residentes em domicílios particulares ocupados em aglomerados “considerados subnormais” (IBGE, s.d.). Ainda em relação à cidade de Rio Grande, o Censo do IBGE de 2010 indica que o município tem um total de 73,654 domicílios recenseados; 7,438 domicílios de uso ocasional e 195,8577 domicílios em estado de não ocupação (RAMOS; MARTINS, 2017).

O levantamento da Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul feito em 2019 mostrou que Porto Alegre concentrava 79,4% da população dos aglomerados “considerados subnormais”; Caxias do Sul 79,9% e Rio Grande concentrava 60,3% dos aglomerados “em condições subnormais” (RIO GRANDE DO SUL, s.d.).

Segundo Raquel Rolnik (1995), “o arrendamento também expulsava os servos do campo. As terras arrendadas geralmente passavam a produzir para o mercado” (1988, pág 35). Se antigamente os servos eram expulsos de suas terras por meio de arrendamentos, hoje em dia o sistema capitalista conseguiu se reinventar expulsando famílias de imóveis considerados irregulares. Em 2020, durante o início das restrições da Covid-19, 63 famílias foram despejadas no município de

Pelotas (PAZ, 2020). A moradia é um direito assegurado para todos sendo uma competência comum da União, dos estados e dos municípios. Conforme aponta o texto constitucional, cabe “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988).

O estudo de base populacional, intitulado INSEGURANÇA ALIMENTAR NO EXTREMO SUL DO BRASIL, realizado em 2016, mostrou que a insegurança alimentar, de modo geral, está presente em 35,2% dos domicílios da cidade de Rio Grande, sendo, dessa porcentagem, 26,3%, de grau leve; 6,1% de nível moderado e 2,8% de uma forma mais grave. A insegurança alimentar pode ser formada por esses três grupos: a insegurança alimentar leve que se dá pelo ter receio de passar fome em um futuro breve, seja por falta de emprego e renda seja outros motivos, como situação do país; insegurança alimentar moderada, que ocorre quando há restrição na quantidade de comida para a família e insegurança alimentar grave, quando não há comida na mesa (DIAS, 2020).

O estudo promoveu duas rodadas de perguntas. A primeira rodada mostrou que pessoas que usam abusivamente álcool têm 11,1% de chances de adquirirem insegurança alimentar; fumantes apresentaram 21% e pessoas com sobrepeso e obesidade apresentaram 60%.

Já a segunda rodada indicou que os grupos com maior chance de lidar com o problema de insegurança alimentar eram pessoas do sexo feminino, que tinham 1,49 vezes mais que domicílios chefiados por homens. Também segundo essa segunda rodada de perguntas, verificou-se que pessoas declaradas não brancas têm 49% a mais de chances de terem que lidar com a insegurança alimentar do que as pessoas brancas.

O estudo ainda indicou que a faixa etária que corre mais risco de adquirir insegurança alimentar é o grupo de 18 até 39 anos, que tinha uma probabilidade de 1,93, enquanto o grupo de 40 a 59 anos tem uma probabilidade de 1,38. Esses dois grupos ainda têm maior chance de serem acometidos pela insegurança alimentar do que a faixa etária de pessoas com 60 anos ou mais.

Ainda segundo a pesquisa, as crianças de até 8 anos têm uma probabilidade de 1,38% de chance de serem acometidas pela insegurança alimentar a mais do que pessoas com idade igual ou maior que 12 anos.

De acordo com o Inquérito da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), no país só quatro de 10 famílias conseguem acesso aos alimentos. Ainda, conforme indicou o inquérito, em 2022, 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer, enquanto que, em 2019, o número tenha sido de 19 milhões de brasileiros com fome. Portanto, em poucos anos, houve um aumento na insegurança alimentar no país. A fome tem cor, tem gênero e sexualidade. A fome existe no campo e em lugares onde há crianças, ou quando elas não têm acesso à escola. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave de fome (REDE PENSSAN, 2022). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

As políticas públicas de combate à fome, quando existem, não são suficientes. A fome no Brasil é uma questão política, já que os governos tendem a privilegiar grandes produtores, visando à exportação, com o alto lucro, enquanto a dinâmica não é a mesma para a agricultura familiar, que oferta alimentação na mesa das brasileiras e brasileiros.

Esse setor garante 70% da mesa do brasileiro (PONTES, s.d.), mas está longe de competir com o agro pelo pouco acesso ao crédito.

A fome é um projeto político, pois, na maioria dos governos federais, jamais foi tratada como o foco principal. Até 2002⁶, o que se viu foram políticas para desencadear e incentivar ainda mais a fome, seja por meio de políticas de privatização, perdas de direitos da população que mais sofre com a desigualdade e trabalhadores, do desmantelamento de órgãos e comissões que lidam com a distribuição, organização seja por meio da criação de políticas voltadas à segurança alimentar. Por meio da pesquisa da qual fazemos parte, foi possível identificar, inúmeros fatores que comprovam que, na maioria das vezes, a população está jogada à própria sorte, na batalha pela dignidade mínima de sobrevivência. Essa dinâmica manifesta a ausência das mais variadas áreas, como habitação, geração de emprego, alimentação etc. A pandemia, demonstrou que a crise social é uma, senão a mais importante dos últimos anos, tanto no Brasil quanto no mundo. Nesse sentido, podemos usar o exemplo da cidade de Rio Grande onde se percebe que a prosperidade que aconteceu no passado não avançou, pois o número de pessoas que foram contratadas foi muito inferior ao município vizinho que é Pelotas, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Pelotas teve 2.274 novas admissões, enquanto Rio Grande teve 1.170 contratadas (PELOTAS, 2020).

⁶ FHC conseguiu controlar a inflação brasileira, entretanto, durante o seu governo, a distribuição de renda no Brasil continuou desigual, a renda dos 20% da população mais pobre. O Brasil ficou em excessiva dependência do Fundo Monetário Internacional (FMI). O governo FHC foi responsável pela efetiva inserção do Brasil na política neoliberal. "CARVALHO, Leandro. "Governo Fernando Henrique Cardoso"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>. Acesso em 07 de julho de 2023".

Inferre-se, então, que há possível omissão da gestão pública, já que se pode perceber a não garantia de acesso aos direitos sociais, pois a geração de emprego ou renda, por meio de programas efetivos de distribuição, são inexistentes. Sendo assim, se pararmos para perguntar para um morador da cidade de Rio Grande qual é a melhor maneira de levar o bem-estar para a população, possivelmente a resposta será unânime: geração de emprego e renda. Na pandemia da Covid-19 ou no inverno, os municípios abriram suas maiores escolas para receber a população⁷ em situação de rua, porém houve quem optou por não ir passar a noite nesses abrigos por inúmeros motivos. Um deles era o fato de que muitas dessas pessoas que vivem em situação de rua precisam levar sempre junto seus pertences, como papelões, latinhas, carroças manuais para pegar os reciclados. Portanto, muitos, com medo de deixar esses pertences, optaram por continuar na rua. Essa dinâmica revela a falta do atendimento da rede e das políticas públicas, para a garantia dos direitos sociais e humanos. Rio Grande, conta com sete grupos que trabalham com distribuição de alimentos, entidades da sociedade civil que atendem as pessoas em situação de rua, que são as seguintes: PS Amor e Caridade, Projeto Esperança Viva, Comunidade Renascer no Espírito, Anjos da Noite, Quinta-feira Santa, Voluntários do Amor RG, Rio Grande sem Fome⁸.

⁷ O Decreto nº 7.053, de 23 dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) é resultado do diálogo do Governo Federal com representantes da sociedade civil. Nele encontramos a seguinte definição de população em situação de rua: Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória..” Síntese da Política para População de Rua. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

⁸ Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/prefeitura-e-care-fortalecem-parceria-para-atender-pessoas-em-situacao-de-rua/>

Analizando a questão da população em situação de rua, muito se fala da forma correta como a população deve ser abordada e, consequentemente, a necessidade da criação de políticas públicas para essa parcela da sociedade. Mas será que a atual forma como o município de Rio Grande e os demais da zona sul e do Brasil atuam é correta? Muitas cidades do Brasil, incluindo Rio Grande e as cidades da metade sul, parecem articular seus atendimentos na perspectiva de descolar a realidade da situação de rua para o direito à moradia. O Estado nega o direito à moradia a quem necessita, embora ela seja direito⁹ imprescindível. Para evidenciar tal questão, sobre a realidade da cidade de Rio Grande, não existem dados da gestão municipal atualizados sobre a população em situação de rua. Em 2020, o número estava entre 150 e 200 pessoas (CABRAL JÚNIOR, 2019). O município de Rio Grande não foi tão acessível para conseguirmos ainda mais dados, logo há apenas a dependência do Censo Nacional para apresentar a realidade municipal. Também é possível comparar essa realidade com a da população em situação de posse e de insegurança alimentar e nutricional. A morosidade de dados pode apresentar o aumento da desigualdade social, econômica, territorial e racial produzida no Brasil que impacta os municípios da região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Tal desigualdade escancara a violação dos direitos sociais e humanos cotidianamente.

⁹ Assegurado pela Constituição Federal de 1988, o direito à moradia é uma competência comum da União, dos estados e dos municípios. A eles, conforme aponta o texto constitucional, cabe “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico...” Moradia: Constituição garante e reforça concretização do direito. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>>. Acesso em: 3 jul. 2023.

Também precisamos entender que nem todos os que estão em situação de rua querem uma moradia, já que, em alguns casos, a rua, em si, é o lugar onde essas pessoas se sentem seguras, portanto o importante é que tenham garantido o direito de existir permitindo-lhes o acesso à saúde, a programas de renda mínima, à segurança alimentar e nutricional, entre outros.

2. OS DIFERENTES MODOS DE HABITAR E DE PRODUIR A CIDADE

A cidade de Pelotas fica localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, sendo considerada uma cidade brasileira de porte médio, e será o recorte utilizado para pensarmos os diferentes modos de habitar e produzir a cidade. No município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2021, a população estimada era de 343.826 pessoas. Já a população, no último Censo (2010), correspondia a 328.275 pessoas (IBGE, s.d.), sendo 93,26% população urbana e 6,74% população rural (ESTADOS E CIDADES, s.d.). Percebemos que a população residente no município aumentou nesses 11 anos entre o último Censo e a estimativa do IBGE para o ano de 2021. Simultaneamente a esse crescimento populacional, o país enfrentou crises econômicas e políticas, especialmente a partir de 2016, além da crise sanitária de coronavírus, que teve início em 2020 no Brasil e da qual, até hoje, o país sofre os efeitos nos campos econômico, social e da saúde. Na tentativa de apreender o impacto nos modos de habitar a cidade, experimentados pela população pelotense, e as diferentes estratégias de sobrevivência utilizadas pelos trabalhadores e pelas suas famílias, especialmente a parcela mais empobrecida, é que se dá esta

pesquisa, buscando analisar os contextos envolvidos nesse processo por meio dos dados produzidos com o estudo.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil – PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considera o contexto brasileiro para avaliar o desenvolvimento dos municípios, e é composto de indicadores nas dimensões de saúde, educação e renda. Para além das questões econômicas, a abordagem de desenvolvimento humano busca prestar atenção na qualidade de vida das pessoas, nas suas capacidades e oportunidades, entendendo a renda como um dos fatores, e não a única forma, para o desenvolvimento de um país. Por essa razão, é importante considerar as condições de trabalho, moradia, alimentação, educação, oportunidades, acesso à cidade e aos recursos urbanos para que seja possível compreender a realidade da população dos municípios que não se apresentam de forma homogênea entre cidades (PNUD, s.d.).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM de Pelotas em 2010, de acordo com o IBGE, era de 0,739 (IBGE, s.d.). Conforme classificação apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, as regiões que apresentam IDH entre 0,50 e 0,799 são consideradas em nível médio de desenvolvimento, no que diz respeito ao investimento dos governos em saúde, educação e renda para a população, portanto o município se enquadra nessa classificação (SOUZA, 2008). No ano de 2010, o Índice de Gini em Pelotas era 0,54. Esse instrumento é utilizado para medir a desigualdade social de uma localidade, indicando a diferença, no que diz respeito à concentração de renda, entre os mais ricos e os mais pobres do local (INFOSANBAS, s.d.). O Índice de Gini de Pelotas indica que a cidade tem um nível elevado de desigualdade de renda próximo à realidade do país, que, em 2019,

apresentava Índice de Gini de 0,539, colocando o Brasil entre os 10 países mais desiguais do mundo, de acordo com estimativas produzidas pelo Banco Mundial, em documento divulgado pelo IBGE em 2020 (SASSE, 2021). Esses números manifestam a realidade experimentada pelos pelotenses quanto ao acesso a direitos sociais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, que define, em seu artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988), mas que vêm sendo negligenciados pelo Poder Público. Essa conjuntura é observada nos espaços públicos da cidade, nos diferentes modos de ocupar esses espaços, como as populações em situação de rua e em situação de posse, nas condições de emprego e renda do trabalhador pelotense e no que diz respeito à insegurança alimentar dessas famílias.

A negação do direito social ao trabalho aflige a vida dos sujeitos e de suas famílias, determinando o acesso aos demais direitos, como podemos perceber com o avanço da precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas e falta de políticas de geração de emprego e renda que contribuem para o processo de pauperização da classe trabalhadora no sistema capitalista de produção e para a consequente exclusão da cidade legal (MARICATO, 2002). Considerando esse contexto, a cidade de Pelotas acompanha a realidade do Brasil, que, com a pandemia de Covid-19, experimentou uma perda de vagas de emprego formal muito intensa, fazendo muitas pessoas buscarem alternativas para manter uma renda mínima para manutenção das suas despesas básicas. Segundo o IBGE, somente no setor do comércio, 404 mil postos de trabalho deixaram de existir no primeiro ano de

pandemia, e foram fechados, em 2020, 7,4% dos estabelecimentos do setor no país (GONÇALVES, 2022). De acordo com relatório produzido pela Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Pelotas, que abrange o período de abril de 2020 a março de 2021, os trabalhadores informais correspondiam a 17,3% da população pelotense, o que representa quase 70 mil trabalhadores na informalidade (PELOTAS, 2021).

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2019, na cidade de Pelotas, os trabalhadores recebiam, em média, 2.9 salários mínimos por mês, além de somente 24,5% das pessoas ocuparem cargos formais de emprego em relação à população total da cidade. Quando se faz um recorte entre os domicílios em que a renda mensal corresponde até meio salário mínimo, a porcentagem de pessoas ocupadas passa para 31.9%, situação que se manteve em 2020. Porém, em relação aos rendimentos, a média caiu para 2.8 salários mínimos por mês, passando também para 23,4% das pessoas ocupadas em cargos formais de emprego em relação à população total da cidade (IBGE, s.d.). Esses números nos revelam o impacto do primeiro ano de pandemia na renda do trabalhador pelotense e na quantidade de vagas oferecidas no mercado de trabalho na cidade.

Após o período mais crítico da crise sanitária, e com a retomada das atividades econômicas, o mercado de trabalho teve uma recuperação positiva nos novos postos de trabalho, porém, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) realizada pelo IBGE, houve um aumento da informalidade no ano de 2022 em comparação ao ano de 2019, bem como uma queda nos rendimentos do trabalhador brasileiro (DIEESE, 2022). Ainda de acordo

com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2022), esse processo de informalidade, de subemprego e de queda nos rendimentos afetou mais significativamente homens e mulheres negras, sendo esta última parcela da população quem sentiu mais intensamente esse efeito. Cida Bento (2022) vai refletir sobre a desigualdade do mercado de trabalho quando a categoria raça é levada em consideração, trazendo, não só questão estrutural que muitas vezes acaba por negar oportunidades a pessoas negras, mas também uma análise sobre o que ela chama de pacto narcísico da branquitude, que, ao ver o outro como ameaça à sua posição social de poder, tem a tendência de escolher para vagas de emprego, principalmente para cargos de liderança/direção, pessoas com as quais se identifiquem em relação à cultura e aparência, ou seja, homens e brancos, trazendo também a desigualdade de gênero presente na nossa sociedade. Isso se reflete na manutenção dos privilégios dos brancos em detrimento das condições de emprego e de vida para os negros, discutindo também a meritocracia, que tenta justificar esse pacto não explícito entre o grupo que detém o poder. Nesse sentido, distorce um problema coletivo para que se torne uma questão individual, por puro merecimento, desconsiderando a estrutura e formação da sociedade brasileira. Essa concepção expressa quem sofre com mais intensidade o impacto das crises e da retirada de direitos na estrutura da sociedade.

Quando o direito ao trabalho é negado, muitas vezes o trabalhador e suas famílias se veem sem condições de inserção no mercado imobiliário formal. De acordo com Boulos (2012, p. 50), “pessoas afetadas pelo problema da moradia [...] são aqueles trabalhadores a quem o capitalismo atacou de modo brutal, com suas armas mais afiadas:

desemprego, baixos salários, trabalho informal, superexploração¹⁰". Boulos (2012) vai nos apresentar a luta pela moradia, sob a perspectiva dos sem-teto que ocupam prédios e terrenos urbanos ociosos, públicos ou particulares, na busca pela sobrevivência. O autor vai apresentar a categoria sem-teto, argumentando que são representados, em sua maioria, por pessoas que não estão em situação de rua, mas que trabalham com baixa remuneração, seja em trabalho formal seja na informalidade, mas cuja renda não é suficiente para se inserirem no mercado imobiliário formal ou mesmo serem atendidos pelos programas e políticas habitacionais públicos. É necessário, além de uma compreensão sobre os processos que resultam na desigual distribuição do solo urbano, também compreendermos a realidade em que classe trabalhadora que recorre às ocupações como alternativa para moradia está inserida.

Em levantamento referente ao ano de 2016, desenvolvido pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Cidade de Pelotas (SHRF), constam 205 áreas de ocupação no perímetro urbano, totalizando 90 mil pessoas (ALVES, 2016). Essa situação se agrava à medida que a crise econômica se intensifica, o que leva a população a sofrer uma retirada de direitos trabalhistas e sociais, agravando ainda mais a situação devido à crise sanitária enfrentada pela população mundial.

¹⁰ "levantamento feito com mais de 5.200 famílias sem teto que participaram de uma ocupação organizada pelo MTST na região sul de São Paulo, em 2007 [...] A situação de emprego dessas famílias era a seguinte: 26% eram trabalhadores formais, com registro em carteira; outros 27% eram trabalhadores informais, sem registro; e 47% estavam desempregados, sobrevivendo de bicos que apareciam de vez em quando. A renda mensal dessas famílias trabalhadoras era a seguinte: 65% sobreviviam com até 1 salário mínimo; 32% recebiam entre 1 e 2 salários mínimos; 2% recebiam entre 2 e 3 salários mínimos; e apenas 1% mais do que 3 salários mínimos." (BOULOS, 2012, p. 51)

É fundamental o entendimento do contexto histórico de formação da questão social, produzida e reproduzida na sociedade por meio das mudanças econômicas e dos modos de produção vigentes em diferentes períodos, geradores das desigualdades sociais e territoriais que afetam uma parcela considerável da população acometida pela falta de emprego e renda e pela desigual distribuição de terra. Tal realidade se reflete nas condições de vida dos sujeitos e em uma generalização da pauperização da população (IAMAMOTO E CARVALHO, 2000; NETTO, 2001, *apud* MARQUES E OLIVEIRA, 2022).

O Decreto nº7.053, de 23 de dezembro de 2009 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e apresenta as diretrizes que compõem as políticas direcionadas a essa população, bem como as ações da sociedade civil voltadas a atender às demandas desse grupo, sendo caracterizado como “[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (BRASIL, 2009). Portanto, esse grupo é formado por uma grande diversidade de pessoas, embora tenham algumas características em comum. A fim de compreender quais os sujeitos que compõem esse grupo e os atravessamentos nesse processo de exclusão social, recorreremos às pesquisas já existentes, no âmbito municipal e nacional, como o Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), contemplando somente cidades de médio e grande porte, que ocorreu, pela primeira vez, em 2009. A pesquisa revelou que, entre os anos de 2007 e 2008 no Brasil, existiam 31,9 mil pessoas em situação de rua, sendo majoritariamente homens, negros, exercendo alguma atividade remunerada – em sua maioria informal, que não recebiam

nenhum benefício governamental, tendo como origem o próprio município em que se encontravam na época da aplicação da pesquisa. Em 2020, foi divulgada Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em que consta a estimativa da população em situação de rua dos anos de 2012 a março de 2020, considerando também as cidades com população de pequeno porte, apresentando 221.86 mil pessoas em situação de rua no país (MARQUES E OLIVEIRA, 2022).

Já em Pelotas, no ano de 2018, as pessoas em situação de rua na cidade correspondiam a 432, de acordo com dados elaborados pelo Grupo de Antropologia e Direitos Humanos (GANDH), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP), do PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel, revelando também que esse grupo é composto, em sua maioria, por homens, negros, entre 30 e 59 anos e com ensino fundamental incompleto, características similares às da população em situação de rua do país todo (CIRNE, 2020). No ano de 2021, já com o agravamento da crise sanitária de coronavírus e com os impactos sofridos pela população mais vulnerável, 345 pessoas diferentes foram atendidas pelo Programa PopRua em Pelotas, de acordo com dados divulgados no portal do Governo estadual (ZENI, 2021), o que não necessariamente corresponde ao número total de pessoas em situação de rua, mas demonstra a quantidade de pessoas que procuravam pelo atendimento, seja em busca de alimentação, local para pernoite e banho seja em busca de itens de higiene e testes de Covid no período de pandemia.

Os dados demonstram a urgência de pensarmos políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, considerando as características dos territórios, além das categorias de gênero e raça no contexto de produção da desigualdade social e espacial no território da

cidade, pois, em períodos de crise, essa população sofre com mais intensidade os efeitos gerados, como no caso da pandemia de covid-19, que deixou essas pessoas mais expostas aos riscos de contaminação pela falta de acesso à higiene e a matérias de proteção e de quadros de agravamento da doença.

Ainda, conforme o Inquérito da Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan), mais de 19 milhões de brasileiros passavam fome no Brasil no final de 2020. Já no início de 2022, somam-se mais 14 milhões de pessoas que se encontram em situação de fome, saltando para um total de 33,1 milhões em insegurança alimentar grave. Ainda quase 60% da população brasileira de áreas urbanas e/ou rurais vive com algum nível de insegurança alimentar e nutricional. A pesquisa apresentou também dados sobre a situação das famílias que vivem em insegurança alimentar no Rio Grande do Sul, indicando que 14,1% da população gaúcha enfrentava situação de fome no início de 2022, ou seja, enquadraram-se nos casos mais graves de insegurança alimentar, além de 47,6% viverem com algum nível de insegurança alimentar no estado (REDE PENSSAN, 2022).

Percebe-se um agravamento da pobreza e da precarização das condições de vida da população brasileira nos últimos anos, aprofundada neste período de pandemia, o que comprometeu a renda das famílias e as condições de acesso à moradia e alimentação desses brasileiros que convivem com o resultado das ações ou da omissão do Estado para mitigar essa realidade. Portanto, revela a cidade como produtora de segregação racial e espacial, que influencia nas condições de mobilidade social dos mais pobres, afetando, sobretudo, negros e

negras, mulheres que sofrem com as desigualdades de raça e de gênero produzidas no modelo capitalista de sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, estamos constantemente nos perguntando, por que os dados oficiais, podem, em alguma medida, não apresentarem a realidade de fato. Essa questão se apresenta quando as prefeituras municipais, por meio de seus departamentos responsáveis, não têm atualizado o número, por exemplo, de pessoas em situação de rua, de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, de pessoas que vivem do trabalho informal, da quantidade de imóveis desocupados, sem exercer sua função social, em relação ao número de pessoas em situação de posse ou sem moradia fixa. Por que essa dinâmica é recorrente? Poderia ser possível afirmar que os processos de indizibilidade e de invisibilidade são constantes e históricos, desde a invasão portuguesa. Ainda, a desigualdade socioambiental torna-se a cartografia da cidade. Essa cartografia apresenta sentidos diferentes, sendo que, para a população dos “Sem”, os sentidos podem estar relacionados com a analítica proposta por Tim Ingold:

Habitar, em contrapartida, é intransitivo: concerne à maneira como os habitantes, isolados e em conjunto, produzem suas próprias vidas, e como a vida prossegue. Criticamente, então, a habitação não é meramente a ocupação de estruturas já construídas: não está para a construção como o consumo está para a produção. (2015, p. 34).

Nessa perspectiva, entendemos que habitar e habitat, não são sinônimos. Quando o habitat se limita ao lugar, o habitar desconstrói os padrões impostos do morar, pois habitar significa poder transitar,

descansar, usufruir, ou seja, existir. Nessa dinâmica, as desigualdades devem ser denunciadas, pois está permitido, dentro do ordenamento urbanístico, usufruir do habitar quem se reconhece como proprietário privado da cidade. Mas os dados mostram que, para além do direito privado, o que existe é o direito de estar na cidade independentemente da letra fria da lei. As populações demandam pelo direito de existir e, isso se concretiza no uso de imóveis que não exercem sua função social, no acesso à água potável como direito fundamental e bem público, ao alimento enquanto direito humano e social, previsto na Carta Magna dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. Também se concretiza na geração de renda para poderem circular e consumir sem medo e, nesse caso, a informalidade está revelando, cada vez mais, a perda de postos de trabalho onde os direitos trabalhistas eram garantidos.

Hoje a cidade está cada vez mais composta por heterogêneas cartografias e, as cartografias são facetas que emergem do cotidiano da vida das populações. A diferença no interior da cidade possibilita chamar a atenção dos agentes públicos que gerenciam políticas e que deveriam ter como base a denúncia da violação dos direitos sociais e humanos na perspectiva do direito à cidade. Por fim, a pesquisa poderá servir como instrumento para apresentar a realidade que as prefeituras municipais podem, em algum momento, não apresentar. Mapear realidades e agir a partir desse mapeamento possibilita atender, de fato, às necessidades básicas de quem tem, em sua trajetória, sofrido com o Estado de morte.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. Apresentação 02. Pelotas, 27 de junho de, 2016. 48 slides. Apresentação em *Power Point*.
- BBC NEWS BRASIL. Coronavírus: o desespero de pequenos empresários forçados a fechar as portas. BBC, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51967940>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude / Cida Bento. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2022.
- BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012. 72 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 dez. 2022.
- _____. Decreto-Lei nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 12 dez 2022.
- CABRAL JÚNIOR, Luciano Roberto Gulart População em situação de rua na cidade do Rio Grande/RS: limites e possibilidades emancipatórias rumo à justiça social [recurso eletrônico] / Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. 235 p.
- CARVALHO, Leandro. "Governo Fernando Henrique Cardoso"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-fernando-henrique-cardoso.htm>. Acesso em 07 de julho de 2023
- CHERKI, Alice. Prefácio à edição de 2002. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- CIRNE, Max. Pesquisa da UCPel identifica perfil de pessoas em situação de rua em Pelotas. Site Institucional UCPel, 2020. Disponível em: <https://ucpel.edu.br/noticias/pesquisa-da-ucpel-identifica-perfil-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-pelotas>. Acesso em: 21 de Out. 2021.

DATAFOLHA: 46% dos brasileiros dizem ter tido redução na renda familiar por causa da pandemia. Portal G1 - Globo.com, 2020. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/economia/noticia/2020/08/20/datafolha-46percent-dos-brasileiros-dizem-ter-tido-reducao-na-renda-familiar-por-cao-da-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

DIAS, M. DA S. et al. Insegurança alimentar em um município do extremo sul do Rio Grande do Sul, 2016: um estudo de base populacional. *Epidemiologia e serviços de saúde: revista do Sistema Unico de Saúde do Brasil*, v. 29, n. 2, p. e2019204, 2020.

DIEESE. A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho: Boletim Especial 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, 18/11/2022. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em: 12 dez 2022.

ESTADOS E CIDADES – INFORMAÇÕES DA POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO, RELIGIÃO E OUTROS. UBS e população da cidade de Pelotas/RS. s.d.. Disponível em: <https://www.estadosecidades.com.br/rs/pelotas-rs.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

GONÇALVES, Rafaela. IBGE aponta redução de 404 mil postos de trabalho no primeiro ano de pandemia. *Correio Braziliense*: Brasília, 17 ago. 2022. Caderno Comércio. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5029952-ibge-aponta-reducao-de-404-mil-postos-de-trabalho-no-primeiro-ano-de-pandemia.html>. Acesso em: 12 dez. 2022.

HARVEY, David. A liberdade da Cidade. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/A-LIBERDADE-DA-CIDADE-David-Harvey.pdf>. Acesso em 25/06/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo. IBGE Cidades e Estados - Panorama Pelotas (RS). Rio de Janeiro: IBGE, s.d.. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pelotas/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. Explica: Desemprego. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 06 jul. 2023.

- _____. Censo 2010. IBGE Cidades e Estados - Panorama Rio Grande (RS). Rio de Janeiro: IBGE, s.d.. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- INFOSANBAS. Município; Pelotas – RS. s.d.. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/municipio/pelotas-rs/#:~:text=O%20%C3%ADndice%20Gini%20de%20Pelotas%20%C3%A9%20de%200%2C54>. Acesso em: 12 dez. 2022.
- INGOLD, Tim. *Estar Vivo - Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: população em situação de rua no Brasil supera 281 mil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-mil>>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARQUES, Douglas; OLIVEIRA, Ticiane de Souza. Serviço social e população em situação de rua: um estudo da região do vale do Ivaí/PR. In: **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), volume 6, número 2, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5177/5678>. Acesso em: 12 dez 2022.
- MORADIA: Constituição garante e reforça concretização do direito. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/moradia-constituicao-garante-e-reforca-concretizacao-do-direito>>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- NA PANDEMIA, Brasil abre mais de uma loja virtual por minuto. Revista Exame, 2020. Disponível em: <https://exame.com/negocios/brasil-registra-abertura-loja-virtual-por-minuto-na-pandemia/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- PAZ, Walmaro. Em Pelotas (RS), despejo deixa 63 famílias desalojadas em plena pandemia da covid-19. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/23/em-pelotas-rs-despejo-deixa-63-familias-desalojadas-em-plena-pandemia-da-covid-19>>. Acesso em: 1 jul. 2023.
- PELOTAS (RS) e Rio Grande (RS) apresentam saldos negativos no balanço do emprego formal em dezembro e no acumulado do ano de 2019. Observatório Social do Trabalho - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política - UFPel, 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/2020/01/28/pelotas-rs-e-rio-grande->

rs-apresentam-saldos-negativos-no-balanço-do-emprego-formal-em-dezembro-e-no-acumulado-do-ano-de-2019/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PELOTAS tem quase 70 mil trabalhadores na informalidade. Jornal do Comércio, 2021. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/jornal_cidades/2021/04/787229-pelotas-tem-quase-70-mil-trabalhadores-na-informalidade.html. Acesso em: 21 de Out. 2021.

PONTES, Nádia. Quem produz os alimentos que chegam à mesa do brasileiro? Portal ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades de Assist. Técnica e Ext. Rural, Pesq. Agropecuária e Regularização Fundiária. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/3510-quem-produz-os-alimentos-que-chegam-a-mesa-do-brasileiro>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil NO BRASIL. Desenvolvimento Humano e IDH. s.d.. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idh#:~:text=O%20que%20C3%A9%20IDH%3F,%3A%20renda%2C%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 12 dez. 2022.

RAMOS, Bianca Reis; MARTINS, Solismar Fraga. “Artigo “Polo naval e produção habitacional em Rio Grande, RS-Brasil”, publicado no Boletim de Geográfica, Maringá, v. 35, n. 3, p. 56-73, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/32752>. Acesso em: 08 nov. 2022.

ROLNIK, R. O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros. Passos). Disponível em: <<https://arquiteturaeurbanismosite.files.wordpress.com/2016/03/rolnik-raquel-o-que-é-a-cidade-livro-completo.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2023.

REDE PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 20 de Jul. 2022.

REIS, E. Rio Grande inicia movimento de atenção à população em situação de rua. Disponível em: <<https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/rio-grande-inicia-movimento-de-atencao-a-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 1 jul. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Síntese da Política para População de Rua. Porto Alegre, s.d.. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>>. Acesso em: 6 jul. 2023.

ROCCA, Luiza La. Protótipo de micro-ônibus que funciona sem motorista é apresentado no RS. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/06/15/prototipo-de-micro-onibus-que-funciona-sem-motorista-e-apresentado-no-rs.ghml>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SASSE, Cintia. Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres. Agência Senado – Portal Senado Notícias. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SILVEIRA, Daniel. Desemprego diante da pandemia bate recorde no Brasil em setembro, aponta IBGE. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghml>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, Jorge Luiz de. O que é? IDH. Revista Desafios do Desenvolvimento. **Ano 5 . Edição 39**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28. Acesso em: 12 dez. 2022.

TOH, M. Inteligência artificial pode afetar 300 milhões de empregos no mundo, diz Goldman Sachs. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/inteligencia-artificial-pode-afetar-300-milhoes-de-empregos-no-mundo-diz-goldman-sachs/>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ZENI, Carolina. Programa PopRua RS, que já atendeu 1,6 mil pessoas em situação de rua, é renovado, 2021. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/programa-poprua-rs-que-ja-atendeu-1-6-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-e-renovado>. Acesso em: 21 de Out. 2021.

3

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: UM OLHAR INTERSECCIONAL ACERCA DA MENSTRUACÃO

*Yasmin Oliveira Costa
Gabriela de Lima Ribeiro
Cristine Jaques Ribeiro*

INTRODUÇÃO

Sueli Carneiro (2003) considera que a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional. E, de tal maneira, tais grupos, historicamente, tornam-se mais vulneráveis, porque estão “sob maior influência dos determinantes sociais de saúde, que configuram as condições em que uma pessoa vive e trabalha, a insalubridade e as baixas condições sanitárias às quais está submetida” (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2006, p. 78).

O termo “pobreza menstrual” surge, pela primeira vez, em 2013, em um artigo científico publicado pela revista *Health Care for Women International* intitulado “Emotional and psychosocial aspects of menstrual poverty in resource-poor settings: a qualitative study of the experiences of adolescent girls in an informal settlement in Nairobi” (CRICHTON *et al.*, 2013). Nesse artigo, Crichton *et al.* (2013) trazem a ideia de que o termo é usado para caracterizar as múltiplas privações que indivíduos sofrem relacionadas à menstruação em ambientes com poucos recursos refletindo uma problemática sistêmica de desigualdade social e de gênero.

Atualmente, a pobreza menstrual é considerada um fenômeno complexo que abrange múltiplos aspectos vivenciados por pessoas que menstruam devido à falta de recursos para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação e higiene (UNICEF; UNFPA, 2021). Esse fenômeno é simultaneamente atravessado por outras variáveis, as quais envolvem a desigualdade racial, social e de renda. Uma família, por exemplo, em maior situação de vulnerabilidade e de renda menor tende a dedicar uma fração menor de seu orçamento para itens de higiene menstrual, uma vez que a prioridade será a alimentação.

De acordo com o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”, publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em maio de 2021,

estima-se que no Brasil 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, não tenham a sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam; dentre essas meninas, 66,1% são pretas/pardas. Quando analisamos a situação das meninas negras em comparação com as meninas brancas, o risco relativo de uma menina negra estudar em uma escola que não tenha acesso à papel higiênico nos banheiros é 51% maior do que para meninas brancas (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 18).

Dessa forma, não é possível pensar em pobreza menstrual sem considerar as múltiplas realidades do Brasil, pois “essa visibilidade da interação entre distintos marcadores evidencia uma profunda desigualdade no acesso às condições mínimas para o cuidado menstrual” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 6). Assim, faz-se necessária uma abordagem interseccional da menstruação, considerando diversidades

raciais, territoriais, sociais, entre outras, a fim de enfrentar o problema da precarização menstrual e elaborar soluções adequadas.

A partir disso, este trabalho tem por objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades que envolvem a menstruação sob uma perspectiva de justiça social, procurando promover uma abordagem crítica e política do menstruar. Utilizou-se como referencial teórico autoras/es e artigos que trabalham com o feminismo decolonial, sendo eles selecionados por meio de busca no banco de dados do Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e do Google Acadêmico.

MENSTRUAR É POLÍTICO: INTERSECÇÕES ENTRE JUSTIÇA SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO

De Fáveri e Venson (2007) consideram a menstruação não um fato natural simplesmente, mas um fato político, marcado pela cultura e representações que cada pessoa constrói sobre seu corpo e, particularmente, sobre a menstruação, inseridas em um contexto social e cultural mais amplo. Além de ser um fato que incide sobre a esfera individual, a menstruação e o controle dos fluidos e desejos corporais é um processo que

se caracteriza como típico dos moldes civilizatórios da modernidade ocidental assim como a imposição do trabalho doméstico não remunerado, que geralmente é atribuído a esses mesmos sujeitos. Somado ao esforço higienista de refrear a menstruação, a obrigação de desempenhar papel ativo na esfera doméstica - limpar a casa, gerar e cuidar dos filhos, assim como dos cônjuges e idosos - pode gerar nesses indivíduos um distanciamento das esferas coletivas, as quais se apresentam como essenciais para a promoção do debate político, essencial para a obtenção de significativos avanços relacionados à justiça social e de gênero ELIAS (1994 apud FELITTI, 2016, p. 20).

Conforme argumenta Carvalho (2017, p. 27), ainda se têm enfrentado, em pleno século XXI, “vários problemas sociais decorrentes da falta de equidade de gênero” . E, nessa direção, o feminismo decolonial tem apontado: “questões importantes para compreender o contexto de países e sociedades que estão ao sul global e cuja herança escravocrata, e seus ecos na história recente, dinamizam as relações de gênero e raça na perspectiva tanto individual quanto coletiva” (CURIEL, 2020, p. 141).

Na América Latina, e em especial no Brasil, há a concepção de Estado pós-colonial, que reproduz a lógica da necropolítica em suas sociedades. Nesse sentido, para Melo (2019), o racismo, a desigualdade social e de gênero foram tomadas como método de “normalização” e controle da sociedade pelas elites que detêm o poder. Os dados compilados no relatório final da CPI da Pandemia (SENADO, 2021) demonstram que

a população negra foi a mais atingida durante a crise de COVID-19 em comparação à população branca; nele, a mulher negra desponta ainda como quem mais sofreu as consequências, tanto da crise sanitária quanto da econômica. Agrega uma evidência empírica para o debate, o fato de que a primeira pessoa infectada pela COVID no Brasil foi uma empregada doméstica negra, a qual contraiu o vírus dos patrões, que viajaram pela Europa e voltaram adoecidos para o país (SENADO, 2021, p. 23).

Ochy Curiel (2020) acrescenta que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade, etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças: são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial de poder moderno. Dessa forma, acredita-se que as representações sociais da menstruação estão impregnadas de

relações de poder (BRÊTAS, 2012) e são entendidas de maneira variada e de acordo com o seu contexto histórico e cultural, expressando parte dos interesses do sistema econômico e das heranças coloniais da nossa sociedade (KOHEN; MEINARDI, 2016), Ruiz (2010, p. 25) destaca:

A menstruação tem a ver com múltiplas formas de relações de poder. Desde sua história, podemos ver como as formas como foi construída não são inocentes, de modo que visam fazer diferenças e reafirmar relações de poder assimétricas. Os discursos associados à menstruação também têm a ver com as dimensões políticas, econômicas, religiosas e culturais das sociedades.

Para entender como raça, classe e gênero impactam o modo como as pessoas menstruam, utilizou-se um conceito teórico-feminista, nomeado de *interseccionalidade*, elaborado pela advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002). Para a autora, “a interseccionalidade é particularmente difícil de ser identificada em contextos em que forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição em que acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 176).

Em outras palavras, a interseccionalidade vai implicar as “múltiplas dimensões da opressão vivenciadas pelas mulheres e por outros indivíduos” (VIGOYA, 2016, p. 4), defendendo o pertencimento de uma mesma mulher e/ou indivíduo a várias categorias sociais, que

no seu conjunto, fazem parte da sua identidade e se mostram constituindo uma ferramenta importante nas estratégias de problematização dos processos de precarização da menstruação. Esses cruzamentos definem, se entrelaçam e interagem uns com os outros. Articulando distintas formas de dominação e posições de desigualdades acionadas nos discursos

regulatórios de gênero, raça/etnia, classe social, idade, entre outros marcadores sociais de identidade e diferença (VIGOYA, 2016, p. 5).

A interseccionalidade seria, assim, um modo de enlaçar as consequências da interação entre formas de subordinação, tais como sexismo, racismo e patriarcalismo. E, nessa direção, poder-se-ia dizer que o feminismo decolonial teria fundamentações bem próximas ao conceito de interseccionalidade de Crenshaw (2002). Todavia, Gonzáles (1983) trata as opressões de raça, sexo e classe para além da hierarquização. Classe, como determinante fundamental e princípio organizativo e raça e sexo, como opressões apropriadas pelo sustentáculo do capitalismo. Portanto, ela ratifica o conceito de *Interseccionalidade* proposto por Kimberlé Crenshaw: “interseccionalidade é a interseção das desigualdades de raça e de gênero” (MORAES; SILVA, 2017, p. 64).

Já Collins (2016) trabalha com as opressões de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, por considerar que elas se inter-relacionam, construindo reciprocamente sistemas de poder. Ela utiliza o termo “interseccionalidade” para explicar a sobreposição simultânea de múltiplas formas de opressão, considerando que as mulheres negras têm histórias únicas nas intersecções dos sistemas de poder (COLLINS, 2016, p. 8), embora, em diferentes momentos sócio-históricos, amparem-se em formas e intensidades diferentes de opressão. Assim, pode haver contextos em que o machismo é mais estruturante que o racismo ou vice-versa (MORAES; SILVA, 2017).

Não obstante, quando se analisa a pobreza menstrual com o recorte racial no Brasil, percebe-se que a problemática tem maior impacto no grupo de pessoas negras, tornando-se necessário considerar esse

marcador social. O capítulo “Menstruar em Casa”, que compõe o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 21) traz dados acerca das características da experiência das meninas sobre menstruar em casa. Nele, consta que

ao analisarmos as informações relativas ao destino do esgoto, chegamos ao estarrecedor dado de 6,5 milhões de meninas que vivem em casas em que o escoadouro não está ligado à rede, usando vala, fossa não ligada à rede, rios, lagos, mar, ou outras formas. É interessante salientar que enquanto cerca de 24% das meninas brancas residem em locais avaliados como não tendo serviços de esgotamento sanitário, temos quase 37% das meninas negras vivendo em iguais condições (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 23).

E acrescenta ainda: “Assim como no caso do esgotamento, podemos verificar a variação entre as taxas, quando comparamos raças: enquanto cerca de 7% das meninas brancas não têm acesso a serviços de coleta de lixo, essa taxa duplica entre as meninas negras” (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 23). Portanto, pode-se considerar o ciclo menstrual como

um transcurso que soma inúmeras etapas, entre elas, a de comprar o absorvente que irá prevenir o escape para as roupas do sangue que é até os dias de hoje é considerado pela sociedade como sujo e de necessária ocultação; a de limpar-se e descartar esse resíduo, e o trajeto que o descarte realiza. Todas essas etapas são impactadas de maneira negativa caso não haja condições materiais de realizá-las adequadamente, como é visto nos sujeitos afetados pela desigualdade capitalista (FELITTI, 2016, p. 177).

Devido a todo o contexto histórico de abuso e exploração da população negra (CARNEIRO, 2003, p. 49), as políticas sociais de redução da pobreza menstrual apresentam uma complexidade particular, pois “há ampla heterogeneidade na interação entre fenômenos simultâneos

e interconectados, como, por exemplo, a luta contra a pobreza e a questão étnica racial” (DUGAND; MENEZES, 2019, p. 17). Dessa forma, torna-se indispensável que as políticas de combate à pobreza menstrual sejam também antirracistas.

Em meio a esse desafio de transversalizar diferentes perspectivas, faz-se necessário olhar para a saúde menstrual como um direito humano sob uma perspectiva de justiça social, racial e de gênero que permite problematizar discursos e relações de poder tão naturalizadas (MARÍN; CASSIANI, 2021). Sendo assim, é preciso pensar que

cada um/a de nós é atravessado/a por inúmeros marcadores sociais e identitários (raça, classe, geração, identidade de gênero, sexualidade e etc) que nos colocam em diferentes posições sociais e orientam nossas reivindicações daquilo que acreditamos ser necessário em uma sociedade (POCAHY, 2011, p. 21).

É necessário considerar que “justiça” é, em primeira instância, uma reivindicação de reparação. A justiça social – em sua essência, como um projeto democrático radical – é uma reivindicação de reparação das desigualdades, enquanto características institucionalizadas da vida social (CONNEL, 2014). E, para que a luta pelo direito à saúde e higiene menstrual adequada e ao combate à menstruação precária consista em uma luta por justiça social, racial e de gênero, segundo Butler (2018), é necessário tomarmos consciência de que não somos uma única população, que tem sido, e pode vir a ser exposta, a condições de precariedade e de revogação de direitos políticos.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E SAÚDE MENSTRUAL

Recentemente uma equipe global de especialistas lançou uma nova definição de saúde menstrual para promover políticas, práticas e pesquisas por meio do artigo “Menstrual health: a definition for policy, practice, and research”, publicado na revista *Sexual and Reproductive Health Matters*. A saúde menstrual é definida, então, “como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 32).

A nova definição é fundamentada na definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) e é complementada por uma descrição dos requisitos para alcançar a saúde menstrual ao longo da vida. Hennegan *et al* (2021, p. 32) propõem que “essa definição de saúde menstrual procura desenvolver uma compreensão diferenciada das experiências menstruais e suas intersecções com a saúde física, mental e social” e que alcançar a saúde menstrual implica que mulheres, meninas e todas as outras pessoas que experimentam um ciclo menstrual, ao longo de sua vida, sejam capazes de:

- 1) acessar informações precisas, oportunas e apropriadas à idade sobre o ciclo menstrual, menstruação e mudanças experimentadas ao longo da vida, bem como práticas de autocuidado e higiene relacionadas.
- 2) cuidar de seus corpos durante a menstruação para que suas preferências, higiene, conforto, privacidade e segurança sejam apoiadas. Isso inclui acessar e usar materiais menstruais eficazes e acessíveis e ter instalações e serviços de apoio, incluindo serviços de água, saneamento e higiene, para lavar o corpo e as mãos, trocar os materiais menstruais e limpar e/ou descartar os materiais usados.
- 3) acessar diagnóstico oportuno, tratamento e cuidados para desconfortos e distúrbios relacionados ao ciclo menstrual, incluindo acesso a serviços e recursos de saúde apropriados, alívio da dor e estratégias

de autocuidado. 4) experimentar um ambiente positivo e respeitoso em relação ao ciclo menstrual, livre de estigma e sofrimento psicológico, incluindo os recursos e apoio de que precisam para cuidar com confiança de seus corpos e tomar decisões informadas sobre o autocuidado ao longo do ciclo menstrual. 5) decidir se e como participar de todas as esferas da vida, incluindo civil, cultural, econômica, social e política, durante todas as fases do ciclo menstrual, livre de exclusão, restrição, discriminação, coerção e/ou violência relacionadas à menstruação (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 33).

Embora seja um processo próprio da natureza humana, a menstruação continua a ser falada por meio da utilização de eufemismos, perpetuados não só entre pares mas também entre as próprias pessoas que menstruam. Esse tipo de linguagem afeta não só o plano micro (a forma como lidam com o seu corpo) mas também o plano macro, pois “impedem o desenvolvimento de soluções adequadas para garantir boas práticas de higiene e saúde menstrual, dando à questão uma baixa prioridade entre os decisores políticos” (WINKLER, 2019, p. 6). Seja em países ditos em desenvolvimento seja em países ditos desenvolvidos, o estigma existe, e o fato de meninas, mulheres e demais pessoas terem de criar mecanismos para lidar com a menstruação “demonstra não só as dificuldades que enfrentam, mas também até que ponto internalizaram esse estigma” (WINKLER, 2019, p. 11).

Para que o estigma e o tabu possam ser combatidos, é necessário envolver corpos que não menstruam também, fomentando o seu conhecimento por meio de informação clara e concisa sobre a menstruação. A educação de todas, todos e todes é imprescindível para que o tabu que rodeia a menstruação e as suas práticas seja ultrapassado, podendo, dessa forma, contribuir para o progresso. Conforme afirmam Winkler (2019, p. 37), “aceitando a menstruação

como ela é – um fato da vida – e integrar essa visão a todos os níveis irá contribuir para que as pessoas que menstruam possam lidar com a sua menstruação adequadamente, sem vergonha ou embaraço – com dignidade”.

Na sua pesquisa sobre as percepções de jovens em relação à menstruação, Stubbs (2008) conclui que as expectativas e atitudes eram maioritariamente negativas, ainda que mencionassem alguns aspectos positivos e que os materiais educacionais eram inadequados e perpetuavam interpretações negativas acerca da menstruação. A autora reitera que a promoção da menstruação como um sinal vital de um funcionamento saudável será um grande desafio, particularmente entre os próprios corpos menstruantes (STUBBS, 2008). Lee (2008) adianta que é especialmente complexo para as meninas lidar com a primeira menstruação, pois têm de decifrar a “bagagem cultural, os significados genderizados e as relações de poder implícitas no seu simbolismo sexual e potencial reprodutivo” (LEE, 2008, p. 1326).

Assim, o que podemos observar é que a ausência de conhecimento e de informação sobre a saúde menstrual faz a menstruação ser vivida, quase sempre, no medo e na vergonha, e em uma eterna clandestinidade. Dessa forma, é necessário que as políticas de combate à menstruação precária não só enfatizem ações referentes à distribuição de absorventes gratuitos em escolas e em unidades básicas de saúde, mas também, e principalmente, a educação em saúde menstrual, que, conforme a UNICEF e a UNFPA (2021), deve ser mais amplamente difundida, não apenas com o enfoque para prevenção à gravidez não intencional, mas também

como uma ferramenta para que as pessoas que menstruam conheçam seus próprios corpos, conheçam seu ciclo menstrual e para que haja promoção de bem-estar. Esse conhecimento deve levar a superar mitos de inferioridade feminina que apontam a menstruação como podridão, indignidade ou como falha em produzir uma gravidez. Deve ainda contribuir para derrubar mitos de que os produtos menstruais internos (absorvente interno, coletor) “tiram a virgindade” ou “podem se perder dentro do corpo”, entre outros. É fundamental também que tenhamos educação menstrual apropriada para cada idade de forma que casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes venham à tona mais precocemente, evitando que só sejam descobertos após a gravidez da menina que, em alguns casos, nem chega a ter a menarca e logo fica grávida em virtude da repetição dos abusos frequentes durante muitos anos (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 15).

Para finalizar, é de extrema importância salientar que

o desenvolvimento de uma educação em saúde menstrual exige uma prática experimental e coletiva: experimental porque investiga, observa e registra, em um processo de autonomização e recuperação subjetiva da experiência corporal e o que acontece em seus corpos menstruados. Mas também é coletiva porque não o fazem na solidão de seus próprios quartos, mas possibilitando espaços onde as informações coletadas, ouvindo e validando os sentimentos e pensamentos (SALA, 2020, p. 19).

O que se acredita ser interessante, em todas as diferentes experiências, é ouvir as várias vozes que ecoam sobre o assunto e que, muitas vezes, podem ser contraditórias. Como Arvin, Tuck e Morrill (2013, p. 10) afirmam, “descolonizar o feminismo implica reconhecer, nesses discursos, frequentemente divergentes, por vezes inteligíveis para nós, energia epistemológica que não pode ser perdida”. Para elas,

os feminismos decoloniais – que reconhecem que o capitalismo não termina com o fim da colonização política e, por isso, percebem a necessidade de

conduzir uma descolonização cognitiva e uma descolonização do poder contemporâneo – não só reconhecem a diversidade, mas se envolvem no exercício de tradução intercultural que tem em sua base uma permanente humildade epistemológica (ARVIN; TUCK; MORRIL, 2013, p. 10.)

Essa ideia tem uma grande força inovadora para pensar a sociedade, a cultura e o lugar dos corpos menstruantes e de suas formas divergentes de a construir, pois reitera a ideia de que a homogeneidade é transitória (BOBEL, 2010, p. 97).

OUTRAS ABORDAGENS E SABERES SOBRE MENSTRUÇÃO E CORPOS QUE MENSTRUAM

Poucas coisas são tão profundamente patriarcalizadas, colonizadas e mercantilizadas como corpos femininos ou feminilizados (SALA, 2020, p. 3). Isso, aplicado aos corpos menstruados, reforça que a menstruação não está livre dos interesses do sistema econômico de nossas sociedades e de heranças coloniais pois, “ao se impor um saber sobre o corpo, também se naturaliza a necessidade de venda e compra de produtos e a colocação do corpo como mercadoria” (KOHEN, MEINARDI, 2016, p. 183).

Marín e Cassiani (2021, p. 116) assinalam: “É importante dar uma ênfase especial nas relações de poder e suas articulações com a ciência para o controle dos corpos que menstruam, especialmente da mulher cisgênero, e a construção de um nicho do capital a partir da elaboração de produtos higiênicos dirigidos a esses corpos”.

Por meio da reflexão sobre a temática da medicalização da menstruação (BARNACK-TAVLARIS, 2015), através da utilização da pílula contraceptiva, pode-se perceber como a produção do conhecimento médico científico sobre o corpo menstruante é permeada por interesses políticos, econômicos e sociais e

é marcada por uma relação de poder desigual, em que a medicina e a indústria farmacêutica detêm o discurso oficial das condutas e comportamentos adequados aos corpos menstruantes, podendo influenciar as narrativas e práticas destes corpos, que tiveram seus conhecimentos e inquietações sistematicamente invisibilizados e deixados (MORAIS, 2018, p. 86).

Dessa forma, o silenciamento de outros saberes sobre a menstruação contribui para o quadro da precarização desta, já que, por exemplo, a visão ocidental colonial-capitalista-patriarcal apresenta-se como única alternativa viável (MARÍN; CASSIANI, 2021).

Carla Akotirene, em sua obra nomeada “Interseccionalidade” (2019), cita que as feministas Sueli Carneiro e Cristiane Cury costumam lembrar que, nas religiões de matriz africana, por exemplo,

[...] embora Oxalá só possa usar a cor branca, ele põe nos cabelos a pena vermelha, o ekodidé, em homenagem ao sangue menstrual, símbolo da fertilidade e da concepção. Então, percebem que a dominação masculina não se explica pela natureza inferior da mulher, mas pelo reconhecimento de suas potencialidades e pelo temor que isso inspira (AKOTIRENE, 2019, p. 49).

Nessa mesma perspectiva de povos tradicionais, Nery (2019), pesquisadora e nutricionista indígena, realizou um estudo na Universidade de Brasília (UNB) com o propósito de apresentar as experiências de mulheres indígenas de Santa Isabel do Rio Negro, estado do Amazonas, a respeito das práticas dos cuidados no resguardo da primeira menstruação. E defende:

É importante que toda sociedade não indígena tenha o conhecimento dessas práticas e valorizem o que as mulheres indígenas realizam para manter uma boa saúde. Além disso, deve ser repassado entre as gerações para

incentivar a valorização dos conhecimentos ancestrais e mostrar a importância das práticas de restrições dos afazeres e da alimentação da mulher como ação que promove saúde e previne o aparecimento de determinadas doenças (NERY, 2019, p. 6).

Em síntese, sem acesso a conhecimento, o segredo e o silêncio envolvem o corpo das pessoas que menstruam, já que “as etapas da transformação do corpo são reduzidas e vistas como uma mutação que, em geral, encaminha meninas e mulheres para a função de reprodutoras” (DE FÁVERI; VENSON, 2007, p. 69). Isso faz emergir uma outra questão dentro dessa lógica: a de que a menstruação é um processo biológico que não se limita ao gênero feminino. Homens transexuais, pessoas não binárias ou intersexuais também podem menstruar.

Para Marín e Cassiani (2021, p. 8):

O preconceito é apontado como um fator determinante para a pobreza menstrual. Como no caso de homens trans, pessoas não binárias e intersexuais, já que o ciclo sempre é associado às mulheres, o que acaba prejudicando o acesso à informação e o direito à saúde de todas as pessoas que menstruam.

Assim, referir-se a “mulheres, meninas e todas às outras pessoas que vivenciam um ciclo menstrual” chama a atenção para o fato de que as pessoas vivenciam a menstruação de forma diferente, moldada por suas experiências vividas, necessidades e circunstâncias (HENNEGAN *et al.*, 2021, p. 33). Deficiência, idade, identidade de gênero, local de residência, falta de moradia, instabilidade habitacional, condições de detenção, migração, desastre, insegurança e deslocamento, religião, etnia, casta, cultura e muitos outros fatores influenciam as experiências

menstruais e devem ser considerados para atender adequadamente a menstruação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subjetividade de cada pessoa as faz lidarem com o mundo de diferentes modos. A mesma experiência de menstruar não constitui os mesmos sujeitos. Elas se apropriam das representações, mas nem sempre fazem delas práticas, construindo um tipo de subjetividade subversiva, burlando prescrições, criando linhas de fuga.

Nessa direção, este trabalho teve a finalidade de iniciar um estudo sobre a construção decolonial do conceito de saúde menstrual e menstruação, que leve em consideração fatores raciais, sociais, psicológicos, culturais e territoriais. Logo é preciso colocá-lo em uma perspectiva de justiça social, entendendo, que necessidades e contextos diferentes exigem manejos diversos para o cuidado de si adequado, e desconsiderar essas peculiaridades pode contribuir para negar o acesso à dignidade menstrual.

Estudos sobre a temática da menstruação em uma perspectiva biopsicossocial são escassas. A maior parte do conteúdo produzido acerca do tema fala sobre síndromes e transtornos, prescrições médicas e ciclos “regulados” por hormônios químicos. Para a maioria das pessoas que menstruam, a sangria mensal é sinônimo de duas coisas: incômodo, dor e sujeira. O corpo que menstrua, ao menos uma vez por mês, é considerado impuro, indigno.

Os discursos ocidentais sobre menstruar reforçam hierarquias de poder presentes na nossa sociedade - o machismo, a branquitude, o capitalismo, a religião - e, dessa forma, o corpo é construído através de

processos contínuos e permanentes, por investimentos e intervenções cotidianas, produzidos por esses mecanismos de poder, controle e morte. Desse modo, falar sobre uma nova definição de menstruação que considere não só uma, mas inúmeras multiplicidades humanas é não só resistir, reagir, mas também intervir em nossos próprios corpos para inscrever neles nossas próprias marcas e códigos identitários para, às vezes, tentar escapar ou confundir normas estabelecidas, ou seja, participar ativamente da construção de si.

Aprender sobre hormônios, glândulas do sistema endócrino, órgãos e sistemas do corpo é importante. Porém, ensinar e aprender sobre o machismo na sociedade e na ciência, bem como repensar alternativas além dos absorventes industrializados, nesse mundo capitalista e discutir conceitos como identidade de gênero e as marcas da cisnormatividade nos corpos é também muito importante. Encerra-se este texto com a esperança de que a abordagem desses aspectos apontados ocupe um maior protagonismo, em uma temática que, até agora, tem sido relegada ao lugar da clandestinidade, mas, na verdade, é potência para uma sociedade melhor e mais humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. (org). Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ARVIN, Maile; TUCK, Eve; MORRILL, Angie. Decolonizing feminism: Challenging connections between settler colonialism and heteropatriarchy. *Feminist formations*, v. 25, n. 1, p. 8-34, 2013.

BARNACK-TAVLARIS, Jessica. The medicalization of the menstrual cycle: menstruation as a disorder. In: MCHUGH, Maureen; CHRISLER, Joan. *The Wrong Prescription for Women: How Medicine and Media Create a "Need" for Treatments, Drugs, and Surgery*, p. 61-75, 2015.

- BOBEL, Chris. (org). *New blood: Third-wave feminism and the politics of menstruation*. Rutgers University Press, 2010.
- BRÊTAS, José Roberto da Silva. SILVA, Conceição Vieira. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. *Acta Paul Enferm.*, v. 18, n. 3, p. 326-33, 2005.
- BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 17, p. 77-93, 2007.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. São Paulo: José Olympio, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa *et al.* Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. João Pessoa: Editora UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/149/58/581-1>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento negro. *Dados*, v. 3, n. 1, 2016.
- CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e justiça social. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRICHTON, Joanna *et al.* Emotional and psychosocial aspects of menstrual poverty in resource-poor settings: a qualitative study of the experiences of adolescent girls in an informal settlement in Nairobi. *Health Care Women Int.*, v. 34, n. 10, p. 891-916, out. 2013.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- DE FÁVERI, Marlene; VENSON, Anamaria Marcon. Entre vergonhas e silêncios, o corpo segregado. Práticas e representações que mulheres produzem na experiência da menstruação. *Anos 90*, v. 14, n. 25, p. 65-97, 2007.

- DUGAND, Adriana Gaviria; MENEZES, Thaynara Carinhonha de. Diversidade cultural, redução da pobreza e empoderamento feminino: desafios dos PTC em comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. *Anais*, p. 1-21, 2019.
- FELITTI, Karina. El ciclo menstrual en el siglo XXI. Entre el mercado, la ecología y el poder femenino. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n. 22, p. 175-206, 2016.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Dados*, v. 2, 1983.
- HENNEGAN, Julie et al. Menstrual health: a definition for policy, practice, and research. *Sexual and Reproductive Health Matters*, v. 29, n. 1, p. 31-38, 2021.
- KOHEN, Micaela; MEINARDI, Elsa. Problematizando las enseñanzas sobre la menstruación en la escuela: lo disimulado, lo negativo, lo silenciado. *Biografías*, v. 9, n. 16, p. 179-183, 2016.
- LEE, Janet. "A Kotex and a smile" Mothers and daughters at menarche. *Journal of Family Issues*, v. 29, n. 10, p. 1325-1347, 2008.
- MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a menstruação no ensino de ciências e biologia. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 14, n. 22, 2021.
- MELO, Vico. Necropolítica e o Estado Moderno no Contexto do Colonialismo: descolonizar a mente para novas possibilidades de ver, pensar e agir. *Sociedade Em Debate*, v. 25, n. 2, p. 24-44. 2019.
- MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Feminismo negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, v. 7, n. 13, p. 58-75, 2017.
- MORAIS, Janaína. Política e produção do conhecimento: uma análise sobre a medicalização da menstruação e as expressões de resistência e re-existência. *CSONline*, n. 23, p. 71-86, 2018.
- NERY, Evelyn Teixeira. Práticas dos cuidados de saúde na primeira menstruação da mulher Waikhana de Santa Isabel do Rio Negro-AM: do passado ao presente. *Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais*, 2019.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. *TEXTURA-Revista de Educação e Letras*, v. 13, n. 23, 2011.

RUIZ, Lina. La sangre de las otras: cambios generacionales en la percepción de la menstruación y su relación con la dominación masculina. 2010. Dissertação (Máster Erasmus Mundus en Estudios de las Mujeres y de Género) – Universidad de Granada. Instituto Universitario de Estudios de la Mujer, Granada (Espanha), 2010.

SALA, Núria Calafell. Menstruación decolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.

SENADO FEDERAL. Relatório Final apresentado pelo Relator. Brasília, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>. Acesso em: 14 mar. 2023.

STUBBS, Margaret. Cultural perceptions and practices around menarche and adolescent menstruation in the United States. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1135, n. 1, p. 58-66, 2008.

UNICEF & UNFPA. Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 4 nov. 2022.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, p.1-17. 2016.

WINKLER, Inga. Human rights shine a light on unmet menstrual health needs and menstruation at the margins. *Obstetrics & Gynecology*, v. 133, n. 2, p. 235-237, 2019.

4

REFLEXÕES SOBRE FAZER CIDADES PARA A DIFERENÇA

Tuize Silva Rovere
Mariana Barbosa de Souza

Cidade, por si só, pode ser considerada como um conceito vazio a ser preenchido de acordo com as diferentes demandas que se apresentam na vivência concreta do espaço urbano ao longo do tempo. Mas quem faz a cidade? São os urbanistas, os planejadores urbanos? O mercado imobiliário? As necessidades do capital? O Estado? As pessoas? Segundo Agier (2015), fazer-cidade seria o movimento permanente de transformação urbana no tempo e no espaço. Pode-se dizer, então, que a cidade deveria existir na complexidade de resposta a todas essas demandas, mas apenas algumas delas vêm sendo consideradas no fazer-cidade normativo, da cidade que obedece ao capital e se desdobra nas soluções para sua (re)produção e circulação (ROLNIK, 2015; JACOBS, 2014). Sendo um conceito em disputa, para cada realidade vivenciada, para cada lugar e modo de existência, cabe uma interpretação sobre o que é a cidade, onde ela está e como se configura. Grupos diferentes produzem cidades diferentes. Homens, mulheres, populações racializadas, diferentes faixas etárias, população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades sexuais e de gênero) vivenciam a cidade de acordo com suas próprias realidades e demandas. Há de se considerar ainda que a qualidade do acesso e os constrangimentos a esse acesso para os

diferentes grupos é maior ou menor, de acordo com sua proximidade com o sujeito neutro do urbanismo (homem, cisgênero, heterossexual, branco, em idade produtiva). E concordamos com Masson (2022, p. 09-10), que declara que a

neutralidade axiológica na produção do conhecimento não é possível em uma sociedade estruturada no antagonismo das classes sociais, bem como pelas diferenças de gênero, etnia, sexualidade, etc. Não é por acaso que a tomada de posição sobre os fundamentos ontológicos, epistemológicos e lógicos tem implicações éticas, já que o conhecimento é uma mediação para a intervenção na realidade.

A partir de uma concepção crítica, então, a resistência seria travada contra a permanência da violência de regimes de verdade, normalidade e naturalização. Destacamos que a Europa, tida como lugar de nascimento da filosofia e da ciência moderna, colaborou para teorias e ferramentas que exaltam um pensamento universal, pragmático e calcado na neutralidade. Muito embora saibamos que tal lógica ainda seja reproduzida, o fato é que - a partir dos estudos feministas, dos estudos de gênero e de sexualidades, dos estudos subalternos, entre outros - o conhecimento é posicionado. Em outras palavras: dificilmente anulamos ou evitamos as influências “que nosso gênero, classe, sexualidade, localização histórico-geográfica, religião (ou ainda não religião), raça, etnia, idade, etc. têm sobre a forma como vemos e analisamos o mundo.” (BRITO; ORNAT, 2021, p. 5). Nesse sentido, o feminismo, entre outras abordagens não hegemônicas como a teoria *queer*, permite-nos olhar para a cidade e seus processos de apropriação, conformação, normatização e planificação como processos atravessados não só pelas questões de gênero como também por outras questões pertinentes a realidades que não correspondem ao sujeito

neutro e que participam ativamente nos processos de fazer-cidade. Para que a cidade seja funcional às existências diversas, é preciso que elas estejam presentes como protagonistas na construção dos conhecimentos tomados como válidos nos estudos urbanos, assim como nos processos decisórios de planejamento, ocupação e uso do espaço urbano.

Se o modo como o conhecimento é conformado é indissociável da localização política/geográfica e da localização político/social de cada indivíduo (GROSGOUEL, 2013), é preciso também que olhemos além. Nesse sentido, embora a teoria *queer* se preocupe com o fato da desconstrução da pseudoneutralidade existente na produção científica do conhecimento, o caso é que as categorias tidas como universais ignoraram a realidade de pessoas ao Sul do mundo e também no Oriente. Tanto o feminismo quanto a teoria *queer* estabeleceram generalizações para as experiências humanas diante de um olhar da mulher e da pessoa *queer* brancas. E, de acordo com Tiburi (2018, p. 119-120), “o protagonismo de sujeitos marcados não pode se tornar motivo para que os marcados diferentemente não lutem por todos.” Essa suposta universalidade concebeu o corpo masculino¹¹ como o único com poder de fala em relação ao corpo feminino, ignorando identidades e diferentes formas sociais, como as não-brancas e as não-europeias, que se organizam de modo distinto e também possuem significados

¹¹ “O homem branco falante é uma forma personalizada da velha soberania patriarcal. Um corpo presente, o modo de ser, a materialização concreta do poder, seu simulacro em estado bruto. Na ordem do discurso patriarcal, o “homem branco” é uma figura e uma lógica ao mesmo tempo. Está autorizado a falar sobre todos os assuntos, a fazer o que bem entender, muitas vezes até a perversão, a produzir e reproduzir uma visão de mundo que o favorece. O que se chama de lugar de fala é uma insurgência que afeta o chamado “falocentrismo”, que é a “fala-poder” ou o “poder-fala” do homem branco. A “fala” é autorizada por um “falo” que sempre esteve em posse dos homens brancos, que dominaram os discursos e a produção da verdade. (TIBURI, 2018, p. 58).

diferentes para o que entendemos como *mulher*, *feminismo*, *gênero*. (hooks, [1981] 2019; OYĚWŪMÍ, [1997] 2001; MUÑOZ, 2010).

Às vezes lugar de fala pode ser um lugar de dor, as vezes um lugar de dor pode ser um lugar de fala. Se o lugar de fala é abstrato e silencia o outro quando deveria haver diálogo, ele já não é mais um lugar político, mas um lugar autoritário que destrói a política – no sentido das relações humanas que visam ao convívio e a melhoria das condições da vida em sociedade. Talvez até agora não tenhamos avaliado uma questão, a de que a marcação implica uma dor. Aquele que é marcado como minoria carrega sua dor, e toda dor deve ser respeitada. De onde vem as dores políticas? Da violência do poder. Por isso para que lugar da dor se torne lugar de fala, é preciso articular a dor, reconhecê-la, colocar em um lugar político, aquele lugar onde o outro está incluído como um sujeito de direitos que também tem a sua dor. Por isso, Vilma Piedade tem razão em falar de ‘dororidade’ em vez de ‘Sororidade’. (TIBURI, 2018, p. 116).

Em certas ocasiões, as posicionalidades dos/as pesquisadores/as podem possibilitar o acesso a informações privilegiadas, principalmente quando se trata de pesquisa sobre pessoas com as quais se criam laços de identidade/identificação. A identificação resulta também na empatia e em processos de confianças (MUÑOZ, 2010). E, quando é analisada a produção científica que é construída nos ambientes acadêmicos, a colonialidade do poder, do saber e do ser também são palpáveis no processo de pesquisa. Se a modernidade e, consequentemente, a colonialidade impõem uma separação entre quem frequenta e quem não frequenta o espaço universitário, isso também pode incidir no modo como o gênero com o qual me identifico, a classe e a raça (posicionalidade) são percebidos por quem fará parte da pesquisa. (ENGLAND, 1994; ORNAT, 2008; MUÑOZ, 2010). Para Curiel (2020), não basta apenas nos autodefinirmos na produção do

conhecimento: é preciso ir além e construir um conhecimento que leve em conta a geopolítica, a raça, a classe, a sexualidade, o capital-social, entre outros posicionamentos. Para a autora, é preciso questionar a forma como produzimos conhecimento: para quem e para quê.

Nesse sentido, para que os estudos urbanos se alinhem com a produção de uma cidade mais justa e inclusiva, é preciso que se reveja a neutralidade do sujeito do urbanismo e que se busque investigar os conhecimentos produzidos a partir dos territórios.

MULHERES, LUGARES E TERRITÓRIOS: CIDADE PARA QUEM?

Pode-se dizer que a cidade normativa, que atende ao sujeito neutro, é a materialização dos interesses de diferentes forças no espaço, buscando impor os sentidos que traduzem esses interesses. O espaço público, quando planejado e constituído como tal, é dotado de uma intenção de usos, no qual é determinado o que se faz ali e quem o faz. Tanto os aspectos físicos naturais e construídos quanto a sua utilização podem dotar de significados um determinado lugar. Porém, nem sempre o uso corresponde às intenções formais previamente determinadas, ao invés disso, pode atender a demandas cotidianas e a sentidos apropriados através da vida diária de quem o frequenta. A construção de sentido, em uma cidade média como Santa Cruz do Sul (RS), por exemplo, passa pelo seu centro geográfico e simbólico que abriga desde o aparato administrativo municipal, com seus prédios e serviços, passando pelos espaços de lazer e de cultura que representam a cidade, como museus, templos religiosos e praças, até os grandes comércios e serviços como bares e restaurantes. Nesse tipo de configuração urbana, os bairros e distritos são majoritariamente

dependentes desse centro, o que cria uma hierarquização dos espaços e uma dicotomização entre centro e periferias, implicando espaços mais ou menos valorizados que dizem respeito tanto ao valor de uso do solo quanto aos bens culturais e aos saberes produzidos. Para Santos e Vogel (1985), a relação das periferias, especialmente as empobrecidas com o centro geográfico, repete a relação entre os “saberes válidos” tomados como norma e os “saberes outros”, tomados como dependentes ou passíveis de transformação, sujeitos à normatividade e colonização. Nesse contexto, a norma urbanística aplicada aos territórios como política pública aparece como organizadora, trazendo lógica e modulação ao espaço, na maior parte das vezes desde uma suposta neutralidade artificialmente construída.

A tradição brasileira é atacar o problema com base em uma teoria acadêmica, onde há implícita uma filosofia das relações entre *elite* e *massa* – Uma dicotomia, ao mesmo tempo opositiva e complementar, que se constitui em verdadeiro “modelo cultural”. E através de seu uso, inconsciente a mais das vezes, que se acostuma a pensar o poder em nossa sociedade. No campo urbano, que não foge à regra, uma elite acadêmica ou técnica, detentora de um saber-fazer, considera sua tarefa natural a instrução da massa. Esta seria passiva por excelência e estaria sempre receptiva e disposta a incorporar indicações superiores e iluminadas quanto aos melhores caminhos para a construção ou apropriação de seus espaços sociais. (SANTOS e VOGEL, 1995, p. 12).

A perspectiva do lugar, por sua vez, permite pensar a construção social do espaço urbano, emprestando a dimensão da vida humana no processo de formação desse espaço. E nesse contexto é possível perceber que

o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. (CARLOS, 2007, p. 14).

Segundo Carlos (2007), o lugar guarda em si as dimensões do movimento da vida, que pode ser apreendido por meio dos sentidos do corpo. Pode-se entender que a apreensão do lugar se dá em um processo de apropriação social do espaço urbano. A palavra apropriação, segundo o dicionário Michaelis da língua portuguesa, se traduz no ato de apoderar-se de algo, legal ou ilegalmente ou no ato de tornar algo adaptado, adequado a um fim ou uso. Assim, apropriação urbana poderia ser entendida como o processo de apoderar-se dos espaços vividos, adequando-os às necessidades da vida cotidiana, por meio da norma ou apesar dela, em movimentos de resistência, (re)significação e transformação, material ou simbólica. A relação do indivíduo com o mundo exterior se dá a partir de um ponto de onde ele se reconhece e consequentemente tece uma rede de relações com o outro e com o mundo que o cerca, revelando, no plano cotidiano, a escala do lugar (CARLOS, 2017). O trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres guarda em si uma certa intimidade particular com o lugar do morar. Os cuidados domésticos, o ato de cozinhar, o cuidado com as crianças, idosos e doentes que recai majoritariamente sobre as mulheres passa necessariamente por esse lugar: a casa – e, a partir dali, o desempenho de suas atividades cotidianas expande-se pela vizinhança, pela rua, pelo bairro e pela cidade formando redes de apoio, adaptando o espaço ao redor, apropriando-se do espaço urbano de forma a dar conta da vida cotidiana. Para os moradores e moradoras das periferias empobrecidas, as limitações impostas pelo lugar em que habitam acaba por

proporcionar-lhes a criação de mecanismos de defesa, superação e transformação, adaptando e ressignificando os espaços que lhes são impostos, criando ordens próprias que muitas vezes ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores (SANTOS e VOGEL, 1995). Para as mulheres que precisam contar ainda com a rede de apoio estatal para a realização de suas atividades reprodutivas (escolas, creches, postos de saúde, etc.) essa apropriação do espaço adquire uma dimensão de sobrevivência, produzindo maneiras de habitar bastante específicas. Essas dinâmicas se desenvolvem desde a escala do corpo, que, para as mulheres, de forma especial as racializadas, ainda significa enfrentar os mecanismos de controle social que determinam e modulam o comportamento feminino no espaço público, impingindo-lhes constrangimentos específicos. Assim as dinâmicas de habitar e de apropriar-se do espaço se dão por meio da corporeidade e pelos diferentes significados do ser mulher e cidadã.

O espaço urbano apropriado e (re)significado pelas mulheres configura seu lugar de morar nas periferias; o lugar, por sua vez, caracteriza-se como território quando a disputa de poder entre os dispositivos de controle e as resistências é explicitada material e simbolicamente naquele determinado espaço. Para Reis (2005), os territórios englobam interações, poderes, capacidades e iniciativas:

Isto implica que se atribua à *proximidade* – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (natureza idêntica não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) a de outros determinantes sociais. (REIS, 2005, p. 57).

Dessa forma, o território dessas mulheres na periferia da cidade constitui-se justamente pelas condições de estarem na periferia, com seus condicionantes e constrangimentos que são determinantes das disputas de poder que ali se desencadeiam, além de suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais – o território na perspectiva relacional. (HAESBEART, 2004).

Territorializar-se, dessa forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

O território, segundo Haesbaert (1997), envolve uma dimensão simbólica e cultural, uma identidade social forjada pelos diferentes grupos ali presentes, como uma forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem, ou seja, uma forma de apropriar-se. Presente ainda no território, está uma dimensão concreta de caráter político-disciplinar e político-econômico que transforma a ordenação do espaço em mecanismo de dominação e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997). Entende-se também que as dinâmicas de apropriação e (re)significação dos territórios podem passar igualmente por uma dimensão concreta, materializada para atender às demandas cotidianas ali presentes e, por que não, às construções simbólicas e culturais.

POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL E CONTROLE DOS CORPOS NO ESPAÇO

A norma aplicada por meio da política pública habitacional esquadrinha e ordena o espaço. A vivência e os processos de apropriação, modificam, flexibilizam e o adaptam. Para Lefebvre (2016),

a lógica formal materializada espacialmente implica uma série de constrangimentos que não correspondem às necessidades das pessoas que ali habitam.

De fato, se a ciência é ciência de um espaço formal, de uma forma espacial, ela implica uma lógica implacável, e a ciência não poderia consistir senão numa soma de constrangimentos pesando sobre o conteúdo (as pessoas!). Em contrapartida, se nos voltarmos para o estudo do que vem a povoar essa forma, seja as necessidades das pessoas, seja suas reivindicações, se centrarmos a reflexão sobre o conteúdo e não sobre a forma “pura”, o que garante que esse conteúdo vai entrar nessa forma sem sofrer certas afrontas? O que garante que as pessoas e suas necessidades vão se deixar inserir na logística sem resistência? (LEFEBVRE, 2016, p. 58).

As universalizações neutralizantes aplicadas aos espaços, por meio dos planos urbanísticos (JACOBS, 2014) e das políticas públicas habitacionais, não correspondem às diferentes necessidades territorializadas. Por outro lado, existem forças em disputa: dominação e resistências desde o território, na escala do corpo que ali habita, na sua relação com as casas, no uso das ruas e do espaço público, nos trajetos percorridos pelas pessoas pelo bairro, na forma como acessam a cidade. Nessa mesma linha de pensamento, está Foucault (2005, 2019, 2019a), que, segundo McLaren (2016), rejeita claramente a ideia de um sujeito universalizado, ao invés disso, volta a atenção para os corpos como principal alvo das disputas de poder: se o poder opera no nível do corpo e das práticas, da mesma forma deve se dar com a resistência. Assim, as práticas sociais poderiam ser vistas como resistência e transformação.

O compromisso de Foucault com a antidominação é evidente. Ele é claramente crítico à intensificação das técnicas disciplinares e dominantes

que produzem corpos dóceis – corpos “que podem ser subjugados, usados, transformados e melhorados”. (McLAREN, 2016, p. 49).

A normatividade pode provocar processos de exclusão e marginalização de quem não se conforma e se opõe a ela. As normas universalizantes excluem a alteridade, a construção do outro, da diferença. Esse ideal de neutralidade é essencialmente masculino, construindo uma relação de censura e desconformidade dos corpos femininos, especialmente no processo de apropriação do espaço público. Na medida em que admite que o poder opera tanto nos níveis interpessoais e micropolíticos quanto nos níveis estruturais e macropolíticos, Foucault ajuda a elucidar como as relações de gênero operam na construção de um poder dominante inerentemente masculino e rejeita as soluções universalizantes para problemas que dizem respeito não só ao gênero, mas também à etnia, cultura e classe.

Normas de gênero perpetuaram a opressão da mulher de inúmeras formas. Os estereótipos femininos, tais como fraqueza física e instabilidade emocional, têm restringido historicamente as oportunidades de trabalho das mulheres. O chamado de Foucault para novas formas de subjetividade e individualização implica novas estruturas sociais e políticas, já que para ele o processo de “subjetivação” sempre aconteceu e acontecerá numa estrutura histórica, social e culturalmente específica. O feminismo tem se tornado mais profundamente arraigado em estruturas disciplinares e institucionais. (McLAREN, 2016, p. 75).

No que tange à relação das mulheres moradoras das periferias empobrecidas e sua relação com a cidade, elas estão sujeitas não só ao ordenamento urbano e à política pública habitacional que definem seu lugar no espaço, mas também às normas sociais comportamentais, que ditam como devem se comportar em relação ao próprio corpo, sua

capacidade reprodutiva e, em última instância, ao espaço público. Porém, esses processos não se dão de forma dócil e pacífica. O corpo feminino é a primeira escala de luta política – “o pessoal é político”¹². As questões reprodutivas, a violência contra a mulher, estupro, sexualidade, normas de gênero e construções de padrões de beleza¹³ por exemplo, demonstram a importância da escala do corpo para as mulheres, tanto no âmbito das práticas sociais quanto na luta política. (McLAREN, 2016). A imposição do trabalho reprodutivo afeta diretamente a dimensão do corpo para as mulheres, na medida em que o espaço da casa é reconhecido como seu lugar de pertença. As demandas relativas à reprodução também estabelecem seus processos de apropriação, implicando deslocamentos e permanências específicos dessa função. O espaço público é o lugar onde as formas de controle se materializam espacialmente, segmentando e definindo quem pertence a qual lugar. A separação das funções especializadas na cidade normativa, que estabelece o lugar de morar, de trabalhar, do lazer, a dicotomia entre vida privada e vida pública, coloca as mulheres em situação de não pertencimento em determinados espaços, sujeitas aos constrangimentos da não-pertença. Para Carlos (2017), a separação dos diferentes domínios no espaço urbano pode ser observada pelo afastamento do cidadão ou cidadã dos espaços-tempo das cidades,

¹² Foi em fins dos anos 1960, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do Women's Liberation Movement, nos Estados Unidos, que se forjou a expressão: 'o pessoal é político'. Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como 'radicais', para discutir questões pertinentes ao "ser mulher" na sociedade americana. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão "Falar da Dor" (Speak Bitterness) e assim superá-la, as participantes trocavam suas vivências e experiências, constatando que suas relações afetivas e familiares também se caracterizavam como relações de poder nas quais as mulheres se viam em situação de desvantagem (HANISH, 1970; SARACHILD, 1973 apud SARDENBERG, 2018, p. 16).

¹³ Ver *O mito da Beleza* de Naomi Wolf.

valorizados, ou não, pelo poder político e pelo mercado, desestabilizando a vida cotidiana e redefinindo os papéis de cada um diante dos lugares da cidade. Para as mulheres, esses constrangimentos impõem dificuldade no acesso à plena cidadania e ao direito à cidade na medida em que limitam sua capacidade de ação à construção social de gênero. Por outro lado, é na escala do corpo também que se dão as apropriações e (re)significações realizadas no cotidiano, na utilização dos espaços públicos, na (re)construção de seus lugares de pertença e nas resistências à normatização dos espaços e corpos pelo poder dominante.

Ainda que não organizadas socialmente, as mulheres apresentam “resistências silenciosas” (SCOTT, 2011) que se apresentam na forma de pequenas contravenções e subversões que podem estar materializadas no espaço ou não. Os caminhos que desenvolvem, as formas de autoconstrução, as formas de ocupação do espaço, os costumes cotidianos e até a resistência ao trabalho formal remunerado podem se apresentar como reações ao sistema dominante (HOFF, 2018). Essas pequenas aberturas podem se apresentar de forma mais acessível e menos perigosa do que grandes movimentações coletivas (SCOTT, 2011) e ainda assim apresentarem importantes consequências para a vida cotidiana das mulheres e para seus processos de apropriação.

Essas pequenas redes são resistência à subordinação impressa pelo espaço urbano patriarcal. Ao mesmo tempo em que são socialmente cobradas para que se incluam como força laboral no mercado de trabalho formal, são impelidas a assumirem sozinhas o cuidado com sua prole e a manutenção da salubridade de suas moradias. Dentro de suas casas, as mulheres são a autoridade máxima sobre os filhos e dependentes, empenhando-se em mantê-los na escola e longe de influências que considerem negativas. Paradoxalmente, sua maior força de reação muitas vezes consiste na

manutenção do papel social a elas imposto, afastam-se do trabalho formal remunerado, contrariando as expectativas sociais, mas investem naquilo que elas enxergam como sua principal tarefa: o cuidado com os filhos. (HOFF, 2018, p. 128).

REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS REALIDADES URBANAS

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que, embora as pesquisas sobre a população LGBTQIAPN+ e sobre as mulheres no que diz respeito às cidades e ao espaço urbano tenham percorrido um caminho que as coloca em evidência, ainda é preciso pensar outras teorias, epistemologias feministas, *queers* e pós-coloniais (ou decoloniais) no Sul Global e ainda rupturas epistemológicas que contribuam para a construção de referências que desestabilizem o poder e o conhecimento hegemônicos. E, indo além, é necessário que essas epistemologias disruptivas mudem a *práxis* do urbanismo, dos estudos urbanos e do planejamento urbano, fazendo com que a implementação de planos ordenadores e normas urbanísticas sejam atravessados pela efetiva interlocução com os sujeitos presentes nos territórios e pelo respeito às suas vivências e, a partir daí, pelos seus modos de fazer-cidade. A partir dessa realidade, é preciso que a construção e implementação de políticas públicas habitacionais sejam territorializadas, buscando a interlocução com suas usuárias, levando em consideração as diferentes realidades do lugar em que serão implementadas. Só assim se tornarão políticas realmente emancipatórias para as mulheres, homens, populações racializadas, diferentes faixas etárias, população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queer*, questionando, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binárias e outras identidades

sexuais e de gênero) além de outras possibilidades presentes nos territórios.

REFERÊNCIAS:

- AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Em: *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015. Disponível em (17) (PDF) Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro (researchgate.net). Acesso em 22 de fev. 2022.
- BRITO, H.; ORNAT, M. J. Posicionalidade: teoria e prática geográfica nas epistemologias Pós-coloniais, Feministas e Queer. *Anais... Em: 7º COLÓQUIO MULHER E SOCIEDADE*. Ponta Grossa: 2021. Disponível em: <<http://177.101.17.52/jornalismo/ocs/index.php/7coloquiomulheresociedade/7coloquiomulheresociedade/paper/viewFile/312/89>>. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRULON, B. Normatizar para normalizar: uma análise queer dos regimes de normalidade na historiografia contemporânea. Em: SOUZA NETO, M. R. DE; GOMES, A. R. (Eds.). *História e Teoria Queer*. 1ª edição ed. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2018. p. 47-76.
- BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. Tradução: V. DAMINELLI. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. En: *Justiça Espacial e o Direito à Cidade*. CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros (orgs). São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- _____. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. Em: HOLLANDA, Heloísa Buraque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas docoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.
- ENGLAND, K. V. Getting personal: Reflexivity, positionality, and feminist research. *The professional geographer*, v. 46, n. 1, p. 80-89, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019a.
- GROSFOGUEL, R. The Epistemic Decolonial Turn: Beyond political-economy paradigms¹. Em: *Globalization and the decolonial option*. [s.l.] Routledge, 2013. p. 65–77.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói,RJ: EdUFF, 1997.
- _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOFF, Tuize Silva Rovere. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.
- HOOKS, BELL. *E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo*. Tradução: Libanio Bhuvi. 9ª edição ed. [s.l.] Rosa dos Tempos, 2019.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Nebli, 2016.
- MASSON, G. Ontoepistemologia na produção de conhecimento no campo da Educação. *Práxis Educativa*, v. 17, p. 1–17, 2 maio 2022.
- MCLAREN, Margaret A. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.
- MUÑOZ, L. Brown, Queer and Gendered: Queering the Latina/o “Street-Scapes” in Los Angeles. Em: BROWNE, K.; NASH, C. J. (Eds.). *Queer Methods and Methodologies*. United Kingdom: Ashgate Press, 2010. p. 55–68.
- ORNAT, M. J. *Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – PR*. Tese (Doutorado em Geografia)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- OYĒWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. [s.l.] Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 1997.

- REIS, José. Uma epistemologia do território. Em: Estudos, sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005. Disponível em Uma epistemologia do território | Estudos Sociedade e Agricultura (revistaesa.com). Acesso em 3 out. 2019.
- ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, C. N. F. (coord.) e VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: FINEP/IBAM, Projeto, 1985.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 217-243. Disponível em Exploração normal, resistência normal | Scott | Revista Brasileira de Ciência Política (unb.br). Acesso em: 19 mar. 2021.
- TIBURI, M. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

5

CARTOGRAFIA SOCIAL COM COMUNIDADES QUILOMBOLAS E A AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS: REVISÃO DE ESCOPO

*Bruno Nicanor Mello da Silva
Fátima Giovana Tessmer Santin*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem surgido um movimento que questiona o monopólio do Estado de mapear, de cartografar, de expressar visualmente locais de uma forma que não representa a realidade percebida por quem vive em tais espaços (ACSELRAD et al., 2013). E, de fato, entende-se que isso deva ser questionado, pois, como é formulado por Vico Melo, a partir de intelectuais como Silvia Federeci, Michel Foucault, Achille Mbembe e Nico Poulantzas, não se pode ignorar que o nascimento do Estado moderno, com todo o seu aparato (corpo burocrático, soberania, monopólio da violência, etc.) está estreitamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo desde o século XV e que, portanto, esse Estado é produto e produtor da modernidade-colonialidade (MELO, 2019).

Segundo Mignolo (2017), a modernidade tem outro lado, oculto: o da colonialidade. Em outras palavras, “não há modernidade sem colonialidade”, pois esses séculos de tantas violências coloniais criaram uma matriz de poder que se perpetua, ainda que com o fim jurídico-formal do colonialismo. A cartografia foi, historicamente, utilizada em associação com a conquista e gestão de territórios invadidos

(FERREIRA; LEITE; NEVES, 2021), mas agora os grupos excluídos das tomadas de decisões entram em disputa pela autonomia na informação espacial e pela decisão sobre seus mundos (ACSELRAD et al., 2013). E as cartografias são diversas, podendo ser utilizadas de várias maneiras, como, por exemplo, o Mapa de Conflitos,¹⁴ que nos mostra que pelo menos 44 comunidades quilombolas estão lidando com injustiças ambientais e são as mais atingidas depois dos povos indígenas (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013).

No Brasil, esse projeto de mapa dos conflitos permanece em andamento. Por meio dele pode-se discutir a questão das vulnerabilidades socioambientais, uma condição que está diretamente relacionada com a saúde das pessoas. Além disso, é uma importante categoria teórica para compreender as lutas sociais. No livro publicado em 2013, chamado “Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos”, explicam:

Com o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (ou Mapa de Conflitos), busca-se, essencialmente, identificar, sistematizar e tornar públicos os conflitos ambientais provenientes das lutas contra as injustiças e o racismo ambiental nos territórios onde foram, estão ou serão realizados diferentes projetos econômicos e políticas governamentais. Tais projetos e políticas, muitas vezes, acabam por discriminar, impactar e vulnerabilizar as populações que vivem e trabalham nesses territórios mediante a distribuição desigual dos benefícios e cargas.” (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013)

Nesse cenário, o objetivo do presente estudo é demonstrar um processo de ambientalização das lutas sociais que é motivado por

¹⁴ Disponível em: www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br

quilombolas e pelos movimentos envolvendo diferentes cartografias; destaca-se aqui a cartografia social.

METODOLOGIA

Foram realizadas pesquisas nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Scielo, Web of Science e Periódicos Capes, com a seguinte estratégia de busca eletrônica “(Quilombola) OR (Quilombolas)”. Assim, encontramos 555, 136, 432, 485 e 3108 artigos, respectivamente. Durante o processo de exportação desses artigos, a plataforma Periódicos Capes, ao chegar ao artigo 2000 na página 40, notificou que tínhamos alcançado o número máximo de resultados para a configuração¹⁵. Os trabalhos estavam sendo exibidos por relevância segundo critérios da plataforma, mas, a partir dessa limitação, pode-se adicionar apenas esses 2000, dos 3108.

Para não prejudicar o trabalho, realizamos uma nova pesquisa nessa plataforma, com a estratégia de busca eletrônica “(Quilombolas) AND (Cartografia)”. Encontrando 43 escritos, que foram adicionados à busca geral, finalizando com total de 3651 artigos. Estes, 3608 mais 43, separados em duas pastas, foram importados no software *Mendeley Desktop Version 1.17.11*, e, por meio da ferramenta de busca que ele proporciona, pesquisamos por “cartogra”, visando abranger o termo “cartografia” em três idiomas (*cartografia*, *cartografía* e *cartography*: Português, Espanhol e Inglês); os escritos localizados foram agrupados e seguiram para análise de duplicatas.

¹⁵ Mensagem exibida pela Plataforma “You have reached the maximum number of results to display. To get more relevant results, please refine your search term.”

Definiu-se como critério de inclusão para esta pesquisa, que tivessem o termo “cartografia” no título ou no resumo, que estivessem redigidos em Português, Inglês ou Espanhol e que fossem artigos completos publicados em revistas científicas. Assim, após checagem e remoção de duplicatas, encontramos 45 trabalhos. Além disso, foram removidos dois *pré-prints*¹⁶, um relato de experiência que não debatia cartografia e uma apresentação de dossiê, restando os 41 artigos que compõem este estudo. Por fim, através do site *rotasul.net*, que fornece uma ferramenta de contagem da ocorrência de palavras em um texto, tentamos indicar alguns dos termos que são frequentes em tais estudos.

Por fim, trata-se de uma revisão de literatura com estratégia de busca para estudos sobre quilombolas, em que foi realizado um recorte para os trabalhos que envolviam cartografia social. Sabe-se que o termo “mapeamento participativo” também é muito utilizado. Trata de algo similar e é mais antigo, entretanto o mapeamento participativo tem, em sua origem, abordagens em que o controle político não estava com os sujeitos mapeados, sendo apenas *participativo*. Já a cartografia social, desde sua origem, busca que os mapeados façam todas as escolhas do processo¹⁷. Decidiu-se, assim, focar somente naqueles denominados de cartografia social. A busca completa, com todos artigos encontrados, irá compor a revisão de literatura de uma dissertação, com maior especificidade sobre a questão quilombola.

Tal pesquisa utilizou uma estratégia de pesquisa hegemônica, em bases de dados bastante reconhecidas academicamente em nível

¹⁶ Pré (antes) e print (impressão), podendo ser entendido como “prévia publicação”. Um artigo redigido, mas ainda não publicado em periódico científico.

¹⁷ COEP Brasil. CARTOGRAFIAS SOCIAIS - parte 1 - entrevista com Henri Acselrad do ETTERN/ IPPUR/UFRJ. YouTube, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/idKsfPLkLcE>

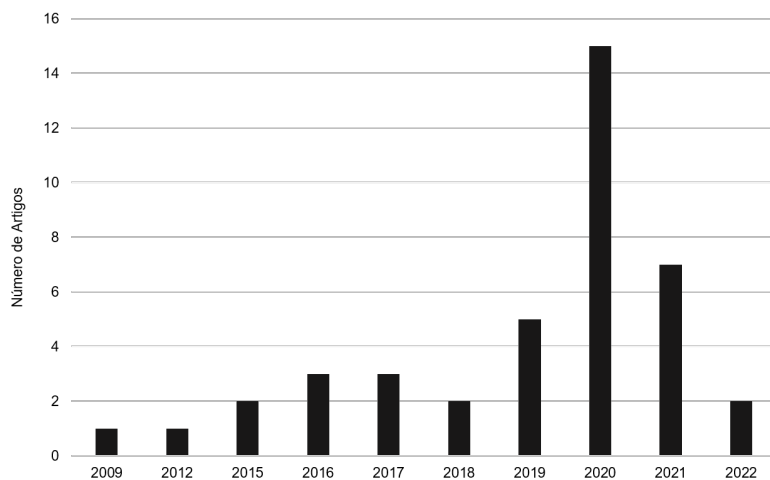
nacional e internacional. Dessa forma, sabe-se que não alcançamos certos trabalhos, como muitos do site Nova Cartografia Social da Amazônia¹⁸. Entretanto, compreendemos que tal abordagem tem sua relevância, demonstrando o que foi possível encontrar utilizando esse caminho, e também alguns empecilhos. Como exemplo, pode-se citar o fato de que, ao procurar um dos artigos da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), não foi possível encontrá-lo no Google, somente pelo Google Acadêmico, e outro somente pelo link do DOI¹⁹ fornecido pela base de dados; a mesma situação ocorreu com outro publicado na revista *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Cientes dessas problemáticas, posteriormente, discutiremos aqui somente os resultados encontrados.

RESULTADOS

Dos 41 artigos encontrados na busca por “cartografia”, observou-se que, com o passar do tempo, ocorreu aumento nas publicações (Figura 1), com pico no ano de 2020. O primeiro estudo data de 2009. A autora Lourdes Carril, a “Revista Vivências” e a “Revista ABPN” foram as que, nesse recorte, publicaram dois artigos sobre o tema cartografia envolvendo comunidades quilombolas.

¹⁸<http://novacartografiasocial.com.br/>

¹⁹Identificador de Objeto Digital, utilizado para identificar publicações com um padrão de números e letras que podem ser inseridos em *links* que redirecionam direto para a página da publicação na revista.

Figura 1. Gráfico com número de artigos publicados anualmente

Fonte: elaborada pelos autores, 2022

Ao contabilizar a ocorrência de palavras nos resumos desses 41 artigos, as que se repetiram mais de vinte vezes foram as seguintes: comunidade ou comunidades (76); quilombolas ou quilombola (72); cartografia (43); território (34); pesquisa (31); social (30); processo (22); partir (21); tradicionais (21) e educação (21). Destas, gostaríamos de destacar os termos processo, território, social, tradicionais e educação.

Já sobre cartografia social, encontramos 11 trabalhos, que estão descritos na Tabela 1. Pode-se observar que foram realizados, predominantemente, em regiões mais próximas do litoral, ao nordeste e norte do Brasil, a partir de 2012.

Tabela 1. Descrição dos 11 estudos encontrados com a busca por “cartografia social” em banco de estudos sobre quilombolas.

Título	Local	Ano	Objetivo / Síntese	Autoria	Revista
Cartografia Social da Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo-Baturité – CE: Um estudo de caso	Comunidade Quilombola da Serra do Evaristo, Baturité - Ceará	2016	“Traçamos por objetivo geral elaborar a cartografia social do Quilombo da Serra do Evaristo –Baturité -CE, por meio da construção de mapeamentos temáticos, utilizando-se como base a transferência de tecnologias e a participação ativa da população local”	Antonio Breno de Oliveira Silva Anna Erika Ferreira Lima Gino Pereira José Levi Furtado Sampaio	Geociências do Nordeste
Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia	Municípios Abae-tetuba, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Mirí - Pará	2012	“No desenvolvimento deste artigo, trataremos da representação social do território das crianças e adolescentes dos municípios paraenses de Abae-tetuba, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Mirí, todos localizados no baixo rio Tocantins, região atingida pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí”	Marcos Vinícius da Costa Lima Solange Maria Gayoso da Costa	Geografafes
Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil	Comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó - Pará	2015	“Objetivamos investigar, a partir de levantamento de dados e de pesquisa de campo, como as relações entre os atores da cartografia converteram-se em ferramentas políticas na luta por direitos socioterritoriais das	Janine de Kássia Rocha Bargas Luís Fernando Cardoso e Cardoso	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

			comunidades quilombolas"		
Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da geografia	Comunidade Quilombola de Camaputua - Cajari - Maranhão	2016	"O presente texto tem como objetivo analisar o conhecimento cartográfico a partir da proposta apresentada pela cartografia social enquanto campo de conhecimento estabelecido no âmbito da geografia. Pretende-se propor uma reflexão considerando a metodologia de elaboração dos mapas situacionais, sendo esta uma marcante diferença entre a cartografia social e a dita cartografia oficial"	Dorival dos Santos	Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade
Contra-cartografias de povos tradicionais nas metrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural	Belém e Santarém - Pará	2022	"Trata-se de uma contra-cartografia para territórios periurbanos e periféricos, construída a partir de narrativas próprias dessas comunidades"	Ana Claudia Cardoso Maria do Socorro Amoras Solange Gayoso Harley Silva	NAU Social
Dialogando sobre cartografia social e identidade em territórios tradicionais indígenas e quilombolas	Território quilombola Cruz da Menina, Dona Inês – Paraiba	2019	"objetivamos, neste artigo, discutir, por meio de experiência de uma oficina sobre território e cartografia social, as representações sociais e as relações de poder no território quilombola citado, mas também de vários outros momentos de campo vivenciados desde 2002"	Amanda Christinne Nascimento Marque	Identidade

Nova cartografia social e geotecnologias aplicadas à gestão territorial de comunidades tradicionais	Comunidade Quilombola Buriti do Meio - Minas Gerais	2021	"Propõe-se analisar o potencial da aplicação conjunta da Nova Cartografia Social com as Geotecnologias, no processo de gestão territorial para comunidades tradicionais"	Matheus Vinícius Ferreira Marcos Esdras Leite Sérgio Leandro Sousa Neves	Caderno de Geografia
Nova cartografia social: experiências metodológicas e repertório confrontacional no nordeste do Brasil	Comunidade quilombola de Conceição das Crioulas - PE. Povo indígena Xukuru, Ororubá - PE. Tapuias da Lagoa, Tapará - RN. Bairro de Santo Amaro, Recife - PE	2018	"Neste trabalho, a partir da experiência do Projeto Nova Cartografia Social no Nordeste brasileiro, discutiremos tanto aspectos metodológicos das pesquisas, que tiveram como ponto fulcral a elaboração de mapas no contexto etnográfico e suas implicações para diferentes esferas do exercício do poder, quanto as disputas vivenciadas por comunidades urbanas e rurais no nordeste do Brasil contemporâneo, pautadas no entendimento de que isso possibilita um processo reflexivo nos próprios grupos sociais envolvidos"	Rita de Cássia Maria Neves Vânia Fialho	Vivências
O negro, o índio, a cidade e o esquecimento: a cartografia dos vencidos como uma possibilidade de leitura do território	Palmeira dos Índios - Alagoas	2020	"O presente texto tem como objetivo discutir a questão dos territórios sociais e suas cartografias em Palmeira dos Índios, entendendo que, por meio da Cartografia Social, poderemos tratar de uma problemática que envolve	Maria Ester Ferreira da Silva Viegas	Caderno de Geografia

			questões de ordem cultural, política e econômica"		
Organização socioespacial dos territórios quilombolas: o caso do Quilombo de Nazaré, Itapipoca, Ceará	Quilombo de Nazaré, Itapipoca, Ceará	2016	"Analisar as formas de organização social e espacial dos moradores de Nazaré frente às constantes pressões de outros grupos sociais"	Leilane Oliveira Chaves Edson Vicente da Silva	Geografar
Os caminhos do turismo comunitário	Comunidade Quilombola do Cumbe, Aracati – Ceará	2020	"Este artigo analisa como a prática do turismo comunitário se configura como afirmação e valorização do território quilombola-pesqueiro do Cumbe"	Lara Maia dos Santos Camila Dutra dos Santos	CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária

Fonte: elaborada pelos autores, 2022

CATEGORIAS TEÓRICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Segundo o autor Henri Acselrad, entre 1992 e 2012, ocorreram no Brasil cerca de 284 casos de cartografia social ou mapeamento participativo. A maior parte esteve envolta em lutas por reconhecimento territorial e projetos etno-ecológicos (ACSELRAD et al., 2013). Mas a cartografia, como uma forma de expressão visual, apresenta várias possibilidades, com fins de debate, de afirmação, etc.²⁰. Foi com esse escopo maior que encontramos 41 artigos. Já ao focar na cartografia social, ficamos com 11, debatendo diferentes conflitos, envolvendo a bananicultura, barragem de hidrelétrica, especulação imobiliária, a Marinha do Brasil, parque eólico, a carcinicultura,

²⁰ COEP Brasil. CARTOGRAFIAS SOCIAIS - parte 2 - entrevista com Henri Acselrad do ETTERN/ IPPUR/UFRJ. YouTube, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/LyoX7fq8YNg>

turismo empresarial, latifundiários, processo de urbanização extensiva, fazendeiros, empresas do agronegócio e falta de celeridade no trâmite demarcatório.

Nesse sentido, relembremos as palavras de maior ocorrência nos resumos que destacamos nos resultados. Foram elas: processo, território, social, tradicionais e educação. Um fato é que o que abordamos aqui faz parte de um *processo* (do latim “*procedere*”, *pro* = “para frente” e *cedere* = caminhar), que indica movimento. O *processo* histórico de formação do Brasil é iniciado pela conquista, subjugação e espoliação, compreendido como parte da *Acumulação Primitiva*. Primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde, como explica Karl Marx²¹. Junto a isso, considera-se fundamental refletir criticamente o eurocentrismo, como o faz Enrique Dussel²². Estes, a expansão capitalista e a “modernização”, permanecem, são contemporâneas e continuam a se defrontar com outros processos que propõem rumos diferentes nessa história.

Seguindo pelo caminho que nos fornecem as palavras destacadas, é sabido que a espoliação seguida da concentração da terra no Brasil é identificada com um grande problema social (FREIRE, 2021; DA SILVA, 1981; PRADO JR., 2011), e é dos grupamentos sociais, dos que sofrem em

²¹ “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Karl Marx, *Capital* Vol. I. 2017, pág. 786).

²² Enrique Dussel, no livro “O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade”, escreve: “O ano de 1492 foi o início da modernidade; da mundialidade como centro da Europa; da constituição da América Latina, África e Ásia como periferia. Esse acontecimento histórico (1492) foi, contudo, interpretado de maneira não europeia nos mundos periféricos”, quer dizer, a conformação da Europa enquanto o Centro, local de onde surgem as “melhores” filosofias e organizações sociopolíticas é um fenômeno histórico construído e não consensual, é um ponto de vista, ao olhar para tais teorias, historiografias, cartografias, etc, é preciso questionar: melhores para quem?

sua carne os males da história²³, que se projetam outros rumos. Tal problema sempre foi combatido, desde os povos originários (DUSSEL, 1993), quilombolas (MOURA, 2020) e mais recentemente podemos citar o Movimento Sem Terra, que teve preponderância nas últimas décadas do século XX. Todavia, a partir de 2004, indica-se haver uma reconfiguração, pois, para além da luta pela terra, são retomadas outras bandeiras históricas, como as das questões culturais e da luta pela Terra (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011). Esses elementos demandaram outros conceitos, como o de *território*²⁴ e de populações *tradicionais*²⁵. Assim, percebe-se um processo de ambientalização²⁶ das lutas sociais, que acreditamos que precisa ser entendido a partir de uma *educação ambiental crítica*²⁷.

²³ "(...) por sofrer em sua carne todos os males da história, todos os males universais: o proletariado" (Aimé Césaire, Discurso sobre o Colonialismo, 2020, pág. 76).

²⁴ "pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura" (Porto-Gonçalves, A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha, pag. 168, 2006).

²⁵ "populações que fazem uso tradicional das condições naturais de existência (terra, mar, lagos, rios, florestas, mangues e campos), enfim, conformam a categoria de Populações Tradicionais" (Porto-Gonçalves, A reconfiguração da questão agrária e a Questão das territorialidades, pag. 4, 2011).

²⁶ "Essa [a ambientalização] pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, quanto a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc" (Henri Acselrad, em "Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental", 2010, pag. 103).

²⁷ "Todavia, aqui cabe lembrar que, se a educação ambiental crítica não comporta separações entre cultura-natureza, fazendo a crítica ao padrão de sociedade vigente, ao *modus operandis* da educação formal, à ciência e à filosofia dominante, ela deve ser efetivamente autocrítica. Crítica sem autocrítica é problematizar o movimento da vida querendo ficar de fora, sem 'colocar a mão na massa', algo inaceitável para uma perspectiva na qual não pode haver oposição entre teoria e prática. Assim, não basta apontar os limites e contradições e fazer denúncias. É preciso assumir com tranquilidade que vivemos em sociedade e que, portanto, mesmo quando buscamos ir além da realidade na qual estamos imersos, acabamos muitas vezes repetindo aquilo que queremos superar. Os dilemas que vivenciamos não são um mal em si. O complicado é se colocar acima de tudo e de todos! Admitir erros, incertezas, inquietações e dificuldades é inerente ao processo de transformação da realidade e constituição dos sujeitos, sendo indispensável para refletirmos sobre o que fazemos, o que buscamos e quais são os caminhos que estamos trilhando. Posta nesses termos, a educação ambiental crítica é bastante complexa em seu entendimento de natureza, sociedade, ser humano e educação, exigindo amplo trânsito entre ciências (sociais ou naturais) e filosofia, dialogando e construindo pontes e saberes transdisciplinares." (B. Loureiro, C. F. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios, 2007, pág. 68-69)

Os estudos com cartografia social ajudam-nos a exemplificar esses fenômenos de entrelaçamento entre a questão social e a justiça ambiental. São diversos os casos em que grandes empreendimentos são promovidos com promessas de emprego e melhorias na região onde irão instalar-se. Mas, na verdade, acabam por trazer uma série de complicações à vida das pessoas, mão de obra de outros lugares, danos ambientais, etc. Esse é o caso da comunidade quilombola-pesqueira do Cumbe:

(...) formada por pescadores e pescadoras, descendentes de quilombolas, um povo que depende da preservação do território para realizar as atividades de autoconsumo. O território localiza-se em uma planície flúvio-marinha, com um extenso manguezal e campo de dunas, os quais vêm sendo impactados com a presença de empreendimentos da carcinicultura (criação de camarões em cativeiro) e do parque eólico. Tais atividades geram um processo de privatização de terras no território, onde os moradores se viram impedidos de realizar suas tarefas do cotidiano, gerando intensos conflitos socioambientais.” (SANTOS; SANTOS, 2020)

Como aponta Marques et al. (2019), para além das dificuldades envolvendo a ocupação das terras quilombolas, com cerceamento do local, há uma deficiência institucional em garantir a celeridade no trâmite demarcatório. Esse atraso em garantir os direitos das populações quilombolas agudiza e prolonga os conflitos, pois carecem de uma mediação que indique resoluções, ainda que respaldados pela Constituição Federal de 1988 (VIANA CUSTÓDIO; DA SILVA LIMA, 2009).

Em outro trabalho, demonstra-se que, na comunidade Buriti do Meio, “as cercas começaram a surgir no território devido à aproximação do gado de fazendas vizinhas”. Anteriormente a coletividade fazia parte da identidade daquelas pessoas; a criação do gado era “à solta”

(FERREIRA; LEITE; NEVES, 2021), mas foram impelidos a instituir cercas internas que foram modificando sua territorialidade e, por conseguinte, a cultura da comunidade, que passa de uma relação original específica para arquétipos de relações capitalistas.

Um último exemplo é apontado por Cardoso et al., (2022), que fala sobre as contra-cartografias, relacionadas com o antagonismo entre cidade e campo, onde há um movimento de urbanização extensiva, a qual quer tornar alguns espaços do campo em cidade, inferiorizando e desconsiderando tais territórios:

A pesquisa busca a representação dos conflitos, perdas e injustiças socioambientais relacionados ao processo de urbanização extensiva, que: a) por um lado sujeitam tais comunidades à forte influência de padrões de consumo, regras ou atividades ligadas ao modo de vida urbano industrial, dada a proximidade com as cidades e à fluidez histórica do relacionamento urbano rural na região [...]; e b). Por outro lado, promovem sua assimilação pelas periferias, condenando-as por meio da carência de políticas públicas a uma crescente incerteza sobre a sua permanência e sua capacidade de produção e reprodução da vida a partir da gestão dos recursos do território. As tensões resultantes das dimensões materiais e imateriais desse processo alimentam a tendência de conversão e abandono do modo de vida dessas comunidades e a inserção de seus membros como subalternizados na sociedade urbana.” (CARDOSO et al., 2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, na atualidade, muitos dos territórios quilombolas vivem uma dinâmica de enfrentamento que é histórica. É a antiga estrutura do sistema mundo-moderno²⁸ colonial capitalista que continua a se impor sobre os territórios, invadindo-os, usurpando-os e agredindo-os. Tal

²⁸ Conceito desenvolvido por Immanuel Wallerstein.

disputa não é novidade, e entendemos que seja preciso demarcá-los, tanto no espaço material quanto no imaterial, pois, assim como o território, a pauta de proteção ambiental e de outra relação com a natureza tem partícipes sociais seculares: são as populações tradicionais, desde os povos originários.

E essa luta social, por uma outra sociedade, passa pelo estabelecimento de outra relação junto à natureza²⁹. Um dos equipamentos fornecidos nessa caminhada, parece-nos ser a cartografia social, dado que essa abordagem proporciona um instrumento que visibiliza outras formas de existir. Logo, esse é um meio de nos defendermos da mercantilização capitalista, pois, como somos parte da natureza, é preciso contribuir na luta pela garantia de territórios que são geridos por outra lógica. Talvez assim se possa preservar a biodiversidade e a cultura. Ao mesmo tempo, esses mapas vão evidenciando que há uma parcela da população que vem sendo alocada numa classe ambiental (Murphy, 1994) subalterna³⁰. Em outras palavras, há uma classe que ganha com a degradação e outra que paga e convive com os custos ambientais.

²⁹ Karl Marx realiza críticas ao programa do Partido Operário Alemão da época, que estão publicadas no livro “Crítica ao Programa de Gotha” da editora Boitempo. Nesse escrito, como primeira crítica Marx escreve “o trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e é em tais valores que consiste propriamente a riqueza material!)” e continua: “os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho essa força sobrenatural de criação, pois, precisamente do condicionamento natural do trabalho, segue-se que o homem que não possui outra propriedade senão sua força de trabalho, torna-se necessariamente, em todas as condições sociais e culturais, um escravo daqueles que se apropriaram das condições objetivas do trabalho. Ele só pode trabalhar com sua permissão, portanto, só pode viver com sua permissão”. A natureza, desde Marx, tem papel central na luta social.

³⁰ “Considera-se importante dizer que o termo ‘subalterno’ fora tomado emprestado de Antonio Gramsci e entendido como classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (Luciana Ballestrin, América Latina e o giro decolonial, 2013).

REFERÊNCIAS

- Acseirad, h. Et al. **Cartografia social, terra e território**. Rio de janeiro – RJ: a 4 mãos comunicação e design ltda, 2013.
- Cardoso, a. C. D. Et al. Contra-cartografias de povos tradicionais nas mtrópoles paraenses: repertórios para um urbano amazônico plural. **Nau social**, v. 13, n. 24, p. 937-953, 18 fev. 2022.
- Dussel, e. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. 1993.
- Ferreira, m. V.; leite, m. E. Neves, s. L. S. Nova cartografia social e geotecnologias aplicadas à gestão territorial de comunidades tradicionais. **Caderno de geografia (belo horizonte, brasil)**, v. 31, n. 65, p. 613, 2021.
- Freire, k. P. Relatos de campanha: a expansão colonial portuguesa sobre os quilombos do alto são francisco e alto paranaíba no século xviii. **Anais do museu paulista: história e cultura material**, v. 29, 2021.
- Graziano da silva, j. **O que é questão agrária?**. Brasiliense, vol. 4, 1984.
- Jr., c. P. **Formação do Brasil contemporâneo**. Companhia das Letras, 2011.
- Marques, a. C. N. Dialogando sobre cartografia social e identidade em territórios tradicionais indígenas e quilombolas. **Identidade**, v. 24, n. 2, p. 101–119, 2019.
- Mignolo, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**, v. 32, n. 94, 2017.
- Melo, v. Necropolítica e o estado moderno no contexto do colonialismo: descolonizar a mente para novas possibilidades de ver, pensar e agir. **Sociedade em debate**, v. 25, n. 2, p. 24–44, 2019.
- Moura, c. **Rebeliões da senzala**. Anita Garibaldi, ed. São Paulo: 4 ed., 2020.
- Murphy, r. **Rationality and nature**. Routledge; Taylor & Francis Group, 1994.
- Porto, m. F.; Pacheco, t.; Leroy, j. P. **Injustiça ambiental e saúde no brasil: o mapa de conflitos**. Editora Fiocruz, 2013.
- Porto-gonçalves, c. W.; alentejano, p. R. R. A reconfiguração da questão agrária e a questão das territorialidades. **Biodiversidad la**, p. 1–8, 2011.

Santos, I. dos; Santos, C. dos. Os caminhos do turismo comunitário: afirmação territorial na comunidade quilombola do Cumbe, Aracati – CE. **Campo-território revista de geografia agrária**, v. 15, n. 39, p. 333–352, 2020.

Viana Custódio, A.; da Silva Lima, F. O direito fundamental à titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. N. 2, p. 275–298, 2009.

6

CIGANOS: MODOS DE VIVER FRENTE AO ANTICIGANISMO

Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa

INTRODUÇÃO

A proposta de construção do capítulo é fruto dos debates que se deram no grupo de estudo e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório de Conflitos da Cidade. Após anos debatendo o direito à cidade como direito máximo, pensamos em fazer uma pesquisa e tentar entender como se dá a relação do povo cigano com os conceitos de estigma e direito à cidade.

Não só a participação nesses debates mas o fato de eu ter crescido junto ao povo cigano fizeram-me “enxergar” essa comunidade no decorrer dos debates, o que aflorou o desejo de pesquisar essa minoria. A pesquisa aconteceu e gerou uma dissertação no mestrado em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas. Dela, tiramos um recorte para o debate neste artigo.

O objetivo da pesquisa era entender como vivem os ciganos e como se dá esse viver na cidade de Pelotas. Foram inúmeras reuniões, momentos e conversas, em que se pôde ouvir o que os próprios ciganos tinham a dizer sobre sua história, sobre os momentos difíceis que passaram ao longo de sua vida e o que podiam falar de suas experiências sobre esse conflito entre a sua cultura e os estigmas impostos a eles.

Para não usarmos os nomes reais de cada participante e assim prezar pela imagem de cada um, usaremos nomes fictícios e

identificaremos os participantes com a seguinte designação: cigano João, cigana Maria, cigano Marcos, cigana Marjorie, brasileira Rafaela, cigano John, cigano Alexandre, cigano Obina.

Fazendo a relação dessas entrevistas com a teoria, pudemos perceber que os ciganos, ao longo da história, têm sofrido com estigmas que acabam por negar-lhes o direito à cidade. Desde que os ciganos apareceram na Europa, tem-se conhecimento de inúmeras perseguições, como veremos no texto. Mas isso não é uma questão do passado, muito pelo contrário: ainda hoje os ciganos precisam mudar seu modo de viver, trabalhar, vestir devido aos estigmas que lhes são impostos: ladrões, bandidos, violentos, bruxos, etc.

Tentando entender esses estigmas e essa negação da cidade, contatamos que há muito o que fazer em relação às políticas ciganas e ao direito à cidade como direito garantido a essa comunidade. Sabe-se que políticas que garantem certos direitos existem, também, porque muito se debate sobre tais temas no ambiente das ciências, o que acontece muito pouco ainda quando o tema é o cigano. Precisamos tirar esse tema da periferia das ciências e trazê-lo à tona. E é isso que tentaremos fazer por meio deste artigo, nas reflexões aqui presentes.

1. QUEM SÃO OS CIGANOS?

Neste capítulo, estamos fazendo um recorte de uma pesquisa realizada com uma família cigana do bairro Fragata da cidade de Pelotas/RS. Tentaremos explicar, de forma simples e nítida, quem são os ciganos³¹ e de que maneira vivem e pensam. É óbvio que não daremos

³¹ "Definiremos como ciganos (também identificados por rom, roma, romani), com base em estudos de diversos ciganólogos, todos os romani que, de forma geral, se dividem em três grandes grupos. Primeiro grupo: Rom ou Roma: falam o romani, divididos em vários subgrupos (kalderash, matchuaia, lovara,

conta de todo o assunto, visto que os ciganos são um povo muito heterogêneo, pois pensam de maneira muito diferente uns dos outros, por mais que haja uma base cultural estabelecida³². Assim, desde já, sabemos que não temos uma “verdade” sobre esse povo, mas entendemos que é importante a informação na luta contra os preconceitos que os ciganos têm sofrido ao longo dos anos. Assim, iremos difundir o que os próprios ciganos pensam sobre si e sobre a cidade e fazer breves reflexões sobre o antiganismo no capítulo final.

Assim, a partir deste capítulo, traremos as falas dos entrevistados sobre o que pensam acerca do que está sendo apresentado neste texto: cidade, ciganos e antiganismo.

1.1 COMO SE DEU O CONTATO COM OS CIGANOS?

Foram entrevistados³³ todos os ciganos da família (exceto as crianças) que vivem há mais de 15 anos no bairro Fragata. São oito ciganos, contemplando idosos, mulheres, homens e jovens. A pesquisa foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, acompanhadas de um roteiro de perguntas com questões abertas, que foram realizadas no segundo semestre de 2021 e no primeiro semestre de 2022. Para não

curara, horahanej etc.) são predominantes nos países balcânicos e no leste europeu, mas, a partir do século XIX, migraram para outros países da Europa e para as Américas; segundo grupo: Sinti, língua sintó, encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são conhecidos como manouch; e terceiro grupo: Calon ou Kalé, falam caló, são os ciganos ibéricos, vivem em Portugal e na Espanha, mas também foram deportados ou migraram para outros países da Europa e América do Sul a partir do século XVI” (JÚNIOR, 2013, pg. 96)

³² “Ao nos aproximarmos do universo dos ciganos, vale ressaltar que essas características não são uniformes e estancas em todos os grupos de romani do mundo. Cada um possui sua própria identidade. Todavia, em linhas gerais existem aproximações bastante significativas.” (JÚNIOR, 2013, pg. 96)

³³ Pode ser que o leitor se pergunte: “Por que essa comunidade em específico”? Os ciganos, de forma geral, são um povo difícil de contatar para esse tipo de pesquisa. Devido aos traumas e aos preconceitos sofridos, não confiam nos brasileiros de forma geral. Assim, o contato que tenho com eles, há alguns anos, “abriu essa porta” para que a pesquisa acontecesse. É importante também dizer que foi esse contato que despertou o desejo de pesquisar as relações entre ciganos e cidade.

usarmos os nomes reais de cada participante e assim prezar pela imagem de cada um, usaremos nomes fictícios e identificaremos os participantes utilizando a seguinte designação: cigano³⁴ João, cigana Maria, cigano Marcos, cigana Marjorie, brasileira³⁵³⁶ Rafaela, cigano John, cigano Alexandre, cigano Obina.

A partir deste momento do texto, incluirei suas falas para entendermos como se encaixa o que eles pensam e vivem no que iremos discutir aqui.

1.2 QUEM SÃO E COMO VIVEM OS CIGANOS?

Nesse tempo todo convivendo com os ciganos, pude perceber como a vida cigana é diferente da vida “brasileira”, pois é assim que eles se referem à vida dos não-ciganos. Os ciganos falam o português fluentemente, mas há um grande sotaque que faz com que eles pareçam ser de outro estado. A língua principal deles é o romani (Moonen, 2012), chamado por eles de romanês. E não só a língua é diferente, mas os modos de vida, a cultura, a moral e as maneiras de se relacionarem com a cidade.

Os próprios ciganos gostam e fazem questão de destacar essa diferença quando chamam os que não são ciganos de “brasileiros” (JÚNIOR, 2013). Eles não se consideram brasileiros, mas ciganos. Os brasileiros também são chamados de gajô (homem não-cigano) e

³⁴ Decidi por “cigano” antes do nome para ficar mais fácil para o leitor entender se quem está falando é cigano ou não, visto que, entre os entrevistados, há ciganos e “brasileiros”, visto que, se colocasse só o nome fictício, daria um trabalho a mais para o leitor ir ver a cada vez que o nome aparecesse.

³⁵ Decidi por “brasileiro” antes do nome fictício pelos mesmos motivos de por “cigano” antes do nome. Escolhi a palavra “brasileiro” porque é assim que os ciganos referem-se aos não ciganos.

³⁶ Ao se dirigirem aos não ciganos, em nosso país, utilizam o termo ‘brasileiros’, como se eles não o fossem. (JÚNIOR, 2013, pg. 97)

oraclorrô (guri não-cigano) - não sabemos se é assim que escreve, visto que eles também desconhecem uma escrita da língua - na língua romani.

Mas, para entendermos melhor a maneira como eles vivem e se relacionam com a cidade, precisamos ir para a história e ver de onde vieram, como apareceram na Europa e chegaram ao Brasil.

1.2.1 OS CIGANOS AO LONGO DA HISTÓRIA: DO MUNDO AO FRAGATA.

Antes de mais nada, é importante elucidar alguns pontos sobre a família que participou da pesquisa, para, após isso, trazer mais da história cigana no mundo e no Brasil. A família, de modo geral, está vivendo há mais de 15 anos no bairro Fragata, localizado na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. O ponto de encontro é essa casa no Fragata. Nela moram quatro idosos, dos quais duas são mulheres e dois são homens: João, Maria, Marcos e Marjorie. Marjorie é mãe de John. João e Maria são avós de Alexandre e Obina. João é irmão de Marcos. E John namora uma brasileira chamada Rafaela. Esses foram os entrevistados.

O interessante disso é que poderemos ver o ponto de vista de não ciganos que estão diretamente ligados à cultura cigana; se ela percebe ou não os estigmas e preconceitos que serão debatidos no texto. Essa família é bem heterogênea, no que diz respeito à idade, à cultura, às ideias, ao pensamento e ao modo de viver. Veremos isso nas respostas das entrevistas. Trata-se de uma família de ciganos que trabalham de forma bem distinta uns dos outros, mas de forma bem comum no que diz respeito à cultura cigana. Vendem carros, panelas, lençóis, roupas de cama, travesseiros, ou seja, vivem como vendedores. Não são pobres,

não passam por necessidades materiais e querem manter firme a cultura cigana em um tempo tão difícil para isso. Agora que o leitor já consegue trazer a imagem da família à mente, precisamos ir para a história cigana no mundo para entendermos ainda melhor sua situação.

Antes de começarmos a tentar fazer uma busca e reflexão sobre a história cigana, precisamos deixar enfatizada a dificuldade de fazer isso. A bibliografia dos ciganos no Brasil é muito reduzida quando comparada a outros temas, já que existem poucos antropólogos e outros pesquisadores que deem ênfase a essa temática. Por isso, trabalhamos muito a obra do autor Franz Moonen, falecido em 2014 que deixou um legado gigantesco sobre esse tema.

Sobre a sua origem (dos ciganos) não há nenhuma nitidez. Sabemos que hoje os ciganos são uma grande mistura de povos, tendo em vista a quantidade de países pelos quais passaram. A possibilidade mais forte é que eles seriam de origem indiana, tendo em vista a proximidade linguística, como fala Moonen (2012):

Conforme se vê, a origem dos ciganos sempre foi um verdadeiro mistério, e por isso existem, ainda hoje, as mais diversas lendas e fantasias. Somente no Século XVIII o assunto começou a ser discutido com mais seriedade, quando os linguistas concluíram que os ciganos deveriam ser originários da Índia. As provas linguísticas surgiram por acaso em 1753 quando, numa universidade holandesa, um estudante húngaro descobriu semelhanças entre a língua cigana do seu país e a língua falada por colegas indianos. Constatou-se assim um evidente parentesco entre as línguas ciganas e o sânscrito. A teoria da origem indiana das línguas ciganas seria divulgada somente anos depois na Alemanha, por Christian Büttner em 1771, por Johann Rüdiger em 1782, e por Heinrich Grellmann em 1783, este o mais conhecido dos três. (MOONEN, 2012, pág. 7 e 8)

E aqui começa a primeira questão. Nem os próprios ciganos aqui de Pelotas sabem a sua real origem, sobre isso Obina diz:

Outro “bagulho” que seria legal tu botar. Cada cigano tem um pensamento diferente. Um tem um pensamento que os ciganos vieram da Iugoslávia. Meu pensamento é contrário, não acho isso. Meu avô me ensinou uma coisa, o avô de outro ensina outro. Cada um acredita em uma coisa e nenhum dos dois sabe o que é certo. Isso que é ruim, não tem algo que é certo, que tu saiba de onde tu vem. A gente sabe que os ciganos vieram do deserto, mas ninguém sabe de onde eles partiram certo, uns falam da Índia, outros da Pérsia, da Iugoslávia, Romênia, etc.

Isso acontece tendo em vista que sua tradição sempre foi passada através da oralidade, devido ao fato de muitos não saberem ler ou escrever. Quanto à oralidade e ao desapego à história total dos ciganos, Fonseca diz:

Os ciganos não têm mitos sobre a criação do mundo, nem sobre suas próprias origens; não têm grande sentido de passado histórico. Com muita frequência suas memórias não abrangem mais do que três ou quatro gerações – isto é, as experiências de ancestrais que a pessoa mais velha do grupo é capaz de lembrar. O resto, por assim dizer, não é história. Essa sensação é, talvez, um legado dos dias nômades, quando os mortos eram literalmente deixados para trás. (Fonseca, 1996, p.272)

Com isso, muito se perdeu na oralidade, e hoje há muitas dúvidas acerca da sua origem. Não existe consenso: alguns pensam que, de fato, vieram da Índia; outros pensam que vieram da Romênia (aqui provavelmente seja uma confusão com o dialeto que se chama Romani, e porque viveram alguns anos na atual Romênia):

[...] a cultura dos ciganos Rom que durante séculos viveram nos Bálcãs - na atual Romênia na qualidade de escravos, libertos somente em meados do

Século XIX - onde desenvolveram uma cultura fortemente influenciada pelas diversas culturas nacionais, em especial a romena. (MOONEN, 2012, pag. 10)

Outros acreditam ser marroquinos, mas, enfim, não há consenso sobre sua origem. Entretanto, devido aos poucos pesquisadores reforçarem a ideia de que eles vieram da Índia pela aproximação linguística, tal fato tornou-se bem aceito, sendo que hoje os pesquisadores só não sabem de que lugar da Índia.

Desde então, a origem indiana nunca mais foi colocada em dúvida e linguistas posteriores apenas têm acrescentado mais dados comprobatórios, restando hoje apenas dúvidas sobre em que época ou épocas, e em que parte ou partes da Índia estas línguas eram faladas, admitindo-se em geral que tenha sido a região noroeste da então Índia (atual Paquistão), por volta do ano 1000 da era cristã. (MOONEN, 2012, pg. 8)

Fraser (1992) fala, de maneira correta, que só a questão linguística – aproximação – não pode ser usada para definir exatamente de onde um povo vem, sendo que há outras possibilidades. Pode ser que o povo cigano tenha vivido muitos anos com algum povo indiano em outro lugar do mundo, ou podem ter vivido longos anos na própria Índia, o que faria também com que tivessem traços da língua, mas a origem do povo, ainda assim, não se saberia. Na opinião do mesmo autor (FRASER, 1992), o que acontece é uma “indianização” do povo cigano.

Mas algo que não é incerto é a diversidade e heterogeneidade desse povo. É errado quando pomos todos os ciganos no mesmo nicho, do mesmo modo que fazem com os índios. Como os indígenas são diversos, os ciganos também são. Os ciganos e ciganólogos não-ciganos distinguem ao menos três grandes grupos:

Definiremos como ciganos (também identificados por rom, roma, romani), com base em estudos de diversos ciganólogos, todos os romani que, de forma geral, se dividem em três grandes grupos. Primeiro grupo: Rom ou Roma, falam o romani, divididos em vários subgrupos (kalderash, matchuaia, lovara, curara, horahanei etc.) são predominantes nos países balcânicos e no leste europeu, mas a partir do século XIX migraram para outros países da Europa e para as Américas; segundo grupo: Sinti, língua sintó, encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são conhecidos como manouch; e terceiro grupo: Calon ou Kalé, falam caló, são os ciganos ibéricos, vivem em Portugal e na Espanha, mas também foram deportados ou migraram para outros países da Europa e América do Sul a partir do século XVI (JÚNIOR, 2013, pg. 96)

Nessa mesma ideia, Moonen (2012) afirma:

1. Os Rom, ou Roma, que falam a língua romani; são divididos em vários subgrupos, com denominações próprias, como os Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara e.o.; são predominantes nos países balcânicos, mas a partir do Século XIX migraram também para outros países europeus e para as Américas.
2. Os Sinti, que falam a língua sintó, são mais encontrados na Alemanha, Itália e França, onde também são chamados Manouch.
3. Os Calon ou Kalé, que falam a língua caló, os “ciganos ibéricos”, que vivem principalmente em Portugal e na Espanha, onde são mais conhecidos como Gitanos, mas que no decorrer dos tempos se espalharam também por outros países da Europa e foram deportados ou migraram inclusive para a América do Sul. Estes grupos e dezenas de sub-grupos, cujos nomes muitas vezes derivam de antigas profissões (Kalderash = caldeireiros; Ursari = domadores de ursos) (MOONEN, 2012, pg.9)

Como já dissemos, ninguém sabe com certeza - nem os próprios ciganos - de onde eles são originários, nem em quais países começaram sua história. Mas se tem registrado o “caminhar” dos ciganos pelo

menos desde o século XV, quando Moonen afirma ser sua primeira migração na Europa, onde já aparentam ser estigmatizados:

No início do Século XV aparecem na Europa Ocidental as primeiras notícias sobre viajantes exóticos, indivíduos com uma pele escura ou ‘preta’ e, segundo muitos cronistas, com uma “aparência horrível” e com alguns hábitos nada agradáveis. (MOONEN, 2012, pg. 17)

O que é interessante, nessa fala de Moonen, é que o modo de viver já parecera chocar os habitantes da Europa logo na sua primeira migração. Nessa época, os ciganos já estavam em quase toda a Europa, em países como Holanda, Bélgica e França. Moonen diz:

Na mesma época, a presença de ciganos é registrada também na Holanda, na Bélgica e na França, onde já são notícia pelo menos desde 1418, quando aparecem em Colmar trinta “pagãos” com mulheres e crianças. Três dias após este pequeno grupo ter saído, chegou um grupo maior de cerca de cem “pagãos”, que se diziam oriundos do Egito: eram pretos e as mulheres, vestindo uma espécie de cobertor, previam o futuro lendo a mão, mas ao mesmo tempo furtavam o dinheiro dos bolsos dos clientes. (MOONEN, 2012, pg. 18)

Só a forma de os europeus verem os ciganos já mostra que algo ruim estava prestes a acontecer, e foi isso que aconteceu: uma perseguição aflorou- se contra os ciganos. Moonen diz que na Dinamarca, a partir de 1554, era proibido hospedar ciganos, e quem os matasse poderia ficar com suas propriedades³⁷.

E de que forma os ciganos eram perseguidos? Com muitas penas!

Sobre a Holanda, Moonen (2012) diz:

³⁷ Na Dinamarca, a perseguição aos ciganos inicia a partir de 1554: é proibido hospedar ciganos e quem matá-los pode ficar com suas propriedades; as autoridades locais que permitirem a presença de ciganos tornam-se responsáveis pelos danos por eles causados (MOONEN, 2012, pg. 18)

Em outras cidades da Holanda aconteceram fatos semelhantes. Nijmegen hospedou bem os ciganos pela primeira vez em 1429, mas em 1536 e 1543, foram sumariamente expulsos da cidade. Em Zutphen, os ciganos foram bem recebidos em 1430, 1445, 1459 e três anos seguidos na década de 90, mas em 1538 e 1542 foram expulsos. O primeiro edital anticigano foi publicado em 1544 pela província de Gelderland. Neste edital consta que perambulava um “grande número” de ciganos pela região e que estes incomodavam a população, pelo que todos deviam deixar a região dentro de dois dias, sob pena de punição física e confisco de bens. [...] As penas de morte ainda são raras nesta época, mas acontecem. Numa pequena cidade da província de Overijssel, em 1577, foram enforcados quatro ciganos pelos crimes de terem assaltado muitas casas e, principalmente, de terem falsificado moedas, coisa simples que, conforme confessaram, qualquer cigano sabia fazer. Suas mulheres e crianças foram banidas. As punições, no entanto, são pesadas: açoites em praça pública (quase sempre “até sangrar”), marcação com ferro quente (geralmente nas costas), corte de partes do nariz ou das orelhas, para facilmente serem reconhecidos, tudo isto sempre seguido pelo banimento perpétuo da cidade ou província. Em casos de reincidência, a pena de morte, principalmente para os homens, através de enforcamento ou decapitação. As mulheres em geral escapam da pena capital e são apenas banidas, junto com os seus filhos, para evitar que as autoridades tivessem que sustentar depois a quase sempre numerosa prole cigana. (MOONEN, 2012, pg. 27 e 28)

Como falamos no primeiro capítulo, desde o século XV, os ciganos já não possuem o direito à cidade, porque são vistos como forasteiros, como não-humanos. Já em 1560, na Espanha (MOONEN, 2012), os ciganos são proibidos de deslocamentos de mais de duas pessoas, ou seja, os ciganos não poderiam andar de casal e com seus filhos na rua.

Uma segunda grande migração na Europa vai acontecer já nos séculos XIX e XX, muito influenciada pelas guerras que aconteciam no mundo. Sobre essa grande migração, Moonen (2012) afirma:

Outros fatores que certamente também influenciaram, foram a miséria em que viviam enormes parcelas da população rural e urbana europeia no final do Século XIX e início do Século XX, além das duas Guerras Mundiais que provocaram enormes migrações internas e externas, e que fizeram com que milhões de europeus procurassem melhores condições de vida em outros países, ou até em outros continentes. Entre estes migrantes com certeza encontravam-se também ciganos Rom. [...] Na Europa Ocidental, a chegada destes milhares de novos migrantes ciganos oriundos do Leste fez com que alguns países criassem ou repensassem suas políticas ciganas. De um modo geral, estas políticas seriam anticiganas, culminando na Alemanha nazista com o holocausto cigano. (MOONEN, 2012, pg. 39)

Pouco é falado sobre o holocausto cigano. Muito se fala na quantidade de judeus que morreram, na quantidade de europeus que morreram, mas quase nada sobre a quantidade de ciganos que sofreram nas mãos de Hitler. Mas a pergunta que fica é: “Como os ciganos chegaram ao Brasil? Foi também por violência?”

O que se sabe é que eles vieram de Portugal, contra sua vontade - como aconteceu com quase toda migração dos ciganos ao longo da história.

Não há dúvida alguma que os primeiros ciganos que desembarcaram no Brasil foram oriundos de Portugal. Não vieram voluntariamente, mas deportados daquele país. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1574 com um certo João de Torres e sua mulher Angelina que foram presos apenas pelo fato de serem ciganos. Inicialmente João foi condenado às galés e Angelina deveria deixar o país dentro de dez dias. Alegando, no entanto, que “era fraco e quebrado, e não era para servir em coisa de mar e muito pobre, que não tinha nada de seu”, João pediu para poder sair do Reino, ou então que pudesse ir para o Brasil para sempre. O pedido logo foi deferido e a pena foi mudada para “cinco anos para o Brasil, onde levará sua mulher e filhos” (MOONEN, 2012, pg. 79)

Esses ciganos acabaram vivendo aqui no Brasil de várias formas, mas geralmente realizando trabalhos artísticos, o que acaba influenciando um pouco o estereótipo que se tem de ciganos nos dias de hoje

Não há dúvida alguma sobre os dotes artísticos dos ciganos, principalmente as suas habilidades como músicos e dançarinos. Não sabemos se os ciganos acima citados foram artistas profissionais, ou artistas ocasionais, para alegrarem aniversários, casamentos e outras festas da elite brasileira daqueles tempos. A atividade econômica principal dos ciganos parece mesmo ter sido o comércio ambulante, de animais ou objetos, viajando pelos sertões do Brasil. Para a região Nordeste temos informações, embora de segunda mão, através do inglês (mas nascido em Portugal) Henry Koster, que viveu em Pernambuco de 1809 a 1815 (MOONEN, 2012, pg. 85)

Assim, não se sabe bem como os ciganos, sejam Rom, Sinti e Calon, acabaram ocupando cada estado do país, mas provavelmente tenha sido pela itinerância, muitas vezes necessária, seja pelo trabalho artístico seja pelo de venda, pois se faz necessário sair de um lugar ao outro para obter mais lucro; ou por uma itinerância forçada, que acontecia devido ao anticiganismo.

O que se sabe é que Rom, Sinti e Calon acabam vivendo de uma maneira diferente e tendo uma cultura diversificada, porque respondem, também de forma diferente, às questões sociais relacionadas aos ciganos, anticiganismo, sedentarismo, itinerância, trabalho, etc.

A comunidade em que estamos realizando a pesquisa é a dos rom. Moonen (2012) ainda diz que os rom geralmente enxergam os outros como ciganos não-autênticos, porque não seguem tanto a cultura e, em muitos casos, perderam até a língua. Sobre essa mudança Obina também diz:

Eu acho o certo, hoje, é cigano casar com cigano, e cigana casar com cigano até pra mandar a tradição. Tem muita família cigana perdendo totalmente a cultura, a essência, tem ciganos que nem falam mais romanês, é um bagulho que me deixa espantado, espantado e triste. Tem uns grupos ciganos no whatsapp né cara? E eu fiz umas amizades com uns pessoal lá de cima, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, Goiás, e tem muita gente lá que quando a gente falava romanês não entendia, porque uns fizeram faculdade, uns viveram muito afastados dos outros ciganos e acabaram se isolando naquele mundo, tá ligado?

Por serem mais conservadores em seu estilo de vida milenar (os rom), são os mais estudados pelos pesquisadores; já sobre os sinti e os calon quase não há pesquisa no Brasil. Quando li isso nos textos de Moonen, perguntei para Obina se ele conhecia algum calon ou sinti, e a resposta foi a seguinte: “Eles não são bem ciganos”. Não quero, de maneira alguma, dizer se isso está certo ou não, mas é interessante pensar na complexidade que resulta apenas dessa resposta.

Assim, cria-se uma hierarquização dos ciganos, uma forma de “ser cigano”, em que os rom são os “ciganos autênticos”.

Ou seja: a cultura rom passa a ser considerada a ‘autêntica’ cultura cigana, a cultura ‘modelo’. E quem não falar a língua como eles, quem não tiver os mesmos costumes e valores... Bem, estes só podem ser ciganos de segunda ou terceira categoria, ciganos espúrios, inautênticos, quando não falsos ciganos. (MOONEN, 2012, pg. 10)

Moonen ainda diz que considera cigano cada indivíduo que se identifica com algum dos grupos rom, calon e sinti e que também é reconhecido pelo seu grupo. Assim, para o autor, não há uma hierarquização, mas que todos são ciganos e que todos devem ser respeitados assim como tais. Por mais que as diferenças sejam grandes,

a sua história é parecida no que diz respeito ao anticiganismo³⁸, ao ódio e à perseguição.

Ou seja: não existem ciganos autênticos e ciganos espúrios: os Rom, Sinti e Calon possuem inúmeras autodenominações, falam centenas de línguas ou dialetos, têm os mais variados costumes e valores culturais, são diferentes uns dos outros, mas nem por isso são superiores ou inferiores uns aos outros. Em comum todos eles têm apenas uma coisa: uma longa História de ódio, de perseguição, de discriminação pelos não-ciganos, em todos os países por onde passaram, desde o seu aparecimento na Europa Ocidental, no início do Século XV (MOONEN, 2012, pg. 15)

Outra questão que precisamos debater é a imagem folclorizada que os ciganos possuem na sociedade. Quando perguntamos a uma pessoa qualquer sobre o que ela pensa sobre ciganos, logo vem a sua cabeça todo o estereótipo: mulher é aquela idosa que lê as mãos, quase uma maga que pode ver o futuro; já as mulheres mais novas são sensualizadas. O homem, por sua vez, é visto como aquele de mau caráter que usa qualquer forma de negócio para seu sustento. Como diz Junior:

Percebemos que a visão sobre o cigano ainda não mudou. A imagem cigana, quando apresentada em programas de televisão, minisséries e documentários disponibilizados em nossas redes midiáticas, colocam o cigano sempre numa postura folclorizada, com roupas coloridas, homens com panos da cabeça e mulheres sensualizadas. Esses estereótipos são aceitos pelo grande público, mas o cigano que vive nas periferias, em barracas rotas, e que se utiliza de suas artimanhas como comerciante é completamente rechaçado. O cigano real torna-se perigoso e fere a boa conduta da civilização (JÚNIOR, 2013, pg. 103)

Sobre esses estereótipos ainda se diz:

³⁸ Moonen (2012) entende anticiganismo como a hostilidade, preconceito, discriminação ou racismo direcionado especificamente ao povo cigano.

As crenças coletivas ou estereótipos sobre os ciganos são também abertamente negativos. A imagem de que eles estão ligados ao roubo é a mais frequente, seguida da visão de que “levam uma vida fácil”, são “enganadores, trapaceiros”. O estereótipo do cigano como violento também é marcante, totalizando 14,1% das respostas (“briguentos”, “violentos”, “matam”). Enfim, mais de 58,0% das respostas referem estereótipos negativos dos ciganos, isso considerando apenas as respostas com frequência não inferior a dez. (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, pg. 224)

Obina conta que conheceu uma menina de Minas Gerais em um aplicativo de relacionamento; disse que ela tinha uma opinião totalmente diferente sobre ciganos:

Teve uma guria que eu conheci lá de Minas. A gente saiu. Aí ela disse: “teu olhar é bem diferente, tua pele, dá pra ver que tu não é daqui”. Joguei limpo com ela e falei: “Sou cigano”. Ela ficou sem entender, ficou apavorada. Lá para Minas tem muito os Calon. Ela disse assim: “como assim cigano? Tu não te veste igual cigano”. Ai eu contei para ela o que é cigano, tivemos um assunto tri massa, ficamos horas conversando. Aí ela disse: “totalmente diferente. Pra gente ser cigano é quem usa dente de ouro, quem usa roupa colorida, os ciganos que usam trança, cabelo grande com trança, mora em barraca”. Beduíno lá em Minas Gerais, eles chamam os moradores de rua, os papeleiros. Eu fiquei apavorado, lá pra cima eles têm um conceito muito diferente do que é cigano do Rio Grande do Sul, entendeu? Foi um assunto legal de conversar, ela tinha uma ideia muito diferente do que é ser cigano.

Esses estereótipos ajudam a disseminar anticiganismo porque reduzem a cultura a nada; quando esse “nada” torna-se algo, é um algo ruim, que leva perigo à sociedade. Para analisar melhor esse anticiganismo, precisamos ir para a história e entender como se deram as ondas migratórias na Europa, como chegaram até o continente europeu, como sobreviveram lá, de que forma foram tratados até chegarem às américas. E é isto que faremos ao longo da pesquisa:

buscaremos toda a história do anticiganismo: como ela se deu na Europa, como se dá no Brasil e, após, estabeleceremos relações com o tema cidade, tentando compreender e chegar à realidade do que acontece com a comunidade cigana na cidade de Pelotas.

Faremos isso no terceiro capítulo, quando estabeleceremos uma relação desse “ser cigano” com o anticiganismo ao longo dos séculos no mundo. Mas antes precisamos entender melhor a cultura e esse “ser cigano”.

1.3 ALGUMAS ANÁLISES SOBRE OS CIGANOS

Podemos relacionar as análises realizadas com alguns conceitos de Bourdieu para entender melhor algumas questões vistas, tais como: capital econômico, capital cultural, espaço, campo, habitus, etc. E será, a partir desses conceitos, que farei minha reflexão. Foram esses conceitos que me ajudaram consideravelmente na reflexão sobre a cidade e a comunidade cigana. A ideia de capital seriam os recursos que os agentes sociais podem obter em diferentes níveis de quantidade e qualidade. É, por meio desse capital, que os agentes farão parte da dinâmica social.

Quanto maior e melhor o capital, mais oportunidades, espaços e possibilidades esse agente³⁹ vai ter; quanto menor e pior esse capital, mais dificuldades e restrições esse agente terá. Um exemplo dessa ideia seria o seguinte: quanto mais riqueza tiveres, mais poderás chegar a

³⁹ “Todo agente, indivíduo ou grupo, para subsistir socialmente, deve participar de um jogo que lhe impõe sacrifícios. Neste jogo, alguns de nós nos cremos livres, outros determinados. Mas, para Bourdieu, não somos nem uma coisa nem outra. Somos o produto de estruturas profundas. Temos, inscritos em nós, os princípios geradores e organizadores das nossas práticas e representações, das nossas ações e pensamentos. Por este motivo Bourdieu não trabalha com o conceito de sujeito. Prefere o de agente.” (THIRY-CHERQUES, 2006, pg. 34)

casas, carros e a bens móveis maiores e melhores. Já quem vive na extrema pobreza, que não possui o capital econômico, não poderá adquirir esses bens, e os bens a que tiver acesso serão precários. Mas em que se constitui esse capital? Só dinheiro? Não! Para Bourdieu, não é só o fator econômico que opera na nossa sociedade como capital; assim existem outros capitais. São eles: capital econômico; capital cultural, que é subdividido em três dimensões - estado objetivado, estado incorporado e o estado institucionalizado; capital social e, por último, mas não menos importante, o capital simbólico. Explicando, Bonnewitz (2003) diz:

– O capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais. – O capital cultural, que corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadro, de obras); em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos). – O capital social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção desse capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum, etc. – O capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento. Afinal, apenas o crédito e a autoridade conferem a um agente o reconhecimento e a posse das três outras formas de capital. Ele permite compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e das regras de boa conduta não são apenas exigências do controle social, mas são constitutivas de vantagens sociais com conseqüências efetivas. (Bonnewitz, 2003, p.53-54)

Decidimos usar, para esta reflexão, apenas o capital econômico e o capital cultural, visto que foram os que trouxeram mais reflexões no debate do tema e também porque são os mais eficientes capitais nas sociedades desenvolvidas (Bourdieu, 2001, p. 19). Então, existe o capital econômico, que é representado pelo patrimônio que o agente possui, ou seja, casas, carros, fazendas, conta bancária, herança, bens móveis, empresas e etc (Bonnewitz, 2003). Com esse capital, o agente pode adquirir prestígio, segurança, lazer, poder político e até mesmo outros capitais, como o capital cultural.

E o que é capital cultural? Capital cultural é dividido em outras três dimensões já citadas: estado incorporado, estado objetivado e estado institucional (BONNEWITZ, 2003). Capital cultural no estado incorporado é aquele capital que é inerente ao agente, que não é palpável como a riqueza. O econômico seria a forma de falar, a etiqueta, o sobrenome (família), e num país tão racista como o Brasil, a cor branca também é um capital cultural no estado incorporado, visto que ser branco já é um “poder”.

Há também o capital cultural no estado institucionalizado, que são os títulos conferidos por instituições educacionais, religiosas, políticas, etc. Graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado são exemplos de capital cultural no estado institucionalizado, e é esse capital que dá acesso a profissões, a espaços reservados para profissionais, a eventos acadêmicos, palestras, poder de fala, etc.

Por último, há o capital cultural no estado objetivado, que são os objetos corporificados adquiridos, como livrarias, livros raros ou não, peças de obra de arte, quadros, antiguidades entre outros. Esse capital passa a ideia de inteligência para aquele que o possui e dá acesso a espaços em que aqueles que não o possuem não podem estar. Essa

relação de ter ou não ter os capitais é o que reproduz a violência simbólica, que é causada naqueles que não possuem os capitais. Eles acabam por não compreender e não ter as ferramentas da dinâmica do campo em que esses capitais operam, por isso são excluídos dele.

A ideia de meritocracia encaixa-se bem aqui. Aqueles que acreditam em meritocracia dizem que quem não chegou aonde queria chegar - seja esse objetivo econômico, cultural, educacional seja o que for - não chegou porque não mereceu chegar, e, se não mereceu, não deve estar lá. Entender os conceitos de capital econômico e capital cultural ajuda a compreender a relação da comunidade cigana com a cidade. Os ciganos têm uma maneira diferente de viver, que é diferente do padrão da cidade e da sociedade. Igual ao padrão de sociedade que temos, há o interesse dos ciganos pelo capital econômico que é produzido pela própria cultura.

A maioria dos ciganos não sofre com a extrema pobreza; o trabalho é peça chave na cultura cigana, mas enganam-se aqueles que acreditam que todos são ricos. Há, entre eles, pobres. Obina diz conhecer alguns ciganos pobres:

Aqui em Pelotas, não tem (ciganos pobres), mas, em Porto Alegre tem, eu conheço alguns. Aqui no Brasil, tem poucos, mas tem. Eu vi uns vídeos no Facebook de uns pastores aqui do Brasil, que foram para Romênia, lugares assim, dos ciganos que passam fome, que moram em favelas, em barraquinhos, e eles levando, falando sobre Deus, levando cestas básicas, levando roupa de frio porque lá faz frio, levando calçados, coisas assim. Mas aqui no Brasil é difícil, mas em Porto Alegre tem alguns, mas são os que caíram pro vício, tá ligado? Tinham dinheiro mas caíram pro vício da bebida, das drogas.

Já John diz nunca tê-los visto. Mas ainda questiona o que é ser pobre:

Eu não nunca vi cigano pobre. Cigano pobre, que a gente pode dizer, é cigano que trabalha na rua e tem um UNO novo, sei lá, pra mim isso não é pobre, é uma pessoa trabalhadora que passa dificuldade, mas que não tem falta. A questão dos caras serem pobres é questão psicológica, entende? Porque cigano é aquilo, ele sabe vender super bem, isso é cultural, desde criança tu vai aprendendo.

Das dimensões do capital cultural, o estado institucionalizado e o estado objetivado não são valorizados na cultura deles. A maioria pensa ser perda de tempo estudar; completar o ensino fundamental, médio e superior não é visto com bons olhos em uma cultura em que se trabalha desde muito cedo. Mas, sobre isso, John reflete, dizendo que trabalhar na rua é muito difícil e não traz estabilidade:

Tem muito cigano que estuda e vê de uma forma diferente. Eu acho, igual estávamos conversando aquela vez a respeito de fazer concurso, se parar pra pensar tu não tem segurança nenhuma trabalhando na rua. Se tu focar ali (nas vendas), “dale firme” tu pode ganhar muito dinheiro, mas se tu adoecer tu não tem segurança, não tem segurança nenhuma entendeu? Enquanto tu tiver bem tu vai conseguir trabalhar, então é uma questão de pensamento, de futuro.

Não é mais comum crianças trabalharem, como já foi, mas é comum crianças de dez anos aprenderem a dirigir e a trabalhar nessa cultura. John diz que seu pai trabalhou desde cedo, devido às dificuldades e à cultura.

Antigamente as crianças trabalhavam, meu pai com 8, 9 anos, meus tios colocavam ele descalço com um balde cheio de coisa a vender na rua, hoje

não é preciso, mas desde pequeno é ensinado, eles vão te dando o caminho para quando tu for maior, tu saber.

O analfabetismo é grande entre os idosos. Nessa comunidade, não há um formado no ensino superior. Das pessoas ciganas que eu conheço, há um homem só cursando o ensino superior, no curso de Direito, mas não vive nessa casa, porém mora no bairro Fragata também. Isso é interessante, porque, na opinião deles, a faculdade pode ser um inimigo da cultura; fazer faculdade é se distanciar das tradições, como diz Obina:

Não não, o que eu penso, de repente ele (Alexandre) pense parecido comigo também. Uma: os ciganos têm medo que a cultura do brasileiro entre no meio dos ciganos, principalmente das filhas, então eles não deixam estudar muito, só aprender a ler, e os guris trabalham desde cedo, então eles já montam já a cabeça que eles nasceram pra vender entendeu? Nenhum cigano cresce pensando: “Vou estudar para virar um médico”. Poucos, de 100, 1. O medo que as filhas tenham relacionamento com brasileiros é o maior temor deles. Eles têm muito medo disso aí. Tem medo que os filhos não vão puxar... os ciganos têm muita a questão de respeito, de nome. Pro meu pai, pro meu vô, se eu não seguir os “bagulhos” ciganos é uma vergonha gigantesca para eles, é bem extremo. Se eu fosse um magrão que fizesse faculdade e tudo mais, sem dúvida o cara deixa de lado a cultura, entendeu?

E ainda continua:

Essa guria que o Alexandre falou, ela gosta de ser cigana. Ela gosta de ser cigana só que, no momento que ela entrar na faculdade, ela já vai ser vista como brasileira, entendeu? Ela vai agir como brasileira, ela não vai agir mais como cigana. Ela não vai usar saia, ela vai usar calça. Se ela ouve falar algum bagulho, tipo os ciganos conversando, ela já vai achar estranho porque ela só fala com pessoas mais educadas, ela já vai ver os ciganos falando errado.

Logo, para eles, não há o reconhecimento de instituições, pois esse capital institucional não vale muito na sua cultura.

O estado objetivado também não é valorizado, mas, sim, o capital cultural no estado corporificado. Para os ciganos, é de suma importância o “ser” cigano. A forma de se vestir, o sotaque na fala, a forma de se portar, a opinião ética e moral é um capital poderoso no meio da comunidade. Nesse “ser” cigano, há toda uma história, uma ancestralidade, um modo de vida que é subjetivo, mas está incutido em todos os que fazem parte da comunidade. “Ser” cigano é a porta de acesso ao “mundo” cigano, às festas, aos casamentos e ao dia a dia. Mas cabe ressaltar que esse capital corporificado que eles possuem é diferente do capital corporificado que a cidade de Pelotas e o bairro Fragata possuem. São modos distintos de operacionalização, e provavelmente seja esse um dos motivos dos preconceitos que eles sofrem, ou seja, as violências simbólicas.

Para entendermos isso tudo, é importante ter a ideia de outros conceitos de Bordieu (2003), que são os conceitos de espaço, campo e habitus. Para Bourdieu (2003), o espaço social como um campo de lutas, por manter ou mudar sua posição, seria esse cosmos no qual existem os microcosmos sociais que ele chama de campo. Para ele, é necessário analisar o espaço social para entender as relações e suas transações. É necessário compreender o espaço e suas dinâmicas. E para entender o espaço, seria necessário compreender os agentes. Cada agente teria sua posição demarcada nesse espaço, e essa posição seria definida pelo volume e qualidade do capital que se tem.

Aqui, a ideia de Bourdieu (2003) dialoga com outros autores, como Raquel Rolnik (1995), sobre o tema da cidade. Como Raquel Rolnik (1995) diz, a cidade é dividida em classes. Há espaços dos ricos e há espaços dos pobres, da classe trabalhadora. Essa cidade, que demonstra a segregação espacial criticada por autores como Rolnik (1995), Bouldous (2015),

Lefebvre (2001) e outros, pode ser entendida com os conceitos de capitais, espaço e campo de Bourdieu.

É como se a cidade fosse um quebra-cabeça, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais [...]. É a este movimento de separação de classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial. (Rolnik, 1995, pg. 40)

Toda essa lógica é legitimada por uma definição de mundo social conforme os interesses de alguns poucos que reproduzem essas posições sociais.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo da tomada de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (Bourdieu, 2003, p. 11).

O campo tem uma dinâmica e uma operação que só é compreensível aos agentes daquele campo. Exemplo disso é o campo jurídico, em que há uma forma de falar e de escrever que são característicos daquele campo e são estranhos a outros campos. O modo de falar, de vestir, de escrever de um advogado que pertence ao campo jurídico é diferente do modo de falar, vestir e escrever de um padre, que é do campo religioso. Se mudassem os agentes de campo, um com o outro, provavelmente não saberiam operacionalizar no campo do outro. Aqui também podemos refletir sobre esse desencaixe entre a comunidade cigana e a cidade. O campo também pode ser comparado a um jogo (BOURDIEU & WACQUANT, Apud BONNEWITZ, 2003, p.61).

Também “[...] em cada campo se encontrará uma luta” (BOURDIEU, 1983 p.89).

Como espaço de forças potenciais e ativas, o campo é também um campo de lutas tendentes a preservar ou transformar a configuração de ditas forças. Ademais, o campo como estrutura de relações objetivas entre posições de forças subordina e guia as estratégias mediante as quais os ocupantes de ditas posições buscam, individual ou coletivamente, salvaguardar ou melhorar suas posições e impor os princípios de hierarquização mais favoráveis para seus próprios produtos. As estratégias dos agentes dependem de sua posição no campo, isto é, na distribuição do capital específico e da percepção que tenham do campo segundo o ponto de vista que adotem sobre o campo como uma visão desde um ponto no campo. (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p.155-156 – traduzido)

E também se pode acrescentar:

Dependerão do volume do seu capital e também da estrutura deste, sendo o objetivo do jogo conservar e/ou acumular o máximo de capital, respeitando as regras do jogo. Os indivíduos em posições dominantes optarão por estratégias de conservação. Mas os jogadores também podem procurar transformar estas regras, por exemplo, desacreditando a espécie de capital sobre a qual repousa a força do seu adversário: trata-se de estratégias de subversão, mobilizadas principalmente pelos indivíduos dominados. (BONNEWITZ, 2003, p.61-2)

Por que eles não são assistidos pelo Estado? Será que é só desinteresse cultural na educação “brasileira” ou é culpa do desinteresse do Estado em levar educação aos ciganos de uma “forma cigana”? Será que não

existem também questões de violência simbólica sofridas pelos ciganos nas escolas “brasileiras”? Nessa questão, os ciganos deixam nítido que é uma decisão deles ter menos envolvimento com a educação

brasileira, mas que estudar é bem difícil sobre algumas questões. Na fala de João, ele diz:

A Diuli⁴⁰ voltou ao colégio. Mas, quando ela entrou no colégio, todo mundo dizia: “ó a ciganinha”. A diretora chamou os guris e disse: “não, ela é igualzinha a vocês”. Uma guria que mora nos apartamentos aqui é muito amiga dela. Os vizinhos aqui nunca viram uma briga, um bate-boca aqui. Aí eles disseram no colégio: “A Diuli não é o que vocês tão pensando”.

John também afirma que acontece preconceito nas escolas e que isso é um incentivo para não estudar:

Cara, eu acho que o preconceito ele serve mais como um incentivo para ter mais desinteresse nos estudos. Tem muito cigano que estuda e vê de uma forma diferente. Eu acho, igual estávamos conversando aquela vez a respeito de fazer concurso, se parar pra pensar tu não tem segurança nenhuma trabalhando na rua. Se tu focar ali (nas vendas), “dale firme” tu pode ganhar muito dinheiro, mas, se tu adoecer, tu não tem segurança, não tem segurança nenhuma entendeu? Enquanto tu tiver bem tu vai conseguir trabalhar, então é uma questão de pensamento, de futuro. Porque cigano, na verdade, acredita no: “tu vai ficar velho, vai ter filhos e a obrigação dos teus filhos é te cuidar e te sustentar”. Eu acho que é mais da cultura (o fato de não se interessar pela educação brasileira), vem mais dos antigos, pais, tios, avós que vão colocando isso na cabeça dos mais novos. Mas eu acredito que o preconceito é um incentivo, porque, se tu já tem um monte coisa que colocam na tua cabeça que faz tu não ter prazer de estar ali, e aí tem essa exclusão de colegas, tu vai cada vez mais perdendo o interesse.

Outro conceito importante de reflexão é o conceito de *habitus*. Cada campo tem seu *habitus*, ou seja, seu modo de operar, relacionar, falar, escrever, vestir, etc.

⁴⁰ Diuli é o nome fictício que criamos para nos referir à menina mais nova da casa, que é menor de idade e acabou por não ser entrevistada por isso.

Os habitus são princípios geradores de práticas distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro. (Bourdieu, 2001, p. 22)

Os agentes são comandados por esse habitus, mas não são fadados a ele, não são destinados a ele. É algo que pode ser desconstruído e construído, e é esse habitus que viabiliza viver em sociedade. Mas o habitus também reproduz essa sociedade, porque, pela força dele, é que reproduzimos a estrutura social sem sequer saber que estamos fazendo isso. Assim, os ciganos têm um habitus diferente do habitus padrão da cidade/sociedade, logo não compreendem e não são compreendidos pela cidade, o que pode estar levando-os à exclusão social. Essa estrutura e nossas posições no campo já são determinadas pelos capitais e pelo volume de capital que temos. Mas cada campo tem seu capital mais operante.

[...] é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação que [...] são, sem dúvida, os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. Segue-se que os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. (BOURDIEU, 2001, p.19)

Portanto, na comunidade cigana, já vimos os capitais que são mais operantes. Relacionando a ideia de capitais de Bourdieu com o que já vimos sobre os ciganos, conseguimos entender melhor algumas questões que se dão nas comunidades ciganas, problematizando o porquê de os ciganos desprezarem todo estilo de vida “brasileiro”, como assim dizem.

Isso tudo mostra que os ciganos, de fato, possuem uma maneira diferente de viver dos “brasileiros”, e não há problemas nisso. Acreditamos que aquilo de que os “brasileiros” precisam é conhecer essa forma diferente de viver. Estudos mostram a importância disso:

Os resultados encontrados nesse estudo indicam que morar perto ou longe das comunidades ciganas tem impacto no conteúdo e na estrutura das imagens sociais. Para os que moram perto, o núcleo central da representação é negativo e desumanizador; para os que moram longe, predomina a visão do cigano místico e nômade. Interessa pontuar que a zona de contraste indica que morar perto implica em incluir para excluir os ciganos (“iguais a nós”); ao passo que para os que moram longe a alteridade forjada é a da exclusão radical: “diferentes” e “criminosos” (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, pg. 225)

Nesta pesquisa, pôde-se constatar que morar perto dos ciganos acaba alterando para melhor a imagem que os brasileiros têm dos ciganos. João fala exatamente isso, quando diz que morar na rua onde moram foi um processo complicado. Eles foram ganhando a confiança dos vizinhos, que, no início, possuíam alguns preconceitos, com ele diz:

Aos poucos, aqui, fomos mostrando para as pessoas que não eram o que eles estavam pensando. Uma vez uma vizinha disse “eles são ladrão”. E o esposo dela disse: “Não, nunca roubaram nada de ninguém”. Vieram aqui pedir desculpas depois. Nessa mesma casa os guris, depois desses episódios, viviam lá o tempo todo (na casa deles). Essa mulher sabia ler, sabia escrever,

trabalhava no banco, não era ignorante, e ainda pensava dessa forma, que cigano era ladrão, mas depois ela pediu desculpa.

Acreditamos que, se tivermos mais pesquisas e difundirmos o conhecimento sobre eles, haverá grandes melhorias no que diz respeito à qualidade de vida cigana na cidade. O conhecimento é uma arma contra a ignorância, e a ignorância é uma arma do preconceito. Nesse sentido, muito se evoluiu, ao longo do tempo, no que diz respeito à difusão do conhecimento sobre os ciganos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com todo o debate que foi feito ao longo desta pesquisa, sabemos que algo precisa ser feito no que diz respeito aos problemas que estão acontecendo na cidade, cidade essa que deveria ser de todos e para todos. Com esta pesquisa, chegamos à realidade de que os ciganos estão mudando seu modo de viver para sofrer menos violência, ou seja, a cultura cigana está sendo exterminada de forma gradual. Os ciganos possuem um *habitus* diferente do *habitus* hegemônico da sociedade; ser cigano é uma afronta ao capitalismo e à cidade produto. Cada violência sofrida, cada vez que são chamados de ladrões, cada vez que são chamados de trambiqueiros, bruxas, é o sistema forçando-os a serem “normais”. Será o debate, seja ele acadêmico ou público (em câmaras de vereadores, deputados, etc), que construirá esses instrumentos que defenderão e difundirão a cultura cigana na luta contra o anticiganismo. É óbvio que não se fará isso longe dos ciganos. Portanto, é necessário que os pesquisadores, políticos e outros sujeitos construam isso junto aos ciganos, pois somente eles sabem o que é melhor para eles. O intuito desta pesquisa não é dar voz aos ciganos, porque eles têm sua própria voz. O intuito desta pesquisa é lembrar que

esse povo tem sido silenciado e precisa ser ouvido. Logo precisamos pensar em alternativas multidisciplinares, capazes de dialogar com outras áreas do conhecimento como Serviço Social, Psicologia, Antropologia, Sociologia, etc.

Por último, sabemos que só programas, projetos e políticas não garantirão o direito à cidade que os ciganos gostariam de ter. Para isso, seria necessária uma construção de uma nova cidade, onde toda cultura tivesse o direito de ser expressada de forma total em todo o tempo necessário. Também seria necessário que essas culturas dialogassem umas com as outras e mostrassem o quanto são ricas. Nesse mundo capitalista competitivo, é quase inimaginável pensar nisso. Pode ser inimaginável, difícil, mas é necessário. Nas entrevistas dos ciganos, a gente consegue ver muita dor de um povo que tem sofrido há muitos anos; são seres-humanos que estão sofrendo no seu dia a dia. Assim, é necessário continuar a produzir conhecimento, debate e ações para o bem desse povo.

REFERENCIAS

- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 3ª ed. Campinas: Papius, 2001.
- FONSECA, Isabel. **Enterrem-me em pé: a longa viagem dos ciganos**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FRASER, A. **The Gypsies, Oxford: Blackwell Publishers** [1998. História do Povo Cigano, Lisboa: Editorial Teorema.] 1992.

JÚNIOR, L. Andrade. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 95-112- 2013.

LIMA, M. E. Oliveira et al. A desumanização presente nos estereótipos de índios e ciganos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar, Vol. 32 n. 1, pp. 219-228. 2016.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo e políticas ciganas, na Europa e no Brasil**. Recife – 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP** - Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

7

SER “TRANS” NA COLONIALIDADE: CORPOS QUE RESISTEM

Camila de Freitas Moraes

Paula Alquati

Cristine Jaques Ribeiro

INTRODUÇÃO

Inicialmente, a partir dos conceitos da linha abissal de Boaventura de Souza Santos, transita-se na problematização da construção da racionalidade colonial, racionalidade estruturante, que impõe processos de subalternização aos corpos transexuais. Reconhecer a imposição da linha que determina quem é humano, e condiciona sua existência, é o objetivo de tal problematização. Consequentemente, a violência é o instrumento de dizimação dos corpos: corpos negros, corpos que vivem nas zonas de morte, frente aos marcos da heteronormatividade.

Posteriormente, a partir das ideias de gênero e raça como elementos fictícios, apontada por Lugones (2014) e Oyěwùmíen (2017), o texto se propõe a seguir na problematização da binariedade construída socialmente - modelos hegemônicos construídos a partir de padrões impostos como verdadeiros para a existência heterogênea. Ainda, analisa a divisão hierárquica legitimada pela estratégia moderna-colonial, que impõe a subalternização dos corpos.

OS CORPOS DO OUTRO LADO DA LINHA ABISSAL

Tomando por base as teorias descoloniais, inicialmente a partir dos conceitos de linha abissal de Boaventura de Souza Santos, intenta-se pensar as questões estruturantes que se interseccionam sobre o corpo transexual negro, sobremaneira, no território brasileiro. Nesse sentindo, questiona-se: não estariam estes, diante da subalternidade de seus corpos e identidades frente ao pensamento abissal?

Denota-se que é, a partir do olhar do europeu colonizador, que a constituição do *outro*, como ser inferiorizado, excluído e considerado fora da norma, é instituída nas sociedades em cujo processo colonial se deu, bem como no imaginário do povo colonizado. E isso se aplica às identidades dos povos autóctones da América Latina, bem como a sua religião, seus saberes, desejos, e modos de vidas, que são interpretados pelo colonizador como errôneos, bestiais, animais e pecaminosos.

E é nesse sentido que a colonialidade, a partir da dizimação dos povos e da classificação dos sujeitos, se produz em meio à violência. Nessa acepção, é que o colonizador branco europeu passa a se interpretar como a norma, seja na produção de vida, nos hábitos, nos comportamentos seja no campo do gênero e da sexualidade (SANTOS, 2007). Nesse sentido, o autor explica:

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal e isso consiste em dizer, que há uma linha visível (Norte global) e uma linha invisível (Sul global), sendo essas estabelecidas por lugares distintos, ou seja, aqueles que estão deste lado da linha e aqueles que estão do outro lado da linha (SANTOS, 2007, p.71).

Dito isso, o pensamento moderno ocidental divide o mundo em linhas abissais, ou seja, os que estão do lado da linha visível e/ou deste

lado da linha, são aqueles dotados de cientificidade, de saber, de humanidade e, logo, existem. Em contrapartida, do outro lado da linha, encontra-se apenas a inexistência, a invisibilidade, as crenças, a desumanização e o não saber, portanto são essas distinções que fundamentarão os conflitos contemporâneos.

Ratifica-se que

os conhecimentos visíveis, são aqueles que se encontram deste lado da linha abissal e consistem basicamente naqueles dotados de cientificidade. Do lado oposto encontram-se [...] crenças, opiniões, idolatria, entendimentos intuitivos[...]. Logo, os que estão na linha invisível, são aqueles que não adquiriram os status de conhecimento em virtude da inexistência e invisibilidade posta pela linha abissal (SANTOS, 2007, p. 73).

E, frente a essa “linha abissal”, cujo propósito é definir o estatuto de humano, é que os sujeitos transexuais – especialmente os negros – podem também vir a ser pensados, como corpos e identidades subalternizadas, marginalizadas que, por estarem na contramão da ordem/da moralidade eurocêntrica, estariam frente aos processos de inexistência como a linha abissal impõe.

Pode-se supor, a partir do pensamento de Santos (2007), que o Estado moderno tende a operar, por meio da violência e da universalização da vida, dos corpos, das identidades e do gênero e da sexualidade como estratégia “civilizatória”. Nesse sentido, a cisheteronormatividade se dá na regulamentação e organização social já que, embora essas questões sejam fundadas a partir das raízes coloniais, elas se remontam nas sociedades modernas por outros vieses, mas seguindo a mesma lógica, uma vez que, nessas últimas, elas se dão a partir da transfobia (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Para tanto, faz-se importante elucidar brevemente a distinção dos territórios coloniais e as sociedades metropolitanas/modernas. Identificam-se, então, os primeiros como o *locus* onde a apropriação, a dizimação dos povos, a violência, sobretudo a física, aplicou-se aos sujeitos negros. A exploração tanto dos povos autóctones quanto da terra e das matérias-primas advindas dela são alguns dos exemplos de como o processo colonial se deu e porque não se faz aplicável nas sociedades metropolitanas frente à díade regulação/emancipação.

Isso se dá, justamente, porque os processos de resistência e luta contra as violências expressas no período colonial fizeram os sujeitos se organizarem em prol de seus direitos, na ânsia da supressão do outro lado da linha, da independência colonial e consequentemente, da figura do colonizador. Porém, o que Santos (2007) nos propõe a pensar é que a teoria do sistema-mundo moderno apenas reiterou a universalidade, alargando, por assim dizer, a invisibilidade e a exclusão desses que se encontram no outro lado da linha.

E, nesse ínterim, o horror ao outro, cujo gênero e a sexualidade estão na contramão da cisheteronormatividade imposta. Desse modo, os corpos transexuais passam a ser construídos sócio-historicamente, tais quais os discursos transfóbicos a partir de processos segregatórios, nas violências simbólicas e letais e na sua distribuição para zonas de morte no âmbito da cidade.

Portanto, pensada a partir do pensamento abissal de Santos (2007), a população transexual encontra-se na qualidade de corpos e identidades marginais, subalternizadas, marcadas pela violência, pelo silenciamento e tidos enquanto não-existent. Boaventura de Sousa Santos (1983) ainda nos faz pensar que a violência transfóbica

vivenciada por essas pessoas se dá frente a uma ordem de classificação social que coloca a cisheteronormatividade acima da transexualidade.

Contudo, a transexualidade bem como as demais identidades sexuais⁴¹ e orientações sexuais⁴² apresentam-se no decorrer da história intrinsecamente ligadas à noção de perversão, anormalidade, marginalidade, excentricidade e ao antinatural, sendo então, questões passíveis de cura, de normatização e violência. Dentro desse panorama geral, a cisheteronormatividade passa a ser construída a partir do olhar eurocentrado do colonizador, cuja única forma possível e aceitável de estabelecer vínculos afetivos eram as relações heterossexuais e com fins de procriação, dentro de uma relação monogâmica entre homem e mulher (COSTA,1996).

Ainda nessa lógica, vale pontuar acerca da metáfora do regresso colonial, que se apresenta como uma reposta abissal àquilo que é tido como aterrorizante, intimidador e ameaçador do período colonial nas sociedades metropolitanas. Isto é, o colonial que regressa torna-se um novo colonial abissal por estar frente a estes dois lugares: os territórios coloniais e as sociedades metropolitanas. Eis que, então, aqui se assinala a transgressão “pois o colonial do período colonial clássico não podia ingressar nas sociedades metropolitanas, a não ser por iniciativa do colonizador, como escravo, por exemplo” (SANTOS, 2007, p.78).

Contudo, os que estão do lado da linha invisível, embora não estejam diante do status de escravo, ainda assim permanecem tendo seus corpos, saberes e territórios aviltados, violados e em contígua

⁴¹ Pessoas que se identificam ou não com o gênero feminino ou masculino, por exemplo, o caso dos sujeitos transexuais que nascem com um dado gênero e se identificam com outro (COSTA, 1996).

⁴² Diz respeito ao afeto, a emoção, desejo ou atração que um dado sujeito se sente por outra pessoa, quer seja do sexo feminino, masculino, ambos os sexos ou o mesmo sexo (CARDOSO, 2008).

destruição seja no campo social, político, econômico seja no campo ambiental, psíquico entre outros. O que se quer dizer com isso é que as linhas abissais continuam produzindo zonas de morte tais como as prisões, as divisões no acesso e no direito à cidade (condomínios de luxo e zonas periféricas, subúrbios), as demarcações diante da sexualidade cujas fronteiras e agressividade se dão nos corpos que se encontram na contramão da heteronormatividade imposta.

Ou seja, ao tomar-se o Brasil como modelo para se pensar, as lutas e reivindicações dos movimentos sociais LGBTQIA+ por uma visibilidade social no que diz respeito ao princípio básico da dignidade de seus corpos e identidades como, por exemplo, no reconhecimento da *lgbtphobia* enquanto crime, verifica-se que isso se deu com a aprovação do Projeto de Lei que incluiu, na da Lei de Racismo de nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, toda conduta *lgbtfóbica* que também passou a ser considerada crime de discriminação ou preconceito.

Ou seja, as condutas *lgbtfóbicas*, e especialmente aquelas de cunho transfóbicas, passam a ser consideradas crime e punidas no rigor da lei jurídica. Nessa lógica, compreende-se que, apesar desse avanço no *status quo*, ainda assim esses sujeitos se encontram diante de uma sociedade tecida no campo da fronteira, da exclusão, da marginalidade, das linhas abissais.

Por fim, é nessa lógica, que Santos (2007) considera de suma urgência pensar as questões da população LGBTQIA+ e a *lgbtphobia* que os atravessa quer nos atos de violência quer na aniquilação de seus saberes sobre seus corpos e vivências, justamente porque ele nos faz refletir sobre as disparidades e processos de aniquilação que se apresentam frente às linhas abissais. Também possibilita-nos pensar a necessidade de dialogar e construir epistemologias nas quais o outro, tido como

invisível, não só venha a ser incluído, mas passe a falar a partir do seu saber, de sua vivência, que passe a ser reconhecido como ser existente no sistema-mundo, precisamente, porque o conhecimento vai além dos saberes científicos. E, por fim, é apostando na diversidade e na pluralidade epistêmica, que a diversidade sexual também pode vir a ser pensada sob óptica que vai contra a hegemonia do ser e do saber.

O CORPO TRANS NA AMÉRICA LATINA: CORPO COLONIZADO, OBJETO DE MÚLTIPLAS FICÇÕES

Ao voltarmos-nos aos transexuais na América Latina, deparamo-nos com corpos que são marcados por opressões múltiplas (LUGONES, 2008), corpos estigmatizados, com marcas potentes de sujeição e dominação. São tão potentes que, ao se sobreporem, impossibilitam sua separação, colocando-se num espaço cujo vislumbre, baseado na interseccionalidade, torna-se imprescindível. O olhar para esses corpos só se torna possível através de uma visão que rompa com a racionalidade moderna-colonial. Nesse sentido, Lugones (2014) explicita:

Gênero, raça, classe, têm sido pensadas como categorias. Como tais, têm sido pensadas como binárias: homem/mulher, branco/negro, burguês/proletário. A análise de categorias tende a esconder a relação de intersecção entre elas e, portanto, tende a apagar a situação violenta da mulher de cor, exceto como uma adição do que acontece às mulheres (brancas: suprimido) e aos negros (homens: suprimido). A separação categorial é a separação de categorias que são inseparáveis⁴³ (LUGONES, 2008, p. 76, tradução nossa).

⁴³ Traduzido de: "Género, raza, clase han sido pensadas como categorías. Como tales, han sido pensadas como binarias: hombre/mujer, blanco/negro, burgués/proletario. El análisis de categorías ha tendido a

Sobre o conceito de Quijano (2000) de colonialidade do poder e de Wallerstein (1974) de sistema-mundo moderno⁴⁴, María Lugones (2008) propõe pensar naquilo que ela vai chamar de “sistema moderno colonial de gênero”. Ao trazer esse conceito, a autora procura caracterizar aquilo que ela chamará de sistema de gênero colonial/moderno e a profundidade do alcance destrutivo da imposição colonial sobre os corpos colonizados.

Dada a colonialidade do poder, creio que também podemos afirmar que contar com um lado oculto/obscuro e com um lado visível/claro, é característico da co-construção entre a colonialidade do poder e o sistema de gênero colonial moderno. Problematicar o dimorfismo biológico e considerar a relação entre o dimorfismo biológico e a construção dicotômica de gênero é central para entender o alcance, a profundidade, e as características do sistema de gênero colonial/moderno. A redução do gênero ao privado, ao controle sobre o sexo e seus recursos e produtos é uma questão ideológica apresentada ideologicamente como biológica, parte da produção cognitiva da modernidade que conceituou a raça como “engenerizada” e ao gênero como racializado, de maneiras particularmente diferenciadas entre os europeus(eias)/brancos(as) e as pessoas colonizadas/não-brancas. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas⁴⁵ (LUGONES, 2008, p. 93-94, tradução nossa).

esconder la relación de intersección entre ellas y por lo tanto ha tendido a borrar la situación violenta de la mujer de color excepto como una adición de lo que les pasa a las mujeres (blancas: suprimido) y a los negros (hombres: suprimido). La separación categorial es la separación de categorías que son inseparables” (LUGONES, 2008, p. 76).

⁴⁴ O sistema-mundo de Wallerstein se baseia em uma estrutura que prima pela exploração dos indivíduos a partir de questões como raça, sexo e classe, bem como por uma divisão desigual do trabalho social em eixos que dividem centro e periferia (ACCO, 2018).

⁴⁵ Dada la colonialidad del poder, creo que también podemos afirmar que contar con un lado oculto/oscurito y con un lado visible/claro es característico de la co-construcción entre la colonialidad del poder y el sistema de género colonial/moderno. Problematicar el dimorfismo biológico y considerar la relación entre el dimorfismo biológico y la construcción dicotómica de género es central para entender el alcance, la profundidad, y las características del sistema de género colonial/moderno. La reducción del género a lo privado, al control sobre el sexo y sus recursos y productos es una cuestión

O fenômeno da colonialidade do poder, quando amparado em Aníbal Quijano (2000; 2002), constitui-se a partir de eixos constituídos por meio do entrelaçamento permanente entre dominação, exploração e conflito. Quijano (2000; 2005), ao desenvolver sua tese sobre colonialidade do poder, traz a raça como uma construção ficcional que se impõe com o sentido de categorizar para subjugar os corpos não-brancos, ou os corpos “de cor”⁴⁶.

Se consolidou, assim, junto com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos⁴⁷ (QUIJANO, 2000, p. 344, *tradução nossa*).

Ao tratar da ideia da invenção do gênero para os povos colonizados da África, Oyèronké Oyěwùmíen (2017) assinala que a perspectiva dicotômica homem/mulher, a ideia de gênero abarcada nos discursos ocidentais, não existia antes do contato da terra Yorubá com o ocidente. A autora reitera que essa concepção que classifica e divide os gêneros é uma questão (de uma) bio-lógica importada da visão ocidental, ou seja, uma concepção ideológica que organiza o mundo social por meio de princípios biologizantes. Criam-se, assim, duas categorias que se dão em relação de oposição: homem e mulher. Antes do contato com o

ideológica presentada ideologicamente como biológica, parte de la producción cognitiva de la modernidade que ha conceptualizado la raza como «engenerizada» y al género como racializado de maneras particularmente diferenciadas entre los europeos-as/blancos-as y las gentes colonizadas/no-blancas. La raza no es ni más mítica ni más ficticia que el género –ambos son ficciones poderosas (LUGONES, 2008, p. 93-94).

⁴⁶ Corpos de cor faz analogia ao termo utilizado por Lugones (2008).

⁴⁷ Traduzido de: “Se consolidó así, junto con esa idea, otro de los núcleos principales de la colonialidad/modernidad eurocéntrica: una concepción de humanidad según la cual la población del mundo se diferenciaba en inferiores y superiores, irracionales y racionales, primitivos y civilizados, tradicionales y modernos” (QUIJANO, 2000, p. 344).

ocidente, na cultura Yorubá, o corpo biológico não embasava os papéis sociais nem fundava identidades.

A divisão binária de gênero, desse modo, traduz-se em uma concepção ideológica que transfigura e atribui papéis sociais a partir de princípios baseados em uma perspectiva biologizante, sobrepondo-o aos aspectos históricos e culturais dos povos. Assim, Oyěwùmíen (2017) aponta-nos que tanto gênero quanto sexualidade são produtos discursivos e não absolutos.

Nesse sentido, Lugones (2008; 2014) reitera que a divisão binária, dicotômica e hierárquica de gênero, a aceitação do dimorfismo biológico e a heterossexualidade também se impõem como uma ficção, mais uma classificação moderna-colonial que serve para a subalternização e dominação dos corpos. O sistema de gênero, que é dicotômico, categorizado, binário, nada mais é do que mais uma estratégia moderna-colonial de subjugação de existências outras.

A hierarquização baseada nas questões biológicas como ferramenta de dominação dos colonizados é denunciada também por Lugones (2014), como vemos a seguir:

A dicotomia hierárquica como uma marca do humano também tornou-se uma ferramenta normativa para condenar os/as colonizados/as. As condutas dos/as colonizados/as e suas personalidades/almas eram julgadas como bestiais e portanto não gendradas, promíscuas, grotescamente sexuais e pecaminosas. Mesmo que nesse tempo a compreensão do sexo não fosse dimórfica, os animais eram diferenciados como machos e fêmeas, sendo o macho a perfeição, a fêmea a inversão e deformação do macho. Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina (LUGONES, 2014, p. 936-937).

Ao ter sua existência negada pela hegemonia da modernidade colonial, o corpo transexual personifica-se como um corpo estranho, indesejável, passível de toda sorte de violências. Ele se traduz em um corpo marginal para esse sistema-mundo binário, dicotômico e hierárquico. Os marcadores que proporcionam a evidenciação de diferenças de gênero, raça ou classe apoiam-se, na racionalidade ocidental, nas ditas explicações biológicas, que entendem a diferença como uma degeneração (OYĚWÙMÍEN, 2017).

A racionalidade moderna ocidental leva-nos a pensar o mundo segundo critérios que possuem uma centralidade no corpo, no sentido de sua constituição morfológica, como elemento constituinte das diferenças sociais. Essa ideia se torna um esteio para grande parte das teorias sociais, que passam a assumir essa constituição dicotômica como preponderante na classificação e na ordenação do mundo social. Tal racionalidade está de tal modo enraizada que se faz urgente revisitar a história para compreender outras formas de organização. (LUGONES, 2008; OYĚWÙMÍEN, 2017)

Oyěwùmíen (2017) aponta que, na sociedade Yorubá, não havia a existência das categorias homem e mulher tais como hoje conhecemos, pois não havia mulheres em um sentido de especificidade de gênero. Essa divisão binária seria derivada, então, da racionalidade ocidental. Seria uma construção que se apoia em discursos filosóficos e na ideia de determinismo biológico e nas vinculações entre o corpo e o social.

Um corpo que não se encaixa nas classificações propostas pela racionalidade moderna e que, ao ter sua existência triplamente subalternizada – e no caso do gênero, ainda tratada sob a forma de bestialidade – visto que não se encaixa em nenhuma das

“possibilidades” dessa “bio-lógica”⁴⁸ imposta, torna-se indesejável para a construção das narrativas que sustentarão esse sistema. O transexual negro latino-americano, desse modo, é um corpo passível de ser “apagado”, marginalizado pela racionalidade moderna colonial.

Se, para Quijano (2000; 2002; 2005), raça é uma apreensão ficcional, bem como para Lugones (2008; 2014) o gênero deve ser encarado do mesmo modo. Ao nos depararmos com o corpo transexual negro, deparar-nos-íamos com o produto de uma dupla ficção. Estamos diante de alguém que teve sua existência multiplamente categorizada e subalternizada pelos critérios da colonialidade que, no limite, ainda bestializa seu modo não binário de estar no mundo. Trata-se de um triplo negativo, uma tripla ausência na intersecção colonial.

Desse modo, defendemos que a organização social tanto em termos de gênero quanto em termos sexuais dá-se por questões histórico-culturais pelas quais a colonialidade foi amplamente beneficiada para o estabelecimento de seu domínio sobre as populações colonizadas. A ênfase na diferença e o uso de critérios classificatórios e hierarquizantes para identificar, docilizar e submeter os corpos foi crucial para o processo de colonização. Sendo assim, é importante destacar que a dita organização, embora baseada em uma concepção “bio-lógica”, não tem nada de natural, pautando-se em uma ficção, logo não só pode, como urge, ser superada.

⁴⁸ A autora cunha o termo bio-lógica para tratar do uso da biologia como uma ideologia que organiza o mundo social (ver OYÉWUMÍEN, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a tentativa de subordinação político-jurídica sobre os corpos trans, pois o ordenamento que a regula acontece a partir das lentes do homem branco e heterossexual.

Pensar a colonização como invasão e como razão imposta aos modos de existência na América Latina foi o desafio deste trabalho, considerando-se que a violência contra os corpos negros é o instrumento de aniquilação. A moral que impõe a verdade, que impõe como os corpos devem se comportar e ser, dentro de um conjunto de regras eurocentradas, é a mesma moral que determina os padrões raciais, de gênero e sexualidade.

Subverter essa racionalidade moral é denunciar os processos de invisibilização, denunciar as tentativas de colonizar as populações e potencializar as lutas coletivas de resistência ao que se instituiu de moderno-colonial. Desenvolver a escuta das vozes que ecoam seus modos de existência é convocar a ciência a construir-se a partir dos territórios e não sobre eles.

Para tanto, descolonizar o imaginário construído sobre raça, gênero e sexualidade requer estudos e pesquisas que problematizem os processos coloniais, reconhecendo que os valores culturais reproduzidos não são naturais e têm origem na dinâmica de dominação histórica.

REFERÊNCIAS

ACCO, Marco Antonio. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 4 (153), p. 708-730, out. - dez./2018. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rep/a/5gys6r58TbTrkxHJnGKdh8H/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 21 de novembro de 2022.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008>. Acessado em 06 de agosto de 2020.

COSTA, Jurandir Freire. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996, p. 63-89.

OYĖWÙMÍÈN, Oyèronké. **La invención de las mujeres**: Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá: ed. en la frontera, 2017. Tradução de Alejandro Montelongo González.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Núm. 9, julio-diciembre, 2008, p. 73-101.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, vol. 22, n. 3 (320), 2014, p. 935-952.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of world-systems research**, VI, 2, summer/fall 2000, p.342-386. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], n. 37, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>>. Acesso em: 21 nov. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, 2005, p.11-20. Disponível em: <<https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>>. Acesso em: 18/11/2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”. **Revista crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 11, maio, p. 9-59, 1983.

_____. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo. Editora Cortez, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol. 1: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamentos, 1974.

8

'(DES)ENCONTROS NA CIDADE: CAMINHOS PARA SUPERAÇÃO DA *PÓLIS*

Nino Rafael Medeiros Kruger

Paula Mello Oliveira Alquati

INTRODUÇÃO

Nos últimos 2500, aproximadamente, vêm sendo elaborados relatos sobre o que a cidade é – ou o que ela deveria ser. Este foi um trabalho fundamentado sobre bases diversas, que serviu para estruturar um saber e um aprender sobre dinâmicas complexas. As questões que permeiam a cidade passaram a ser abordadas de forma unidirecional, parcelar e excludente, desenvolvidas a partir da negação e da rejeição de outros saberes, de modo a cristalizar uma ideia e moldar uma estrutura da maneira como hoje a conhecemos.

Nesses mais de vinte séculos, escolas foram fundadas, desde a Academia de Platão, na cidade de Atenas (387 a.C.), considerada a mais antiga instituição de ensino superior do mundo ocidental, na qual se desenvolveram reflexões e construíram-se ciências. Esses saberes passaram a ocupar o imaginário de intelectuais, fundamentando reflexões teóricas e ações práticas que influenciam produções nas mais diversas áreas do conhecimento, até o tempo presente. À frente dessa racionalidade, estiveram primeiramente os filósofos, seguidos por economistas, geógrafos, antropólogos, urbanistas, etc.

Tais reflexões serviram para estabilizar uma “verdade”, uma ideia que passou a rondar, povoar e, de certo modo, a perturbar o imaginário

daqueles que se debruçaram sobre o tema das cidades, não só influenciando elaborações teóricas e impactando as racionalidades coletivas mas também orientando as ações desdobradas sobre este campo.

A questão central para esta escrita são os fundamentos desta “verdade”, as implicações e impactos sobre a estrutura contemporânea do que se conhece, percebe-se, entende-se e imagina-se ser a cidade. Busca-se falsear as ideias sobre esse campo, produzidas a partir da identificação da razão fundante desse modelo, já que caminham sobre elaborações teóricas que visitam clássicos e refletem sobre as transformações possíveis neste terreno. A jornada parte da análise de escritos do campo da teoria crítica contemporânea e suas problematizações, oferecendo constante tensionamento sobre elas. São visitados autores clássicos e seus comentadores, para que se possa repensar ou ressignificar a produção teórica à luz de saberes produzidos por aqueles historicamente colocados à margem desse processo.

Problematizar a existência e a estrutura funcional das cidades contemporâneas, firma-se, nesta escrita, como um exercício de ir além da teoria crítica tradicional, que aponta a cidade como um espaço de disputa no qual o fator econômico predomina sobre o político. Segundo essa corrente teórica, a cidade é apresentada como uma arena de conflitos entre classes a partir de uma perspectiva economicista das relações que nessa arena se engendram. Tal fato a reduz a um campo onde, por meio das relações de trabalho, homens assujeitam-se e potencializam a acumulação de bens.

Romper com essa estrutura é necessário para que se possa refletir sobre a razão pela qual se edifica toda uma trama complexa de violências, exclusões e mortes. Essa razão fundacional da cidade as

reflexões atentas ao campo exclusivo de embate entre capital e trabalho não conseguem superar, tampouco avançar para o alcance da anunciada emancipação.

Dessa forma, serão falseadas as bases de produção e reprodução da ideologizada cidade moderna, assim como o próprio conceito de moderno e de modernidade, as ideias de liberdade, as questões referentes à tecnologia e ao que é o global, do mesmo modo como os horizontes onde se encravam os ideais de avanço e de futuro. Revisitando a *pólis*, caminhando através do tempo e do espaço sobre teorias, buscamos desmistificar (ir)racionalidades cristalizadas. Destacamos que, neste estudo, entende-se a cidade como uma produção intelectual que ganha forma material e, a partir do advento da Modernidade, manifesta-se de forma brutal.

1. PRIMEIRO PASSO: PARA PROSSEGUIR É PRECISO PARAR

Como primeiro ato dessa construção, é preciso desestabilizar o conceito de Modernidade, uma vez que se considera um equívoco abordar tal expressão nos moldes comumente evocados. O advento da modernidade não pode ser resumido aos termos e efeitos abordados por grande parte dos autores que terão suas reflexões aqui problematizadas, ou seja, no tripé do Iluminismo (1715-89), Revolução Francesa (1789-89), e Revolução Industrial (1760-1840). Trata-se da estrutura sobre a qual se debruçam Rolnik (2009), Santos (1982), Sposito (1988) Vainer (2013), entre outros, para erigir suas elaborações quanto aos problemas contemporâneos enfrentados nessa eira.

Desse modo, o termo “modernidade” passa a ser trabalhado em tensão. Apresentado com sua inicial “m”, indicará a forma como os

autores anteriormente destacados o abordam, ou seja, nos termos anteriormente apresentados. Já sua apresentação com sua inicial “M”, indicará a apropriação que se faz desse conceito para esta reflexão, que concorda com Enrique Dussel (1993) e Aníbal Quijano (2009), autores que tratam da Modernidade capitalista como originada e mundializada a partir da invasão e conquista violenta da América Latina. Essa abordagem reconfigura a ordem e as características por meio das quais se manifesta o poder e de onde emergem as “novas identidades sociais da colonialidade”, a partir de um “universo intersubjectivo” que foi “elaborado e formalizado” no intuito de se “produzir um conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (QUIJANO, 2009, p. 71).

A Modernidade, assim exposta, é um mito criado para justificar a violência colonial. Ela não diz respeito apenas a aspectos econômicos ou às transformações ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, mas encrava-se, no ano de 1492 (DUSSEL, 1993), com a introdução colonialista de um modelo de poder calcado na classificação social da população mundial, a partir do desenvolvimento da ideia de raça como um de seus eixos fundamentais.

2. UM CAMINHO: DA CIDADE CONTEMPORÂNEA PARA A PÓLIS

Tantos são os estudos contemporâneos sobre o tema da cidade que uma única escrita não daria conta de abarcá-los. Portanto, optamos por apresentar, neste caminho, uma síntese dos trabalhos no campo da teoria crítica. Tal opção se dá, primeiramente, por esta ser a área de ação e reflexão dos pesquisadores que escrevem e, ainda, pelo fato de ser, nessa arena, onde se tem apontado que a existência material da cidade

é indissociável de sua existência política, perspectiva que a torna uma “obra coletiva que desafia a natureza” (ROLNIK, 2009, p.8) - o local em os pesquisadores que têm buscado a transformação das relações socioespaciais têm se refugiado.

Sobre esse campo, Maria Sposito (1988) escreve que a cidade hoje conhecida é

[...] o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem essas transformações (SPOSITO, 1988, p. 11).

Do que tratam, entretanto, as pesquisadoras em destaque quando apontam para a existência de relações que promovem transformações, ou do fato de ser a cidade uma obra coletiva?

Essas são questões fundamentais para a problematização da apreensão que se tem construído sobre esse campo, onde a cidade moderna passou a ser reconhecida enquanto obra, um produto dos conflitos que nela se estabelecem, das relações sociais que nela se engendram. Ela passa a ser um objeto, uma mercadoria que, a partir da capacidade metabólica do capital passou, a possibilitar a objetificação e mercantilização, culminando na financeirização de tudo e de todos os que nela se põem em inter-relação (VAINER, 2013).

A cidade se coloca como uma ideia que tem sido apresentada diretamente imbricada à estrutura de acumulação de capital. Mas vai muito além, e isso o que aqui se apresenta, já que tal estrutura é que ofereceu as bases para a mundialização da razão ocidental a partir do posicionamento da Europa como centro de uma história mundial (DUSSEL, 1993).

Foi, a partir do século quinze e do advento da Modernidade, que a cidade, anteriormente pensada e configurada para ser o *locus* de produção da diferenciação social, segundo o pensamento filosófico grego/ocidental (PLATÃO, 2002), tornou-se um modelo imposto para o desenvolvimento de um padrão de poder (QUIJANO, 2009).

Para que possamos questionar os fundamentos do que é a cidade, observamos a reflexão de Maria Sposito (1988), na obra “Capitalismo e Urbanização”. Nela, a autora traz reflexões sobre a origem das cidades que se oferecem, de forma pertinente, ao debate proposto. Nessa obra, é destacado que “a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição” (SPOSITO, 1988, p. 14). A partir de tal afirmação, a autora busca apresentar a existência de uma sociedade de classes que se configura para suportar tal estrutura, a se desenvolver para a produção e distribuição de mercadorias. Desse modo, em tal terreno, constituíram-se espaços para a potencialização da expansão dos fluxos de mercadorias.

No mesmo sentido, um dos mais importantes teóricos brasileiros, ao refletir sobre o tema, o geógrafo Milton Santos (1982), estudioso com substancial produção na área, aponta que as cidades de países subdesenvolvidos acabam por aparecer como corpos estranhos em processos descontínuos de tempo e espaço. Santos (1982) afirma que as cidades são territórios superimpostos, não integrados, que acabam nascendo para servir a interesses econômicos distantes. Trata-se de lugares onde o espaço passa a ser organizado e modificado de forma dependente de relações externas. Neles, os sistemas de transporte modernos servem para conectar e facilitar o escoamento de mercadorias, para solidificar o caráter exploratório da relação

estabelecida entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estabilizando mercados dependentes onde se desdobram relações econômicas de modo interdependente. Sendo assim, a cidade se converte em um campo de prolongamento dos mercados estrangeiros que buscam a ampliação de suas redes para um maior acúmulo de capital.

Analisemos, pois, a formação dos primeiros aglomerados que “originam” as cidades segundo os/as teóricos/as que estruturam a ordem reflexiva proposta por Santos (1982). Sob tal perspectiva, Sposito (1988) destaca a busca dos homens pela construção de lugares estáveis, caracterizados por proporcionarem melhores condições de vida ao serem comparadas às formas anteriores. Sua investigação aponta para as primeiras aglomerações urbanas entendidas como centros comerciais, vinculadas à organização política e religiosa a partir da instituição da realeza.

Desse modo, de acordo com o trabalho de Sposito (1988), assim foram formadas as primeiras cidades. Inicialmente, estavam relacionadas ao poder de organização e de aglutinação das relações econômicas, tendo, em sua fundação, a contraposição entre o espaço rural e o urbano, a partir do qual se manifestaria o que a autora denomina como “uma clara divisão social do trabalho” (SPOSITO, 1988, p. 19).

Esse processo permitiu o exercício da dominação de classes a partir de uma estrutura na qual o poder se relacionaria ao “ter”. Ter as condições materiais ou subjetivas para colocar grupos humanos em posição de subalternidade, subserviência e dependência. Assim, numerosos grupos passam a ser assujeitados à mera condição de trabalhadores – escravizados, servis e, mais à frente, à de operários –

para a produção, reprodução e manutenção dos privilégios de pequenos grupos.

Na mesma direção, trabalha Raquel Rolnik (2009), ao apresentar “O que é a cidade”. Em seu estudo, a autora parte da *pólis* grega e avança reafirmando o anteriormente destacado. Mesmo propondo um caminho diferente, as conclusões de Rolnik (2009) convergem com o que é destacado por Sposito (1988). Ela aponta, como marca do modelo grego, a construção de uma estrutura que possibilitou a imposição da questão econômica sobre a política. A autora reverbera os discursos anteriores, relacionando o nascimento e desenvolvimento das cidades à questão da propriedade.

Em seu processo de rememoração, Rolnik (2009) identifica que, na *pólis* grega, somente aqueles que tinham propriedade detinham o direito à participação nas discussões que se desenvolviam em seu *lócus* decisório. Ou seja, na cidade-estado grega, as práticas políticas se resguardavam àqueles considerados cidadãos – conceito utilizado para distinguir os proprietários de terras dos demais habitantes da *pólis*. A expressão “cidadãos” ainda acabaria por denotar o pertencimento à cidade, fazendo referência aos direitos e deveres destes para com sua estrutura.

Raquel Rolnik (2009) toma, como elemento central para o desenvolvimento teórico de suas análises, a recuperação ou identificação na origem do debate sobre as cidades modernas do gene da relação conflituosa entre capital e trabalho. Discorrendo sobre as relações de produção e de manutenção da propriedade, que serviram para estruturar uma organização seletiva, lança reflexão sobre a garantia de direitos para as elites ao custo da aflição das demais camadas da população, com deveres e proibições. Essa organização

coloca os últimos em uma condição de dependência microestrutural que, potencializadas e elevadas às macrorrelações e macroestruturas, encontram-se na esfera de abordagem de Santos (1982) e Sposito (1988).

A preocupação, nessa esfera de abordagem, repousaria na busca por se evidenciar o domínio das relações econômicas sobre as relações políticas, levando, para esse campo, toda a sorte de violências que se desdobrariam sobre os grupos e espaços colocados em relação de subalternidade, que seriam aqueles desprovidos de “poder” e, portanto, excluídos.

Ao discorrer sobre o modelo romano de cidade, Rolnik (2009) reforça seu discurso, tratando a *civitas* como espaço fundamentado na participação dos cidadãos na vida pública – dimensão política – onde o conceito de cidadão não é uma referência ao local de moradia, mas ao fato de se possuir propriedade – dimensão econômica. Dessa maneira atesta que, desde sua origem, as cidades representam, de maneira concomitante, uma forma de organização das relações políticas subordinadas às relações econômicas, por meio das quais irá manifestar-se a diferenciação social e a centralização do poder.

Nesse campo, a economia mercantil é entendida como redefinidora do papel da cidade (a partir do século 5 d.C.), uma vez que a intensificação das relações comerciais, ao afetar o crescimento das cidades, gera pressão sobre os senhores feudais e potencializa o desenvolvimento das atividades econômicas. Tal fato possibilitou um movimento de migração daqueles colocados em situação de servidão para os centros urbanos, criando não só a possibilidade para o deslocamento do poder mas também as condições para estruturação do processo de acumulação primitiva do capital (ROLNIK, 2009).

Desse modo, é que, a partir de tal referencial, é trabalhado o processo de acumulação primitiva do capital, de organização social das cidades e do poder, com impacto, na mesma escala, sobre as cidades contemporâneas/modernas. Nesse sentido, os processos de mercantilização, industrialização e financeirização são os responsáveis pela reorganização da estrutura e da ordem socioespacial nas cidades.

Esse aspecto é o que se impõe à ordem feudal, que é nesse movimento superada, já que se transforma a cidade em obra e a terra, em mercadoria, subordinando todas as demais relações que se materializam na cidade ao desdobramento da apropriação econômica das relações políticas. Desse modo, segregação passa a ser um fator que contribui para o aprofundamento das diferenciações ou um reflexo das condições estruturais. É sobre essa base que os discursos, no campo da teoria crítica tradicional contemporânea, fundamentam-se.

Carlos Vainer (2013) e Ermínia Maricato (2013; 2015) discorrem sobre os desdobramentos desse processo, apontando para a emergência, sobretudo na última década, de uma nova questão urbana, que é centrada na competitividade e voltada para o mercado. Trata-se de um processo de peso sobre a alteração da morfologia dos espaços, uma vez que é fundado em uma base cognitiva de transformação da *pólis*, entendida como espaço onde se desenvolveram as relações políticas e sociais, em *city*: a última fronteira de objetificação da cidade onde a mercadoria – objeto concreto – toma a forma de relação financeira e se dissolve no ar.

Existe algum problema com esse modelo de abordagem? Quais as lacunas e invisibilizações que ela pode estar reproduzindo? No próximo item, daremos alguns passos atrás, para que possamos resgatar o que se tem perdido nesse campo de análise.

3. O RETORNO: DA PÓLIS PARA A CIDADE

Apreender caminhando sobre escritos teóricos - refletindo sobre eles e tensionando-os, observando paisagens e problematizando “verdades” - é uma ideia trabalhada desde o Liceu de Aristóteles por volta do ano 335 a.C, quando o filósofo “ministrava seus ensinamentos passeando pelas veredas do jardim anexo aos prédios” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 189). O local era conhecido como Perípato, que dá origem à alcunha através da qual os seguidores de Aristóteles ficaram conhecidos - os peripatéticos. Caminhando como um peripatético e apreendendo em movimento, retornemos a um dos escritos mais conhecidos do filósofo que foi mestre de Aristóteles: Platão (2002).

Reconhecida como leitura base para aqueles que desejam conhecer sua obra, “A República” (PLATÃO, 2002) traz uma espécie de síntese dos pensamentos do filósofo. Nessa obra, são apresentadas reflexões sobre a vida, o homem ideal, a justiça, o encargo do filósofo, o Estado e a cidade. Essas discussões são recuperadas e aprofundadas por Aristóteles (2002), que foi engrandecido como o primeiro teórico a construir uma sistematização ocidental do saber (REALE; ANTISERI, 2003).

Esses autores - Platão e Aristóteles - reconhecidos entre os clássicos da filosofia grega, estão entre os primeiros pensadores a lançar reflexão sobre o tema da cidade. Ainda que divergindo em algumas questões (MARCONDES, 2007), a apreensão geral dessa estrutura e suas preposições serão responsáveis por suscitar uma série debates que se desenvolveram posteriormente sobre o tema.

No debate provocado por esses autores, encontrou-se um ponto de inflexão, uma vez que, em tais reflexões filosóficas, surge a ideia de cidade que passa a ser amplamente difundida. Isso nos faz retornar a

esse lugar para falsear as “verdades” cristalizadas quanto à estrutura que traz sustentação à noção de cidade contemporânea e ao modelo de relações sociais que nelas se constituem. Nesse *lócus* – filosofia grega/ocidental – fora alicerçado, entre os anos 500 e 300 a.C., o imaginário que se instituiu sobre a *pólis*, o modelo de cidade-Estado grega.

Esse modelo foi reconhecido e exaltado pelos pesquisadores contemporâneos, como um espaço de excelência para o estabelecimento das relações políticas, uma ideia cooptada e corrompida pelas relações econômicas. Tal ideia faz da *pólis* uma estrutura que deveria ser recuperada em sua essência, em seu sentido original e ressignificada apenas por conta das questões relacionadas ao tempo e espaço. Essa ideia também é legitimada pelos(as) mais diversos autores(as) e campos científicos que se debruçam sobre a questão da cidade.

Estudos críticos elaborados nos mais diversos campos considerados de produção do conhecimento, ao longo dos últimos séculos, passaram a reverberar ser a *pólis* o fundamento para a estruturação de relações políticas. Esse fator fez as teorias e práticas que se desdobraram construir um alicerce para a ideologização de um caminho voltado para os fins que foram objetivados pelos filósofos gregos. Ou seja, o modelo de cidade que hoje conhecemos, objeto de crítica dos autores/as trabalhados no item anterior, materializa, em diversos aspectos, uma estrutura social pensada para a sociedade grega dos séculos V e IV a.C.

Para Giovane Reale e Dario Antiseri (2003), a cidade-Estado significava o horizonte de todos os valores morais e única forma possível de sociedade. Construir a cidade significava conhecer o homem e seu lugar no universo. Nesse sentido, a cidade-Estado grega era um

objeto de engrandecimento da alma humana. Sua materialização simbolizava o sucesso dos filósofos em sua busca pela imortalidade, por meio da contemplação e da obra, objetivo filosófico da *pólis*.

O modelo de organização social grego é destacado por Marcondes (2007), pois está relacionado ao fato de que cada um de seus cidadãos não seriam autárquicos, ou, não se bastavam em si mesmos, de modo que eles precisariam do serviço uns dos outros. Primeiramente, necessitavam do serviço daqueles que pudessem prover suas necessidades materiais básicas (do alimento às vestes, às habitações); em segundo lugar, da proteção. E, por fim, precisariam daqueles que sabiam como governar, isto é, daqueles que dominassem a técnica por meio da qual uma cidade poderia ser governada - esses últimos devem ser poucos. Nessa perspectiva, a cidade precisa de três classes sociais: a dos lavradores, artesãos e comerciantes; a dos guardas e a dos governantes.

Sobre tais classes, Reale e Antiseri (2003) destacam que a primeira seria aquela na qual predomina o aspecto concupiscível da alma, o aspecto mais elementar. Essa classe social, explicam, é boa quando prevalece nela a virtude da temperança, isto é, uma espécie de ordem e de domínio dos prazeres e desejos. Além disso, é uma classe que, pela sua temperança, deve ter o autocontrole e submeter-se às classes superiores; a segunda classe é formada por homens cuja força irascível da alma permanece, homens que são dotados de ousadia e mansidão. A virtude correspondente a essa classe é a da coragem. Os guardas devem permanecer vigilantes para os perigos que podem advir do exterior ou do interior da cidade; a terceira classe é a classe dos governantes, e sua virtude é a sabedoria.

Desse modo, a cidade ideal seria aquela onde se tem o prevailecimento em cada classe de sua virtude correspondente. Como aponta Fanticelli (2014) e reforçam Reale e Antiseri (2003), isso será ainda o cerne do conceito da justiça platônica “a harmonia que se estabelece entre essas três virtudes” (REALE; ANTISERI, 2003, p.159), ou “o desempenhar cada um a sua tarefa” (FATICELLI, 2014).

A felicidade na cidade depende, então, de cada um em desempenhar a sua função e não interferir na do outro, mantendo, assim, uma ordem pré-estabelecida. Os contornos exatos de tal racionalidade podem ser vislumbrados entre os livros dois e cinco de “República” (PLATÃO, 2002), nos quais Platão lança a reflexão sobre a necessidade de tal estrutura, sobre quem seriam os responsáveis por mantê-la e de que modo isso se operaria. Destaca também não só o papel das mulheres em tal estrutura social mas também o do matrimônio e da educação.

Não é somente Platão quem irá discorrer sobre essa questão. Seu discípulo trabalha as mesmas questões na obra “Política” (2002), na qual acrescenta ainda a situação dos escravizados e estrangeiros. Seja no debate estático feito na Academia seja no debate em movimento do Liceu, o reconhecimento quanto à manutenção de tais estruturas no atual período histórico é vibrante. Incorre que acabamos por ter uma reprodução, na contemporaneidade, de formas e estruturas de organização social que não foram pensadas para a sociedade atual, mas que se preservam vivas.

Diante das lutas travadas hoje por movimentos sociais diversos e das violências sofridas por esses grupos, essa situação torna-se uma questão que passa a exigir reflexão e debates teóricos aprofundados - debates a serem travados dentro e fora dos muros universitários.

Entende-se que foi dessa forma que tal realidade se produziu e que ainda se mantém viva. Por vezes escapa; em outros momentos, é até mesmo minimizada pelos estudos e reflexões que se desdobram *a posteriori*.

Assim, é necessário recuperar a ideia de que o espaço e a estrutura da *pólis* são exatamente o fundamento para o estabelecimento do modelo e da estrutura social contemporânea. Desse modo, encontra-se nela a raiz da separação fundacional que institui a cidade moderna, seus “pré-conceitos” e exclusões – manifestações de uma estrutura idealizada que se materializou.

MODERNIDADE X MODERNIDADE: TECENDO CONSIDERAÇÕES

Há séculos, as cidades sofrem por conta de uma trama complexa que se alastra quase que silenciosamente. Essa dinâmica é deveras criticada quando se materializa por meio de ações higienistas capitaneadas pelos interesses das elites econômicas e executadas pelo Estado, ou quando se manifesta em projetos urbanos excludentes enraizados em ações que atentam contra a vida.

Nesse período, muitos foram os instrumentos utilizados para a difusão dessa trama, das estratégias de submissão da cidade e de todos os que se colocam em inter-relação com ela aos desejos de elites ávidas por poder. Fundadas sobre o gene do desenvolvimentismo, políticas “públicas” são planejadas por castas de detentores do “saber”. Elas continuam a se alastrar, fissurando as relações sociais, esfacelando culturas, atravessando modos de viver e formas de habitar. A rememoração construída quanto à forma como foram estruturadas as teorias sobre a cidade possibilita-nos agora contemplar como a

literatura especializada sobre o tema auxiliou e permanece auxiliando a sua cristalização.

O processo de falsear as verdades construídas e solidificadas a partir de elaborações teóricas alimentadas por séculos não é um trabalho simples; não basta analisar tais construções com ímpeto, pois elas necessitam ser observadas e, pouco a pouco, refutadas. Trata-se de um trabalho lento e concreto, que impossibilite que cada uma das partes removidas seja reposicionada.

Colocadas as problematizações que se entendem necessárias para a orientação quanto ao caminho a ser trilhado, é imperativo que se destaque que não se está rejeitando a produção teórica que foi produzida e que nos trouxe até aqui. Porém precisam ser reconhecidos os ocultamentos, os silenciamentos que foram produzidos nesta jornada a fim de que se recuperem os saberes invisibilizados nesse processo de pavimentação da razão ocidental.

As críticas quanto à estrutura atual de sujeição da cidade e da vida a relações econômicas, financeirizadas ou não, devem ser mantidas e aprofundadas. O que não deve se manter é a submissão de todas as relações à questão econômica, sustentando que o fundamento único de estruturação do modo de produção capitalista é a propriedade ou a divisão social do trabalho. A classificação social ou a racialização de grupos humanos, bem como a colonialidade do saber são estruturas tão fundantes do modo de produção capitalista quanto as relações econômicas.

Desse modo, entende-se que tal estrutura funda-se a partir de um tripé: Saber (ciência ocidental), Ser (eurocentrismo) e Poder (QUIJANO, 2009). Esse tripé sofre uma metamorfose a partir de 1492, com a invasão da América, onde pavimenta-se o caminho para o desenvolvimento da

racionalidade capitalista, entendido como *lócus* de produção e reprodução a cidade.

Desnudadas as raízes da racionalidade ocidental como forma de organização da vida na cidade, é necessário que se enfrente o desafio da colonização, entendida como forma por meio da qual tal razão alcançou proporções mundiais. Nesse terreno foram aprofundadas elaborações teóricas previamente estabelecidas para se alcançar controle material e subjetivo de forma global, arena esta do estabelecimento do sistema mundo Moderno colonial (DUSSEL, 1993).

O mito da Modernidade produziu o dilema clássico que passou a orientar o debate contemporâneo entre igualdade política e desigualdade econômica, radicalizado no contexto atual, no qual os mecanismos de governabilidade e legitimidade do poder têm sido apresentados como a síntese possível entre os diversos interesses colocados em conflito, o que se constitui um paradoxo das incongruências dos diversos níveis nos quais se estrutura a vida cotidiana. No plano histórico, a Modernidade se constitui como uma imagem autoprodutora de si mesma e solidifica uma estrutura de dominação a partir da produção de crises e de conflitos que estabilizam a razão operante na medula dessa ideia.

As crises da Modernidade são, assim, crises de uma racionalidade. Para serem reconhecidas, necessitam que seus nexos sejam expostos e que as tendências sistêmicas operantes sejam trazidas à luz. Entre as ideias que precisam ser desse modo trabalhadas, estão a questão do desenvolvimento, uma vez que tal expressão foi cunhada no contexto da invasão colonial da América para orientar as ações que seriam executadas sobre as nações do Sul global. É necessário também trabalhar a ideia de progresso, conceito que passa a ser utilizado após a

“libertação” colonial para a materialização do pesadelo do capitalismo (ACOSTA, 2016).

Emergente na Europa por volta do século XV para legitimar a invasão, bem como as estratégias de dominação e exploração sobre os povos latino americanos, a ideia de desenvolvimento foi imposta para a criação de um imaginário de “civilização” em oposição e superioridade ao um “outro”, considerado “primitivo”. Esse foi o ponto estruturante da emergência das fundações da colonialidade do poder, do saber e do ser.

A não alteração de estruturas consideradas nucleares é responsável pelo rejuvenescimento das velhas perspectivas hegemônicas do ocidente, onde processos brutais de destruição que se acreditavam estarem desaparecendo têm se reconfigurado, ganhando novos contornos, mas ainda se mantêm sustentados sobre as mesmas bases. Trata-se de um processo por meio do qual estão se (re)constituindo formações predatórias para gerar concentrações extremas de riquezas.

Descolonizar a leitura do real é imperativo. Propor rotas de fuga às armadilhas edificadas na *pólis* é urgente uma vez que elas estão reestruturadas na Modernidade colonial, o que é a causa da perda das diversidades, dos imaginários ocupados pela ética estéril ocidental, que elimina, que converte o mundo em um substrato desértico, sem aventuras ou surpresas (ACOSTA, 2016).

Para o enfrentamento a tais processos, serão necessárias outras epistemes, a partir de uma cosmovisão que proporcione instrumentos para a identificação das armadilhas e capturas que os conceitos produzidos pelo modo de produção capitalista neste sistema imundo (???) criaram. Para tanto, os instrumentos e ferramentas, técnicas e

teorias que têm sido utilizados, até então, para a crítica a tal estrutura, devem ser reavaliados e, se necessário, substituídos.

Novos caminhos precisam ser trilhados reconhecendo que a indústria da Modernidade colonial apropriou-se das bases instituídas pelo pensamento filosófico grego para produzir um caminho unidirecional e excludente, por meio do qual impõem a busca pelo progresso, produzindo uma meta narrativa quanto ao bem-estar, que movimenta as engrenagens da razão desenvolvimentista. A racionalidade hegemônica produz um futuro no qual a vida não tem espaço, em que a imortalidade é um objetivo, caminho trilhado a partir da cidade tratada como obra.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Editora Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. Editora Elefante, 2018.
- ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARISTÓTELES. **Política**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DUSSEL, Henrique, **1942 o encobrimento do outro: a origem do mito da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- FANTICELLI, Luteclido. **A utopia de Platão: uma análise da cidade imaginária na República**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e quassificação social. in. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra. CES, 2009.

REALE, Giovane; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. 1 Filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Milton. **A Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Maria Ozanira Silva. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. in VAINER, Carlos. **A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

9

VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS DE MULHERES RURAIS EM ARROIO GRANDE

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo

INTRODUÇÃO

Escrever/refletir ou falar sobre as mulheres rurais e relacioná-las com a prática agroecológica implica considerar uma realidade que entrelaça complexidades e potencialidades desenhadas em vidas que pulsam existir. Esta construção versa sobre uma trajetória de quatro anos de imersão na realidade de mulheres assentadas, agricultoras agroecológicas e feirantes de Arroio Grande- Rio Grande do Sul.

Com o objetivo de conhecer os sentidos produzidos sobre agroecologia pelas mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande- RS, vivenciei o processo de doutoramento que se iniciou em 2018 e estendeu-se até 2022. Durante esse processo, aproximei-me dessa realidade. Isso se deu por meio de diferentes instrumentos como revisão bibliográfica acerca do tema, observação direta nas feiras da agricultura familiar, que são realizadas no perímetro urbano, área central do município de Arroio Grande. Além disso, realizei entrevistas semiestruturadas que consistiram em abordagens junto aos agentes envolvidos no cenário da feira e escuta sensível a fim de coletar informações nas entrevistas ou nas conversas não sistematizadas no cotidiano da pesquisa. Também foram realizadas visitas domiciliares, embora esse instrumento não estivesse previsto no

projeto. No entanto, identifiquei potencialidade para sua aplicação durante a pesquisa.

Devido à pandemia da Covid-19, as visitas não foram realizadas no ano de 2020 e em novembro de 2021. Em 2022, foi possível realizá-las com período de permanência maior, conforme a realidade pandêmica permitiu. Vale mencionar que o contato com as agricultoras, por meio da feira, ocorreu desde 2019, no período inicial de construção do projeto.

Falar por meio de pesquisa sobre sentidos implica reconhecer um modo de investigação que alcance processos, transformações, sensibilidades, movimentos de ação e reação, enfim, de vida. Cartografar é atentar-se para o processo das pesquisas, é pensar a produção da subjetividade para além de descrição.

Isso significa reconhecer que há implicação no ato de pesquisar, além de entender que o inconsciente, como atuante no espaço social e nos seus territórios, manifesta uma “usina de intensidades”⁴⁹, ou seja, compreender a vivência das mulheres que atuam na Feira de Agricultura Familiar em Arroio Grande e os movimentos gerados pela agroecologia movimenta, no cenário da questão de gênero no espaço rural, aspectos inesperados, não alcançados pela descrição.

O campo de pesquisa foi a Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande, que é composta para agricultores e agricultoras familiares; a abordagem ocorreu junto às mulheres que atuam nesse cenário. Participaram da pesquisa cinco mulheres, todas assentadas pela reforma agrária as quais têm contato, em maior ou menor grau, com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

49 Deleuze por meio da proposta da esquizoanálise percebe o inconsciente como uma usina de produção, ou seja, a forma de produção dos movimentos desejantes presentes no subjetivo, tal produção está ligada à vida, ao desejo a intensidades.

Em relação ao embasamento teórico, optou-se pelo pensamento decolonial como possibilidade de contraponto à perspectiva eurocentrada, reconhecendo, nesse processo, o lugar de subjugação imposto à América Latina na relação global, bem como as implicações sobre as atividades agrícolas e de gênero. Nesse sentido, intenta-se explorar as multiplicidades do ser mulher, bem como seus meios de existência. Com a colaboração de Guilles Deleuze, pretende-se refletir sobre os elementos que se conectam com a construção da subjetividade e subjetivação.

Por fim, sem a pretensão de explanar verdades ou finalizações, busquei, na tese e nesse trabalho, apontar, no contexto contatado, pistas sobre os sentidos produzidos pelas mulheres que participam da Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande, considerando as possibilidades e limites impostos a prática agroecológica, de forma especial na realidade arroio-grandense.

COLONIALIDADE DA VIDA E DA AGRICULTURA NO PROJETO NAÇÃO

O capitalismo, para além de um sistema econômico, exige e exerce a função de um projeto societário. Segundo Wallerstein, ele soma dimensões imprescindíveis a serem consideradas, como a expansão geográfica do mundo, o controle do trabalho e, nos países centrais, na perspectiva do sistema mundo, a constituição de Estados fortes (MARTINS, 2015). Outro ponto importante a ser citado, nesse contexto, é o racismo, que, no contexto da universalização, cumpre o papel da naturalização da exploração dos povos, conforme descreve Wallerstein (2001, p. 68):

O racismo foi o modo como vários segmentos da força de trabalho foram obrigados a se relacionar uns com os outros no interior de uma mesma estrutura econômica. O racismo é a justificativa ideológica da hierarquização da força de trabalho e da distribuição, altamente desigual, da recompensa

Dessa forma, o referido autor defende a teoria de que o capitalismo ocidental estrutura-se hierarquicamente, impondo lugares aos países que se colocam na relação internacional. Esses lugares são os seguintes: do centro - países com produção de alto valor econômico, aspectos políticos e culturais que transcendem as fronteiras nacionais estabelecendo-se como referência; da semiperiferia - países com produção de baixo valor, no que se refere aos aspectos políticos e culturais, com um controle mediano das suas perspectivas internas sem influência das políticas externas- e da periferia - países de produção apenas primária, com absorção de mão de obra não especializada, e não possuem controle de sua política interna (MARTINS, 2015).

Sendo assim, o universalismo que se coloca por meio da globalização da economia, normatização, ética e cultura regulamenta e hierarquiza a partir de referências, de acordo com a citação abaixo:

O universalismo é uma epistemologia. É um conjunto de crenças sobre o que pode ser conhecido e como pode ser conhecido. A essência desse ponto de vista é a seguinte: há afirmações gerais significativas sobre o mundo o mundo físico, o mundo social- que são universais e permanentemente verdadeiras; o objeto da ciência seria buscar essas afirmações gerais, de modo a eliminar de sua formulação todos os assim chamados elementos subjetivos, isto é, historicamente limitados (WALLERSTEIN, 2001, p.70).

Wallerstein considera o universalismo um dos fundamentos do capitalismo histórico no qual se estabelece a “verdade”, compreendendo

que se trata de uma verdade inventada a título de interesses econômicos sistemáticos. Esse cenário, explicitado no pensamento *wallersteiniano* sobre o sistema mundo, possibilita-nos refletir sobre as relações em patamar transnacional, em que os aspectos econômicos, culturais e políticos, articulados, exercem processos de dominação, exploração e opressão das regiões centrais para com a região semiperiférica e periférica. Nesse sentido, os países sul globais, aqueles que se encontram no chamado processo de desenvolvimento, no cenário das relações internacionais - a exemplo daqueles da Ásia, África e América Latina - alocam-se em um lugar específico do contexto internacional de subalternização. Ao encontro dessa perspectiva, nós o entendemos, neste estudo, como um processo estrutural para manutenção do sistema capitalista colonial, como é possível observar na citação a seguir:

Nessa divisão, formada a partir dos primórdios do capitalismo ocidental, os países ocupam uma função na ordem produtiva capitalista, sendo que os países centrais ocupam-se da produção de alto valor agregado, os periféricos fabricam bens de baixo valor e fornecem commodities e matérias-primas para a produção de alto valor dos países centrais e, por um, os países da semiperiferia, ora comportam-se como centro para a periferia, ora como periferia para os Estados centrais, tendo um papel intermediário (MARTINS, 2015, p.95).

A perspectiva do agronegócio, na direção da exportação e do mercado transnacional, atua de forma hegemônica, com reforço de estrangeiros que passam a comprar mais propriedades no Brasil. O que se coloca em disputa não é somente a reforma agrária operacionalizada pelo acesso à terra, mas da luta por um projeto de sociedade que implica a forma da produção agrícola e o respeito à existência dos povos e territórios.

Outro fator importante a ser mencionado é a evolução tecnológica produzida e utilizada pelos países do centro, facilitando e possibilitando o transporte, a comunicação e o armazenamento, abreviando limites no comércio mediante as fronteiras territoriais, concentrando, em tais nações, o trabalho especializado e a venda de produtos com alto valor agregado. A presente relação desigual, fundada no eurocentrismo⁵⁰, desencadeia estruturalmente uma conexão de dependência que obriga os países sul globais a voltar o olhar das suas possibilidades de existência para os países do centro, que imperialmente são colocados como referência.

Diante do exposto, existem algumas colocações que preciso ponderar referentes à reflexão oferecida e ao campo da pesquisa: a universalização, a globalização das relações, a verdade inventada e o eurocentrismo. O risco oferecido pela universalização está em estabelecer um processo de padronização que se revela até mesmo quando reconhecemos a diversidade e categorizamos ou segmentamos, negando a singularidade. Tal comportamento também é revelado nos *modos operandi* de algumas políticas públicas.

Durante a aproximação dos processos que entornam o cotidiano das mulheres desta pesquisa, é possível perceber que a referida contradição se faz presente, considerando que estamos falando de mulheres que rompem alguns dos ciclos do patriarcado, pois elas estão presentes nos diferentes momentos da distribuição dos alimentos, desde a sua produção até a comercialização. Tal situação contrapõe-se

⁵⁰ Eurocentrismo, para Enrique Dussel (2005), caracteriza-se como uma das facetas do processo colonial advinda junto à modernidade que coloca a Europa como referência (marco central) do projeto civilizatório, na perspectiva falaciosa do desenvolvimentismo. Assim, é um pilar importante para a colonização e colonialidade, visando manter a Europa como centro e o restante na condição de Outro.

ao que é possível perceber no agronegócio, no qual se configuram espaços predominantemente masculinizados, sobretudo de decisão.

Retomando a questão da singularidade dentro da diversidade, verifica-se que a dinâmica estabelecida pelo processo universalizante impõe uma lógica de validação de um padrão que é funcional.

A partir da colocação acima, refletir sobre a colonialidade torna-se imprescindível. O termo coloca-se como um meio estruturante do colonialismo, que se manifesta por meio das vias do poder, ser e saber.

Começaremos refletindo sobre a colonialidade do poder, que se define como as formas coloniais que permanecem atuando nas linhas econômicas e políticas. Tal conceito, fundamentado por Aníbal Quijano, coloca-se como um meio de problematização dos processos de violência estrutural, naturalizados pela modernidade, que articula os processos de subalternização e racialização na divisão do trabalho e na perspectiva das relações coloniais.

A palavra “Colonial” ou “Colonialismo”, bem como suas derivações podem comumente nos remeter aos momentos de descobrimento/invasão do Brasil e de outros países da América Latina. Contudo, a partir da compreensão estabelecida sobre a colonialidade, percebemos que o colonialismo é uma estratégia que anda em consonância com a manutenção do capitalismo.

Nesse processo, para além de uma questão de classe, emergem outros aspectos que igualmente alocam-se na estrutura para atender à finalidade da civilização dita moderna. Os africanos extirpados de seu território original e os indígenas, população tradicional brasileira, foram basilares para o êxito da missão que violentou e eximiu aqueles que procuravam existir a partir de si e não do capital.

Grada Kilomba, intelectual negra, escritora, com formação interdisciplinar nas áreas da Psicologia, Filosofia e das Artes Plásticas, em sua obra “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, traz riquíssimas contribuições no sentido de pensar as dimensões incorporadas pelo colonialismo em uma perspectiva atemporal. Kilomba nos apresenta com a reflexão sobre *plantation*. Trata-se de um termo em inglês que é usado para referenciar o sistema colonial implementado pelas colônias europeias, fundamentadas em quatro pilares: Latifúndio, monocultura, escravização e exportação.

Kilomba aborda o *plantation* não apenas como um processo decorrente da organização econômica que se instaura em torno da terra no período colonial, mas como a forma como esse processo ocorreu tendo, em uma das suas colunas, a escravização de pessoas negras. Trata-se do início de uma nação que estabelece o que a autora nomeia como a outridade⁵¹ (Kilomba, 2019).

Grada Kilomba apresenta a máscara como instrumento que levanta múltiplas questões. Entre elas, pode-se citar a problematização do silêncio causado pela boca que não fala, e pelo ouvido que não quer ouvir, conforme a citação a seguir:

Esse é o processo pelo qual as idéias- e verdades- desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam. Contudo, enquanto enterradas no inconsciente, enquanto segredos, permanecem latentes e capazes de ser reveladas a qualquer momento. A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer se

⁵¹ Outridade para Grada Kilomba está na criação do “outro” como o antagonista do “eu”, como um sujeito intrusivo a ser controlado (KILOMBA, 2019).

desviar, manter distância nas margens, invisíveis e quietas (KILOMBA, 2019, p. 41-42).

Quando analisamos quem hoje é a população atingida pela desigualdade social, não é à toa que nos deparamos com a desigualdade racial como parte da estrutura societária que persiste desde o período colonial. O Brasil se forma com base em uma estrutura social que classifica a partir da racialização, demarcando o seu (não) lugar, bem como seu (não) existir. Outro âmbito percebido nessa estrutura é a questão de gênero e a binariedade do viver a partir do sexo.

Assim, a colonialidade pode ser entendida como o meio de manutenção do sistema colonial. E a agricultura brasileira permanece submetida a atender interesses externos, atuando sob *commodities*, focando-se na exportação da produtividade agrícola. O agronegócio vem crescendo e impactando as diferentes facetas da desigualdade, sobretudo as de gênero.

VIVÊNCIAS E EXISTÊNCIAS DE MULHERES EM ARROIO GRANDE

As mulheres camponesas interseccionam, em seu corpo, os desafios impostos às pessoas que existem no espaço rural, já que não têm acesso à terra (colonialidade do poder), têm seu saber invalidado (colonialidade do saber) e sua existência subjugada (colonialidade do ser). Nesse contexto, ser mulher implica a expectativa de um lugar social específico, sobretudo nos ambientes onde o agronegócio impera, pois se configuram ambientes masculinizados em que a mulher ocupa o lugar de estrita ajuda.

O campo de pesquisa foi a Feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande. Ela é composta por agricultores e agricultoras familiares.

Participaram da pesquisa as cinco agricultoras que compõem a feira, a extensionista da Emater, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e uma consumidora. As entrevistas adentraram, de maneira mais íntima, na vida das agricultoras, portanto abaixo passo a descrevê-las com pseudônimos apresentados a partir da minha percepção durante a construção do vínculo no período da pesquisa.

Agricultora Intensidades: Mulher, mãe de um casal, companheira de seu afeto e militante, 37 anos. Vou referi-la dessa forma, considerando que sua presença não passa despercebida; os movimentos dela são feitos de força e vontade. Apesar da pouca idade, passou por diferentes experiências dentro do processo de Reforma Agrária, inclusive na infância esteve acampada. Tem muito orgulho do que transforma através da agroecologia. Ela é uma usina de Intensidades.

Agricultora Afecto: a palavra Afecto, na filosofia deleuziana, significa um estado da alma, uma experiência, um encontro que movimenta as dimensões do corpo e da mente. Suas primeiras palavras foram tímidas, mas a agricultora Afecto, logo ao falar de si, trouxe uma trajetória consciente de seus processos. Com 47 anos, é mulher, mãe de dois filhos, companheira e impulsionadora dos sonhos. Teve suas experiências com o campo de maneira não linear, entre campo e cidade, sempre em contato com assentamentos e acampamentos, por meio dos familiares e de seus pais que estiveram acampados. Entre campo e cidade, hoje ela é (de ser) no campo e acredita que é possível a convivência das diferentes vidas desde que se exerça o cuidado.

Agricultora Rizoma: Mulher, mãe solo de três filhos. Tem uma força e fé surpreendentes. Agricultora desde criança, viveu a experiência do acampamento e teve a habilidade de recalculiar o percurso mediante os acontecimentos. No sentimento de gratidão das

conexões realizadas nos momentos difíceis, estabelece e constrói redes de relacionamento horizontais e incalculáveis. Convicta do poder da natureza, aposta na saúde por meio do consumo de alimentos agroecológicos, que trazem saúde para si, para os seus e para todos a quem ela entrega o que produz.

Agricultora Potência: Com 37 anos, mulher, mãe de dois filhos, companheira, uma alavanca de energia. Os pais passaram pelo acampamento; quando chegou, já havia o assentamento. Acredita muito na força da mulher como potência para realizar seus próprios sonhos e para conquistar independência através do trabalho. Tem muito orgulho de ser mulher. A agroecologia é tudo o que ela faz. E o melhor retorno vem do fato de que, além de saber que oferece um bom produto, é saber que o consumidor fica satisfeito.

Agricultora Multiplicidades: Com 50 anos e duas filhas é avó. Mulher e companheira. Não se reduz a uma única opinião. Traz, em seu relato, a presença das dificuldades de seguir o caminho da plantação sem veneno, mas, ainda assim, entende que não pode haver outra prática acertada para a natureza e para a saúde de todos. Vive um cotidiano de multiplicidades nas vivências do ardor do trabalho diário de cuidado, mas tem a alegria de fazer aquilo em que acredita através da agroecologia.

Quando falamos em vida no espaço rural, é necessário considerar que há um fluxo externo que tenciona a vida em suas diferentes dimensões. A monocultura estabelecida pela via do agronegócio traz prejuízos ao meio ambiente, pois utiliza/explora os recursos naturais sem considerar sua finitude. Com isso, dificulta o viver a partir do ecossistema.

Os prejuízos também se revelam na saúde da (o) trabalhadora(r) rural e das populações que residem próximas aos locais de cultivo, pois eles têm não somente sua água e solo contaminados por defensivos agrícolas (agrotóxicos - químicos) como também as plantações que optam por uma outra forma diferente da convencional. Outra dimensão prejudicada é a subjugação dos saberes e das culturas tradicionais e locais, em favor de um saber imperial que fortalece a estrutura sistêmica.

Todas as assentadas passaram pela vivência de acessar o lote e iniciar do começo o processo de plantio, desde a preparação do solo. São histórias de muito trabalho e de desafios subexistenciais. Simultaneamente, são a expressão da força do próprio existir.

Cada encontro, oportunizado no processo de pesquisa, foi uma possibilidade, através das histórias divididas, de contatar as questões de gênero que permeiam meu corpo e, assim, poderá ser com as leitoras que acessarem esta construção.

Chamo de construção, pois acredito que, embora elaborada e organizada por mim, com o auxílio e com a cumplicidade da orientadora e de tantos atores com quem me conectei no período de doutoramento, trata-se de muitas conexões com acontecimentos, processos, desejos e pessoas.

Por meio do relato da agricultora Afecto sobre não ter um instrutor, perito na área da agroecologia, é possível perceber que se trata de um saber horizontal, no qual todos têm acesso aos processos, passando de geração a geração. Ao conversar com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande, este também chama atenção sobre as mulheres feirantes fazerem as tratativas sobre

o processo de produção, bem como os filhos da família que acompanham a produção e as feiras.

Nas visitas às feiras, é possível perceber a presença de jovens nos processos de comercialização. Inclusive, no caso da agricultora Intensidades, a filha de 15 anos auxilia também na plantação, adquirindo conhecimento sobre esse processo, inclusive financeiro, pois parte da plantação de temperinho verde é administrada por ela.

Quando conversamos sobre o sentido da agroecologia para as feirantes, observamos o envolvimento delas com o assunto:

É o diferencial né, é a qualidade de vida né, qualidade de vida... agroecologia é isso. A preservação da natureza é saber que tu tá produzindo um produto bom para ti, para pessoa que vai consumir. É a consciência também, sabe, é consciência também que eu sei que não é só eu. Eu estou produzindo uma coisa boa para mim, pelos meus filhos, pela minha família e para as pessoas, para as outras famílias também. Fora que o mundo velho(véio) já tá, né. Tudo que acontece de ruim é culpa da gente né. Então acho que a gente fazer um pouquinho para cada coisa para ajudar né (INTENSIDADES,2022).

Na escolha pela pesquisa cartográfica, reconhecemos que o caminho traz constantes inspirações, encontros, olhares e perspectivas; algumas esperadas, mas muitas não. Nessa característica foi que apostei a potencialidade desta construção, como pesquisadora. A possibilidade de um novo encontro a cada contato é capaz de estabelecer e perceber os rizomas⁵² e não raízes que cristalizam e engessam a produção da vida no cotidiano das mulheres em questão.

⁵² O sistema arbóreo é utilizado por Deleuze e Guattari para referir-se aos sistemas de organização e pensamento em sua multiplicidade, sendo a raiz um fundamento (início e verdade) que se torna base quando se intenta multiplicar, mas existe de forma rígida e hierárquica, estabelece uma matriz. O rizoma sugere uma outra forma, refere o movimento, o encontro e novos movimentos não ordenados, sem centralidade ou hierarquia.

É interessante pensar a relação rizomática na vida das mulheres em questão por meio do exemplo da feira, quando uma agricultora se preocupa em vender os produtos da outra, quando aquela que foi contatada pelo/a cliente não tem o produto solicitado, bem como no início no processo de plantação de produção em lote sem produção, conforme segue abaixo:

Todo início é difícil, nós não tínhamos nada só ferramenta braçal, tivemos muito apoio dos vizinhos familiares daí conseguimos plantar alguma coisa. Naquele ano muita gente fala que a terra tava parada com bastante nutriente e coisa, aí a gente produziu muito muito muito na primeira plantação que a gente fez, daí tem o programa da prefeitura que eles fazem o serviço de abrir terra, que eles chamam a patrulha agrícola, daí nós conseguimos, foram lá daí gradearam a terra, prepararam a terra pra nós, daí a gente plantou, mandioca, batata doce, milho, feijão, melancia, pipoca, melão, a gente fez uma lavora que produziu muito naquele ano, eu vendi pro mercado avenida e foi pra motivá a nos fica ali, os Vizinho trazia uma galinha, outra trouxeram um porco o meu pai me deu um novinho (AFECTO, 2022)

São relações que apresentam, além da horizontalidade, a ideia da ajuda mútua, solidariedade e negação da competitividade. A vivência da agroecologia é singular em cada comunidade, em cada família e em cada pessoa, mais especificamente em cada mulher, trazendo possibilidades, desafios e efeitos não ditos em pesquisas cartesianas/pragmáticas.

MOVIMENTOS EXISTENCIAIS NÃO LINEARES E AS LINHAS DE FUGA OFERECIDAS PELA AGROECOLOGIA.

Diante do exposto cenário de desigualdades, instaura-se a luta pela soberania alimentar que se apresenta como paradigma antagônico ao sistema capitalista e de seus imperialismos. Esse paradigma atua sobre

as diferentes formas de colonização e de colonialismos, reunindo elementos e princípios que consideram outras relações sociais, não fundamentadas na opressão, preconceito, dominação e exploração das pessoas e da natureza. Nesse sentido, a soberania alimentar propõe-se a pensar as relações construídas desde a produção até o consumo do alimento, considerando a prerrogativa de que o povo detém a soberania na escolha desses processos, sem ter por objetivo principal atender às demandas do mercado, fato que se opõe ao sistema agrário atual.

A agroecologia pode ser pensada como plano de fuga diante das questões citadas, como caminho para a superação da monocultura em suas diferentes dimensões. Uma vez que pode ser entendida como disciplina científica, prática agrícola ou/e movimento político, a agroecologia pretende ultrapassar a forma convencional de agricultura e suas consequências nas relações entre o homem-mulher e natureza, propondo-se a revisar e revisitar os modos tradicionais de manejo com a terra, negando relações com princípios de troca monetária ou/e exploração, também entre os seres humanos, agindo dessa forma, inclusive, na questão de gênero. Nas atividades realizadas pela Associação Nacional de Agroecologia, gênero é pauta de reflexão e estudo. Já fez surgir o seguinte tema: “em feminismo não há agroecologia”, defendendo que, ao rever as práticas de exploração da vida, também se refere ao lugar das mulheres.

Apesar de o ambiente da agroecologia configurar-se como um espaço de respiro no que tange aos processos desejantes nas práticas do existir, a sociedade capitalista tem o poder de se reinventar. Trata-se de tecnologias do poder. Como fundamenta Michel Foucault (1984), essas tecnologias se reinventariam conforme o momento e o contexto, como, por exemplo, o poder de controle, o qual foi gerado pela disciplina e por

instituições como a escola, o emprego, os sistemas carcerários, os hospitais, entre outros.

Deleuze (1984), em diálogo com a referida compreensão de exercício das tecnologias de poder, ressalta o biopoder como força de uma sociedade que tem suas relações mais abertas, porém mais próximas, pois está entranhada nos encontros de maneira mais profunda. Cito como exemplo o acesso à cidadania: o quanto nos empenhamos para defendê-la, considerando que é a forma de amortizar as desigualdades sistêmicas. Entretanto, acaba sendo um processo que conduz o nosso comportamento e o vínculo com as instituições que estabelecem os caminhos. Apesar da falsa flexibilização, como ocorre na educação que passa a ser contínua e pode ser a distância, as instituições estarão sempre sabendo o que estudamos e como estudamos e ainda dizendo o que temos que estudar (qual o saber validado). Tal situação também ocorre na área da saúde que passa a investir na prevenção e não mais no tratamento hospitalar. Isso se verifica até mesmo nos postos de emprego que investem no trabalho remoto. Apesar de nos dar a sensação de liberdade, ocasionada pelo fato de podermos estudar em qualquer lugar, por meio dele ainda somos objetos de controle e, ao mesmo tempo, instrumento de controle sobre o outro.

Penso que, nesse ínterim, no cotidiano das vidas contatadas aqui, essas ações micropolíticas são efetivadas na atuação junto à agroecologia, que parte do princípio da sustentabilidade, a partir da interação e equilíbrio entre toda forma de vida presente no planeta. Nesse sentido, está para além de um modo de produção.

Nesses termos, a agroecologia pode ser entendida como um modo de estar e de ser. Ela se coloca como um espaço em que a mulher é mais reconhecida em comparação ao sistema de produção agrícola

convencional, pois tem condições de gerar relações com igualdade nos processos relacionados à renda e garantir a presença de todos nos processos decisórios. Além disso, é capaz de produzir para o consumo da família, a partir do sistema agroecológico, o qual considera de forma especial a biodiversidade, já que atua sem agrotóxicos, valorizando as sementes e o manejo delas.

A agricultora Afecto relata que o saber que aplica nos seus processos de produção é aquele que aprendeu, e aprende, com seu pai, sobretudo como conservar e escolher as melhores sementes. Além desse fato, nas trocas e conversas durante a pesquisa, ela diz não ficar dependente dos mercados, considerando que usufrui de uma variabilidade de alimentos e vem aprendendo como conservar o excedente para que possa consumir em outros períodos do ano, como é o caso do feijão que a agricultora fraciona e direciona parte para o consumo imediato, armazena para o consumo posterior e vende.

Em contraposição à agroecologia, tem-se o modelo convencional de produção agrícola, em que se percebe a masculinização do trabalho, culminando, algumas vezes, no êxodo das mulheres dos espaços em que predomina o agronegócio. Na agroecologia, a mulher ocupa um espaço diferenciado. Seguimos com o enunciado do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande:

Sobre o assalariado rural tu vai cansar de ver anúncio “ preciso de caseiro com esposa “, né. E aí o remunerado quem é? Só o marido, a mulher não conta no processo de emprego, mas tem que ser casado. E isso se tornou muito corriqueiro, é cultural, mas tu não olha pra mulher como um puxadinho que vai junto com a construção maior. O marido vai para a lavoura e a mulher fica fazendo o serviço da volta da casa e ela não recebe nada por aquilo, ou então acontece do salário ser R\$ 1600,00 e com esposa R\$ 2,000, a condução desse processo é muito difícil por que está enraizado,

tem que bater e falar e tem que construir espaço pra isso. [...] Mesmo que eu veja a Paula (técnica da Emater) todos os dias se tivermos como conversar sobre esse assunto ou fazer alguma ação lá na APAE onde ela é presidente, é muito importante, pois se a gente se fecha para conversar com os mesmos a gente se fecha para a pauta das minorias (JOÃO, 2022).

O lugar da mulher rural merece um olhar atento, considerando que o meio de produção convencional culmina em desigualdades e na sua multiexploração. Contudo, na agroecologia, desde as práticas de quintais, por meio das quais, muitas vezes, inicia-se a transição para agroecologia, vivencia-se, em um pequeno espaço, a via da diversidade e da plantação sem veneno. Além disso, há a explicitação do saber geracional, no que se refere não só à forma de plantar, mas também ao que plantar, à alimentação e ao uso de ervas medicinais. Sobre isso, observemos o enunciado a seguir:

A preservação da natureza é saber que tu tá produzindo um produto bom para ti para pessoa vai consumir. A é consciência também, sabe, é consciência também que eu sei que não é só eu. Eu estou produzindo uma coisa boa para mim, pelos meus filhos, pela minha família e para as pessoas, para as outras famílias também. Fora que o mundo velho(véio) já tá ,né. Tudo que acontece de ruim é culpa da gente né. Então acho que a gente fazer um pouquinho para cada coisa para ajudar né (AGRICULTORA INTENSIDADES, 2022).

Observo, nessa fala, a preocupação em oferecer saúde por meio dos alimentos, para si próprio, sua família e para as demais famílias. Recebo essa afirmação como uma intenção e como o reconhecimento das potencialidades alimentares quando sua função biológica é reconhecida e priorizada.

A agroecologia luta por novas relações, mas atua em um contexto com muitos conflitos, o que a impossibilita de estar protegida de contradições. Dessa forma, quero aqui abordar a agroecologia como um potente instrumento para superar as desigualdades e as opressões advindas do sistema capitalista, além de apontar os desafios dessa prática que vem se ampliando expressivamente.

Nesse contexto, a agroecologia atua como a proposta de superação das desigualdades e dos meios de opressão, inclusive a de gênero. Com a evidência dos processos dos povos e coletivos, ela se torna uma realidade, uma forma de resistência e um modo de existir no espaço rural, questionando os cenários econômicos, culturais, políticos, ambientais e sociais exercidos no modo de produção agrícola.

Além disso, atua sobre a perspectiva de relações horizontais e sustentáveis. Portanto, a redistribuição de terras torna-se um elemento relevante ao refletir-se sobre a agroecologia, uma vez que defende e considera a produção orgânica baseada na sabedoria tradicional, denunciando o modelo de cultivo convencional com uso exacerbado de agrotóxicos, o plantio com vistas à monocultura e a industrialização da agricultura. Tais fatos corroboram com a concentração de terra e bens, degradação da natureza e relações, na medida em que expulsam o pequeno agricultor da terra com a modernização dos processos agrícolas que existem voltados para atender ao agronegócio. A agroecologia, nesse sentido, seria também o meio de articular os princípios defendidos pela soberania alimentar como uma proposta concreta.

Entende-se que a política pública de reforma agrária deve operar com o intuito de superar medidas reducionistas, como a desapropriação seguida da repartição de lotes, ou seja, atuar na perspectiva do acesso à

terra, oferecendo possibilidades das agricultoras e agricultores estabelecerem-se a partir do seu modo de viver e existir. Nesse contexto, está inserida a luta contra a desigualdade de gênero, entre outras formas de desigualdade, dominação e opressão, fazendo-nos refletir sobre a atuação da mulher na agroecologia, de que forma a aproximar-se ou afastar-se da desigualdade de gênero.

No processo de pesquisa e aproximação com o campo, foi possível perceber que a Feira de Agricultura Familiar ocupa uma função de suma importância para as agricultoras e agricultores da sociedade arroio-grandense. Não é possível fazer uma definição desse espaço que não seja de maneira complexa. São muitos os significados e muitos encontros que o local proporciona, de forma especial para a questão de gênero, dentro do universo da construção aqui proposta.

É preciso seguir afirmando a potencialidade de a feira de agricultura familiar permanecer sendo um fazer que se opõe ao modelo agroindustrial hegemônico. O sistema global acentua as relações no processo de mercantilização do alimento, considerando que é possível de se realizar em diferentes locais, em qualquer época do ano, acessando alimentos não correspondentes à sazonalidade.

As relações que se fundam para que haja esse tipo de comércio são aquelas denunciadas em muitas frentes de luta que problematizam o acesso e a qualidade do alimento. O comércio realizado por grandes redes de super/hipermercados está indicando uma direção de consumo padronizado, já que ratam com os mesmos fornecedores, o que implica lidar com um viés de produção nem sempre sazonal/ local e oriundo de meios produtivos salutarres.

Um dos malefícios dessa dinâmica está no distanciamento do produtor local junto aos mercados que se organizam sobre a

lucratividade, não agregando outros elementos ao processo de comercialização dos alimentos. Com isso, tornam-se mais profundas as valas de desigualdade social. A feira se configura como linha de fuga nesse cenário:

A desvalorização é muito, muito grande. A desvalorização com pequeno agricultor é bem complicado. A gente não tem valorização no município, aqui a gente, na feira, é o lugar positivo que eu te digo. Porque aqui eles, a pessoa que vem aqui comprar de nós, sabe o que tá vindo comprar. Ela deixa de ir ao mercado para esperar nós de 15 em 15 dias para vir aqui. Porque aqui ela sabe que vai encontrar um produto limpo, um produto produzido não só com amor, mas com respeito a quem está comendo, entendeu (INTENSIDADES, 2022).

As feiras livres configuram-se também como um projeto de desenvolvimento rural. Quando falamos em Feira da Agricultura Familiar, estamos nos referindo a um encontro que visa à evolução (no sentido mais variável que essa palavra pode apresentar) ambiental, social, econômica, educacional, política. Trata-se de um aprofundamento da soberania alimentar, além de criar uma outra estética do consumo.

Nas conversas com as agricultoras e no contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arroio Grande-RS, assim como com a representante da Emater, é unânime o reconhecimento da feira como um instrumento para diversos propósitos. A dimensão social é movimentada pelas vidas que se encontram em um espaço livre, em que a disposição para uma nova proposta de se relacionar circula e, nesse sentido, atua uma nova proposta societária iniciada nas microrrelações.

A feira atua também na dimensão econômica, uma vez que escoar a produção realizada pelas agricultoras e suas famílias. Nesse sentido, é

importante referir que, à medida que as famílias ampliam sua condição financeira também ampliam suas possibilidades de consumo, movimentando também a economia municipal e regional.

Outro aspecto que é vivenciado nas feiras é a importante valorização das agricultoras e agricultores, bem como dos seus processos. Os produtos ali oferecidos/comercializados somam aspectos de cuidado e respeito à terra e ao meio ambiente, além do desejo de saúde materializado em forma de alimento.

Também é preciso pontuar as relações de troca mútua entre as/os agricultoras/es, bem como entre agricultoras e consumidores. É possível observar que há uma outra estética do consumo. As pessoas que procuram a feira e as agricultoras acessam, junto com o produto, a reforma agrária, a agricultura familiar, o cuidado com a natureza, a biodiversidade no plantio e na cultura. São famílias de diferentes origens e de diferentes histórias que se reúnem através do coletivo MST e convergem para a prática da agricultura Familiar.

São passíveis de problematização as situações em que são estabelecidos regramentos legais/sanitários sobre a produção e a atividade agrícola familiar, já que há a contradição entre a intenção dementa ??? que ofereça além do nutriente o cuidado. A Feira é um importante foco de políticas públicas.

Sendo assim, são muitos os desafios para aquelas e aqueles que, por meio da práxis em sua existência, são a diferença. Mas, no caminho da construção desse trabalho, tive a alegria de encontrar vidas femininas felizes por serem mulheres. Cada uma do seu jeito, com suas referências, vivências e subjetividades, atua no seu cotidiano para construir um mundo melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As últimas considerações a serem pontuadas, neste trabalho, são oriundas de um processo vivido e refletido durante a pesquisa que ocorreu de 2018 a 2022 e que demonstraram muitas possibilidades de continuidade de encontros relacionados a esse tema. Na sequência, pontuarei as principais pistas.

Com atividade agrícola, regulada pela perspectiva hegemônica do agronegócio, as desigualdades multifacetadas aprofundam-se e condicionam um modo de vida às camadas sociais empobrecidas, incluindo o espaço rural, e, dentro dessas desigualdades, incluímos a de gênero. Contudo não é uma realidade estanque, pois estamos falando de vidas pulsantes, que podem, a qualquer momento, criar linhas de fuga para suas questões - e foi isso que observei.

Diante da realidade do patriarcado, que atravessa a vida da mulher rural, uma das respostas que se configura é a prática da agroecologia anti-hegemônica em todos os seus sentidos, que é realizada mediante os processos individuais e coletivos. Sendo assim, o objetivo geral dessa construção foi conhecer quais os sentidos sobre agroecologia produzidos pelas mulheres que atuam na feira de Agricultura Familiar de Arroio Grande - RS.

Desdobram-se, dessa questão, proposta pelo objetivo geral, algumas pistas que indicam as significações da agroecologia sobre a vida das mulheres que atuam na feira. Na aproximação com o campo, foi possível contatar a realidade de mulheres que têm em sua história, participação em processos coletivos. Uma delas passou pela experiência de acampamento, e todas tiveram familiares de gerações anteriores (pais, tios, avós) que vivenciaram os desafios do acampamento. Esse fato

se reverbera no modo de existir, na ética e na subjetivação construída dessas mulheres.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tem uma incidência importante sobre a reivindicação da Reforma Agrária Popular, que culmina em outras frentes de luta por relações sustentáveis. Adentra, também, na questão de gênero, portanto nos momentos de formação, assessoramento e reuniões. Essas perspectivas costumam ser refletidas e problematizadas, inclusive, no momento de esses trabalhadores se organizarem para as frentes de luta.

Não há uma linearidade no cotidiano das mulheres agricultoras. Diariamente há um relacionamento com o processo de produção, no qual se aplicam não só os conhecimentos transgeracionais mas também aqueles acessados por outras fontes. Entre o plantio e a colheita, exige-se o cuidado diário. Além disso, há outras demandas com filhos, demandas domiciliares, solicitações de clientes e relação com as instituições e coletivos. Tais tarefas são, em algumas realidades, divididas com os companheiros; em outras, não.

Concluo afirmando que, na agroecologia, é possível implementar políticas públicas efetivas e receber a notificação com ausência de assistência (técnica e de crédito) para os ajustes necessários, como na situação do selo orgânico. Assim como as tecnologias do poder se revelam nas microrrelações, a reação também deve permear as microrrelações e o cotidiano, ao reconhecer a contraditoriedade sistêmica, que atravessa as instituições. Esse é um projeto estatal revestido de fragilidades nas políticas públicas, que lida com as irregularidades, as quais eu chamo de diferença, aquela que não cabe na repetição.

REFERÊNCIAS

- Deleuze, Gilles .*L'Île déserte e autres textes* (1953-1974, ed. preparada por David Lapoujade, Paris, Minuit, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. São Paulo: Papirus, 1995.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244p
- MARTINS, Joaquin . **Immanuel Wallerstein e o sistema mundo uma teoria ainda atual**. Iberoamérica Social revista red de estudios sociales V. 2015. p. 95 108
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300002>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300002. Acesso em: 23 fev. 2021.
- WALLERSTEIN, Immanuel ferenasilva(2001). **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto. YOUNG, Robert. (1990). *White Mythologies: Writing History and the West*. Londres: Routledge

10

BRAVA GENTE – VIVER A PÁTRIA LIVRE, PRODUZIR PELO BRASIL

*Larissa Padilha de Brito
Elora Oliveira de Oliveira*

“Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer parte do mundo.”⁵³

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo abordar questões referentes à Soberania Alimentar no Brasil, no que tange ao processo de produção, comercialização, resignação e obstáculos. Debatemos o acesso a uma alimentação saudável e seus enlaces no desenvolvimento da sociedade brasileira, considerando a influência do latifúndio na mesa do trabalhador e na divisão social de terras no nosso país, o que interfere diretamente no sistema agroalimentar brasileiro. A partir da metodologia de revisão bibliográfica, trouxemos apontamentos que possibilitam qualificar o debate acerca da fome e da influência direta da economia no acesso e na qualidade dos alimentos. É parte de nossa discussão tratar de reconhecer o enunciado da fome como forma de visibilizar o grito de milhões de brasileiros que vivem na incerteza da próxima refeição.

⁵³ Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, sd., p.110.

A fome é uma das manifestações da Questão Social⁵⁴, sustentada pelas relações de desigualdade e exploração que o modo de produção vigente reproduz na sociedade. Esse flagelo foi, por muito tempo, justificado como um efeito natural, o que fez a sociedade e especialmente seus gestores direcionarem seus esforços ao setor produtivo, no intuito de aumentar a produção alimentar ignorando o fato de que, na verdade, esse investimento era impulsionado pelos interesses da elite agrária conservadora, servindo à ambição do grande capital (DA ROCHA, 2019).

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. A herança colonial do latifúndio, combinada com monocultura para exportação, somada à raiz escravocrata, é responsável por manter um projeto de fome no Brasil que persiste há séculos (MIRALHA, 2012). A forma histórica de ocupação e divisão das terras brasileiras, durante o período da colonização, foi preponderante por estabelecer as raízes da desigualdade social que demarca os índices de pobreza e de insegurança alimentar alarmantes até os dias de hoje.

Denunciamos, nesta escrita, que a fome advém da formação socioeconômica brasileira, forjada sobre o tripé da ***mão de obra escrava, monocultura e do latifúndio***, convertendo a fome em um projeto complexo, já que se trata principalmente da relação com a realidade de um país subdesenvolvido, fruto de um capitalismo atrasado e periférico que produz um discurso de naturalização das desigualdades e das injustiças sociais.

⁵⁴ Segundo Yazbek (2008), a expressão “questão social” surgiu na Europa Ocidental, em meados da terceira década XIX, caracterizando um fenômeno social oriundo da industrialização: o pauperismo. Isso quer dizer que, ainda que o termo seja ressignificado, o seu cerne se oriunda da estrutura capitalista, que se caracteriza pela desigualdade necessária para sua perpetuação

Esses posicionamentos remetem diretamente às primeiras linhas do livro *Geografia da Fome*, nas quais Josué de Castro afirma que a fome é um assunto “a tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização”. Para o médico e geógrafo pernambucano, que se tornou uma referência nacional e internacional na temática da fome, tratava-se de “silêncio premeditado” intimamente relacionado aos “interesses econômicos de minorias dominantes”, que enriqueciam com o comércio internacional enquanto parte expressiva da população sofria com a fome (CASTRO, 2008, p. 11 - 13).

No contexto latino-americano, a fome sempre foi um fenômeno constante, a realidade da miséria, das sobras e do estigma de subdesenvolvidos. O não acesso à comida esteve ligada ao processo de desenvolvimento (ou não) das nações, sendo resultado de um fenômeno complexo, que tem causas diferentes, entre elas, fatores de cunho político, econômico, estrutural e climático.

No Brasil, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de alterar a concentração de terras, logo compreendemos esse fator como um elemento central para a produção da fome. As grandes oligarquias nunca estiveram interessadas em extinguir a fome; a formação histórica brasileira comprova que o pacto das elites tinha outro propósito.

No caminhar da história, existem estratégias de resistência que são formuladas e impulsionadas por sujeitos-históricos que coletivamente acumulam esforços desde a produção de alimentos, do cuidado com a terra, da partilha da terra até a garantia do acesso do alimento saudável nas doações para as periferias urbanas. O

Movimento Sem Terra, que revela a defesa da Soberania Alimentar, atua no compromisso ético com a defesa da vida. Nesse sentido, a solidariedade humana semeia um florescer coletivo que projeta um novo modelo de desenvolvimento com democracia e justiça social em oposição aos males individualistas da ganância do capital.

Viver a história com tantas incertezas sobre o futuro nos faz pensar que é nosso compromisso conceber esse novo modelo. Assim, nessas páginas, encontraremos teorias, relatos e narrativas que expressam que este texto tem lado: o da esperança de que outro mundo é possível e de que é imperativo lutar por ele. Trata-se de assumir uma dimensão política e existencial que deve ser garantida pela luta, pela indignação, pela contestação e pela imensa vontade de manter viva a solidariedade e a esperança.

“Ô, JOSUÉ, EU NUNCA VI TAMANHA DESGRAÇA! QUANTO MAIS MISÉRIA TEM, MAIS URUBU AMEAÇA!”⁵⁵

O fenômeno da fome, para além de um índice social que trata da condição do acesso da população ao alimento, revela o desenho de uma organização societária cuja prioridade é o acúmulo de riquezas alicerçado na desigualdade social. Não obstante, os avanços em índices econômicos não garantem, por si, a diminuição dos índices de insegurança alimentar e da fome, porque se trata de um processo demandante de reformas estruturais, que altera profundamente a concentração da terra e da renda no Brasil.

⁵⁵ Música de Chico Science, que encontrou grande inspiração nos escritos de Josué para intervir e denunciar, com sua arte, as mazelas da fome no Brasil.

O processo de formação histórica do Brasil, chegando à análise dos dias atuais, necessita compreender o desenvolvimento do campo e da cidade com o objetivo de assimilar esse fenômeno multidimensional. E, como recorte crucial na abordagem do tema, deve-se falar obrigatoriamente da pobreza e da condição econômica da grande massa populacional brasileira e da reprodução dessa condição passada de geração para geração, reafirmando que a manutenção do *status quo* é determinante para a permanência do capitalismo e para o controle efetivo dos povos.

Partimos do princípio de que o problema da fome é estrutural, uma vez que é resultado da estrutura econômica profundamente desigual reproduzida ao longo da história no acesso à terra, renda e aos direitos básicos. Por consequência, afirmamos que o nosso capitalismo é colonial e racial, e o nosso sistema de abastecimento agroalimentar, fruto desse sistema, também assume essas características. O avanço dos interesses capitalistas forçou não só a criação de novos postos de trabalho subalternizados mas também a aceleração do crescimento populacional e a intensificação do fenômeno de urbanização, em um contexto de desigualdades socioeconômicas, o que se tornou central na questão do abastecimento alimentar. As cidades passaram a ser vistas como moedas de compra e troca, espaços mercantis que não se solidarizam com a vida humana.

O desenvolvimento da urbanização, no período da Revolução Industrial, acarretou um crescimento exponencial da população nas zonas urbanas, como consequência do êxodo da vida rural. As cidades, geralmente sem planejamento, não atendem às demandas referentes à saúde, infraestrutura, moradia, educação e ao trabalho de seus

moradores, contribuindo para a promoção da desigualdade social (PINHEIRO; FERRARETO, 2010).

No Hino da Independência⁵⁶, a expressão “pátria livre” insiste em repetir: “Brava gente brasileira! Longe vá, temor servil. Ou ficar a pátria livre. Ou morrer pelo Brasil”. Almejamos repetir essa escrita como um novo horizonte possível. Ela precisa ser ressignificada. Para isso, é necessário que seja acompanhada de uma ação concreta: devemos substituir “ou morrer pelo Brasil” por “produzir pelo Brasil” em referência a quem alimenta a mesa do povo brasileiro. Aqui falamos na produção de alimentos saudáveis realizada pelos movimentos sociais e sindicais do campo, em especial o MST – Movimento Sem Terra – que tem, na sua principal bandeira de luta, a luta pela Reforma Agrária, a qual compreendemos estar intrínseca à perspectiva de luta por Soberania Alimentar.

Segundo dados da FAO - ‘Food and Agriculture Organization of the United Nations’, até 2030 cerca de 60% da população mundial estará vivendo em cidades (FAO, 2000). No Brasil, a taxa de urbanização tem apresentado crescimento contínuo desde a década de 70. Segundo dados do IBGE (2010), em 1970, 55,9% da população brasileira encontrava-se em áreas urbanas; em 2010, a taxa de urbanização chegou a 84,4%. Na região sudeste, a porcentagem da população que vivia em áreas urbanas em 1970 era de 72,7% e, em 2010, passou a 92,9% (IBGE, 2010). Esse processo de urbanização desenfreado está intimamente relacionado ao crescimento da pobreza e da insegurança alimentar (FAO, 2000).

⁵⁶ Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sspm/sites/www.marinha.mil.br/sspm/files/letramusicas/Letra_HinoIndependencia.pdf

Nesse contexto, essa discussão se propõe a problematizar como se dá o acesso aos alimentos regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação que está intrinsecamente relacionado à questão agrária desde sua origem até o modelo vigente de produção, comercialização e distribuição. Isso se reflete diretamente na vida urbana, onde a fome se estabelece como um determinante de vidas que foram atravessadas por transformações profundas no seu modo de habitar. Sendo assim, descobriu-se, a duras penas, a vida em grandes metrópoles, onde a esperança de novos dias e de novas oportunidades não chegaram a dobrar a esquina.

Contudo, esse processo não aconteceu de forma pacífica, já que houve formas de resistência e de enfrentamento do povo do campo. Em vista disso, compreendemos que a resistência de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade é histórica no desenvolvimento de estratégias de enfrentamento à fome, no sentido de buscarem sua autonomia e sobrevivência e, ainda em meio a esforços, produziram grande parte do abastecimento alimentar das cidades.

Os movimentos populares do campo - responsáveis pela defesa da terra, defesa da produção de alimentos saudáveis e luta pelo acesso à terra e pela efetivação de sua função social - resgatam a promulgação da Constituição de 1988. E os movimentos populares urbanos enfrentam cotidianamente a pauperização da vida, com ampla defesa e criação de estratégias na construção de um projeto de combate à fome.

Temos interesse em investigar como essa estruturação se cruza com os movimentos de resistência da reforma agrária em luta, com pressão das organizações populares e, especialmente, com os movimentos camponeses por Soberania Alimentar.

A HISTÓRIA DOS POVOS É A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA - PELA PÁTRIA LIVRE

Para almejarmos o sonho da Pátria Livre e Soberana, é importante compreender que a origem dos processos de luta por terra e território no Brasil desencadeia a problemática da questão agrária em suas múltiplas dimensões, considerando as especificidades desse desenvolvimento em nosso território. Para Caio Prado Júnior (1981), a formação social do Brasil estruturou sua economia sobre o tripé da mão de obra escrava, da monocultura e do latifúndio. Desse modo, em concordância com Miralha (2012), que discorre sobre a temática, endossamos que

o modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Nesse contexto, é importante destacar que a forma familiar de produção agropecuária sempre esteve presente desde o processo de ocupação do Brasil, no entanto, a produção familiar existia de uma forma subordinada à grande propriedade, produzindo principalmente produtos alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais, pois, as grandes lavouras, na época, só produziam cana-de-açúcar para ser escoado para Portugal (MIRALHA, 2012, p.152).

Mesmo com imposições estruturais sobre o processo produtivo que prioriza o investimento nas grandes propriedades, criadas por essas produtoras de açúcar para fornecimento do mercado internacional, o campesinato insistiu na utilização do restante de terra “disponível” para produzir a própria alimentação e, em maiores possibilidades, produzir o necessário à alimentação da população (MIRALHA, 2012). E assim foi se conformando a relação do

campesinato com a terra, com o avanço das relações capitalistas de produção. E, com a intensificação da industrialização, ocorreu um grande crescimento da onda de trabalhadores que migraram, em massa, do campo para a cidade. Como esse processo avançou e ganhou concretude? Como as nossas cidades deixaram de ser um projeto econômico, por parte da elite, e passaram a ser um espaço de violência legitimada contra a população?

No Brasil, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de alterar a concentração de terras. Um importante marco desse caráter estrutural que produz fome, é a Lei de Terras de 1850, que assegurou a posse privada das terras em um período crítico de esgotamento do regime escravagista. Dessa forma, privilegiou e manteve a estrutura agrária, utilizou mecanismos legais para reorganizar a massa de trabalhadores, antes escravizados e agora excedentes de mão de obra, agrupando a massa de imigrantes que já estava preparada para ocupar os postos de trabalho no Brasil (Darcy Ribeiro, 2015). Assim, pressentimos que, mesmo no período pós-abolição, a legislação brasileira não garantiu à população negra nenhuma condição concreta - terra, moradia e emprego para garantir os mínimos direitos necessários à reprodução da vida e da autonomia dessa população. MIRALHA (2012) aponta em relação à Lei de Terras:

Desse modo, com a Lei de Terras passava-se do cativeiro do homem (escravo) para o cativeiro da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrito a quem tinha condições de pagá-las, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (p.154).

A urbanização brasileira é fruto de um movimento fragmentado, marcado por um processo acelerado e devastador, que provocou a migração das populações rurais e do espaço do campo como um todo, produzindo transições e desequilíbrios e promovendo uma desterritorialização da população rural. Produziu uma série de distorções e de desequilíbrios, que se manifestaram empiricamente de variadas formas, pois foi (e ainda é) gerador de uma ampla gama de exclusões e reinclusões sociais que, concretamente, cristalizam-se como as formas e desequilíbrios regionais, urbano-rurais e urbano-urbano (SANTOS, 1993).

A desigualdade trazida pela globalização aprofunda e diversifica a desigualdade numa sociedade historicamente e tradicionalmente desigual. Faz muita diferença iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, ao invés de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns. (MARICATO, 2007, p. 56)

Na sequência da formação histórica brasileira, a concentração de terras manteve-se como um elemento de negociação apenas entre as elites, sendo um fator determinante para a manutenção do poder entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária em território brasileiro. A democratização da terra nunca foi projeto das elites, como aponta Martins (1997):

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós (p. 20).

Mesmo que as tensões políticas que se desenvolveram durante os diferentes períodos políticos, décadas de 1930 e 1964, exigissem que as elites agrárias se reposicionassem frente às diferentes conjunturas, elas mantiveram o pacto pela manutenção da velha oligarquia rural no poder político aliada às forças de desenvolvimento industrial nos centros urbanos. Além disso, mantiveram-se intervindo nos caminhos decisórios do país, expressando a polarização, que sempre foi presente, e a não vontade política de encaminhar uma possível reforma agrária, configurando-se no Brasil, que necessitava de uma política pública, diferente do movimento adotado em diversos outros países com o objetivo de uma modernização do país, como afirma MIRALHA (2012):

Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária, e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade através de escandalosos subsídios (p.157).

As condições de reprodução da força de trabalho mantiveram-se determinadas pelas elites agrárias, que ocupavam espaços cada vez mais significativos no cenário institucional o que implicava um controle direto da população rural que, por diversos fatores, não influenciou nas decisões diretas, como exemplifica Sorj (1986):

A participação dentro do *novo jogo institucional* por parte dos grupos rurais dominados era praticamente nula, já que a grande maioria da população rural era analfabeta, não votava e aquela que o fazia era geralmente orientada diretamente pelos seus patrões. A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento

central na compreensão da permanência dos latifundiários no bloco do poder durante o período populista (grifos originais do autor. p.14).

E um novo ciclo se instala na política e no desenvolvimento econômico brasileiro. A partir de 1964, um comando ditatorial⁵⁷ assume o Estado brasileiro e passa a arregimentar diversas medidas de controle da sociedade brasileira, permitindo que projetos de seu interesse avançassem, como de modernização e reconhecimento de forças conjuntas de uma burguesia industrial e das oligarquias agrárias, como aponta Sorj (2008, p. 19), “(...) no caso do Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associaram, em posição secundária, os grandes proprietários de terras”. Essa união determinou os caminhos dos processos de modernização, que ocorreram de forma desigual como aponta a seguir trecho do relatório *Terrenos da Desigualdade - Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural* realizado pela OXFAM Brasil:

O processo de modernização da agricultura brasileira na década de 1960 provocou o aumento da produção e da produtividade, mas foi um processo profundamente desigual e contraditório. Mais do que conservadora, essa modernização foi permeada pela repressão política do período ditatorial e pela desigual distribuição dos recursos. Os investimentos governamentais em infraestrutura (especialmente a abertura de estradas) e os incentivos fiscais tornaram rentável a compra e/ou apropriação de grandes extensões de terras, materializando uma aliança entre militares e latifundiários (OXFAM, 2016, P.4).

No final dos anos de 1970 e no começo da década de 1980, começou um intenso debate em torno dos efeitos negativos da modernização

⁵⁷ Golpe militar ocorrido no Brasil em 1o de abril de 1964. Perdurou de 1964 a 1984.

agrícola no Brasil. O avanço dos interesses capitalistas forçou a criação de novos postos de trabalho subalternizados, como salienta Miralha:

O processo de modernização da agricultura provocou a expansão do modo de produção capitalista no campo, com o aumento massivo da mão-de-obra assalariada nas grandes propriedades modernizadas, surgindo assim os trabalhadores volantes (“bóias-fria”) que normalmente moram nas cidades, em sua maioria nas periferias, e são transportados diariamente para o local de trabalho, as grandes lavouras, trabalhando sob condições precárias de contratação e de segurança no serviço (2012, p.158).

Foram muitos questionamentos de ordem social e ambiental, sobre a questão agrária e vieram combinados com o debate sobre a abertura política no Brasil. Temos um cenário em que vários presos políticos foram anistiados, partidos foram criados e, nesse ínterim, o camponês, eclode novamente como um ator político de extrema importância no debate sobre a questão agrária que, para o interesse das elites, configura-se na concentração da terra, na captura de recursos naturais e bens comuns, na degradação do meio ambiente, como aponta José Graziano da Silva (1980):

(...) Do outro lado - da parte daqueles que não a podiam esquecer, porque a questão agrária faz parte da sua vida diária, os trabalhadores rurais - ela fora silenciada. Para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outra série de violências que todos conhecem ou pelo menos imaginam (p.4).

Nesse sentido, chama-se atenção para os problemas do campo provocados pelo regime militar, sobretudo centrado na política de modernização da agricultura e como se deu esse “desenvolvimento”. Nessa conjuntura, a igreja progressista, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desempenhou um papel essencial no final dos anos 1970

e no começo da década de 1980, e, dentro desse contexto, também surgem os principais movimentos sociais e organizações políticas cuja bandeira de luta e referência política era a luta pela terra e a defesa da Reforma Agrária.

Ao colocar em prática o processo de encapsulação da cidade pelo mercado, os problemas urbanos passam a ser intencionalmente despolitizados, de modo a reduzir e excluir a voz da população, que sofre com seus desdobramentos, para que a “paz do mercado” (VAINER, 2017) seja instaurada por meio de um processo violento de implementação de práticas de exceção responsáveis por garantir o lucro dos investidores da cidade em detrimento do “direito à cidade” (HARVEY, 2013), lembrando que é o único direito a ser bravamente defendido pelos setores dominantes. Ainda que os direitos civis sejam amparados constitucionalmente, a extrema vulnerabilidade é pauta banalizada.

A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos. A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. (HARVEY, 2012, p. 28)

A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, onde formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam (SEABROOK, 1996). Como foi relatado anteriormente, a fome é essa produção multifacetada pela história brasileira, partindo da questão agrária como raiz da desigualdade até a produção excludente do espaço urbano, enquanto parte do processo de acumulação do sistema capitalista, baseado nos princípios do lucro e da acumulação. Isso é

perceptível ao analisar-se a ocorrência da urbanização que decorre das grandes transformações estruturais que o país sofre, já que se muda a cadeia produtiva que migra do campo para a cidade.

Como produção histórica, a fome no Brasil é um fenômeno crônico e coletivo. Trata-se de uma forma de degradação social que é resultado de processos históricos de exclusão, dominação política e econômica. Os aspectos mais fundamentais das dimensões da vida humana são afetados por condições precárias de sobrevivência e não podem ser definidos e quantificados de forma direta sem que se compreendam os significados subjetivos e as associações de expressões humanas que envolvem o drama de conviver com tal violência.

Desse modo, concordamos com os pensamentos de Carolina Maria de Jesus. Para a autora, “os gêneros alimentícios devem estar ao alcance de todos”. Sua reflexão é indissociável de sua experiência como uma mulher que era mãe, negra e pobre. Em suas palavras: “Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais” (DE JESUS, 1960, p.38).

Mas a diferença também pode resultar em intolerância e segregação, desigualdade e exclusão, em fervorosos confrontos. Então é a isso que o direito à cidade se resume? Mendigar de meu vizinho ou ser alvo da mendicância dele? (HARVEY, 2013).

Então, o que eu e os outros devemos fazer se determinarmos, por exemplo, que a cidade não se conforma aos nossos desejos? [...] Qual visão eu ou os movimentos sociais construímos para nos guiar em nossa luta? De maneira a assegurar resultados positivos em vez de cair numa violência sem fim? Uma coisa é clara: **não podemos deixar que o medo dessa última nos acovarde e nos faça estagnar em uma passividade sem sentido.** Evitar o

conflito não é resposta: retornar a tal estado é se descolar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercer qualquer direito à cidade. (HARVEY, 2013, p. 31, grifos nossos)

Como resultado, fica evidente que a cidade evoluiu para uma expressão da divisão da população em duas grandes classes, o que está diretamente relacionado à divisão do trabalho e dos instrumentos de produção. A produção da cidade depende das formas existentes de propriedade evoluindo para o capital industrial, ou, para citar Karl Marx, “os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho são apenas outras tantas formas diversas de propriedade” (Marx, 1981, p. 118). A disparidade social é eloquente e exacerbada. Isso faz com que o fascismo e suas expressões hostis façam parte do dia a dia dos mais despossuídos, de modo a não perceberem os reais caminhos que resultam em sua vulnerabilização.

Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e patrulhamento particular 24 horas por dia, que se emaranham entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos, as ruas se tornam lama quando chove e o compartilhamento dos espaços domésticos é a norma. Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, atendo-se com firmeza àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência. (BALBO, 2003, p. 379)

As ações do Estado, ao invés de mediar os conflitos em defesa dos seus excluídos e marginalizados, opõem-se e aliam-se ao mercado, usufruindo dos valores de uso e de troca para sua perpetuação no poder. O problema é que isso implica vários outros fatores, todos de suma importância, como o envolvimento de suas instituições na realidade cotidiana da população.

Temos, em resumo, sido refeitos muitas vezes sem sabermos como ou por quê. Será que isso contribuiu para a felicidade e para o bem-estar humano?

Isso nos fez pessoas melhores ou nos deixou em um mundo de anomia e alienação, raiva e frustração? Além do mais, vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. (HARVEY, 2013, p. 28, grifos nossos)

Denominadas por “cidades globais”, grandes metrópoles onde há uma circulação de capital intensa são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que, por sua vez, fundem-se aos marginalizados e desempregados (HARVEY, 2013). As cidades sempre foram espaços desenvolvidos geograficamente para a exclusão do trabalhador. Nesse sentido, deixam-se impressos como exemplo os centros das cidades sempre movimentados ao longo do dia, em horário comercial, ao mesmo tempo em que os bairros estão esvaziados. É muito comum vermos os bairros bastante movimentados à noite, pois suas prioridades só podem ser atendidas após sua rotina de trabalho, responsável por sua subsistência.

O tratamento glamoroso que a mídia e muitos intelectuais atribuíram à globalização e às chamadas cidades globais foi dando lugar, com o passar do tempo e com a apropriação capitalista das novas tecnologias, a uma realidade cruel: aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, recuo nas políticas sociais, privatizações e mercantilização de serviços públicos, aumento da desigualdade social. Diferentemente da desigualdade social ou inserção social precária existentes anteriormente à globalização após sua dominação hegemônica, ganha destaque uma marca, a da exclusão social: bairros são esquecidos, cidades são esquecidas, regiões são esquecidas e isso acontece até mesmo com países, que são ignorados já que não contam para a nova ordem. (MARICATO, 2007, p. 54)

Como em todas as fases da história, a expansão mais recente do processo urbano trouxe consigo incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se mercadoria, assim como a própria cidade, em um mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento tornaram-se os principais aspectos da economia política urbana (HARVEY, 2012).

A cidade pode ser julgada e entendida apenas em relação àquilo que eu, você, nós e (para que não nos esqueçamos) “eles” desejamos. Se a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada. O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais.” Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com os desejos de nossos corações. (HARVEY, 2013, p. 28)

A localização/distribuição territorial das populações urbanas revela o nível de desigualdades e o conteúdo segregativo a que elas estão submetidas. Os espaços periféricos, frutos dessa segregação produzida pelo capitalismo, expandiram-se e autoconstruíram-se como resposta ao conteúdo excludente do capitalismo brasileiro. Sendo assim, é fundamental temporalizar o processo pelo qual a urbanização (caótica) do Brasil foi produzida, quais dinâmicas e agentes impulsionaram e construíram esse processo, pois seus interesses nunca foram um segredo: sempre foi o dinheiro.

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o

saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveria ser) para tal urbanismo. (MARICATO, 2007, p. 64)

A suposta criação de novos empregos e o desenvolvimento locacional justificam praticamente qualquer concessão do espaço sociopolítico. Conforme Acsehrad, Mello e Bezerra (2009), é ilimitada a crença nos princípios liberalistas, desde os anos 1990, entre os setores dominantes na economia e na política. Todas as regulações políticas construídas - ao longo de 200 anos de capitalismo, sem debater a exploração do trabalho humano e o extrativismo desenfreado da natureza - são tidas como inconsistências do sistema capitalista de produção (COSTA e OLIVEIRA).

O mercado residencial privado, grifado na América Latina, contribui para a carência generalizada de moradias. No Brasil, estima-se que apenas 30% da população tenha real acesso à moradia no mercado privado. Nem mesmo aquilo que poderia ser considerado como classe média (cinco a dez salários mínimos) tem acesso à moradia no mercado privado. O planejamento urbano modernista funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica, serve de pilar para a perpetuação de sociedades desiguais. (MARICATO, 2007).

Nesse sentido, David Harvey aponta que:

[...] cerca de dois milhões de pessoas tornaram-se, ou estão para se tornar, sem-teto por execução de hipotecas. Muitos bairros da cidade, até mesmo muitas comunidades peri-urbana nos EUA, foram lacradas e vandalizadas, naufragaram por causa dos empréstimos predatórios praticados pelas instituições financeiras. Esta população está endividada sem bônus. De fato, como a execução da hipoteca significa perdão da dívida, que é considerada renda nos Estados Unidos, muitos dos despejados encaram grandes faturas de imposto de renda pelo dinheiro que nunca tiveram. **Esta assimetria não**

pode ser explicada senão como uma forma massiva de confrontação de classe. (2012, p. 87, grifos nossos)

É, nesse centro social, que concentra profundas interações nas contradições, onde se acentuam e se expõem as mais perversas consequências dessa “evolução” das cidades, que ocorre a exclusão da enorme massa marginalizada de pobres do centro que são abandonados nos quartos de despejo. Ou melhor, nas palavras de Carolina Maria de Jesus:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 1961, p. 17)

Se o impacto da globalização sobre o mundo desenvolvido foi forte, o que podemos dizer sobre o impacto que sofreram e sofrem nações em que a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, habitação (MARICATO, 2007). A cidade vai crescer a partir do momento em que surgem as tecnologias que começam a substituir a mão de obra. Afetados com esse sistema, os trabalhadores tiveram que se integrar às atividades remuneradas incertas e não regulamentadas em lei, o que consiste no subemprego. Trabalham como vendedores ambulantes, boias-frias, flanelinhas, engraxates e outras profissões tidas como menos importantes.

A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos. [...] Um gasto público crescentemente orientado à renovação e à reavibiliação urbana e que sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal da cidade; e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e

serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que **a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência**. A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. **A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo socioespacial**. (SANTOS, 1993, p. 10, grifos nossos)

Em primeiro lugar, essa urbanização foi fruto do desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil, materializado a partir da consolidação do modelo econômico centrado na atividade industrial como vetor principal da dinâmica acumulativa. Esse modelo econômico é o principal nexo de redistribuição territorial da população, promoveu um desligamento e uma desterritorialização de uma população que ainda vivia circunscrita e localizada em seus lugares. Essas populações, então, dirigiram-se às cidades e territorializaram-se como trabalhadores livres.

A corrupção generalizada e notável na América Latina é um subproduto do exercício de poder que passa pela esfera pessoal mantendo, no sistema político e no judiciário, características de atraso e de pré-modernidade. As relações pré-modernas sobrevivem durante os processos de modernização, industrialização e urbanização dos países. (MARICATO, 2007, p. 58)

O vetor mais importante dessa migração funda-se no processo de industrialização, que motivou a migração para as grandes cidades, que passam a polarizar a economia do país, e o ritmo de crescimento da população urbana é superior ao ritmo da população rural.

As diferenças notadas hoje no território são, por isso, diferenças sobretudo **sociais** e não mais **naturais**. Os critérios para uma divisão regional, se a queremos tentar, teriam de ser buscados na estrutura fundiária, nas formas de tenência da terra, na participação de cada subespaço na divisão do trabalho, nas relações de trabalho, na densidade do capital e nos níveis de capitalização ou financeirização das atividades. (SANTOS, 1993, p. 45, grifos do autor)

O intuito, até o presente momento, envolveu não somente a nossa problemática sobre a produção do fenômeno da fome e suas consequências concretas que atravessaram historicamente (e atravessam) a vida do povo brasileiro como também a transição da fome de flagelo social para a segurança nutricional e alimentar. Isso está relacionado às políticas de ganhos sociais e de redistribuição de renda que possibilitam ao sujeito a dignidade de se alimentar minimamente durante o dia. Durante a história brasileira, as políticas que trataram a questão alimentar foram fruto de continuidades e descontinuidades em um movimento dialético com a realidade.

Em vista disso, consideramos que existe uma relação direta que coloca a questão agrária como um elemento central para compreendermos como se forjou a concentração de terras no Brasil. Essa relação abre espaço para a discussão sobre uma nova forma de distribuição, produção e acesso ao alimento que está intimamente ligada à perspectiva de luta da Soberania Alimentar e Soberania dos povos.

O Brasil é um país agrário, que dissemina a fome não pela escassez de produção, mas pela dificuldade de acesso aos alimentos, pela inexistência de uma política de renda mínima que garanta regularidade e permanência dos cidadãos à mesa. “O reconhecimento de que a insegurança alimentar tem como causa a falta absoluta ou relativa de

poder aquisitivo de aproximadamente um terço da população representa a possibilidade de pensar essa política de forma diferente” (HIRAI et al, 2007, p. 348).

A questão ambiental é uma grande aliada no enfrentamento ao capitalismo no mundo atual. Mesmo os integrantes do movimento ambientalista não querendo ter como cerne da sua luta problemas sociais e territoriais, eles defendem que é preciso buscar alternativas para o implemento de padrões de consumo menos predatórios ao meio ambiente. Consequentemente, é preciso uma reforma urbana para se ter cidades mais sustentáveis e, para isso, urge a necessidade de uma reforma urbana, em que as habitações irregulares na beira de córregos tenham tratamento de esgoto, coleta de lixo, acesso à saúde básica. Da mesma forma, a agricultura precisa ser mais sustentável, sem fazer o uso de tantos agrotóxicos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente (MARICATO, 2014).

Sabemos que a atual produção mundial de alimentos já é suficiente para atender às necessidades de todos os habitantes do planeta; portanto, a erradicação da fome não só é possível como deve ser acolhida como compromisso indeclinável de todos os governos nacionais.

PRODUZIR PELO BRASIL - CAMPO E CIDADE EM BUSCA DA SOBERANIA ALIMENTAR

O direito de se alimentar é algo inegociável ao ser humano, no entanto, segundo dados dos Relatórios da FAO e Vigisan - 2022, 49,4 milhões de pessoas na América Latina, neste momento, não têm o que comer, e destes, 33,1 milhões se encontram no Brasil (FAO, 2022. VIGISAN, 2022). Na sociedade brasileira, tais contradições se

aprofundam por conta do seu processo histórico de colonização e desigualdade, ainda mais quando nos deparamos com o cotidiano de desmontes das políticas no campo e na cidade.

Tendo como marco os acontecimentos no Brasil a partir de 2016, especialmente o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, pode-se dizer que se demarcou a derrota de um ciclo desenvolvimentista no Brasil que encabeçava políticas de combate à fome e que, resumidamente, promoveram não apenas ações emergenciais e assistenciais, mas também ações estruturantes, voltadas ao desenvolvimento de capacidades produtivas e ao sistema agroalimentar brasileiro.

As cercas, as grades e as desigualdades sociais, frutos da concentração da terra e de renda, são marcas ainda presentes na realidade de brasileiros e brasileiras, que, há tão pouco tempo, desfrutaram da retirada do Brasil do mapa da fome (2014), momento que significou comida no prato e a saída de muitas famílias da condição de miséria. O governo constituído na sequência abandonou os projetos em andamento no combate à fome e à miséria.

Na Era Temer/Bolsonaro, vivemos tempos sombrios no Brasil. Notamos e sentimos o desmonte do Estado e vivemos uma ascensão neoliberal, quando os direitos sociais e humanos foram sendo sucateados e/ou extinguidos, causando inúmeros sofrimentos à população, que ficou à mercê da vida. Se contextualizarmos os fatos ocorridos em 2016 e 1964, as diferenças não são muitas. Além disso, houve a ascensão do pensamento fascista e liberal, segundo o qual o livre mercado toma conta, e as vozes desajustadas são silenciadas. Ao entrar em contato com a população, percebemos que os problemas são bem maiores do que aparentam ser.

De acordo com os dados produzidos nos últimos seis anos, o Brasil, considerado um dos celeiros na produção mundial de alimentos, não consegue abastecer sua população adequadamente. A partir do golpe, deu-se início ao processo de desmonte da institucionalidade instituída nos governos anteriores para a promoção do direito humano à alimentação adequada e da SAN. O governo - representado pelo então presidente Michel Temer - foi responsável por ter estruturado uma política de desmontes que

[...] esvaziou a maior parte dos programas e ações que integravam o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional por meio de substantivos cortes de recursos. A política fiscal contracionista decorreu da implementação de uma agenda econômica ultraliberal associada à aprovação da EC no 95/2016 pelo Congresso Nacional, conhecida como Teto de Gastos, que congelou em termos reais os gastos públicos primários da União por vinte anos. Ainda que a gestão Temer não tenha extinguido as instâncias de participação social, foi progressivamente enfraquecendo esses espaços (BEGHIN, 2022,p.19).

A saída utilizada por Michel Temer passou pelo encolhimento do Estado, com a flexibilização dos direitos trabalhistas e pela austeridade fiscal em forma de desinvestimento

do poder público na proteção social. O governo seguinte não prometia romper com a decomposição do Estado, logo não eram boas as expectativas em torno da presidência de Jair Bolsonaro.

O governo Bolsonaro é marcado por um rastro de desmantelamento de diversas políticas nos últimos anos, e assim cresceram as desigualdades sociais, históricas e estruturais. Por consequência, medidas absurdas e debilitantes foram propostas, como alimentar os pobres com restos de comida dos restaurantes, como foi

sugerido pelo Ministro da Economia Paulo Guedes. Tais medidas não consideram a estrutura dos problemas brasileiros nem propõem melhor distribuição de renda e riqueza que é produzida pelo próprio país, condenando o povo pobre a

uma condição de miséria como informam os dados a seguir:

Em 2018, ao final do governo de Michel Temer, o país já apresentava 6,5% de sua população abaixo da linha de extrema pobreza, chegando a 13,5 milhões de pessoas nessa condição. Estimativas apontam que, em 2019, esse número chegou a 13,88 milhões de pessoas. Projeções do Banco Mundial apontam que até o final deste ano esse número deve chegar a 14,7 milhões, o que representa 7% da população brasileira. (MELITO, 2020)

Nossa discussão aponta que a crise no abastecimento alimentar mundial está diretamente relacionada à questão agrária e à concentração de terras no Brasil. Tal situação manifesta a necessidade de compreender e associar tais efeitos estruturais do sistema econômico às condições reais do acesso ao alimento e, principalmente, a um alimento diverso e saudável. Portanto, a Soberania Alimentar, um conceito reivindicado pelos movimentos sociais, também constitui-se uma bandeira de luta das organizações populares do campo e da cidade, defendendo a Soberania Popular construída na perspectiva de defender a vida do povo frente às elites dominantes coloniais e sua forma de produção baseada no agronegócio.

Essa luta se apresenta na contramão dos processos históricos de concentração de terras, ao afirmar, como princípio ideológico, a compreensão de que a produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

Desse modo, a luta pela terra está intrinsecamente ligada à questão do combate às desigualdades e, por sua vez, ligada ao combate à fome.

No entanto, outros importantes atores emergem no cenário nacional, logo a correlação de forças permanece desfavorável. Ou seja: agronegócio brasileiro, nesse período, passou por um grande impulso e alavancou o seu desenvolvimento, avançando na ampliação do controle das terras e na monocultura para a exportação, cada vez mais se conformando como um projeto de poder.

Dito isso, o agronegócio está longe da sua roupagem de imagens coloridas e modernas como na campanha “Agro é pop⁵⁸”. O sistema do agronegócio fomenta que o Brasil retorne ao que pesquisadores configuram, como a reprimarização da economia, ou seja, uma economia pautada em produzir matérias-primas e importar produtos industrializados construindo uma relação de subalternidade do Brasil com relação ao mercado internacional (MITIDIERO; GOLDFARB, 2021).

Em sentido inverso, aonde permanece a terra concentrada e com contingentes elevados de trabalhadores rurais e suas famílias sem terra, é grave a situação de insegurança alimentar. [...] O Brasil é o exemplo mais vivo desse último caso, não tendo ainda realizado uma ampla reforma agrária, como requer sua situação fundiária. A determinação de uma 16 situação de insegurança alimentar está diretamente relacionada com essa situação de conflito e exclusão no campo. (MALUF, MENEZES E MARQUES, 2000, p.16/17)

Diante do contexto apresentado, existe uma grande contradição que se expressa, de um lado, nos recordes de exportação e lucros do agronegócio e, de outro, no aumento de pessoas com fome no Brasil. No mesmo momento em que pessoas estão morrendo de fome,

⁵⁸ Em referência às campanhas de marketing veiculadas pelo maior conglomerado de mídia e comunicação desse país, o sistema Rede Globo desde 2016 e que defendem uma ideia do agronegócio como o motor do país.

literalmente, no Brasil, na Alemanha o governo confisca 226 mil apartamentos (TEODORO, 2021)⁵⁹ pertencentes a empresas privadas que lucram com a especulação imobiliária, com o objetivo de cumprir a função social da propriedade⁶⁰. Afinal, casas são para que as pessoas tenham onde viver. Paredes não deveriam valer dinheiro (e muito, por sinal), mas proteger e acolher cada ser humano pertencente à terra.

O grande índice de desigualdade no acesso aos alimentos identificado nas periferias dos países do hemisfério Sul é reflexo de necessidades do sistema oligárquico historicamente forjado pela concentração das terras, juntamente das grandes empresas e governos imperiais, que têm, na produção da pobreza, a possibilidade de uma política de dependência perante os mercados internacionais de alimentos controlados por empresas transnacionais (STÉDILE, CARVALHO, 2011. ALTIERI, 2010).

No decorrer desta escrita, apontamos a fome como um projeto político complexo, e a concentração de terras como responsável por esse projeto. Josué de Castro expressa esse projeto da seguinte forma: “o fenômeno da fome assume diversas configurações, mas é, sobretudo, um produto direto do subdesenvolvimento econômico e social” (CASTRO, 1963, p. 32-33). E os principais indicadores do processo histórico de um sistema hegemônico e colonizado que condena, à fome e à miséria, a parcelas significativas da população advêm, como já

⁵⁹ Matéria: “Função Social: Berlineses dizem sim à expropriação de 226 mil imóveis alvos de especulação”, disponível em: <https://revistaforum.com.br/movimentos/funcao-social-berlineses-dizem-sim-a-expropriacao-de-226-mil-imoveis-alvos-de-especulacao/#>.

⁶⁰ Para alguns, a função social é a justificação para a regularização fundiária (SANTOS, 2008); para outros, a frase relaciona-se à sustentabilidade – a função determina que o direito de propriedade deve ser exercido de maneira sustentável, em termos socioambientais. Nesse sentido, o conceito da função social nos permite “viabilizar uma relação harmoniosa do homem com o espaço que ocupa, de forma a dirimir conflitos, convergir interesses e mitigar impactos socioambientais, sob pena de sanções tanto da pessoa física ou jurídica” (FERREIRA e DIAS, 2008).

foi referido, de uma formação resultante da mão de obra escrava, da monocultura e do latifúndio, segundo um projeto privado das elites, que exclui o povo brasileiro.

O MST - Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, como um dos principais movimentos em defesa da Reforma Agrária, surge dentro dos aspectos contextualizados anteriormente, uma vez que a realidade apontava a necessidade de uma organização em defesa dos camponeses e camponesas diretamente afetados pelo processo de avanço do capitalismo e pela concentração de terra ainda vigente. Assim, o MST surge a partir da necessidade concreta de lutarem pelo acesso à terra. A respeito dos aspectos desse surgimento, João Pedro Stédile, principal dirigente do MST, em entrevista ao livro *Brava Gente* (1999), afirma:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. **Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive** (grifos nossos. FERNANDES, 1999, p.19)

No sentido inverso ao da lógica imposta pelo grande Capital, estão os movimentos sociais, que defendem, a partir da sua prática cotidiana, uma outra possibilidade de se relacionar com os bens naturais e de estabelecer relações pessoais. Essa perspectiva anuncia a luta em defesa da vida, na defesa de um povo soberano em sua alimentação, com autonomia política e organização societária.

Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010, p.30).

E segue a síntese sobre o movimento: “Na essência, o MST nasceu como um movimento camponês, cuja bandeira eram as três reivindicações prioritárias: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (FERNANDES, 1999, p.19). E, nessa perspectiva, sendo um movimento social com características populares, propõe-se a dialogar com diversos setores da sociedade. Dessa forma, o MST pauta a construção e a defesa de um projeto de sociedade, e assim tem internalizado, em seus princípios, novos valores com base na soberania alimentar. Isso é elucidado por Dom Tomás Balduino no prefácio do livro *Brava gente* (1999) no qual assume o compromisso com uma nação brasileira

A meu ver, aqueles peregrinos do MST estavam assumindo ali uma missão que supera de muito este movimento, a saber, a missão de representar todos os cidadãos e cidadãs brasileiros que, nesta hora de crise sem precedentes e, ao mesmo tempo, prenhe de um imprevisível potencial cívico, estão em busca da alternativa Brasil Nação soberana, em lugar da colônia que está aí (p.12).

A fome se combate com políticas públicas, com solidariedade, visibilidade e com o fim das desigualdades sociais. Por isso, interessa que o Estado discute as concepções sobre a fome e, para isso, as ideias de Josué de Castro são fundamentais, pois ele demonstrou que a fome é decorrente das desigualdades sociais, incluindo a distribuição de terras,

as monoculturas, desmistificando um problema que, até então, era justificado por causas naturais. Assim, denunciou o monopólio capitalista agrário que desencadeia a fome e a pobreza no campo e na cidade.

Sendo assim, a soberania alimentar diz respeito à soberania popular, construída na perspectiva de defender a vida e o direito dos povos de decidir sobre todos os processos que dizem respeito a essa produção e reprodução da vida. E a Soberania só pode ser exercida ao apontarem-se conceitos necessários para a transformação social como de vontade política coletiva, autodeterminação, solidariedade (DE SOUZA; SCHNEIDER, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como desenvolvemos ao longo desta escrita, o processo histórico de formação econômico-social do Brasil mostrou que a herança colonial do latifúndio - combinada com monocultura para exportação, somada à raiz escravocrata - é responsável por manter um projeto de miséria e desigualdades no Brasil. A Pátria, por nós reivindicada como um território livre e do povo brasileiro, sofreu, e ainda sofre, com uma injusta divisão do seu espaço, privilegiando uma elite agrária conservadora de origem escravocrata que não somente foi se posicionando conforme os acordos frente aos diferentes cenários políticos, como também pactuou junto às elites industriais brasileiras pela manutenção do seu status de poder. Tal situação resultou em uma ruptura profunda do tecido social e no aprofundamento do Estado de crise que caracteriza o sistema capitalista.

As mazelas do campo provocadas pelo latifúndio e por sua monocultura de morte refletem-se na população que vive na área urbana e que sofre processos intensos de segregação socioambiental, aumento do preço dos alimentos, o que provoca o crescimento da fome. A fome tem gênero, cor, endereço e grau de escolaridade. A fome, portanto, tem um corpo que é atravessado pelo descaso.

Assistimos a um discurso hegemônico que é alimentado por um imaginário social da caridade colocada acima dos direitos, com vistas à bandeira da Soberania Alimentar e à demonstração de algumas estratégias organizativas empregadas pelos movimentos populares em suas ações na busca pela transformação societária.

Em vista disso, consideramos que existe uma relação direta com o projeto de fome e a hegemonia de interesses econômicos sobre a questão agrária como um elemento central para compreendermos como se forjou a concentração de terras no Brasil. Esse contexto abre possibilidades para a discussão de uma nova forma de distribuição, produção e de acesso ao alimento, que está intimamente ligada à luta e organização dos movimentos populares na perspectiva de luta pela Soberania Alimentar e Soberania dos povos.

A luta pela reforma agrária faz-se necessária para haver uma mudança radical na estrutura fundiária brasileira, garantindo terra para quem nela trabalha, com a sua distribuição equitativa para assegurar a qualidade de vida dos povos. Lutar pela reforma agrária é lutar por soberania, por direitos expandidos e pela valorização das vidas pluralizadas em coletivo, nas singularidades e na solidariedade, pois somos todas filhas desta terra e nela merecemos viver e progredir com dignidade.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO COSTA, César; OLIVEIRA, Elora. Justiça ambiental e lutas sociais: notas críticas à luz do serviço social. *Caribeña de Ciencias Sociales*, n. junio, 2020.
- CASTRO, JOSUÉ DE. Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço? Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CASTRO, Josué de. Documentários do nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- CASTRO, Josué de. Ensaio de geografia humana. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CASTRO, Josué de. Fome, tema proibido: Últimos escritos de Josué de Castro. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 137
- CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- CASTRO, Josué de. O livro negro da fome. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- DE JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. Quarto de despejo: diário de uma favelada. Livraria F. Alves, 1960.
- DE SOUZA, Andre Luiz; SCHNEIDER, Sergio. Apropriação Da Soberania Alimentar: Desafios Do Mst Em Construir Caminhos Alternativos Appropriation Of Food Sovereignty: Challenges Of The Mst In Constructing Alternate Paths.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, São Paulo, 1999.
- F. A. O. OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031. 2022.
- HARVEY, David. Espaços de esperança. Edições Loyola, 2000.
- HARVEY, David. O Direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- HIRAI, Wanda Griep; DOS ANJOS, Flávio Sacco. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 6, n. 2, p. 335-353, 2007.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3. Ed – Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARICATO, Ermínia; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. RIBEIRO, Luiz Cesar de

Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. As metrópoles e a questão social brasileira. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2007.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MELITO, Leandro. Bolsonaro deixou o país vulnerável à fome e o "preço será alto" na pandemia, diz Graciano. 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. Friedrich-Ebert-Stiftung–Agronegócio: um negócio global, São Paulo, 2021.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. Revista Nera, n. 8, p. 151-172, 2012.

PENSSAN, Rede. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 06/10/2021.

PENSSAN, Rede. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

PINHEIRO, Maristela Calvário; FERRARETO, Luciane Cristina. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. Portal da Agricultura Urbana e Periurbana, 2010.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 6º edição. São Paulo, editora: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 1 ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1993.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. Portal EcoDebate, p. 5-27, 2011.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. Soberania Alimentar. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário de Educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 716-725.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014.

11

SEGURANÇA ALIMENTAR: UM CONCEITO AINDA EM DISPUTA

Diego Pereira Viégas

INTRODUÇÃO

O conceito de Segurança Alimentar surge após a Primeira Guerra Mundial como resultado da preocupação das nações com a fome no mundo decorrente do desabastecimento de alimentos em razão do conflito.

Esse conceito veio se ampliando ao longo da história como resposta aos desafios enfrentados pelo mundo no combate à fome. Inicialmente o que era uma preocupação exclusivamente voltada ao problema de abastecimento passou a contemplar outras preocupações como a qualidade dos alimentos gerados, sua geração sustentável, bem como a garantia do acesso a esse alimento pela população.

Tamanha foi a magnitude alcançada pelo conceito de Segurança Alimentar que este passou a se consubstanciar como uma categoria multidisciplinar e multisetorial, encerrando, em seu espectro, abordagens dos mais variados campos de estudo: econômico, social, ambiental, político, agrícola, jurídico, entre outros.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história da humanidade e alteram-

se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. (LEÃO, 2013, p.11)

Seu processo de edificação sempre foi pautado por um campo de disputa entre diversos atores desses variados ramos dos quais podemos destacar três perspectivas protagonistas que são as seguintes concepções: ambiental, social e econômica. Elas ora se complementam, ora se opõem de forma diametral.

Quanto à temática da segurança alimentar e nutricional (SAN), sua inserção na agenda governamental, tanto em nível internacional quanto nacional, sempre se viu permeada por inúmeros interesses e pelo envolvimento de diferentes atores sociais com maior ou menor poder de influência em termos de decisão política. (SILVA, 2014, p. 7)

No Brasil - a partir da incorporação, em nosso ordenamento jurídico, do reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada - o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a gozar status de política pública cristalizando o conceito do ponto de vista legal:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Art. 3º).

Como se pode aduzir do preceito legal, o conceito de SAN é reconhecido pelo Estado brasileiro dentro de sua ampla acepção,

contemplado a acessibilidade, a sustentabilidade, a qualidade, a quantidade e o respeito à diversidade cultural.

Face a essas diversas dimensões da SAN, para que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) seja efetiva, faz-se necessário o emprego de um esforço intersetorial, mobilizando diferentes setores da sociedade (tais como agricultura, abastecimento, educação, saúde, desenvolvimento e assistência social, trabalho), pois

[...] nossa alimentação é multideterminada e que, portanto, as ações e políticas para promover uma alimentação adequada e saudável a todos, que inclua as dimensões e princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, devem incidir sobre diversas áreas e setores da sociedade. (LEÃO, 2013, p.15)

Um dos setores fundamentais para a realização da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é, sem dúvida, o setor agrícola. Não obstante, podemos identificar nesse setor, ainda, como passaremos a explicitar, a predominância de um entendimento mais restritivo quanto ao conceito de SAN, preocupado exclusivamente com a quantidade e a qualidade⁶¹ dos alimentos gerados, relegando a um segundo plano, ou mesmo ignorando, as dimensões ambiental, cultural e de garantia de acesso do conceito.

Essa predominância se dá no setor agrícola pela sobreposição do interesse econômico sobre o social e ambiental, em um campo de disputa no qual se opõem, em seus extremos mais opostos,

⁶¹ Cabe destacar que a dimensão referente à qualidade dos alimentos foi assumida pela agenda do setor agrícola muito mais pela preocupação com agregação de valor aos produtos alimentícios comercializados, do que propriamente para geração de alimentos mais saudáveis. Prova disso é o emprego de insumos agroquímicos de forma indiscriminada no meio rural, prática ainda defendida e promovida pelo agronegócio como única alternativa para a superação do problema de abastecimento de alimentos no mundo.

respectivamente, o Agronegócio⁶² e os movimentos sociais vinculados ao campo.

Nessa relação desigual de forças, o Agronegócio tem sobressaído, apropriando-se do conceito de SAN a partir de uma perspectiva vetusta e restritiva segundo a qual o Brasil deve focar-se exclusivamente em sua capacidade de abastecimento do mercado externo (foco na exportação de *comodities*), haja vista sua abundância de recursos naturais e seu status de “celeiro do mundo”.

O presente trabalho pretende denotar essa abordagem desvirtuada do conceito de SAN, por meio da revisão bibliográfica e documental oriunda do setor agrícola, identificando as aceções geradas pelos atores públicos e privados que são vinculados a esse campo, e a repercussão dessa interpretação restritiva e deturpada sobre a PNSAN⁶³.

⁶² O termo agronegócio deriva das conceituações teóricas de Ray Goldberg e John Davis (1955) que denominaram de agribusiness a “(...) soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”. O termo é relativamente novo e é utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Passou a ser empregado a partir da década de 90 no intuito de denotar a modernização do setor agrário. Por abranger, em seu escopo, a associação de diferentes etapas do setor agrícola, constitui-se como um novo sujeito dentro da arena do modo de acumulação capitalista. Caracteriza-se pelo emprego de técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala. (SAUER, 2008) Ocorre que, segundo CANUTO (apud SOUZA, 2019), “o agronegócio é apenas um novo nome para uma velha estrutura, buscando concretar a sua hegemonia no espaço agrário”. Na mesma senda, FERNANDES (apud SOUZA, 2019) aduz tratar-se de “uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista: [...]. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”. Com efeito, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido. O agronegócio assume a posição de antagonista em lugar do latifúndio. A crítica da concentração fundiária soma-se à denúncia da matriz tecnológica do agronegócio (uso de sementes, transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, à monocultura). (STEDILE, 2021). Nesse sentido, empregaremos o termo dentro da aceção de oposição ao modelo agroecológico.

⁶³ PNSAN: Política Nacional de Segurança Alimentar, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências; tendo sido instituída pelo Decreto nº 7.272/2010.

O estudo está dividido em duas etapas: na primeira, faz-se um breve levantamento histórico da construção do conceito de SAN, para, em seguida, proceder-se ao mapeamento das abordagens acerca do conceito de SAN no setor agrícola demonstrando os interesses que as fundamentam.

1. UM BREVE APANHADO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Como já foi supramencionado, o conceito de Segurança Alimentar nasce após a Primeira Guerra Mundial, fruto da preocupação das Nações com a questão do abastecimento de alimentos. Os impactos da guerra evidenciaram o caráter estratégico que a alimentação pode apresentar, podendo mesmo se consubstanciar em uma potencial arma de subjugação entre nações, já que uma grande potência pode submeter outro país que não possua autonomia de autoabastecimento de alimentos.

A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiriria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto suprimento de alimentos. (MALUF; MENEZES, 2000, p. 1)

Como se pode aduzir, é a partir dessa concepção, que a questão alimentar alcança status de categoria estratégica de segurança para uma nação.

Marília Leão (2013), por sua vez, destaca, acerca da abordagem inicial do conceito de segurança alimentar, o caráter hegemônico do

entendimento de que a problemática alimentar residia exclusivamente na insuficiência da disponibilidade de alimentos. Ainda, segundo a autora,

a partir dessa compreensão, foram instituídas iniciativas de promoção de assistência alimentar que utilizavam, em geral, os excedentes de produção dos países ricos. Havia o entendimento de que a insegurança alimentar decorria, principalmente, da produção insuficiente de alimentos nos países pobres. (LEÃO, 2013, p.11)

No início da década de 1970, frente à crise de produção de alimentos alarmante, quando os estoques mundiais de alimentos encontravam-se bastante escassos, com quebras de safra em importantes países produtores, a FAO promove a 1º Conferência Mundial de Alimentação de 1974. Nessa conferência, conduzida ainda sob a égide de que a Segurança Alimentar seria função exclusivamente da produção agrícola, estatuiu-se que a superação da crise alimentar estaria condicionada a uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. *“Ou seja, não era suficiente apenas produzir alimentos, era preciso também garantir a regularidade do abastecimento.”* (LEÃO, 2013, p.12)

Renato Maluf e Francisco Menezes destacam um dos efeitos nefastos desse entendimento:

Isto veio, inclusive, a fortalecer o argumento da indústria química na defesa da Revolução Verde. Procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). A produção mundial, ainda na década de setenta, se recuperou embora não da mesma

forma como prometia a Revolução Verde- e nem por isto desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial. (MALUF; MENEZES, 2000, p. 1)

Com efeito, nesse período, a Revolução Verde⁶⁴ foi apresentada pelo agronegócio como uma experiência capaz de solucionar a questão alimentar, mas acabou sendo provado, ao longo da história, que se trata de uma medida não só insuficiente mas também geradora de passivos ambientais e que impactou negativamente a saúde dos consumidores dos alimentos gerados.

Acerca do insucesso da Revolução Verde, são oportunas as observações de Sandro Pereira Silva:

Entretanto, mesmo com a recuperação da produção mundial de alimentos nos anos seguintes, os males da desnutrição e da fome não deixaram de estar presentes, atingindo gravemente parcela importante da população mundial, o que Gonçalves (1999) chamou de “as duas faces da mesma moeda”, a abundância das supersafras e o flagelo da fome na agricultura brasileira. Além disso, em nome de um sistema de produção agrícola moderno e eficiente, a diversidade de culturas alimentares foi gravemente afetada e grande contingente de agricultores familiares precisou migrar para os centros urbanos, gerando graves problemas de desemprego e precarização social nas periferias das grandes cidades. (SILVA. 2014, p.10)

Somente na década de 1980, é que se passa a reconhecer que uma das causas primordiais da insegurança alimentar era a falta de acesso

⁶⁴ A Revolução Verde foi um movimento promovido a partir da crise alimentar na década de 1970 que visava ao aumento da produtividade de alguns alimentos. Essa experiência tem como fundamento o uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização. Tudo isso associado ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos. (LEÃO, 2013, p.11) A expressão foi criada em 1966, em uma conferência em Washington, por William Gown. Esse autor disse a um pequeno grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento dos países com déficit de alimentos: “A Revolução Verde, é feita à base de tecnologia, e não do sofrimento do povo”. (Moreira et al,

físico e econômico aos alimentos pela população, em razão da pobreza e da insuficiência de recursos necessários, mormente no que se refere à disponibilidade de renda e de acesso à terra. Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar passa a ser vinculado à garantia de acesso físico e econômico à população a quantidades suficientes de alimentos, de forma permanente. (LEÃO, 2013, p.12)

Não obstante, foi somente em fins da década de 1980 e no início da década de 1990, que as acepções inerentes à segurança, qualidade, sustentabilidade e quanto à cultura, passaram a permear as questões alimentares:

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também as noções de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente) e de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). (LEÃO, 2013, p.12)

De fato, é, a partir da ampliação do debate em torno dos fatores determinantes da fome e as estratégias para sua erradicação em nível global, que se passa a ter um alargamento conceitual em relação à questão alimentar, passando o termo “segurança alimentar” a ser adotado, de forma mais recorrentemente, no vocabulário oficial das organizações internacionais (SILVA, 2014, p.13). Nesse sentido,

além de haver uma estreita ligação entre fome e pobreza, os dois fenômenos se influenciam mutuamente, em uma causação circular perversa, de natureza multidimensional. Isso porque, de acordo com Jonsson (1989), a fome, resultante da ingestão de alimentos em baixa qualidade e/ou

quantidade, implica deterioração do estado de saúde e, por conseguinte, compromete o desempenho produtivo e a integração social de indivíduos. Por sua vez, os fatores envolvidos determinam o acesso desigual dos indivíduos a bens e serviços para o suprimento das necessidades essenciais à existência humana, tais como: alimentação, habitação, água, educação e serviços de saúde. Ademais, quanto mais pobre uma família, maior o peso relativo dos gastos com alimentação sobre sua renda total, o que compromete seriamente o acesso a outros bens e serviços necessários. Ou então, qualquer necessidade de gasto extra afeta a própria capacidade de satisfação de suas necessidades alimentares básicas. (SILVA, 2014, p.11)

O viés nutricional e sanitário incorporado ao conceito de segurança alimentar - a partir da Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO em 1992 - redonda em um novo e ampliado conceito, o de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esse novo entendimento

[...] articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito, mais diretamente, à escolha, ao preparo, ao consumo alimentar e sua relação com a saúde e com a utilização biológica do alimento. (LEÃO, 2013, p.14)

Essa ampliação do conceito de segurança alimentar foi referendada pela FAO em 1996 ao associar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à garantia da SAN, com a realização da Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) em Roma. (SILVA, 2014), como contextualiza Marília Leão:

A partir do início da década de 1990, consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Um

passo importante para isso foi a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos. Também a Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO e realizada em Roma, em 1996, associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. A partir de então, de forma progressiva, a SAN começa a ser entendida como uma possível estratégia para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada a todos. (LEÃO, 2013, p.12)

No Brasil, destaca-se o conceito de segurança alimentar oriundo da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição de 1986:

[...] a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986)

Não obstante, o termo “Segurança Alimentar e Nutricional” apenas passou a ser propalado, com mais recorrência no Brasil, depois da “Cúpula Mundial de Alimentação” de 1996 e em decorrência da criação do “Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional” - FBSAN em 1998. Salienta-se que todas as acepções do conceito abordadas até aqui foram incorporadas por ocasião da realização da “II Conferência Nacional de SAN”, ocorrida em Olinda-PE, em março de 2004. Hodiernamente, como já mencionado alhures, o Brasil adota o conceito contido no artigo 3º da Lei 11.346/2006, conhecida como “Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional” – LOSAN (QUADRADO, 2018):

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 - LOSAN).

Como se passa a evidenciar no próximo tópico, em que pese a evolução histórica do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) e sua consolidação no ordenamento legal brasileiro, sua abordagem em setores como o agrícola ainda é desenvolvida hegemonicamente a partir de sua matriz originária.

O enfrentamento da problemática alimentar no meio agropecuário, capitaneado pelos interesses do agronegócio, ainda hoje é focado majoritariamente em termos de aumento de produtividade, o que, se por um lado é indispensável; por outro, como já foi denotado, quando tratado de forma isolada, demonstra-se insuficiente.

Esse descompasso entre concepções de SAN entre setores da sociedade acarreta uma série de dificuldades que vão desde o estabelecimento de um estudo transdisciplinar que vise analisar a questão alimentar a partir de um conceito comum aos diversos campos, como para a consolidação e efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN).

2. O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO “MUNDO AGRO”⁶⁵

O conceito de segurança alimentar e nutricional tem sido empregado no setor agrícola como instrumento de promoção de sua

⁶⁵ O termo “Agro” é aqui empregado como sinônimo de agronegócio, mas também é utilizado nas publicações que procuram denotar a evolução tecnológica no campo, sua modernização e status de setor propulsor da economia brasileira. Ele é muito difundido por entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

política expansionista, visando ao aumento produtivo e ao consequente ganho econômico, como se passará a abordar.

De fato, basta uma simples busca na rede internacional de computadores para se constatar esse comportamento; por vezes nem isso será necessário, bastando atentar para o conteúdo das propagandas nas mídias pelo Agronegócio, como, por exemplo, a campanha “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo!*”⁶⁶

Em que pese a fácil constatação pelo senso comum, passaremos doravante a desenvolver um cotejo nesta seção dos posicionamentos desenvolvidos no setor agrícola que demonstram o uso do conceito de SAN descolado de suas acepções social e ambiental.

O conceito de segurança alimentar e seu emprego desvirtuado pelo “*Agro*” é apropriadamente abordado por Frederico Daia Firmiano (2012) em seu artigo: “*A falácia da Segurança Alimentar*”; neste estudo o autor destaca dois autores referência do setor agrícola: Judas Tadeu Grassi Mendes, economista, e João Batista Padilha Junior, engenheiro agrônomo, que se dedicam ao conceito de segurança alimentar, indicando suas possibilidades e a necessidade de sua realização dentro de um projeto de expansão dos agronegócios no Brasil, centrado, fundamentalmente, na produção de soja, de cana-de-açúcar, café beneficiado, milho e carne bovina.

Segundo FIRMIANO, para estes autores:

[...] as carências alimentares e os níveis de consumo de alimentos estão associados aos níveis de renda dos países, sendo que os países desenvolvidos demonstrariam índices mais elevados, tanto no que toca ao suprimento das

⁶⁶ “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, trata-se de uma campanha desenvolvida pela Rede Globo de Televisão, que faz referência ao agronegócio brasileiro com o objetivo de defender os interesses de um setor político-econômico brasileiro, apontando possíveis características positivas de sua atuação (SANTOS, SILVA e MACIEL; 2019, p.48).

carências de suas populações, quando no índice de consumo em termos de quilos per capita. Ou seja, desde a equação exposta, o aumento da renda per capita seria capaz de produzir um aumento da capacidade e efetividade de realização das necessidades por calorias, suprimindo, ao mesmo tempo, a carência por maior diversidade ou variedade da dieta. Portanto, o aumento da renda per capita é tomado como o fator fundamental na busca pela solução do problema da segurança alimentar. Seriam os agronegócios, setores dinâmicos da economia, os responsáveis por promoverem a inserção de países com “vocação agrícola”, como o Brasil, na estrutura global do capitalismo mundial, gerando divisas que, supostamente, se transformariam em investimentos diversos e criariam empregos e renda para aqueles segmentos que experimentam as situações de insegurança alimentar, superando-as. (FIRMIANO, 2012, p.160)

De fato, para muitos ideólogos do setor agrário, o aumento da produtividade agrícola tem o condão de solucionar a questão alimentar, desconsiderando que o próprio conceito de SAN evoluiu em decorrência da incapacidade do aumento produtivo de dar conta da problemática alimentar.

Outro interessante estudo que aborda esse método de desvirtuamento de conceitos empregado pelo agronegócio é o desenvolvido por Caio Pompeia (2020), denominado: “*Agro é tudo*”: *simulações no aparato de legitimação do agronegócio*”. Nesse trabalho o autor

[...] investiga simulações relacionadas à proposição “agro é tudo”. Fazendo confundir o conjunto de agentes do agronegócio com o perímetro de funções abrangido no conceito de agribusiness, essas simulações são tecnologias políticas operadas para superestimar a representatividade efetiva desses agentes e ampliar a eficácia de seus pleitos, o que tem resultado em sérias consequências para os direitos de agricultores familiares, povos indígenas e populações tradicionais (POMPEIA, 2020, p.196)

Importante destaque é realizado pelo autor quanto ao conceito de Segurança Alimentar empregado como aparato de legitimação para o agronegócio. Por meio dele, é fundamentado o imaginário relacionado ao agronegócio no Brasil, o que contribui para justificar seus agentes e, desta feita, obter não só endosso de parcela da opinião pública às suas pautas políticas como também o apoio do Estado a elas (POMPEIA, 2020).

Aqui reside um dos principais prejuízos advindos do emprego desvirtuado do conceito de SAN: o deslocamento da agenda pública voltada à superação da insegurança alimentar, já que se desvia das políticas públicas de base que buscam o enfrentamento das causas da fome de uma forma mais profunda e estrutural, para o financiamento de medidas que visam apenas ao ganho produtivo e à expansão econômica do setor agrário.

Emblemática matéria jornalística de Marcos Hermanson Pomar (2021), publicada na revista eletrônica “O Joio e o Trigo”, realiza uma crítica ao uso desvirtuado do conceito de SAN: *“O Agro brasileiro alimenta o mundo? Estudo da Embrapa usa regra de três para provar que sim, mas os fatos dizem que não”*.

A matéria critica um estudo realizado pela Embrapa que coloca o Brasil como responsável por alimentar cerca de um décimo da população do planeta, no entanto, segundo a matéria, *“fontes ouvidas pelo informativo criticam a metodologia e tacham a pesquisa como ‘peça de propaganda’. Perdas, desigualdades de consumo e destinação da produção ficaram de fora da conta”*. (HERMANSON, 2021)

Na mesma matéria, é apresentada a defesa realizada ao estudo por Elísio Contini, pesquisador da Embrapa há mais de 40 anos, integrante do Conselho Superior de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Conselho Nutricional e Alimentício do

Fórum Econômico Mundial, além de professor convidado da Fundação Getúlio Vargas. Segundo a revista, o pesquisador explica a contradição entre o aumento da fome e a safra recorde no país, alegando que a pandemia e a diminuição no rendimento das famílias seriam as responsáveis, defendendo que o “remédio” para a contradição seriam políticas de distribuição de renda e ações de caridade da sociedade civil. (HERMANSON, 2021)

A manifestação desse pesquisador revela o descompasso entre o setor agrícola e a verdadeira problemática alimentar, mantendo-se à margem do problema como um todo, já que se exime da responsabilidade que o setor agrícola tem para com a efetividade da PNSAN.

Esse tipo de manifestação, ao invés de ser uma manifestação isolada, consiste em uma postura hegemônica no setor agropecuário. Com efeito, a retórica do Brasil como “celeiro do mundo” é reiterada no meio agrícola, fazendo supor que a insegurança alimentar é função exclusiva da limitação de produção de alimentos.

Exemplo dessa narrativa foi a fala do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), na 20ª edição do Congresso Brasileiro do Agronegócio promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), que tratou da segurança alimentar e da preservação do meio ambiente no planeta. Segundo o parlamentar, *“nós alimentamos 1 bilhão de pessoas mundo afora e temos força para alimentarmos mais nos próximos anos. A ONU quer que dobremos a produção de alimentos até 2050 para isso”*. Ainda, segundo ele, *“que país, além do Brasil, possui 66% da área coberta por floresta nativa? Qual país usa tão pouco pesticida? Nenhum país do mundo com o tamanho do nosso consegue produzir ou dar segurança como o Brasil”*. (PACHECO, 2021)

De acordo com a matéria, o parlamentar “*destacou a necessidade de demonstrar que o Brasil produz de maneira sustentável e entrega o alimento com rapidez e qualidade.*” (PACHECO, 2021)

Essa manifestação denota a atual preocupação do “Agro” com a acepção de sustentabilidade dentro do conceito de segurança alimentar. Não obstante, cumpre salientar que, a despeito da luta engendrada pelos ativistas da questão ambiental, esse viés só ganha relevância no meio agrícola como resposta às exigências do mercado exterior, mormente no que diz respeito às exportações para o mercado Europeu.

Nesse sentido, também o viés ambiental foi adicionado à agenda do agronegócio, assim como a acepção qualitativa dos alimentos gerados no país, muito mais como agregação de valor a seus produtos, do que pela efetiva conscientização do setor quanto à necessidade de práticas sustentáveis.

No que concerne aos prejuízos à PNSAN, trazidos pela narrativa hegemônica acerca do conceito de SAN no meio agrário, cumpre destacar outra manifestação do presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA):

Para manter o sucesso no setor e obter números ainda mais recompensadores, entretanto, o deputado entende que importantes passos devem ser dados no Congresso Nacional. Na visão de Sérgio Souza, a urgência em aprovar a regularização fundiária e a demarcação de terras indígenas são partes cruciais para a segurança jurídica e alimentar que o setor tanto persegue. (PACHECO, 2021) (Grifos nossos)

Aqui fica evidente a preocupação expansionista do “Agro”. Hoje práticas como o desmatamento e a grilagem de terras têm se revestido de “legitimidade” em narrativas políticas comprometidas com o agronegócio sob a égide de um conceito deturpado de SAN. Trata-se de

um discurso insustentável e do qual decorre uma contradição insuperável: sustentabilidade x política expansionista do agronegócio.

No mesmo congresso, a Ministra do MAPA, Teresa Cristina, homenageada com o prêmio de Personalidade do Agronegócio, manifestou que *“o Brasil conta com protocolos científicos avançados e tem, ao lado da Embrapa, uma parceria para desenvolvimento constante de formas para comprovar que o agro é a solução para economia sustentável.”* (PACHECO, 2021) (Grifos nossos)

Esse tipo de manifestação exarada pela chefe executiva do setor agrícola do Estado brasileiro denota o nível de penetração da narrativa parcializada do conceito de SAN, promovida pelo agronegócio, na esfera pública.

Com relação à Embrapa, instituição pública responsável por coordenar a política de pesquisa agrícola no país, insta salientar que ela não está alheia ao campo de disputas com relação ao conceito de SAN. Por um lado, ainda se constitui em grande promotora de práticas que promovem a SAN, como a agroecologia, a agricultura familiar, sistema integrado de produção (ILPF), etc. Tal função é herança das políticas públicas de incentivo à SAN, na primeira década deste século, capitaneadas pelos extintos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Social. Por outro lado, historicamente⁶⁷ tem sido pautada pelos interesses do agronegócio. Nesse sentido, também o conceito de segurança alimentar é tratado hegemonicamente segundo uma concepção parcial e tendenciosa, voltado majoritariamente ao aumento da produtividade (lucratividade).

⁶⁷ Talvez nunca antes tenha sido tão influenciada como atualmente, fruto de um governo executivo alçado ao poder com forte apoio do agronegócio e hoje tutelado nos assuntos agropecuários pela chamada “bancada ruralista”, grupo de parlamentares fortemente vinculados ao agronegócio.

Com efeito, a Embrapa foi criada em plena Revolução Verde e ainda possui quadros que defendem tal iniciativa e, para além disso, advogam por uma “segunda Revolução Verde”⁶⁸ como única forma de superar a insegurança alimentar.

Discursos quanto à necessidade de aumento produtivo são a regra, sobrepondo-se às práticas integrativas que visam à superação da insegurança alimentar por meio do enfrentamento multisetorial, levando em conta também a viabilização do acesso à alimentação por parte da população.

Muitas vezes, esses discursos têm tido lastro em relativizações de preceitos científicos consolidados historicamente; tais relativizações são promovidas, inclusive, por aqueles agentes do meio agrícola que deveriam ser os promotores dos preceitos científicos colocados acima dos interesses político-econômicos.

Atualíssimo debate na comunidade acadêmica ilustra perfeitamente essas distorções promovidas pelo agronegócio quanto às acepções que compõem o conceito de SAN, principalmente no que se refere à sustentabilidade. Trata-se do recente artigo científico “*The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies*”, publicado na revista científica *Biological Conservation* em janeiro do presente ano. O Estudo é coordenado por Raoni Rajão e subscrito por pesquisadores dos mais influentes do país na área ambiental, como os irmãos Carlos e Antônio Nobre (Inpe), Mercedes Bustamante (UnB), Gerd Sparovek (USP) e Britaldo Soares-Filho, também da UFMG. Nele, é denunciada uma série de teses elaboradas por um grupo de pesquisadores da

⁶⁸ Termo empregado no setor agrícola para designar aquilo que seria uma nova onda desenvolvimentista no campo com vistas ao aumento da produtividade, calcada mormente no emprego de tecnologias no campo.

Embrapa capitaneados pelo Dr. Evaristo de Miranda, também pesquisador da empresa, afirmando que tais estudos se desenvolveram a partir de falsas premissas e sem observar os rigores científicos, opondo-se sistematicamente ao consenso científico e relativizando preceitos ambientais com fito único de contribuir com movimentos políticos visando adiar ações ou dismantelar políticas-chave de conservação.

De acordo com o artigo,

in this article we have presented the case study of a group of contrarians led by an influential public figure in Brazil. In a period ranging around three decades Dr. Miranda and his group have systematically opposed the scientific consensus in order to contribute to political movements aiming at postponing action or dismantling key conservation policies. These include delaying the ban of the use of fire in sugarcane plantations, the provision of amenity for illegal deforestation by changing the Brazilian Forest Code, the dismantling of protected areas, and arguing for the end of the prohibition of the use of fire even during the dry season. However, the situation presented here is not isolated. The typology of strategies described above may as well fit a wide range of actors in Brazil and abroad that actively produce fake controversies and promote the dismantlement of environmental policies. (RAJÃO, RAONI et al., 2022)

O artigo, de forma profícua, demonstra a fabricação artificial de dúvidas sobre aquilo que já se constitui como certeza científica: uma estratégia notória e bem documentada das grandes corporações multinacionais e de grupos conservadores para imporem narrativas ideológicas que mantêm seus lucros às custas do interesse coletivo e da proteção à saúde e ao meio ambiente. (Nota pública sobre o negacionismo científico na Embrapa, 2022)

Os autores do estudo ainda destacam que, para além de diagnosticar esse tipo de distorção dos fatos em prol do interesse econômico, é preciso que se reflita sobre como lidar com esse tipo de falsas controvérsias e sobre a influência destas no meio científico:

But as important as diagnosing this issue, is to reflect on how to deal with contrarians and their influence in the public debate. The risk to the global environment posed by contrarians that promote fake controversies in Brazil and in other countries calls for the need to rethink how the scientific community, civil society, and media should deal with these researchers and their trendsetting unpublished materials (RAJÃO, Raoni et al., 2022)

Impende destacar a sintomática atitude da Embrapa com relação ao estudo que denunciou as práticas negacionistas por parte de um grupo de seus pesquisadores, em uma nota pública intitulada: “*Ataques à sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira e às equipes da Embrapa - Esclarecimentos Oficiais*”. Na manifestação, a empresa se coloca, de forma ferrenha, em defesa de seus pesquisadores e seus estudos, sob a égide de que as críticas efetuadas são fruto de ataques contra a agropecuária brasileira:

O forte desempenho da agropecuária brasileira e o vigor no crescimento de suas exportações colocaram o Brasil como um dos líderes mundiais da produção de alimentos, fibras e bioenergia. O setor agropecuário nacional é eficiente do ponto de vista agrônomo, econômico, social e ambiental, graças ao empreendedorismo dos agricultores e às inovações tecnológicas dos sistemas de produção e gestão das propriedades rurais. Ano após ano batemos recordes de produção de grãos usando, de acordo com a Global Food Security Analysis-Support Data at 30 Meters (GFSAD30) Project, apenas 7,6% do território brasileiro, ou 7,8% de acordo com estudos da Embrapa Territorial. (...) A capacidade de produção e o potencial de crescimento da agricultura brasileira incomodam diversos interesses, sobretudo de competidores do Brasil. A dimensão ambiental passou a ser o

principal foco dos ataques contra a agropecuária brasileira aqui e no exterior. Projetou-se uma imagem de destruição do meio ambiente no Brasil como resultado do avanço da produção agropecuária. Os agricultores passaram a ser apresentados como os grandes vilões do meio ambiente, e os resultados da produção, como produto da destruição da Amazônia e de outros biomas. Todavia, a pesquisa agrícola brasileira possui um acervo de conhecimento e tecnologias que assegura o equilíbrio entre produção e oferta de alimentos e a conservação ambiental. Desnecessário dizer que a produção agrícola brasileira é feita, majoritariamente, fora do bioma Amazônico. Essa imagem vem sendo desmistificada ao longo dos últimos anos graças às pesquisas e aos resultados sobre a atribuição, a ocupação e o uso das terras no Brasil, gerados pela Embrapa, com grande participação de diferentes equipes da instituição, com destaque para as equipes da Embrapa Territorial. Há décadas, esse time de pesquisadores, analistas e técnicos gera informações numéricas e cartográficas inéditas, públicas e abertas, com base no uso de imagens de satélite e técnicas de geoprocessamento e cartografia digital. [...]Ao invés de refutar os resultados obtidos pela Embrapa e debater com racionalidade ideias e métodos, um grupo teceu críticas à agropecuária brasileira, abrindo espaço para a politização do tema, e partiu para ataques institucionais e pessoais ao setor agropecuário, aos pesquisadores e equipes da Embrapa. Agiram como se tivessem dificuldades de lidar com o contraditório. Elaboraram um manifesto em uma revista científica estrangeira, levando ainda a discussão para a mídia, criticando a ação da Embrapa, a agropecuária brasileira, as leis e demais dispositivos legais aprovados pelo Congresso Nacional em diferentes legislaturas. A direção da Embrapa repudia a análise contida no artigo publicado em revista científica estrangeira por suas limitações e sugerida parcialidade. Discorda também dos ataques à Embrapa, às suas equipes de pesquisadores e ao agro brasileiro. (ATAQUES à sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira e às equipes da Embrapa - Esclarecimentos Oficiais, 2022)

Ao refutar o artigo - não através da argumentação científica, mas por meio de uma alegação político-ideológica - a empresa estatal traz à luz o fato de que não se trata de um *modus operandi* de um grupo isolado

de seus quadros, e sim uma perspectiva promovida pelo próprio ente público.

Como se pode perceber, os interesses privados imiscuídos na esfera pública têm promovido a relativização de conceitos científicos caros ao conceito de SAN. A questão da sustentabilidade é um exemplo, mas questões como o próprio uso de agrotóxicos, de forma irrestrita, têm sido viabilizadas por meio da intervenção política, utilizando-se dessa fabricação artificial de dúvidas sobre aquilo que já se constitui como certeza científica.

Os casos abordados neste estudo buscam ilustrar, de forma sucinta⁶⁹, como os interesses econômicos do agronegócio têm se utilizado do conceito de SAN de forma deturpada, relativizando ou mesmo suprimindo seus preceitos erigidos historicamente, utilizando-se para tal fim de expedientes que vão desde a propaganda de autopromoção nas mídias de massa até a manipulação de pesquisas científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante as conquistas dos movimentos sociais vinculados ao campo para a construção e reconhecimento do Conceito de SAN e o consequente estabelecimento da PNSAN no Brasil, verifica-se que, no setor agrícola, esse conceito ainda é um campo de disputa, no qual, lamentavelmente, o poder econômico oriundo do agronegócio é hegemônico. Essa hegemonia tem distorcido o emprego do conceito de

⁶⁹ O presente estudo não pretendeu abranger as inúmeras formas como o agronegócio tem buscado empregar, de forma deturpada, o conceito de SAN e dos preceitos que o constituem, pois, como já foi asseverado, trata-se de prática recorrente e hegemônica no setor agrícola, mas buscou retratar, por meio das manifestações selecionadas, um panorama geral do fenômeno em apreço.

SAN, relativizando ou mesmo sonegando suas dimensões social, ambiental e cultural em prol de uma perspectiva expansionista vetusta que visa exclusivamente ao aumento produtivo (e o ganho econômico).

O emprego desta concepção deturpada da Segurança Alimentar e Nutricional no setor agrícola constitui-se em uma verdadeira ameaça para a viabilização de uma Política Nacional para a SAN (PNSAN), pois desvia os recursos públicos para iniciativas que visam ao aumento da produtividade e do valor agregado de *commodities* agrícolas e não para a geração de alimentos que irão suprir a fome no Brasil, de forma sustentável e com a devida inserção social na cadeia produtiva, garantindo a renda e a conservação das práticas culturais de alimentação de cada região.

Para além dos graves prejuízos às políticas públicas para a SAN pelo emprego ardiloso do conceito pelo “Agro”, tal desvirtuação conceitual também repercute sobre quaisquer tentativas de aproximação intelectual no que se refere a uma proposta de estudo transversal, que pretenda analisar a categoria “Segurança Alimentar e Nutricional” a partir das perspectivas social e agrária, haja vista as acepções díspares para o conceito.

BIBLIOGRAFIA

ATAQUES à sustentabilidade ambiental da agropecuária brasileira e às equipes da Embrapa - Esclarecimentos Oficiais. EMBRAPA, Esclarecimentos oficiais, 01 fev. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/esclarecimentos-oficiais/-/asset_publisher/TMQZKu1jxu5K/content/ataques-a-sustentabilidade-ambiental-da-agropecuaria-brasileira-e-as-equipes-da-embrapa>. Acesso: 15 Set. 2022.

FIRMINO, Frederico Daia. A Falácia da Segurança Alimentar. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais. UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Araraquara, n. 14 e 15. p. 153-166, ago. 2012. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/issue/view/440>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GRIEP, Wanda; ANJOS, Flávio Sacco dos. Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 6(2), 335-353. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2322>>. Acesso: 19 dez. 2021.

HERMANSON, Marcos. O Agro brasileiro alimenta o mundo? Estudo da Embrapa usa regra de três para provar que sim, mas os fatos dizem que não. *O Joio e o Trigo, Ambiente e Agronegócio*, 18 ago. 2021. Disponível em:<<https://joioeotrigo.com.br/2021/08/agro-alimenta-o-mundo/>>, Acesso: 24 jul. 2022.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Ministério da Saúde (MS). Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Relatório Final. Brasília, 1986.

LEÃO. Marília. O Direito Humano à Alimentação Adequada e O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf>. Acesso: 18 dez. 2021.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. Caderno segurança alimentar. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000

Nota pública sobre o negacionismo Científico na Embrapa. *Revista Xapuri Socioambiental*. Brasília, 08 fev. 2022. Disponível em:< <https://www.xapuri.info/desgoverno/nota-publica-sobre-o-negacionismo-cientifico-na-embrapa/>>. Acesso: 09 fev. 2022.

PACHECO, Rafael. Congresso Brasileiro do Agronegócio aborda segurança alimentar e preservação do meio ambiente. Agência FPA, destaques, notícias, 21 ago. 2021. Disponível em: <<https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2021/08/02/congresso-brasileiro-do-agronegocio-aborda-seguranca-alimentar-e-preservacao-do-meio-ambiente/>>. Acesso: 20 set. 2022.

POMPÉIA. Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, jan./abr. 2020.

QUADRADO, Hebert Fabricio Tortorelli. Direito à Alimentação Adequada e o Direito de estar livre da fome: estudos em homenagem ao “Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. In: *FOOD LAW: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR*. Anais eletrônicos. Ribeirão Preto: FDRP-USP, 2018. p. 69-79. Disponível em: <

https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2018/10/FOOD-LAW_-Anais_Vers%C3%A3oFinal.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RAJÃO, Raoni et al. The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological Conservation*, Vol. 266, p. 109447, 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320721004997?casa_token=yPSYV7uyQIwAAAAA:ASIP5TBpsi4TO9uzMe1_w9kfUGLJMpRitl7bdwxjjRHZx8xWzA8V3uPiVSwI3BOWrlCW5pMHKasQ>. Acesso em: 07 fev. 2022.

SANTOS, Anderson David Gomes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. *Revista Eptic*. Vol. 21, nº 1, Jan. - Abr. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10910/8460>>. Acesso: 15 jan. 2022.

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. *Textos para discussão*, nº 1953. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

12

A RESISTÊNCIA DAS COOPERATIVAS POPULARES DO RS NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM TEMPOS DE *COVID-19*

*Tiago de Garcia Nunes
Carlos Eduardo Arns,
Mariana Ferreira Alves
Monik dos Santos Correa
Thaís Vitória Darwish de Paula*

INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

A luta de combate à fome busca garantir a segurança e soberania alimentar, por meio de um conjunto de políticas públicas, as quais tiraram o Brasil do “mapa da fome”. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um exemplo que prioriza a agricultura familiar e, em específico, os assentamentos de reforma agrária, quilombolas e indígenas. Este trabalho resulta das atividades de uma pesquisa mais ampla sobre o PNAE no Rio Grande do Sul. O objetivo inicial era caracterizar as barreiras de implantação do PNAE no RS, com ênfase nas estratégias de resistência dos grupos prioritários da Agricultura Familiar e Camponesa no desenvolvimento do PNAE, na perspectiva da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN em um contexto não pandêmico. A greve do magistério de 2019 no RS já havia impactado drasticamente o desenvolvimento do PNAE, considerando o seu formato de execução centralizado, ou seja, sua gestão centrada nas escolas. A condição pandêmica (Covid 19) deflagrou

um novo obstáculo e um oportunismo do poder público (em esferas estadual e federal) no sentido de descaracterizar o programa, realizando aquisições da iniciativa privada sem respeito às diretrizes definidas pelo PNAE. Assim, novos obstáculos somaram-se aos obstáculos iniciais.

MÉTODO

Metodologicamente, o estudo se caracteriza como uma pesquisa-ação, descritiva e de natureza qualitativa apoiada na análise documental e na observação participante a partir do acompanhamento das atividades dos movimentos sociais envolvidos na execução do PNAE, especialmente nas rodadas de negociação entre os movimentos e o poder público. Conclui-se que, frente à descaracterização das políticas públicas durante o período pandêmico para desfavorecer a agricultura camponesa, a estratégia de resistência e mobilização das cooperativas populares a fim de garantir políticas sociais emancipadoras foi fato determinante para assegurar os elementos mínimos da política. São demonstradas algumas estratégias organizativas empregadas pelos movimentos populares e pelas suas cooperativas nesse período, assim como alguns resultados práticos desses esforços.

DISCUSSÃO

1. DO PROGRAMA FOME ZERO (PFZ) A UMA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - PNSAN

Os movimentos sociais populares estão na linha de frente das lutas de combate à fome, na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e da Política Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), constituindo-se em atores estratégicos na construção

de uma nova geração de políticas públicas no país (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

A partir de 2003, com a eleição do governo progressista de Luís Inácio Lula da Silva, o país adotou importantes medidas de combate à fome. Cria-se o *Programa Fome Zero*, em torno do qual se aglutinaram as principais forças sociais atuantes das lutas históricas das populações oprimidas e marginalizadas pelo Estado comandado pelas elites nacionais e internacionais, especialmente através das políticas neoliberais implementadas no período pós-ditadura militar (1985-2002).

No período de 2003 a 2015, em um novo ambiente institucional e político, foram realizados muitos avanços na construção de diversas políticas públicas, entre as quais se destaca a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, para as quais foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A partir da aprovação da LOSAN, a alimentação tornou-se um dever do Estado, estimulando a criação de leis de SAN, que estabeleceram estratégias de construção da política nos demais níveis federativos. A estratégia contou com a constituição das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar (CAISAN) para a gestão da política no âmbito do poder público, com a realização de Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. Reativou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e estimulou-se a constituição dos Conselhos de SAN nos estados e municípios.

Nessa perspectiva, materializou-se o desenvolvimento de um diagnóstico da (in)segurança alimentar, a partir do qual se elaboram mutuamente os Planos de SAN. O conjunto - diagnósticos, planos, Câmaras Intersetoriais e Conselhos - constitui a política de SAN. Tais

setores, integrados nacionalmente por processo de adesão espontânea, constituem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Isso possibilitou uma integração de políticas públicas, com destaque para ações integradas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

No entanto, a partir de 2016, com o impeachment/golpe da Presidenta Dilma Rousseff, intensificou-se o retorno das políticas neoliberais nas gestões de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (desde 2019-) (SANTOS JUNIOR et al, 2020).

A situação do retorno do Brasil ao “mapa da fome” foi agravada pelos impactos da Pandemia da COVID-19 e destacada pelo inquérito nacional sobre a Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia covid-19 no Brasil, realizado pela Rede de Pesquisadores Nacionais em Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021). O Inquérito aponta que, do total de 211,7 milhões de brasileiros/as, 116,8 milhões convivem com algum grau de Insegurança Alimentar, e destes, 19 milhões enfrentam a fome (insegurança alimentar grave). Isso mostra que o país retrocedeu às condições de 2004, antes dos impactos das políticas implementadas. Vivemos uma *sindemia*, englobando tanto os impactos da crise sanitária, quanto os determinantes da Insegurança Alimentar situados no aumento da pobreza (2021, p.13).

2. A POLÍTICA DO DESMONTE E A RESISTÊNCIA POPULAR NA DEFESA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A política de desmonte de políticas sociais tem ênfase na desarticulação de ações voltadas para a garantia da segurança e da soberania alimentar, como o investimento na agricultura familiar camponesa, a aquisição direta de alimentos saudáveis para a

alimentação escolar e para a população vulnerabilizada, controle de preços etc.

Ações de valorização da agricultura familiar camponesa e do abastecimento alimentar foram descontinuadas. Atualmente, o Ministério da Agricultura serve, quase que exclusivamente, aos interesses do agronegócio, que visa ao mercado exterior e ao acúmulo de riquezas. O presidente Bolsonaro extinguiu o CONSEA⁷⁰, o que dificulta a articulação institucional e a construção de uma agenda pública capaz de promover o direito à alimentação de forma mais justa.

O CONSEA instituiu programas como o PAA e o Programa de Cisternas, que ajudaram a consolidar o SISAN, criado em 2006 pela Lei nº 11.346. Este era composto pelo CONSEA e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). No mesmo sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem sendo enfraquecido e corre o risco de ser desfigurado por mudanças na legislação, como o projeto de lei que institui a reserva de mercado à carne suína nas compras públicas destinadas ao abastecimento escolar e que retira a prioridade na escolha de fornecedores assentados da reforma agrária e os povos das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) pelos gestores do programa.⁷¹

A definição de cotas mínimas para produtos de alguns setores da indústria alimentícia hegemônica é mais um ataque à soberania

⁷⁰ O Consea foi extinto pela medida provisória nº 870. Apesar das inúmeras denúncias e mobilizações populares, o órgão permanece extinto até a data de conclusão deste artigo. Para compreender o *imbróglia* jurídico veja-se: <<https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>>

⁷¹ Na data de conclusão deste artigo, o projeto de lei depende de aprovação no Senado. Leia-se <<https://www.brasildefato.com.br/2021/05/07/camara-tira-prioridade-de-assentados-no-fornecimento-de-alimentos-da-merenda-escolar>>

alimentar de diferentes regiões do Brasil, pois prejudica os agricultores dos povos quilombolas e camponeses. Iniciativas protagonizadas pela elite do agronegócio, como as *Mães do Agro*⁷², iniciam processos de ataques, buscando cercear a divulgação de conteúdos que revelem os danos provocados por alimentos ultraprocessados e ultraenvenenados e que ofereçam alternativas ao modelo agrícola e industrial corporativo dominante. A liberação intensiva do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira⁷³, além de impactos à saúde humana, traz consigo severos danos diretos ao meio ambiente.

O cenário *pré-covid 19* já não se mostrava nada favorável às políticas públicas de SAN. A pandemia serviu de pretexto oportunista para governos mal intencionados, com a desculpa de “estancar os impactos socioeconômicos da pandemia”.

3. A RESISTÊNCIA DAS COOPERATIVAS POPULARES FRENTE AOS DESGOVERNOS E AO OPORTUNISMO DO GOVERNO DO RS

Em 2019, houve a instauração do Inquérito Civil n. 1.29.000.000325/2019-37⁷⁴ pela Procuradoria da República do Rio Grande do Sul – MPF – que buscou [...] apurar e concretizar medidas efetivas para que o sistema de ensino do Rio Grande do Sul atinja pleno cumprimento da Lei n.º 11.947/2009, que estabelece origem na

⁷² Para aprofundar o debate, leia-se <<https://deolhonosruralistas.com.br/2021/05/06/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/>>

⁷³ Além dos diversos agrotóxicos liberados no último período em escala nacional, destaca-se a aprovação da lei gaúcha que flexibiliza a aquisição de agrotóxicos proibidos no seu país de origem. Leia-se <https://www.brasilefato.com.br/2021/06/29/rs-governador-eduardo-leite-aprova-flexibilizacao-da-lei-de-agrotoxicos>

⁷⁴ Durante os meses de julho-outubro de 2019, participamos, como convidados, de uma série de reuniões com diversas cooperativas de assentados da reforma agrária do Rio Grande do Sul, ocasião na qual tivemos notícia e acesso ao conteúdo desse inquérito.

agricultura familiar de pelo menos 30% dos produtos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - recursos federais oriundos do FNDE)”.

Entretanto, além do não cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela lei (o que juridicamente pode acarretar tanto a interrupção do repasse do FNDE ao Estado quanto a responsabilização do gestor por ato de improbidade administrativa), o Ministério Público do Rio Grande do Sul apontou ainda a existência de outras deficiências estruturais na rede de ensino do estado como a falta de nutricionistas e de merendeiras nas escolas e a falta de transparência na divulgação dos gastos com merenda escolar. O inquérito resultou em uma recomendação de cumprimento dos percentuais definidos pela lei 11.947/2009 por parte da SEDUC/RS, sob pena de responsabilidade dos gestores e do próprio chefe do Executivo em caso de descumprimento. A partir da análise documental, destacamos elementos dessa reunião: (1) os representantes da Seduc argumentaram que o percentual definido pela lei 11.947/2009 realmente não vem sendo cumprido; (2) quando questionados sobre a capacidade produtiva e logística das cooperativas para o fornecimento da merenda escolar no Estado do RS, o representante da Cooperativa Central dos Assentados da Reforma Agrária do RS (COCEARGS) apresentou uma série de documentos que atestam a capacidade produtiva da agricultura familiar no Rio Grande do Sul e fez a seguinte explicação:

“Hoje temos espalhados no RS mais de 300 assentamentos, com mais de 13 mil famílias assentadas. Então questiona-se, porque, em algumas regiões, talvez seja por questões burocráticas ou algo parecido, nós não conseguimos entrar com nossa produção. Nós estamos entregando para merenda em São

Paulo porque não conseguimos entregar aqui no nosso estado, não tem sentido” [...].

Em síntese, os três argumentos destacados impulsionaram a proposição desta pesquisa, a saber:

(1) o Estado do RS possui recursos e um sistema de transferência de apto (FNDE), mas não cumpre as exigências da lei e não adquire o percentual mínimo necessário de alimentos provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar; (2) o MP, como instância pública titular do dever de tutelar os direitos coletivos e difusos, aplica os instrumentos jurídicos disponíveis para exigir do estado do RS o cumprimento da legislação; (3) as cooperativas e movimentos populares que detêm meios para a produção atestam capacidade produtiva em escala e a logística capaz de ofertar produção proveniente da agricultura familiar.

A condição pandêmica deflagrou um oportunismo do poder público (nas esferas federal e estadual) no sentido de descaracterizar o programa, aproveitando-se da situação para realizar aquisições da iniciativa privada sem respeito às diretrizes definidas pelo PNAE. Isso sujeitou a pesquisa a um novo desenho, pois novos obstáculos somaram-se aos o já existentes. A revisão de literatura aponta que as principais barreiras de implantação do PNAE são as seguintes: dificuldade de organização dos produtores em associações e cooperativas; a dificuldade logística (transporte e estocagem); falta de infraestrutura nas escolas; escassez de assistência técnica no planejamento da produção; falta de transparência de divulgação dos dados e a consequente dificuldade de controle social na execução do PNAE; desarticulação entre gestores e produtores para a efetiva realização do PNAE; dificuldade de acesso aos editais das compras públicas (GONÇALVES et al., 2017; TRICHES e SCHNEIDER, 2010;

SOARES et al, 2015; SCHWARTZMAN et al, 2017; PROCÓPIO et al, 2015; OLIVEIRA et al, 2013; NORONHA, 2013).

As inferências preliminares da pesquisa apontam que essas primeiras articulações realizadas pelas organizações da agricultura familiar em razão do inquérito civil movido pelo Ministério Público em 2009, sinalizam o embrião da *estratégia organizativa* que vingaria dois anos depois, frente à tentativa de descaracterização do PNAE no RS no auge do contexto pandêmico.

Com a chegada do *covid-19*, tanto as escolas públicas quanto as feiras livres de rua, principais meios de escoamento da produção, precisaram suspender suas atividades.

As escolas se readaptaram e aderiram ao método remoto de ensino, fazendo com que não mais houvesse distribuição da merenda escolar. Entretanto, com o alto desemprego e com o Brasil retornando ao mapa da fome, necessitava-se de medidas urgentes para que esse alimento voltasse a chegar até os estudantes.

O governo do estado optou por adquirir, conforme ata de dispensa de licitação 0249/2020, 185 mil kits de cesta básica para a mitigação dos efeitos da pandemia junto ao Atacadão Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda, que somou R\$ 23.978.728,20. Assim, ignorou o contexto de grave crise que a Agricultura Familiar enfrentava e, consequentemente, o texto da Lei 11.947/2009, que obriga os gestores a destinar, no mínimo, 30%, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE.

As entidades representativas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul, em conjunto com o CONSEA/RS, não se omitiram diante desse cenário e realizaram importante denúncia dessa medida oportunista.

Esse feito provocou a articulação de uma importante rede de organizações ligadas ao campesinato e à luta pela Soberania Alimentar. Os resultados da resistência desses atores podem ser compreendidos em dois enfoques: (a) articulação político/produtiva das organizações da agricultura familiar no RS no período pandêmico; (b) resultados obtidos para a execução da política pública do PNAE no RS. Na sequência, apresentaremos os resultados da pesquisa a partir desses dois enfoques.

3.1 ARTICULAÇÃO POLÍTICO/PRODUTIVA DAS ORGANIZAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RS NO PERÍODO PANDÊMICO.

Não se tem registro recente de uma tentativa de mapeamento da produção camponesa no RS de forma conjunta. A articulação que se iniciou como tática de pressão para a execução do PNAE/RS em 2019 intensificou-se nos anos 2020 e 2021.

3.2 RESULTADOS OBTIDOS PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PNAE NO RS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Caso não houvesse tal articulação política, o PNAE não teria sido executado no período pandêmico, já que as legislações flexibilizaram muitos critérios e exigências legais.

O CONSEA/RS oficiou o Secretário Estadual de Educação questionando a decisão e exigindo esclarecimentos sobre o processo de compra dos R\$ 24 milhões. Em resposta, o governo gaúcho justificou que, paralelamente à compra realizada junto ao *Atacadão*, disponibilizaria um montante de R\$ 3,4 milhões a serem creditados no Cartão PNAE das escolas estaduais para que fossem utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Em âmbito nacional,

importante foi o PL 786/2020, aprovado pelo Senado, que garantiu que agricultores familiares pudessem continuar a ser contemplados com a obrigatoriedade da compra de ao menos 30% de seus produtos nas *cestas/kit's* de alimentos a serem distribuídas para famílias de estudantes durante a pandemia.

Como resultado, conquistou-se a Chamada Pública Centralizada em cada uma das 30 CRES (Coordenadorias Regionais de Educação), denominada de “chamada pública com habilitação centralizada”. Ou seja, cada coordenadoria teria de organizar a sua demanda e publicar chamadas públicas unificadas por região, deixando a organização da entrega e logística a cargo das escolas. Os números reais de aquisição da Agricultura Familiar foram muito aquém dos 30% estipulados e inexistem dados atualizados sobre essa aquisição na pandemia. Contudo, a avaliação feita por organizações da agricultura familiar, foi de que tal modalidade que conseguiu assegurar a aquisição de uma quantidade considerável de alimentos que, apesar de estar muito abaixo das pretensões iniciais, contribuiu para a mitigação dos impactos socioeconômicos da pandemia na população camponesa.

A execução do PNAE retornou à normalidade no segundo semestre de 2021. No entanto, as incertezas em relação ao retorno às aulas presenciais e o número reduzido de estudantes em razão dos protocolos sanitários ainda são obstáculos de execução da política.

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas de que as políticas de SAN passam por delicado momento, seja pela sua desarticulação, extinção seja ainda pela paulatina desidratação. Além dos obstáculos apontados, é preciso

também aprimorar os sentidos para a identificação e denúncia das estratégias do poder público em esquivar-se, com sutileza, dos seus deveres. Além disso, a agricultura camponesa demonstrou, objetivamente, capacidade produtiva e organizativa. Destacamos a importância de avaliar os impactos das políticas e da luta pela sua efetivação, a partir de mais de uma dimensão. No nosso caso, priorizamos uma análise que focou no cenário nacional, para depois transitar para o âmbito territorial, identificando não só elementos produtivos como também político-organizativos. Conclui-se que, caso não houvesse a articulação política e produtiva apontada, o PNAE não teria sido executado no período pandêmico. Ou teria sido executado integralmente a partir da aquisição de alimentos da indústria alimentar convencional, o que afetaria sobremaneira a segurança alimentar de produtores e estudantes da rede pública estadual. A partir da observação participante, durante as várias instâncias e fóruns vinculados ao PNAE, é possível concluir que a Segurança e a Soberania Alimentar podem ser consideradas bandeiras indispensáveis para a contestação do modelo de desenvolvimento social dominante e da matriz produtiva dependente que subjuga e aliena produtores e consumidores. As políticas públicas de segurança alimentar - e o PNAE, de forma específica - colocam-se como importante arena de disputa por direitos e de luta social para a classe trabalhadora, em que pese a natureza de classe do Estado capitalista e da atual captura deste pelas elites sociais mais retrógradas (moralmente conservadoras e economicamente ultraliberais), especialmente, mas não exclusivamente, no caso brasileiro.

REFERÊNCIAS:

- ARANHA, A. V. 2010 (Organizadora) Fome Zero: Uma História Brasileira. - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 190 p.; 26 cm. ISBN 978-85-60700-42-4
- CASTRO, A. M. de. 2010. Trajetória do combate à fome no Brasil. In: ARANHA, Adriana Veiga. 2010 (Organizadora) Fome Zero: Uma História Brasileira. - Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 190 p.; 26 cm. ISBN 978-85-60700-42-4
- CASTRO, J. de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro: Grypus, 1992.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S.. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.
- DELGADO, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- GONÇALVES, J. R.; MASCARENHAS, T. S. PISTELLI, R.; BADUE, A. F. O controle social nas compras públicas da alimentação escolar. In: GONÇALVES, Juliana Rodrigues; MASCARENHAS, Thaís Silva. (Orgs.). Práticas de comercialização - uma proposta de formação para a Ecosol e a agricultura familiar. Instituto Kairós. São Paulo, 2017 p. 124-140.
- MARINI, R. M. (1973) Dialética da Dependência. Petrópolis: Editora Vozes, 1990,
- MARTINS, Carlos Eduardo. (2008). En publicación: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. ISBN 978-958-665-109-7 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>
- Rede PENSAN. VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Instituto Vox Populi. ISBN 978 65 87504 19 3. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/> Acessado em agosto de 2021.
- SANTOS JUNIOR, O. A. dos; GODOI DINIZ, T. M. Ramos de; SAULE JUNIOR, N. Dossiê do Desmonte da Política Urbana Federal nos Governos Temer e Bolsonaro e seus Impactos Sobre as Cidades: Violações de Direitos Humanos e os Riscos de

Construção de Cidades Intolerantes, Excludentes, Injustas e Antidemocráticas. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

DEISTER, J. Soberania alimentar: desmonte de políticas públicas impacta na mesa dos brasileiros. Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 17 de Outubro de 2019. Alimentação. Disponível em: <<https://www.brasildefatorj.com.br/2019/10/17/soberania-alimentar-desmonte-de-politicas-publicas-impacta-na-mesa-dos-brasileiros>>

DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS FAZ FOME VOLTAR À MESA DOS BRASILEIROS. Sintsef Bahia, Salvador-BA, 24 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://sintsef.org.br/desmonte-de-politicas-publicas-faz-fome-voltar-a-mesa-dos-brasileiros/>>

SOUZA, M. de F. e. O que é o Consea e o que significa seu desmonte? Justificando. Brasília-DF. Segunda-feira, 7 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2019/01/07/o-que-e-consea-e-o-que-significa-seu-desmonte/>> MELITO, Leandro. Bolsonaro promove desmonte das políticas de combate à fome. Cortes orçamentários, fim de programas, loteamento de cargos e fim de participação social colocam política em risco. Brasil de Fato. Segurança Alimentar. O joio e O Trigo. 04 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/04/bolsonaro-promove-desmonte-das-politicas-de-seguranca-alimentar>>

NORONHA, A. P. *O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS.* 2013. 170f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

OLIVEIRA, T. R. P. R.; SOUSA, H. C.; SILVA, A. P. Agricultura familiar na alimentação escolar: estudo de caso em dois municípios de Minas Gerais. *Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*. São Paulo, SP, v. 38, n. 3, p. 256-268, 2013.

PRIZENDT, S. Soberania Alimentar: balanço de um desmonte. OUTRASPALAVRAS. Crise brasileira. 04/06/2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/soberania-alimentar-balanco-de-um-desmonte/>>

PROCÓPIO, F. de C.; OLIVEIRA, J. T. A. de; BORSATTO, R. S. As dificuldades para a participação de assentamentos rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Itapeva/ SP. *Retratos de Assentamentos*, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 361-382, jan. 2015.

SCHWARTZMAN, F; M., CAR; B., C.M.; Villar, B.S. É preciso seguir com as compras diretas da agricultura familiar local pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, 2017; 33(12).

SOARES, P., MARTINELLI, S.S., MILGAREJO, L., DAVÓ-BLANES, M.C., CAVALLI, S. B. Potencialidades e dificuldades para o abastecimento da alimentação escolar mediante a aquisição de alimentos da agricultura familiar em um município brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.20, n.6, p. 1891-1900, 2015.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade São Paulo*, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

13

A NARRATIVA DE UMA LUTA: RELATO DA CONSTRUÇÃO DO COMSEA DE PELOTAS

Cristine Jaques Ribeiro

Tiago de Garcia Nunes

Eliana Gomes Bender

1. O COMSEA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS E A COMISSÃO DE MAPEAMENTO: INICIATIVA PARA CONSTRUIR A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O presente capítulo objetiva relatar o processo histórico de implementação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas, orientado pela dimensão da soberania alimentar popular, construída pelos movimentos sociais camponeses, na década de 1990. O processo histórico de lutas e desafios, até a sua implementação no ano de 2020, será a narrativa deste trabalho. Na sequência, será apresentada a organização da comissão de mapeamento, que objetivou identificar o potencial de produção agroecológica existente na região bem como quais os alimentos distribuídos e quais estabelecimentos públicos e privados, envolveram-se na dinâmica de distribuição. Por fim, este trabalho desenvolve uma narrativa de relato, enquanto documento, construído coletivamente.

2. A TRAJETÓRIA DO COMSEA DE PELOTAS: LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS

Já reconhecemos, no campo da luta pelos direitos sociais e humanos, a importância de constituir conselhos municipais de direitos,

cujo objetivo é garantir o controle social sobre os recursos públicos, bem como pautar a implementação de políticas capazes de legitimar o acesso aos direitos e a garantia da proteção social do Estado. Mas, como instituir processos que institucionalizem uma política capaz de priorizar o atendimento às populações empobrecidas? No campo da luta, pela garantia dos direitos, o processo coletivo é imprescindível. Sendo assim, torna-se necessário contextualizar a trajetória de luta do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, destacando as principais conquistas e desafios.

No ano de 2006, vários grupos da sociedade civil articularam-se, no município de Pelotas, para exigir da gestão municipal da época a constituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que, no âmbito nacional, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional já havia sido criado em 1994 e desativado em 1995. No entanto, no ano de 2003, foi reativado pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Consequentemente, legitimou-se, em setembro de 2006, a LOSAN, pela lei 11.346.

Art. 11. Integram o SISAN:

I – a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN;

II – o CONSEA, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pelas seguintes atribuições:

[...]

e) instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito

Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN;

[...]

IV – os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (grifo nosso)

Assim, os conselhos, como propõe a política nacional de SAN, são espaços de participação da sociedade civil organizada no processo de construção, planejamento, acompanhamento, fiscalização e controle, para o melhor uso dos recursos pela administração pública. Nesse sentido, são espaços de diálogo, contestação e negociação. (BRASIL, 2010)

Considerando o arcabouço da política pública nacional, o município de Pelotas, por meio das organizações populares, instituições públicas e privadas, iniciou uma longa jornada solicitando a implementação do COMSEA, que durou aproximadamente 14 anos.

Após certo período de latência, foi em 2013 que o projeto de pesquisa “Alimentação enquanto Direito Humano e sua relação com o Programa Camponês no Estado do Rio Grande do Sul” - coordenado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental” do PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel - propôs, enquanto potencial, rearticular tal conselho no município. Naquele período, foi possível identificar mais de 600 famílias que, pela falta de uma política pública de SAN, tiveram negado o acesso aos alimentos produzidos pela agricultura familiar e camponesa. Eram famílias vinculadas ao Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), cadastradas numa parceria junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST e ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Essa parceria entre movimentos objetivava

distribuir alimentos produzidos sem veneno para famílias que habitavam o espaço urbano mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no RS. No entanto, para que essa distribuição fosse reconhecida, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entidade jurídica que opera essa modalidade de PAA, só reconhecia a produção de alimentos por parte dos movimentos camponeses, se as famílias contempladas com cestas básicas tivessem sido cadastradas pelo Conselho Municipal. Como não havia COMSEA municipal em Pelotas, a demanda foi encaminhada para o Conselho Municipal de Assistência Social, porém, após vários meses e tratativas, tal conselho negou a solicitação dos movimentos sob o argumento de não existirem pessoas jurídicas legalizadas nas organizações por parte dos movimentos sociais. Consequentemente, mais de 600 famílias (aproximadamente 2.000 pessoas) ficaram com o direito à alimentação negado: de um lado, alimentos saudáveis disponíveis com a existência de orçamento público para a sua aquisição; de outro, pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar.

Como resposta, as entidades envolvidas com a luta pela implementação do COMSEA seguiram denunciando a falta da política municipal que, desde 2010, já estava fortalecida com a inclusão do direito, no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Seguindo o processo histórico, ocorreu, em 2015, o Seminário “Terra, água e alimento: Está nas mãos de quem? O que eu tenho a ver com isso?” Coordenado pelo GEP, nele foi lançada uma carta política

com assinaturas de mais de 100 entidades defensoras da Soberania Alimentar, exigindo da gestão municipal a implementação do COMSEA do município de Pelotas. Essa demanda resultou em uma reunião que se comprometeu em encaminhar tal solicitação. Entretanto, as organizações não obtiveram respostas, e, em 2018, em razão do silenciamento de todas as gestões, desde o período de 2004, foi criado o Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da região, tornando-se a expressão política na defesa da urgência de uma política municipal capaz de acompanhar as ações do município e da região que tratasse do tema da produção, da comercialização e do consumo de alimentos. Pouco a pouco o Fórum tornou-se ferramenta necessária para a implementação do COMSEA. As entidades, organizações e movimentos sociais que, na época, lançaram o fórum contribuíram para o avanço histórico da luta que já havia se construído.

Nesse mesmo período, é articulado pelo Fórum, como primeira ação instituída, uma audiência pública com o título: “Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas”, com objetivo de denunciar a produção do alimento com veneno no município e região, o que tornou pública a denúncia da não existência do COMSEA e a necessidade urgente da sua implementação. O evento contou com a participação de diversas forças locais que produzem a partir do modo de produção agroecológico, enquanto modo de existência e, assim, reuniu comunidade indígena, quilombola, camponesa, religiões de matriz-africana, ocupações urbanas, entre outros, tornando-se, assim, um marco na época.



Ainda em 2018, como resultado da luta construída pelo Fórum, a prefeita de Pelotas encaminhou à Câmara de Vereadores a proposta de lei construída pelas entidades do Fórum para a consolidação do COMSEA. A Lei Municipal n. 6.623/2018 foi aprovada em 30 de agosto de 2018, instituindo a criação do COMSEA.

No ano de 2019, ainda sem efetiva implementação do COMSEA, o Fórum, junto às demais entidades e representações das secretarias municipais, organizou a primeira Conferência Municipal de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A conferência institucionaliza a importância da lei aprovada e a urgência da composição do COMSEA, ampliando o campo do debate junto a diversas entidades públicas e privadas, organizações populares e movimentos sociais. Além disso, a conferência aprova proposições para a Conferência Estadual, que, no cenário da política nacional, sofria com o desmonte do Conselho Nacional por parte do Ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Sem recurso público algum, a delegação de Pelotas se fez presente, pela primeira, como representação do município.



Frente à inexistência de convocação pelo poder público, a primeira eleição do Comsea-Pelotas ocorreu em dezembro de 2019, mediante chamado das organizações sociais que compõem o Fórum pela Soberania Alimentar. Foi um rico processo de confluência de processos com grande representatividade.

Em 2020, mesmo com o início da pandemia covid-19, a primeira plenária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada, marcando o início dos trabalhos das conselheiras e dos conselheiros da sociedade civil e do poder público. A dinâmica das plenárias e das reuniões que sucederam a primeira plenária aconteceu de forma remota com ampla adesão. Nesse período, o avanço da fome e da insegurança alimentar exigiu a organização de uma comissão que foi nomeada como “comissão de mapeamento”. O objetivo dessa comissão foi identificar, primeiramente, o potencial de produção da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais que vivem na região do estado e, especialmente, no município de Pelotas. Em um segundo momento, buscou-se conhecer a origem dos alimentos que são distribuídos nos Hospitais, nos CAPS, no Restaurante Popular, nas Escolas, no Presídio, no Banco de alimentos, nos CRAS, entre outros equipamentos de segurança alimentar do poder público. A comissão se deteve em analisar se havia o compromisso com a defesa do acesso à alimentação nutricionalmente saudável enquanto direito social e humano.

No mesmo ano, o COMSEA pautou a importância da participação dos integrantes na elaboração da cartilha estadual, coordenada pelo CONSEA do Rio Grande do Sul, que tratou de informar a população gaúcha sobre a Lei 14.016, de 23 de junho de 2020, que dispõe sobre o

combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes para o consumo humano. A cartilha pretendeu orientar sobre a saudabilidade dos alimentos doados, ou seja, nem todo alimento consumido é saudável, portanto doação, se não fiscalizada, poderá facilitar a entrega de alimentos estragados, vencidos e não nutricionalmente indicados. Em consequência desse contexto, o COMSEA também organizou um GT que trabalhou atentamente sobre o tema das doações no município.

Ainda, em 2020, o conselho acompanhou e fortaleceu a denúncia da negação da distribuição de alimentos junto à ocupação urbana “Nova Coruja”. Feita a denúncia, por parte das organizações populares e dos movimentos sociais organizados, o conselho exigiu do poder público, por parte da Secretaria de Assistência Social, o repasse imediato das sacolas de alimentos para as 50 famílias da ocupação, garantindo o cumprimento do artigo 6º da Constituição, que trata, entre outros, do direito social à alimentação.

Em 2021, houve mais uma conquista, que resultou das articulações históricas das organizações populares, entidades públicas e privadas. Com a participação direta do COMSEA, depois de uma ampla revisão da proposição da gestão pública, houve a implementação da Lei 6.980, de 14 de outubro de 2021, que instituiu a política municipal de agroecologia e produção orgânica em Pelotas/RS. Tal fato garantiu a visibilidade desse tipo de produção e a fiscalização frente ao avanço da cultura química e agrotóxica na região.

Durante esses dois anos de existência do Conselho, o trabalho aconteceu na articulação das pautas que defendem o direito à produção, ao consumo e a comercialização de alimentos vinculados à perspectiva da soberania e da segurança alimentar e nutricional. No entanto, tudo ocorreu sem a instituição da CAISAN, que tem centralidade operativa

para implementar a política municipal de segurança alimentar e nutricional. Sendo assim, com a falta de uma política municipal, as exigências e os diálogos junto ao poder público municipal foram constantes. Essas pautas solicitaram o reconhecimento das orientações estabelecidas na política nacional de segurança alimentar e nutricional brasileira, ainda que tenham sofrido um desmonte pela última presidência da República.

As ações, aqui registradas como conquistas, manifestam a importância da articulação da sociedade civil para que os conselhos municipais sejam um fato na conquista do acesso aos direitos sociais e no respeito aos direitos humanos da população que vive sob ameaça do Estado soberano que opera pela via da necropolítica.

A partir do contexto narrado, o item a seguir objetiva apresentar a importância da implementação da comissão de mapeamento que teve a responsabilidade, frente ao contexto pandêmico, de rastrear as ações voltadas à produção que, consequentemente, materializaram-se na distribuição dos alimentos para a população empobrecida no município de Pelotas.

3. O COMSEA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS E A COMISSÃO DE MAPEAMENTO: INICIATIVA PARA CONSTRUIR A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Conforme foi apontado, o COMSEA, no município de Pelotas, surgiu como resultado de uma ampla luta liderada pelo Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional desde 2018, mas iniciada nos anos 2000. O COMSEA é composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do governo. Está organizado por uma coordenação colegiada e formou algumas

comissões, entre elas, a Comissão Permanente de Mapeamento. Essa comissão é a instância responsável por debater a situação alimentar no município, encaminhar as discussões e elaborar propostas para consideração da plenária, de forma a contribuir para a construção de políticas públicas de abastecimento alimentar com o intuito de garantir a soberania e a segurança alimentar das populações que habitam o município. Além disso, tem a finalidade de reconhecer o potencial de produção de alimentos provenientes da agricultura familiar nos territórios, a fim de evidenciar o potencial de soberania alimentar no município, identificar os locais de abastecimento alimentar, os alimentos que são distribuídos sob responsabilidade da gestão pública. Apresentamos um relato das atividades da Comissão de Mapeamento, desde o início de sua formação, até o final de 2021, suas interlocuções com a gestão, durante todo período de pandemia, envolvendo especialmente a Secretaria de Assistência Social – SAS e a Alimentação Escolar – SMED, por meio de seus representantes.

No dia 25 de maio de 2020, formou-se o grupo que compõe a Comissão de Mapeamento, o qual, em virtude da pandemia, vem se reunindo de forma virtual em períodos quinzenais e nas plenárias do COMSEA. Fazem parte desse grupo representantes do COMSEA que integram a gestão (SAS, Secretaria de Educação, Secretaria Municipal de Saúde -SMS), do Movimento dos pequenos agricultores -MPA, pesquisadores das Universidades Católica e Federal de Pelotas e entidades representativas de setores que atuam com alimentação como o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, vinculado ao setor de alimentação escolar.

Entre os desafios iniciais enfrentados pela Comissão estão os seguintes: o levantamento das informações sobre os alimentos em

quantidade e qualidade que são distribuídos às populações atendidas pela gestão do município; os locais onde esses alimentos são distribuídos, bem como a sua origem. O grupo se propôs inicialmente não só a colher essas informações da SAS, como também a identificar a origem dos alimentos não perecíveis adquiridos via SAS. Assim, buscou conhecer a proveniência dos alimentos destinados à alimentação escolar. Também faz parte dos objetivos da comissão reunir estudos e pesquisas que descrevam o quadro de insegurança alimentar no município de Pelotas, bem como conhecer as informações relacionadas à população em vulnerabilidade social atendida pela SAS, e se ela compreende a situação de insegurança alimentar das famílias. O levantamento do potencial de produção orgânica e agroecológica do município e região ficou a cargo de representantes do MPA, e as informações sobre locais de distribuição dos alimentos, a cargo de representantes da SAS e SMED, setor de alimentação escolar. Apresentamos a seguir uma síntese de relatos, fruto das discussões entre os integrantes desses setores acerca desses levantamentos:

(1) As cestas básicas distribuídas à população são compostas de alimentos não perecíveis e de alimentos provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. A seleção das famílias que recebem os alimentos é realizada por assistentes sociais que fazem parte dos CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) e CREAS (Centros de Referência Especializada em Assistência Social). Os alimentos não perecíveis que compõem as cestas são comprados por meio de licitação. No período que antecedeu a pandemia, haviam sido entregues em torno de 30 a 40 cestas por CRAS por mês, totalizando 500 cestas ao mês, e a distribuição foi feita por setores da Secretaria de Assistência Social nos plantões sociais dos CRAS, abrigos e serviços de convivência. É de

responsabilidade do serviço de nutrição da Secretaria de Assistência Social verificar a data de validade dos alimentos para distribuição, e esse setor fica responsável pela recepção e avaliação da qualidade dos alimentos provenientes do PAA para serem distribuídos às famílias selecionadas pelos CRAS. São priorizadas as famílias em vulnerabilidade que estão inscritas no CADÚNICO da prefeitura. Entre os critérios para a seleção dos agricultores, priorizam-se as mulheres e os quilombolas. Além do PAA, a gestão compra produtos da agricultura familiar nas cooperativas (como a Sul Ecológica, CAFSUL), dos grupos quilombolas e dos agricultores familiares individuais que não estão cadastrados nas cooperativas. Para os abrigos institucionais e casas de passagem, os alimentos são comprados diretamente de cooperativas de agricultores familiares como a SulEcológica e a COOPAM, e não via PAA. A oferta de alimentos está diretamente relacionada com a verba que os produtores recebem, e são realizadas reuniões conjuntas para definir quais os alimentos a serem produzidos de acordo com a estação do ano e a quantidade, a qual nem sempre pode ser garantida, devido às condições climáticas (estiagem, chuvas). No ano de 2019, cada produtor do PAA recebeu 6000 reais para produzir, durante todo o ano, um total de 400 mil reais destinado à compra de produtos da agricultura familiar por parte da gestão. Uma dificuldade relatada por um dos conselheiros que participaram da compra dos alimentos via SAS foi a tomada de preços, tendo em vista a quantidade de alimentos que cada agricultor familiar tem possibilidade de produzir, que nem sempre atinge a demanda. A necessidade de se identificar a produção agroecológica e a identificação das demais comunidades quilombolas foi proposta por outro conselheiro integrante do grupo.

(2) Quanto à insegurança alimentar/IA, não há informação, por parte da prefeitura, sobre o número de famílias em situação de insegurança alimentar. Um estudo recente, fruto de uma dissertação de mestrado do PPG em Epidemiologia da UFPeL, fez uma reavaliação da IA nos domicílios de Pelotas, com metodologia semelhante ao estudo realizado em 2007, que avaliou a prevalência de IA no município (SANTOS et al., 2010). A pesquisa teve a finalidade, de conhecer a prevalência de IA e possibilitar um mapeamento das zonas de maior risco onde se encontram as famílias com IA a fim de subsidiar o COMSEA para agilizar o alerta ao poder público de forma que ele providenciasse formas de garantir a Segurança Alimentar a essas famílias. As entrevistas iniciaram em dezembro de 2019, sendo interrompidas devido à pandemia da Covid-19. Mesmo assim, foi possível conhecer a prevalência de IA nos domicílios estudados em seus diferentes níveis, até o mais grave, o que mostra a situação de fome. Os bairros em que se concentraram as entrevistas foram predominantemente Três Vendas, Fragata, Areal, Laranjal, Barragem e São Gonçalo. O estudo demonstrou que 13% dos 408 domicílios em situação de IA, durante o ano de 2019, 9.8% estavam em situação de IA moderada e 3.2% em IA grave. A prevalência foi maior nos domicílios chefiados por mulheres (18 %), nos indígenas, pretos e pardos (75, 24.5 e 12.8% respectivamente) e entre os que informaram ausência de companheiro(a) (19.9%).

Os resultados também mostraram que 13.1% das famílias viviam com renda mensal per capita entre R\$145,00 e R\$420,00 e que 2.7% viviam com até R\$145,00 per capita, indicando pobreza e pobreza extrema, respectivamente. No seguimento desta pesquisa, dados mais recentes coletados entre janeiro e março de 2021 mostraram uma prevalência de 18% de IA dos quais 12.9% estavam em IA moderada e

5.2% IA grave, mostrando o agravamento da situação durante a pandemia de covid19 (SILVA, E. 2021). No estudo de 2007, a prevalência de IA foi de 11%, sendo de 16% nos domicílios com mulheres como chefes da família. (SANTOS et al., 2010).

À medida que se sucederam os encontros, novas demandas surgiam, eram emitidos ofícios, planejadas as atividades via comunicação por aplicativo, realizadas reuniões virtuais com instituições e entidades que distribuem alimentos à população mais vulnerável, tais como os bancos de alimentos, instituições de saúde gerenciadas pela gestão como os residenciais terapêuticos, os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, instituições hospitalares e carcerárias.

(3) Quanto à aquisição dos alimentos nas instituições hospitalares de Pelotas, o fornecimento de refeições às instituições hospitalares no município não tem ingerência da gestão pública. Entretanto foram realizadas entrevistas com os setores responsáveis pela alimentação dos hospitais Beneficência Portuguesa, Hospital Escola, Santa Casa, Hospital São Francisco de Paula, Hospital Espírita e Hospital Miguel Pilcher, sendo que os cinco primeiros atendem usuários do SUS. Verificamos que alguns compram seus produtos hortifrutigranjeiros de cooperativas de agricultores familiares ou até mesmo de agricultores familiares individuais. Nesse sentido, é importante ressaltar que dois desses hospitais estão vinculados às Universidades Católica e Federal e são campo de atividade acadêmica de profissionais da área da saúde. Considerando que a lei do PAA contempla a modalidade de compra institucional nos níveis Federal, Estadual e Municipal, entendemos que o abastecimento desse setor com produtos da agricultura familiar, em no mínimo 30%, seria um importante passo para a garantia da SSAN.

(4) Em relação à aquisição de alimentos pelo presídio Municipal, foi realizada entrevista com a nutricionista responsável pelo setor de alimentação do presídio de Pelotas. A capacidade planejada para o presídio é de 300 presos, porém a ocupação era de 800 detentos homens. Segundo nos foi informado, a ala feminina havia sido transferida para Rio Grande por motivo de obras e necessidade de comportar mais pessoas do sexo masculino. São ofertadas quatro refeições por dia; as compras são realizadas, via licitação, pelo Estado do RS. Os hortifrutis são entregues uma vez por semana; os produtos não perecíveis são comprados no atacado. Segundo um informe via Escola Superior de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do RS, no ano de 2020 foram gastos 180 milhões de reais nas compras da alimentação para os presídios do Estado e não houve nenhuma compra de produtos da agricultura familiar. Considerando a existência de mais de 50 cooperativas de agricultores familiares no Estado do RS que têm, em sua base associativa, dezenas de milhares de famílias que produzem itens *in natura*, itens processados e minimamente processados, a modalidade da compra institucional do PAA, pelos órgãos públicos seria uma oportunidade de mercado para os agricultores familiares, ainda que atingisse o mínimo de 30% dos produtos.

(5) Quanto à alimentação via restaurante popular, em 2019, eram servidas 375 refeições/dia, de segunda a sexta-feira, antes da pandemia. Destas, eram pactuadas com a prefeitura um montante de 78 refeições gratuitas por dia. Muitos desses pedidos (cerca de 60 ao dia) são encaminhados pelos CRAS e pelo plantão social. Com a pandemia, houve um aumento da demanda, e passaram a ser distribuídas em torno de 420 marmitas/dia, com custo final de R\$0,50 a R\$2,00.

(6) Em relação à alimentação escolar, a aquisição de alimentos da agricultura familiar, via Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, tal ação teve início em 2010, fruto de um esforço de várias organizações mediadoras como a Emater, o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia – CAPA, na sensibilização de gestores quanto às possibilidades dessa política pública que visa garantir o direito a uma alimentação escolar saudável, bem como fomentar o desenvolvimento rural local e a geração de renda para os agricultores, assegurando a soberania e a segurança alimentar para ambas as partes. Entretanto, devido a inúmeras dificuldades para a efetivação dessa política, o aumento do percentual de participação da agricultura familiar na Alimentação Escolar somente ocorreu a partir de 2013, atingindo, no ano de 2019, 53.4%, segundo a informação da Secretaria de Educação. Essa compra ocorre duas vezes ao ano, por meio de chamada pública. São atendidas 89 escolas municipais, incluindo escolas urbanas e rurais, quilombolas, de educação infantil e 17 escolas filantrópicas, totalizando cerca de 32.285 estudantes. Com a suspensão das atividades escolares da rede pública desde 17 de março de 2020, devido à pandemia de COVID-19, a alimentação de todas as escolares da rede pública ficou comprometida, uma vez que não houve, por parte da gestão, nenhuma medida que regulamenta a continuidade da alimentação escolar durante esse período. As tratativas com os representantes da SMED, por parte de integrantes do grupo de mapeamento, tiveram início sob a premissa de que “a alimentação escolar constitui, para muitos, a principal, quando não a única refeição do dia, e de que o direito à alimentação é um direito fundamental do ser humano.” Portanto, o não cumprimento dessa obrigatoriedade, por parte dessa gestão, constitui-se na violação ao Direito Humano a uma alimentação adequada – DHAA

- nas duas dimensões: a de estar livre da fome e da má-nutrição e a do direito a uma alimentação adequada (ABRANDH, 2013). Tal descaso compromete ainda a cadeia produtiva de alimentos provenientes da agricultura familiar, base de subsistência dos agricultores familiares (Lei 11.947, e Resolução do CD/FNDE n 38, de 16 de julho de 2009), violando também o DHHA dos agricultores e o princípio da universalidade, preconizado pela lei do Programa Nacional da Alimentação Escolar/ PNAE (FNDE,2022; Guia Covid-19, 2020). Com isso, a Comissão de Mapeamento encaminhou ofícios à SMED solicitando não só a relação das escolas que estavam, naquele período, distribuindo os alimentos provenientes do PNAE às famílias dos escolares, como também a relação das famílias atendidas nessas escolas, quais alimentos eram distribuídos e em que quantidade. As justificativas da SMED incluíram a opção de priorizar a distribuição dos alimentos que se encontravam nas despensas das escolas e que estavam por findar sua validade, para serem distribuídos às famílias elencadas pelas escolas como em estado de maior vulnerabilidade/necessidade. Outro argumento apresentado foi o intuito de evitar aglomeração nas escolas e o fato de que a quantidade dos alimentos mencionados não era significativa, uma vez que estavam destinados ao aluno e não às suas famílias, logo seriam enviados à "Assistência Social para incremento e melhor distribuição". A Comissão de Mapeamento expressou inconformidade em relação às justificativas apresentadas aos ofícios em plenária do COMSEA, tendo em vista que estava em risco a SSAN dos escolares bem como dos produtores familiares. As alegações apresentadas foram desde *“um temor de não haver recurso para adquirir os alimentos da merenda escolar no retorno das aulas, uma vez que, segundo o calendário do FNDE, o recurso acabaria em novembro”*, e que *“a gestão*

não dispõe de verba para complementar o valor dos alimentos da alimentação escolar”, deixando implícito que esta seria uma forma de “economia do recurso” que não teria possibilidade de ser complementado com verba municipal nem mesmo em situação emergencial. Nessa plenária, também se discutiu a necessidade da garantia do escoamento da produção dos agricultores da região por parte da gestão, bem como as possibilidades de ampliar a distribuição dos alimentos para equipamentos que ofertam refeições, vinculados à gestão, tais como o restaurante popular.

(7) Em relação ao Banco de Alimentos, ressalta-se que, para conhecer a aquisição e doação de alimentos por essa via, foi constituído o Grupo de Trabalho Doação de alimentos cuja finalidade era conhecer e analisar a situação da doação de alimentos em Pelotas, compreender os impactos da lei federal 14.016/2020, apresentar sugestões ao COMSEA de organização e funcionamento da doação de alimentos e, por fim, propor uma regulamentação adequada à necessidade atual, com foco no uso das sobras de alimentos prontos, preparados. Buscava-se construir uma visão sistêmica do processo de produção-doação de alimentos, especialmente os alimentos processados/prontos, enquanto problema mais imediato, no contexto da pandemia e, já pensando o pós-pandemia. Para conhecer a cadeia de produção-doação dos alimentos, foram definidas ações em cada uma das etapas organizadas, da seguinte forma: locais de origem dos alimentos para doação (restaurantes, cozinhas industriais, mercados, feiras etc.); locais de armazenamento e organização de alimentos para a entrega (Banco de Alimentos e entidades credenciadas etc.); apoio, transporte e distribuição da doação (entidades beneficentes, empresas e pessoas/famílias, etc.) e locais de entrega e beneficiários (casas/famílias, entidades, instituições, etc.). O

levantamento das condições das organizações doadoras de alimentos prontos/processados foi realizado em conjunto com o trabalho na vigilância sanitária por um dos integrantes do GT que pertence ao quadro técnico da Vigilância Sanitária de Pelotas. Para conhecer a situação de doação de alimentos por entidades, foi realizado contato com as três unidades que distribuem alimentos para doação em Pelotas (Banco de Alimentos Madre Tereza de Calcutá e Mesa Brasil de Rio Grande). Buscou-se identificar a infraestrutura existente para a operação, a força de trabalho, o processo de manipulação dos alimentos, quem eram as entidades doadoras, os beneficiários e como ocorria a distribuição dos alimentos. Para compreender os impactos da legislação no processo de doação de alimentos no município de Pelotas, em um primeiro momento, foi realizado um levantamento da legislação local existente e da legislação de outros municípios, que prevê, em um futuro, contato com outros municípios para troca de experiências. Como fruto desse GT, também se inclui a contribuição com a proposição da Lei Municipal de Doação de Alimentos em Pelotas (Lei 6897 de 26 de março de 2021).

O recente levantamento de informações realizado pelo GT-Doação, mostrou a pouca atuação do poder público local, a deficitária infraestrutura das organizações locais que possuem grande tradição e expertise na doação de alimentos, mas carecem de equipamentos, pessoal e logística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de informações, reunidas neste mapeamento, permitiu uma aproximação sobre a realidade de aquisição e distribuição de

alimentos pelo poder público no Município de Pelotas, tanto no que se refere às suas potencialidades quanto em relação aos desafios a serem enfrentados para que se possa vislumbrar um ambiente alimentar promissor, com o fornecimento de alimentos seguros e de qualidade produzidos localmente, de forma a fortalecer o mercado da agricultura familiar e garantir o DHAA a todos os que dele necessitam.

A sistematização dos trabalhos da comissão contribui para o aprimoramento e amadurecimento do COMSEA, como instância pública de fiscalização e construção de políticas de SSAN. Dessa forma, esperamos aprender e contribuir com os caminhos de outros Comseas espalhados pelo país.

REFERÊNCIAS

- ABRANDH. AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2013.
- BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. – FNDE . Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em: 10 de fev. 2022.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação. 2020. Guia COVID-19. Alimentação Escolar. vol. 5.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Bopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. vol.15, n-1 edições, RJ: Artes&Ensaios, 2018.
- SANTOS, JV, GIGANTE, DP, DOMINGUES, MR. **Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, e estado nutricional de indivíduos que vivem nesta condição**. Cadernos de Saúde Pública. 2010;26(1):41-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v26n1/05.pdf>. Acesso em: 19 de fev. 2022.
- SILVA, EP. **Prevalência e fatores associados à Insegurança Alimentar no contexto da Covid-19**. 2021. Dissertação de mestrado; Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. UFPel. Pelotas, 2021.

BIOGRAFIA DAS AUTORAS E DOS AUTORES

A

Aline de Mesquita Duarte: Graduanda de Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica BIC/UCPel na pesquisa intitulada *O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão*, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental /Observatório de Conflitos da Cidade /UCPel. alinemesqd@hotmail.com

B

Bruno Nicanor Mello da Silva: Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Pelotas, mestrando no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. brun1canor@gmail.com

C

Camila de Freitas Moraes: Psicóloga e Psicanalista; Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL); Mestra em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL); Especialista em Saúde Mental (FSG); Participante e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório dos Conflitos da Cidade. camilapsi.moraes@yahoo.com.br

Carla Graziela Rodegueiro Barcelos Araújo: Assistente Social formada pela Universidade Católica de Pelotas; Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas; Doutora em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. grazirba@gmail.com

Carlos Eduardo Arns: Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos – UCPel ; carlos.arns@sou.ucpel.edu.br; Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Administração Rural pela UNOESC, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos – UCPel.

Cristine Jaques Ribeiro: Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007); Professora Adjunta da Universidade Católica de Pelotas. Atualmente coordena o grupo de estudos e pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos Conflitos da Cidade vinculados ao Curso de Serviço Social e Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. É integrante da Coordenação do Fórum em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar no município de Pelotas; integrante da Coordenação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Pelotas e do do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Serviço Social/ UCPel. cristinejrib@gmail.com

D

Diego Pereira Viégas: Advogado e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel, Brasil). É Mestre em Políticas Sociais e Direitos Humanos, Especialista em Direito Civil e Processo Civil e Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel, Brasil). diegop.viegas@gmail.com

E

Eliana Gomes Bender: Docente aposentada da Faculdade de Nutrição – UFPel; Graduada em Nutrição pela UFPel; Mestre em Ciências da Saúde pelo Instituto de Salud Publica, México; Doutora em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz - RJ; Membro pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – RS; Conselheira Municipal pelo COMSEA de Pelotas. Atuou como terceira secretária no Conselho Municipal de Saúde no período de setembro/2019 a agosto/ 2021 e no Comitê Municipal de Enfrentamento ao Covid-19 de fevereiro a dezembro de 2021. elianaegb@gmail.com

Elora Oliveira de Oliveira: Assistente Social; Mestra em Política Social e Direitos Humanos. É membra do Grupo de Estudos Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. Atuou com pesquisas em racismo ambiental, segurança alimentar, direito à cidade e saúde mental. É uma mulher branca, cisgênera e lésbica. eloraatatlo@gmail.com

F

Fátima Giovana Tessmer Santin: Engenheira Agrônoma, mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais (PPGDTSA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É integrante do Grupo de Pesquisa em Agriculturas, Sociobiodiversidade e Ecoeconomias. santinfgt@gmail.com

G

Gabriela de Lima Ribeiro: Internacionalista; Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. gabrieladelribeiro@gmail.com

Y

Yasmin Oliveira Costa: Psicóloga, Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); pós-graduanda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É mestranda em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. psico.yasminocosta@gmail.com

L

Larissa Padilha de Brito: Assistente Social; Mestra em Política Social e Direitos Humanos. É membra do Grupo de Estudos Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. Atuou principalmente nos seguintes temas: segurança e soberania alimentar, educação popular, educação ambiental, organização de grupos de geração de trabalho e renda, organização comunitária e fortalecimento de vínculos. larissa.brito157@gmail.com

M

Mariana Barbosa de Souza: Professora no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras/UFLA; Doutora e Mestra em Desenvolvimento Regional/UNISC; Pós-doutora em Geografia/UEPG; Mestra em História/UEPG; Geógrafa, Historiadora e Advogada. Possui experiência como pesquisadora nas áreas de Direito, Educação, Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano e Regional atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento regional, desenvolvimento urbano, urbanização em cidades pequenas, Direitos Humanos e questões de gênero e sexualidades. barbosadesouzamariana@gmail.com

Mariana Ferreira Alves: marifalves10@gmail.com Estudante curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas e bolsista de Iniciação Científica pelo programa BIC/UCPEL.Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental da UCPEL.

Marlon Antônio Macedo Meireles : Graduando em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, bolsista de iniciação científica BIC/CNPQ na pesquisa com o título *O direito à cidade e os diferentes modos de ocupar o espaço público: O Planejamento Urbanístico em questão*, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental /Observatório de Conflitos da Cidade /UCPEL É homem preto e cisgênero. marlonmmm12@gmail.com

Monik dos Santos Correa: monik.correa@sou.ucpel.edu.br; Estudante do curso de Direito pela Universidade Católica de Pelotas e bolsista de Iniciação Científica pelo programa pibic-cnpq, Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas e Grupo de Estudos em Questão Agrária, Urbana e Ambiental da UCPEL

N

Nino Rafael Medeiros Kruger: Assistente Social formado pela Universidade Católica de Pelotas; Mestre em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas; Doutor em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa GEP - Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório de Conflitos da Cidade. contatorafaelkruger@hotmail.com

P

Paula Mello Oliveira Alquati: Arquiteta e Urbanista; doutoranda em Política Social e Direitos Humanos (UCPEL); Mestra em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL); Especialista em Educação Profissional com habilitação para docência (IFSUL). É Professora do Curso Técnico de Edificações (IFSUL) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental/ Observatório dos Conflitos da Cidade. paulalquati@gmail.com

Pablo Rodrigo de Andrade Barbosa: Mestre e doutorando em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Graduado em Serviço Social na mesma Universidade Católica de Pelotas (UCPel).. É integrante do GEP Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório de Conflitos da Cidade. Pesquisa direito à cidade, ciganismo e estigma. Rodrigobarbo144@gmail.com

S

Sabrine Tams Gasperin: Advogada, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (2014); Mestre em Sociologia e Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF (2017) e Doutoranda

em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Atualmente integra o grupo de pesquisa Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Observatório dos Conflitos da Cidade da Universidade Católica de Pelotas, bem como presta assessoria jurídica para os Conselhos Regionais de Serviço Social do Estado do Ceará e do Estado do Rio Grande do Sul. sabriner.gasperin@gmail.com

T

Thaís Vitória Darwish de Paula; thaisdwish@gmail.com Estudante do curso de Direito pela Universidade Católica de Pelotas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental da UCPEL.

Tiago de Garcia Nunes: Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Sociologia pelo Instituto de Oñati – Universidade de Milão e Universidade do País Basco. Professor Adjunto na UCPEL, membro do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas - Nesic/UCPEL. É docente no PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL e integrante do Grupo de Pesquisa em Questão Agrária, Urbana e Ambiental/Observatório dos Conflitos da Cidade e da Coordenação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Pelotas (Comsea). nunestg@gmail.com

Tuize Rovere: Arquiteta e urbanista – FAUrb/UFPEL; Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Regional/UNISC – área de Planejamento Urbano e Regional; Especialista MBA em Gestão Ambiental/UNOESC. Possui experiência como pesquisadora na área de Planejamento Urbano e Regional atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa: desenvolvimento urbano e regional, urbanismo feminista e decolonial, mulheres e direito à cidade e políticas públicas habitacionais. thaisdwish@gmail.com



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org